

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
MUSEU NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e  
acusações no discurso popular e nas políticas de Estado

Camila Fernandes

RIO DE JANEIRO

2017

Camila Fernandes

Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Adriana de Resende Barreto Vianna

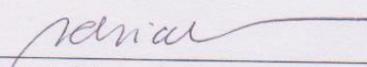
Rio de Janeiro  
Dezembro de 2017

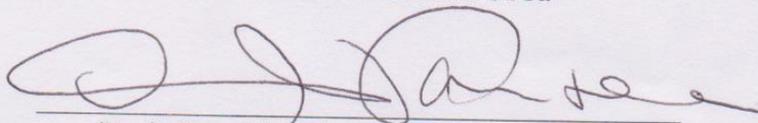
Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado

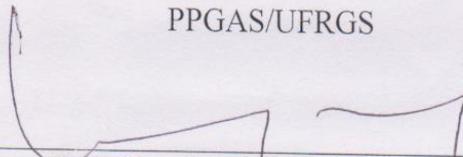
Camila Fernandes  
Orientadora: Adriana Resende de Barreto Vianna

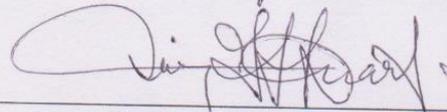
Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

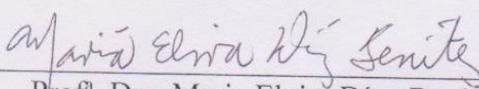
Aprovada por:

  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna, (orientadora)  
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Claudia Lee Willians Fonseca  
PPGAS/UFRGS

  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. María Gabriela Lugones  
Universidad Nacional de Córdoba

  
Prof. Dr. Luiz Fernando Dias Duarte  
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria Elvira Díaz-Benítez  
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Laura Lowenkron (Suplente)  
IMS/UERJ

Prof. Dr. John Cunha Comeford (Suplente)  
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2017

Esta tese é dedicada a todas as mulheres, famílias e  
crianças moradoras dos morros da Mineira e do São  
Carlos

Fernandes, Camila

Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado / Camila Fernandes. -- Rio de Janeiro, 2017.

246 f.

Orientador: Adriana de Resende Barreto Vianna. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2017.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Reprodução. 4. Maternidade. 5. Estado. I. de Resende Barreto Vianna, Adriana, orient. II. Título.

F363f

## RESUMO

Esta tese se constrói em torno de três figuras presentes no discurso popular, a saber, as “novinhas”, as “mães nervosas” e as “mães abandonantes”. Estas figuras convocam zonas de ambivalência e articulam campos de desejos e sentimentos muitas vezes considerados em oposição, como amor e horror, desejo e interdito, apego e abandono. Ao longo do trabalho, é explorado de que forma estas figuras inspiram admiração e repúdio, ao aglutinar performances femininas paradoxais, provocadoras e desviantes. A etnografia trazida nesta tese foi realizada nos morros da Mineira e do São Carlos e discute a existência de dois espaços relacionais voltados aos cuidados de crianças, as casas que “tomam conta” de crianças na favela e as creches públicas. Nas casas, o trabalho de “tomar conta” realizado por mulheres é destacado, procurando-se refletir sobre um trabalho fundamental ali exercido para a criação de gerações de pessoas. Nas creches, analisa-se o papel assumido pelas acusações sobre uma “sexualidade errada” como forma de gerir os recursos estatais e a produção de sua escassez contínua. A segunda parte da tese consiste na discussão das figuras propriamente ditas e suas implicações. Veremos como a veiculação de discursos sobre uma sexualidade feminina “errada”, presente tanto nas falas cotidianas de pessoas do local, como também em algumas instituições de Estado, conforma um campo de práticas e representações férteis sobre mulheres, violências, culpas, prazeres e sexualidades desviantes.

Palavras-chave: Mulheres, sexualidade, reprodução, maternidade, gênero, desejo, violência, Estado.

## **ABSTRACT**

This thesis is built around three figures present in the popular discourse, namely the "novices", the "nervous mothers" and the "abandoning mothers". These figures summon zones of ambivalence and articulate zones of desires and feelings often considered in opposition, like love and horror, desire and prohibition, attachment and abandonment. Throughout the work, it is explored how these figures inspire admiration and repudiation, by bringing together feminine performances that are paradoxical, provocative and deviant. The ethnography brought in this thesis was carried out in the favelas of Mineira and São Carlos and discusses the existence of two relational spaces dedicated to the care of children, particular houses that "take care" and public day care centers. In the houses, the work of "taking care of" carried out by the women is highlighted as a fundamental work in the creation of generations of people. In day-care centers, the role assumed by the accusations of "wrong sexuality" as a way of managing state resources and producing their continued scarcity is analyzed. The second part of the thesis consists in the discussion of the figures themselves and their implications. We will see how the dissemination of discourses about a "wrong" female sexuality, present both in the daily speeches of local people and in some State institutions, form a field of fertile practices and representations about women, violence, guilt, pleasures and deviant sexualities.

**Key words:** Women, sexuality, reproduction, maternity, gender, desire, violence, State.

## RÉSUMÉ

Cette thèse s'articule autour de trois figures présentes dans le discours populaire, à savoir les «novices», les «mères nerveuses» et les «mères abandonnantes». Ces figures convoquent des zones d'ambivalence et des champs articulés de désirs et de sentiments souvent considérés en opposition, comme l'amour et l'horreur, le désir et la prohibition, l'attachement et l'abandon. Tout au long du travail, on explore comment ces figures inspirent l'admiration et la répudiation, en réunissant des performances féminines paradoxales, provocantes et déviantes. L'ethnographie présentée dans cette thèse a été réalisée dans les favelas de Mineira et São Carlos (Rio de Janeiro) et discute d'abord de l'existence de deux espaces relationnels dédiés aux soins des enfants : les maisons particulières qui «s'occupent» des enfants et les garderies publiques. Dans les maisons, le travail de «prise en charge» réalisé par les femmes est mis en évidence autour d'une réflexion sur le travail fondamental ainsi réalisé pour la création de générations de personnes. Dans les garderies, est analysé le rôle assumé par les accusations de «mauvaise sexualité» comme moyen de gérer les ressources de l'État et de produire continuellement leur pénurie. La deuxième partie de la thèse consiste à discuter les figures elles-mêmes et leurs implications. Nous verrons comment la diffusion des discours sur une «mauvaise» sexualité féminine, présents à la fois dans le langage quotidien des populations locales et de certaines institutions étatiques, constitue un champ de pratiques et de représentations fertiles sur les femmes, la violence, la culpabilité, les plaisirs et les sexualités déviantes.

Mots clés: Femmes, sexualité, reproduction, maternité, genre, désir, violence, État.

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço às famílias, mulheres e crianças moradoras dos morros da Mineira e do São Carlos. Obrigada pela confiança e pela honestidade com que me acolheram, assim como por partilharem suas histórias e experiências que permitiram a escrita desta tese. Os momentos que me propiciaram extrapolam os limites de uma pesquisa e transformaram muitas das minhas percepções ao longo deste caminho. Às mulheres evocadas aqui deixo todo meu carinho e respeito. Espero que este trabalho seja uma singela forma de honrar a força e a vitalidade que vocês me transmitiram.

Durante o trabalho de campo pude contar com diversos apoios e ajudas que me ofereceram as bases para a realização da pesquisa. A Alexandre Nascimento, “Jovem Cerebral”, agradeço pela escuta atenta e a amizade que me proporcionou conhecer o complexo do São Carlos. A Jane Ribeiro, vice-diretora da associação de moradores, agradeço por ter fornecido as indicações iniciais para condução do trabalho de campo, bem como a Pedro Paulo Ferreira, presidente da associação, pelos suportes e informações que me transmitiu. A todas as mulheres que “tomam conta”, agradeço por me receberem em suas casas com disponibilidade e atenção. Às profissionais das creches públicas que conduzem o cotidiano da política de educação infantil com empenho e vivacidade, agradeço pela forma como me receberam nas instituições, conferindo toda atenção e abertura no diálogo, mesmo nos momentos em que minha presença podia atrapalhar a rotina de trabalho. Às profissionais das escolas públicas agradeço pelo apoio na realização das oficinas. A Kamilla, Luan, Hellen e Duda, entre outras crianças e adolescentes, agradeço pela atenção e as alegrias. À minha amiga Jessica Cristina, agradeço pela amizade que construímos nesta caminhada, sua força e ousadia são absolutamente inspiradoras.

À minha orientadora Adriana Vianna, agradeço pelo apoio transmitido ao longo dos anos de doutorado. Obrigada pelo seu entusiasmo, incentivo e as paixões sinceras que nutriu por cada momento da pesquisa. Agradeço o tempo dispensado nos encontros de orientação, e sobretudo nos outros momentos em que pude contar com você, aqueles dos cafés, dos feminismos, das zoeiras e da simples presença. Serei sempre grata pelas risadas, pelos abraços e palavras capazes de trazer harmonia e serenidade imediata. Sua força e capacidade de acolhimento foram vitais para que eu conseguisse atravessar o caminho de construção da tese.

Com Adriana pude conhecer características profissionais que me inspiraram durante esta trajetória: a sagacidade de pensamento, o incentivo verdadeiro ao trabalho de campo, o respeito com as relações estabelecidas na pesquisa e a honestidade nas críticas. Obrigada por ter me proporcionado encontros com pessoas especiais para a construção desta tese, a exemplo de Claudia Fonseca, Maria Gabriela Lugones, entre outras pontes que você realizou. Por tudo isso, este trabalho é também fruto das indicações instigantes e generosas que conduziu ao longo de todo este percurso.

A Claudia Fonseca e María Gabriela Lugones agradeço por fazerem parte da banca de defesa do doutorado e trazerem brilho para esta importante etapa de avaliação. A John Comerford, agradeço por todo aprendizado proporcionado nas suas disciplinas, “Antropologia das moralidades” e “ Mobilidade, família e parentesco”, assim como pela atenção e interesse que concedeu às minhas questões, indicando leituras sempre que possível. A Laura Lowenkron, agradeço todas as trocas que tivemos, sempre atentas, inteligentes e precisas. Seus incentivos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. A Laura e a John também agradeço por aceitarem serem membros suplentes desta banca. A Alexandre Werneck agradeço a participação na banca de qualificação e todas as indicações originais que conduziu naquela ocasião. Obrigada também pelas posteriores leituras e momentos de troca que tivemos.

A Maria Elvira Díaz-Benitez, que desde cedo demonstrou entusiasmo por este trabalho, agradeço pelas palavras de incentivo, reflexões e todos os espaços de debate que proporcionou, seja em suas disciplinas, seja nas reuniões e seminários do NUSEX, oportunidades das quais pude me beneficiar consideravelmente. Obrigada pelas contribuições fornecidas na banca de qualificação, bem como pela participação luxuosa nesta banca. Saiba que meu agradecimento a você será sempre pouco diante da grandeza que sua presença representa para nossa geração de alunos.

Ao professor Luiz Fernando Dias Duarte, agradeço pelos estímulos recebidos na feitura da disciplina, “Carreiras e Trajetórias Urbanas no Brasil Contemporâneo: desigualdades e conflitos”, pela orientação minuciosa no processo de validação do projeto de pesquisa apresentado a Plataforma Brasil, pelas indicações argutas e indispensáveis na ocasião da qualificação da tese, a participação na banca de doutorado, entre outros momentos nos quais pude dispor de sua atenção e experiência.

À equipe de funcionários da Biblioteca, agradeço pelo empenho que dedicam aos alunos. Na secretaria, agradeço a Adriana Valcarce, Anderson Arnaud e Natália Ferreira Gomes por todo suporte que ofereceram nos caminhos burocráticos da administração, pela paciência

no auxílio das dúvidas e na organização das confraternizações de fim de ano sempre tão bem-vindas. No refeitório “Flor da amizade” agradeço a Miguel, Lidiane e Roberto pelas brincadeiras, cafés, conversas, pão de queijo, bombons e sorrisos que fizeram minha estadia no programa mais agradável. À professora Luisa Elvira Belaunde, agradeço a indicação de leituras, a Renata Menezes agradeço a torcida e os sorrisos entusiastas. Agradeço também a bolsa de doutorado concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que através do auxílio financeiro permitiu a dedicação exclusiva a realização da pesquisa de doutorado.

Durante os anos no PPGAS/MN, em meio aos obstáculos do doutorado, fui acolhida com muito carinho nesta instituição, na qual pude contar com escutas, leituras e críticas. Nas etapas do curso e em diferentes espaços de reflexão, fui recebida com seriedade e entusiasmo. Assim sendo, agradeço a generosidade, a franqueza e abertura de diálogo que meus colegas do Programa, alunos e professores, tiveram comigo. Estes gestos não apenas me estimularam significativamente, como possibilitaram pensar e repensar as questões desenvolvidas nesta pesquisa. Neste sentido, agradeço os comentários preciosos de meus colegas do NUSEX (Núcleo de Estudos em Corpos Gênero e Sexualidade), Barbara Pires, Lucas Freire, Everton Rangel, Nathalia Gonçales, Carolina Castelitti, Carolina Maia, Lorena Mochel, Oswaldo Zampiroli, Samara Freire, Lucas Bilate, Natânia Lopes, Michel Carvalho, Fatima Lima e Victor Hugo Barreto. Posso dizer que tive o privilégio de fazer parte da composição inicial deste núcleo, repleto de pesquisadores talentosos e perspicazes.

Ainda no registro das trocas coletivas, pude contar com as reuniões de grupo organizadas por Adriana Vianna, encontros que foram de inestimável valor durante a escrita do doutorado. Nesta ocasião, agradeço os comentários precisos de Lucas Freire, Aymara Escobar, Jeferson Scabio, Telma Bemerguy, Anelise Gutterres e Nahuel Blazquez. Obrigada por todas as sabatinas e incentivos que ofereceram, pelo ambiente livre, despojado e prazeroso de nossos encontros, não apenas no Museu, mas também fora dele.

Entre os colegas do Programa, agradeço a Tássia Mendonça, Dibe Ayoub, Maria Rossi, Felipe Magaldi e Natalia Velloso por apoios, textos e ideias partilhadas, a Vlad Schüler pelos textos enviados de Manchester, a Marcos Carvalho pelas críticas que realizou na ocasião do Seminário dos Alunos do PPGAS. A Carol Maia agradeço pela revisão de português feita com tanto desvelo e rigor. Seu trabalho conferiu um valor inestimável ao texto final da tese. A Carolina Nogueira e Lucas Freire, meus colegas de orientação e amigos de todas as horas, obrigada pela leveza, cervejas, passeios e o sustento moral que me proporcionaram. Vocês são

duas preciosidades que a instituição me presenteou. A Everton Rangel e Barbara Pires, agradeço o mundo de abraços, alegrias e forças que me transmitiram, obrigada por toda purpurina, rebolados e aventuras que vivemos juntos. A Nathalia Gonçales, agradeço pela alegria e ousadia que sua presença proporciona, também agradeço sua preocupação comigo, ao procurar sempre tirar fotos minhas de acordo com os melhores ângulos e iluminação. A Monste Valle, agradeço o bom humor contagiante, assim como toda a torcida por este trabalho. A Oswaldo Zampirolli agradeço por tantas questões em comum que foram partilhadas, obrigada pela sua sensibilidade e leveza que trouxeram muita alegria. A Carol Castelitti agradeço a amizade sempre tão disposta, a escuta atenta e todas as afinidades que tecemos juntas.

Fora do museu, agradeço a amiga Carolina Pombo de Barros, pelas nossas incontáveis trocas e conversas sobre gênero, feminismo e maternidade que tanto alimentaram meus pensamentos nestes últimos anos. Ainda no âmbito dos estudos sobre maternidade, agradeço a Marina Nucci, Fernanda Bitemcourt Ribeiro e Mariana de Hollanda, que leram rascunhos feitos em diferentes fases do doutorado contribuindo com críticas e opiniões.

A Juliana Farias agradeço por ter me sustentado nos momentos difíceis da escrita e por fornecer a sabedoria e agudeza de espírito que sabe exercer tão bem. A Drica Fernandes, obrigada pelos ensinamentos trocados e pela ocasião de participar da sua disciplina no curso de Sociologia Urbana da UERJ, ao lado de Ju Farias e Anelise Gutterres, a quem tive o prazer de conhecer e contar com seu apoio irrestrito. A Kaciano Gadelha, agradeço o tempo dispensado durante sua estadia no Rio de Janeiro, e as sugestões valiosas que forneceu quando estivemos juntos.

A Laura Moutinho agradeço pelas conversas instigantes e indicações de leituras. Obrigada pelos comentários feitos na ocasião do ciclo de palestras do IESP, organizado por Carla Mattos e Luiz Antônio Machado da Silva. A Andrea Moraes Alves agradeço as referências sugeridas, bem como pelas conversas alegres e férteis sobre gênero, sexualidade e saúde reprodutiva. A Carla Mattos agradeço não apenas pela oportunidade de debate como pelas trocas que tivemos nesta e em outras ocasiões.

Agradeço a oportunidade que tive de participar das Jornadas de Infância organizadas pelo NACI – Núcleo de Antropologia e Cidadania do PPGAS/UFRGS. A Claudia Fonseca, Fernanda Bitemcourt Ribeiro e Chantal Medeats tenho muito gratidão pela forma acolhedora como me receberam em Porto Alegre e todas as sugestões feitas na ocasião da Jornada.

Registro um agradecimento especial aos professores Jair de Souza Ramos e Suely Gomes Costa, meus orientadores de mestrado e graduação respectivamente, que através das

suas experiências forneceram uma bagagem nos estudos de gênero, família entre outros assuntos correlatos. Obrigada pela torcida e pelos diversos incentivos enviados ao longo da tese. O aprendizado adquirido com vocês certamente se perpetua através deste trabalho.

A minha linda amiga Sol Senábio, sou profundamente grata pela nossa amizade de longa data. Obrigada por todo cuidado oferecido à minha filha e por estar sempre presente. A Julia Senábio também agradeço pelo carinho, a energia e a animação vibrante. A Silvia Araújo e Gabriela Araújo agradeço pelo carinho no trato com Maria, o apoio e disponibilidade de vocês foi fundamental para que eu conseguisse conciliar o trabalho da tese com os afazeres de cuidado.

No plano familiar, agradeço ao meu irmão Ramon Fernandes por ser um irmão maravilhoso que procura sempre fazer o possível para me ajudar, por vibrar a cada momento da minha trajetória acadêmica e por simplesmente se fazer presente no melhor e no pior. Assim também agradeço à minha cunhada Camila Machado por ser uma amiga e parceira que trouxe tanto estímulo e apoio no percurso destes anos. A minha família imensa, seria impossível nomear um por um, mas tenho muita felicidade de vir de uma prole numerosa com primos, primas, tias e tios que me forneceram tantos apoios desde sempre.

Ao meu companheiro de vida Jean-François Véran agradeço pelo apoio que me forneceu, por viver a construção desta tese todos os dias ao meu lado e nunca se furtar de debater ansiedades, achados e ideias que surgiam a cada passo desta empreitada. Obrigada pela paciência em discutir exaustivamente cada detalhe da pesquisa, pelas indicações instigantes e pela capacidade que teve de trazer diversão, alegria, harmonia e carinho em uma fase tão intensa como é a construção de uma tese.

A Paul Véran, agradeço a oportunidade de estabelecer uma relação de afeto, respeito e carinho com o “filho do meu companheiro”, que aos poucos, foi se tornando meu filho também. Obrigada pelas alegrias que proporciona à nossa família, pelas suas invenções, perguntas e reflexões que me convocam a sair da rotina e da seriedade. A sua serenidade e tranquilidade, bem como o carinho verdadeiro que me fornece foram elementos que trouxeram muita felicidade para mim.

À minha filha querida Maria Clara Aimara, agradeço por tudo que tem me ensinado no caminho da maternidade. Obrigada pela paciência que teve comigo durante os momentos de cansaço, trazendo alegria e doçura com sua presença sempre viva. Tenho muito orgulho de ver que alguns ensinamentos que vivi ao longo da tese foram capturados por você, a exemplo da sua exploração com os diferentes feminismos. Ademais agradeço sempre sua sinceridade, tanto

nas opiniões sobre as melhores roupas e penteados como na ajuda decisiva para escolher o título desta tese.

Finalmente, à minha mãe Sueli Fernandes Santa Marinha, agradeço por todas as histórias que me contou e aguçaram minha curiosidade. Infelizmente você partiu antes da finalização desta tese, mas sua vitalidade, perspicácia e inteligência ficarão para sempre impressos na minha vivência. Obrigada mãe, por ter me fornecido todo suporte que precisei ao longo deste caminho, quer seja pelo apoio irrestrito na criação da Maria, como na criação que deu ao meu irmão e a mim. Finalizar esta tese é uma forma de prestar uma homenagem pelo trabalho de cuidado que dedicou a nós durante sua vida.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	1
Um chamado a enxergar	2
“Você não vê?”	5
A densidade das figuras	7
O trabalho de campo	10
O paradigma da “gravidez planejada” versus a pragmática do “sexo que faz filhos”	14
Apresentação dos capítulos	16
<b>Capítulo 01. Casas de “Tomar conta”. Vidas nas Margens, Formas de Habitar o mundo</b>	20
Na casa da Silvana	25
“Filhos do Pai”. A casa da Dona Joane	33
Na casa da Vó	40
As Casas e as margens do Estado	45
<b>Capítulo 02: Figuras do constrangimento. As instituições de Estado e as políticas da acusação sexual</b>	52
Uma mãe que paga pensão	53
O pedido de uma vaga no sistema	60
O distúrbio e a “desordem” dentro do centro exemplar	72
Um “Estado feminino”	82
<b>Capítulo 03. As “novinhas” e a sexualidade ostentação. Na linha tênue da contenção e da “afrota”</b>	92
Antes da Novinha, Lolita	92
“Elas, as novinhas”	95
Enxergando as “novinhas”	96
“Proibida a entrada de top, sutiã e roupa curta”	98
Dos perigos que o olhar esconde	102

“Novinhas” usurpadoras: rivalidade e competição entre mulheres	105
“Eu não tenho como colocar um cadeado na boceta dela”: o medo de engravidar e o dever de regulação da reprodução como tarefa materna	109
“Por causa das novinhas”: humilhações, castigos, estupros e mortes de mulheres	113
Uma criança que foge, ou a “novinha terrorista”	120
Entre a ostentação e a contenção. As múltiplas maneiras de se obter prazer	123
<b>Capítulo 04: Mães Nervosas. Uma Economia das intensidades</b>	127
Falta de mãe	127
A percepção das mulheres apontadas como “nervosas”	131
“É tudo em cima de mim”. Atravessamentos de tensão	136
Entre o “bater”, a “loucura” e a “maldade”	140
Um mergulho no “Reino das Mães”	145
A “violência” dos homens e as muitas formas de “abandono” paterno	147
Tiroteios, policiais e “invasões”	150
“Bater para evitar o pior”. Uma ética do cuidado	157
Um exercício de tradução da raiva	160
<b>Capítulo 05: Mães “abandonantes”. O amor nas fraturas da desigualdade</b>	164
Os receptores: “por que ela deixa os homens fazer filho nela?”	171
Os fantasmas do abandono	173
Um filho por uma ligadura de trompas	180
Entre dádivas agonísticas: as doadoras de crianças	184
“Porque você é mãe, você tem que fazer”	185
“Um vento gelado”	191
“Então qualquer coisa eu saio como errada”	193
Sobre silêncio, apagamento e fratura: narrativas da contra história	198
<b>Conclusão</b>	208
<b>Bibliografia</b>	221

## Introdução

Esta tese busca refletir sobre existência de três figuras presentes no discurso popular, a saber, as “novinhas”, as “mães nervosas” e as “mães abandonantes”. Tais figuras podem ser consideradas personagens paradoxais do cuidado, representantes de uma “sexualidade errada” vista como responsável por uma série de conflitos e problemas sociais. Neste trabalho, busco descrever de que maneira estas figuras são indicadas e apreendidas nos discursos ordinários, presentes em instituições e práticas estatais, e em interações cotidianas em diferentes espaços. Veremos de que maneiras as figuras são enunciadas como exemplares de comportamentos inadequados, aglutinando a um só tempo diversos pavores e prazeres que orbitam em nossas imaginações de mundo.

As figuras são descritas como realizadoras de uma performance sexual entendida como desregrada, desmedida e provocadora. A maternidade, particularmente quando vista a partir de seu lado “ruim”, se constitui como um eixo central nesta análise, em que é desvelada em seu caráter relacional, articulador de performances e estereótipos distribuídos em diferentes escalas. Veremos de que maneira esta maternidade “transgressora” produz processos de apagamento e captura de outros marcadores de poder, tais como os agenciamentos de classe, território, raça e geração.

Ao longo de uma etnografia centrada na produção destas figuras e das relações que elas engendram, acompanho de que maneira conflitos e problemas sociais das mais variadas ordens têm sua gênese nesta “sexualidade errada”, ora enaltecida em suas dimensões de excitação e provocação, ora objeto de escrutínio público. Estas figuras nos convidam a pensar nas fronteiras entre sexo, desejo, poder e violência, expressas em nuances, em zonas de instabilidade e limites do intolerável. Tratamos aqui de mulheres que convocam experiências ambivalentes e coexistentes de ostentação e contenção, prazer e perigo, apego e negligência, amor e horror (Vance, 1992; Gregori, 1993; 2004; 2008; 2016; Díaz-Benítez, 2009; 2015).

A partir da observação de práticas, gestos, atos e narrativas corriqueiras, busco descrever de que maneira a sexualidade de mulheres e as performances femininas são percebidas pelos seus observadores e enquadradas a partir de valorações oscilantes. Processos de afeição, mas também de rivalidade e disputa, confeccionam e estabelecem diferentes relacionalidades entre mulheres, entre mulheres e administrações de Estado, entre mulheres e crianças e, finalmente, entre homens e mulheres.

## Um chamado a enxergar

A discussão apresentada parte de um deslocamento proporcionado a partir da experiência de trabalho de campo, realizado ao longo de dois anos nos morros do São Carlos e da Mineira, duas favelas situadas na Zona Norte do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Na experiência anterior, a da pesquisa de mestrado, trabalhei com redes de familiares, vizinhos e amigos em torno do cuidado das crianças no morro do Palácio, favela da cidade de Niterói/RJ. Naquela ocasião, tentei mapear “quem cuida de quem”, bem como as implicações pragmáticas, afetivas e morais da “circulação de crianças” (Fonseca, 1995). Esta experiência permitiu conhecer o trabalho de mulheres que “tomam conta” de crianças em suas próprias casas e, ao ingressar no doutorado, meu interesse em continuar as observações nesse sentido permanecia<sup>2</sup>.

Após uma primeira temporada de pesquisa no morro da Mineira, tive a sensação de que a pesquisa feita no mestrado se repetia. Conversas relacionadas a cuidados, famílias e crianças faziam parte dos assuntos principais que escutava aqui e ali. Tais conversas soavam semelhantes às que ouvi no trabalho anteriormente realizado, de modo que, por alguns meses, senti que estava perdida em relação aos propósitos da pesquisa.

Em um segundo momento, comecei a perceber que durante as conversas com as pessoas, elas falavam sobre muitos assuntos e entre estes estavam as reclamações sobre os serviços oferecidos na favela e no bairro, serviços que “não funcionam bem”, a exemplo do “mau atendimento” na Clínica da Família, da “falta de água” na favela, da “falta de vagas” nas Creches, do “estado ruim” das Escolas, da “falta de vagas na UTI” e outros problemas relacionados a serviços públicos em geral. Na esteira destas críticas, incluíam também “os abusos da polícia” e a “bagunça do tráfico” como elementos que tornam a vida destes trabalhadores mais dramática e instável.

Assuntos ligados à violência, questões sociais e políticas públicas eram sistematicamente objeto de reflexão e crítica dos moradores. Porém, nessas queixas e denúncias, havia um elemento especial que contribuía seja para a gênese dos problemas sociais

---

<sup>1</sup> Ao longo da etnografia, utilizo os termos “favela”, “morro” e “complexo” como categorias acionadas pelos interlocutores para se referir ao lugar de moradia, sendo a última utilizada para falar dos morros da Mineira e do São Carlos em conjunto. Utilizo também a categoria “território” como forma conceitual que abrange tanto as dimensões geográficas da localidade como as dimensões morais e simbólicas que são associadas ao lugar.

<sup>2</sup> Para conhecimento, ver a dissertação: “‘Ficar com’: Parentesco, Criança e Gênero no cotidiano” (2011), defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e orientada pelo Prof. Dr. Jair de Souza Ramos.

apontados, seja para sua perpetuação. Com o passar do tempo, comecei a enxergar o que as pessoas apontavam. Tratava-se de um elemento especial, fonte dos principais problemas de acesso e fruição dos serviços públicos, e aos poucos entendi que este elemento crítico se localizava de diversas maneiras no campo da sexualidade das mulheres.

No discurso de meus interlocutores, o atendimento oferecido pelo Estado tais como os serviços de educação, segurança e saúde “não funcionam” porque “essas mulheres não param de fazer filhos”. Variações destas afirmações circulavam de mil e uma formas. Aos poucos, percebi que durante todo o primeiro ano de trabalho de campo, ouvi diferentes enunciações sobre a constatação de que “as mulheres da favela têm muito fogo”, “tem muitos filhos”, “não se previnem”, entre outras assunções desta natureza.

Outra variação destas afirmações aponta para a existência de um contingente de pessoas disponíveis para cuidar: “aqui na favela sempre tem alguém para criar as crianças que elas têm”. Esta afirmação se conjuga a outras similares, como as que defendem que quanto mais “ajudas”, programas sociais, incentivos públicos no tocante às crianças, saúde e educação existissem, maiores seriam os instigadores à sexualidade “não planejada”. O condensador exemplar desse pensamento é encontrado no Programa Bolsa Família, apontado como promotor de uma sexualidade feminina com estímulo à procriação “irresponsável” e eternamente dependente.

Durante os primeiros meses de pesquisa, ao mesmo tempo em que ouvia estas falas sistematicamente reiteradas pelos meus interlocutores, geralmente ignorava ou desconfiava da significância que estes conferiam a tais afirmações. Em um primeiro raciocínio, estes apontamentos soavam “superficiais”, no sentido de que, a meu ver, nem mesmo as pessoas que afirmavam estas declarações acreditariam profundamente nas conexões sinalizadas. Todos nós já ouvimos declarações deste tipo, e estas falas soavam como mero automatismo discursivo, um mecanismo comum de justificação que, em face da complexidade dos problemas apresentados, perdia qualquer protagonismo e centralidade. Na minha percepção, no fundo destas declarações, todos sabiam que os problemas destacados pertenciam a outras ordens de responsabilidades, que ultrapassavam os motivos daquilo que era apontado como o fio central da “desordem”.

Ainda assim, durante a relação com meus interlocutores, por vezes confrontei estas afirmações com outros argumentos, falei sobre estatísticas demográficas, a exemplo dos indicadores sociais que atestam o fato de que, nos últimos anos, famílias sobretudo de camadas

sociais mais pobres vêm decidindo por um menor número de filhos<sup>3</sup>. Especialmente nas entrevistas com gestores públicos, de quem volta e meia ouvia declarações sobre a procriação feminina “desregulada”, costumava trazer argumentos como estes para lembrar que a deficiência dos equipamentos públicos não podia ser frontalmente relacionada a uma hiperfecundidade das mulheres pobres, resultado de um “mau comportamento” sexual. Nestas ocasiões, algumas pessoas hesitavam, ponderavam e concordavam comigo, mas logo em seguida, como num passe de mágica, o curso das conversas se realinhava e as afirmações sobre a interferência da sexualidade das mulheres na vida social sempre ocupava lugar de destaque nos acontecimentos.

Assim, eu estava diante de afirmações nas quais mulheres pobres são narradas como tendo uma prática sexual “excessiva” e “causadora” de perturbações das mais variadas naturezas. Esta dinâmica social, tão veiculada por gestores e administradores de Estado quanto fortemente ancorada no discurso popular, não existe, porém, de maneira desencarnada. Seja na boca de profissionais ou nas falas dos moradores, é na apreciação de algumas mulheres em especial que este fenômeno se concretiza, assume corpo, carnadura e materialidade. As circulações destas afirmações recaem sobre algumas mulheres, personagens tomadas como responsáveis tanto por aspectos difíceis da vida comum quanto pela improbidade dos serviços públicos.

Diante desta situação, aos poucos entendi que qualquer argumento utilizado a fim de tentar desconstruir estas conexões parecia totalmente inócuo. Eu estava em uma luta contra moinhos de vento. A verdade da existência das coisas estava posta e não adiantava tentar contestar este raciocínio. Ainda que estas afirmações possam ser lidas como modos de justificação ou recurso retórico, há uma força contida nestas frases que se revela extremamente potente nas dinâmicas comuns. Diante deste campo discursivo profundamente ativo nas relações cotidianas, resolvi levar a sério tais formulações, buscando entender como estas narrativas performam um universo particular, procurando entender o que estes jogos de linguagem e conjuntos de práticas instauram nas cenas cotidianas. Esta espécie de virada

---

<sup>3</sup> De acordo com último levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, a partir de dados recolhidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo IBGE, “entre 2003 e 2013, enquanto o número de filhos até 14 anos caía 10,7% no Brasil, as famílias 20% mais pobres do país – faixa da população que coincide com o público beneficiário do programa de complementação de renda – registravam uma queda mais intensa: 15,7%. Para as mães das famílias 20% mais pobres do Nordeste, a queda foi ainda maior, alcançando 26,4% no período analisado” (Brasil, 2015). Com base nesta pesquisa, outras reportagens noticiaram que “brasileiras estão tendo cada vez menos filhos”: “o levantamento, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mostra ainda que a média de filhos por família caiu. Em 2003, era de 1,78. Em 2013, era de 1,59 filho por família” (G1, 2015).

epistemológica foi proporcionada por um chamado a enxergar. O que eu deveria “ver” é que a existência de uma “sexualidade errada” não consiste em algo desencarnado, mas se materializa naquilo que comecei a chamar de “figuras da causação”, mulheres lidas como personagens de descuido e perturbadoras do cotidiano.

### **“Você não vê?”**

A chamada “sexualidade errada” aparece encarnada em determinadas mulheres, espécies de ícones suspensos e incorporados da problemática apontada. Como se “elas” pudessem concretizar, na pele, no corpo, no agir ou em sua simples presença no espaço, as ameaças e intenções mencionadas acima: “você não vê? Essas novinhas não param de fazer filho...”. A partir deste apontamento, são apresentados alguns desdobramentos, como “elas têm filho assim sem planejar e depois não têm paciência com a criança...”. Com o passar do tempo, a partir deste chamado a enxergar, compreendi aquilo que as pessoas tentavam me mostrar: “tá vendo! Depois abandona aí porque tem sempre gente pra cuidar”. Foi assim que, de chamado em chamado, as figuras assumiram uma forma e uma personalidade.

“Você não vê?” consiste em um convite para ver as coisas que estariam explícitas no mundo social. Ao mesmo tempo, este enunciado introduz o sentido da aberração, da constatação óbvia de determinado fenômeno, daquilo que se manifesta na evidência da vida. “Você não vê?” é uma formulação que remete menos a uma pergunta e mais ao estatuto da verdade. O chamado revela algo que não admite questionamento, sugerindo, desta forma, um campo de certezas absolutas. Por outro lado, este convite é também uma proposta para que o sujeito enredado na pergunta se implique diante do fato apontado, uma formulação que incita o ouvinte a “tomar partido” diante do problema exposto.

Foi a partir deste convite instigador à apreciação dos outros que compreendi um campo de questões que se desdobravam e que estava relacionado à existência de três figuras perturbadoras do imaginário e do cotidiano da favela, as “novinhas”, as “mães nervosas” e as “mães abandonantes”, indicadas no começo dessa introdução. Nas narrativas populares<sup>4</sup>, uma figura gera a outra, de modo que guardam entre si uma relação de causalidade. A “novinha”

---

<sup>4</sup> Neste trabalho, utilizo a expressão “popular” em sua acepção comum, relativa a um público geral. As narrativas populares atravessam pessoas de camadas sociais diferentes, e circulam entre níveis e hierarquias econômicas com uma aceitação relativamente semelhante, ainda que tenham diferenciações particulares entre os grupos e pessoas.

ostenta um “comportamento precoce” e, por conta desta performance desviante, “tem filho cedo, engravida, e quando vira mãe, abandona o filho”. Na sequência explicativa, quando a “novinha” permanece com a criança, ela “maltrata”, “porque não tem paciência”, uma vez que “não sabe ser mãe”. Esta relação gerativa entre as figuras permite localizar a ideia de uma “carreira moral” (Becker, 2008) entre elas, que começa no comportamento “errado” da “novinha”, passa pelo “desequilíbrio” da “mãe nervosa”, e culmina na “mãe que dá os filhos”, fato que instaura o “abandono”.

Mas se as figuras guardam uma relação gerativa e evolutiva, elas também possuem uma autonomia relativa entre si, de modo que é possível falar de cada uma de maneira independente, permitindo assim a reorganização de outra cadeia de acontecimentos na qual uma figura em específico organiza a lógica de inteligibilidade. Isto permite ligar a “violência da sociedade” ao comportamento da “mãe nervosa”, entre outros exemplos apresentados ao longo desta análise. Assim sendo, podemos dizer que uma figura sozinha é o suficiente para “dar o que falar”.

Outro enunciado que permitiu o desenvolvimento desta análise foi a expressão “igual a essa aqui”, um conectivo que avoluma e engrossa o caldo das acusações e apontamentos. Esta proposição serve para introduzir outro processo narrativo que aproxima acontecimentos semelhantes, espalhados em pontos diferentes de uma malha social. Estes processos são despertados a partir de uma “história” e permitem visualizar moralidades e formas de ponderação sobre como a vida deve ser, em operações de avaliação e distinção produzidas pelas pessoas.

Um terceiro e último recurso compreensivo refere-se às “histórias” que são contadas. Muitas das situações narradas na tese surgem da seguinte maneira: “vou te contar uma história”, seguindo-se “a história de Carla”, “a história de Silvia” e por aí vai. Ao ouvir estas “histórias”, somos apresentados a exemplos de uma “sexualidade errada”, mas também a pontos cegos, apagamentos, a histórias mal contadas dentro de verdades estabelecidas firmemente. É nesse sentido que as figuras são personagens das sombras, da profundidade, dos silêncios e das fantasias. Na perspectiva de Michel Foucault, a “História” se perpetua como instrumento de poder, dispositivo que serve à centralidade dos discursos soberanos (1976). Junto às retóricas oficiais e hegemônicas, para o filósofo, é preciso escavar as ruínas de um “discurso de guerra”, feito sobre uma “luta das raças”, subsumidas na retórica da vitória dos triunfantes. É nesse sentido que as “histórias” das mulheres presentes aqui, se por um lado referem-se aos discursos daquelas que “perderam”, por outro lado, constituem-se como contra-histórias, capazes de deslocar as narrativas oficiais, desvelar os apagamentos e as sombras relativas ao que

Chimamanda Adichie chamou dos “perigos de uma história única” (2013). Nesse sentido, estas “histórias” são um convite para se deixar afetar por uma espécie de mal-estar que paira em torno destas mulheres.

Estamos, em suma, diante de formas de perceber, apontar e identificar compromissos e pessoas que destoariam da “boa maternidade” e da “boa sexualidade”. Estas formas foram acomodadas como aglutinadores, organizados a partir da ideia de “figuras”. Ressalto, entretanto, que o uso das figuras não é mero recurso organizador, mas remete a socialidades, processos, práticas, classificações e identificações presentes e feitas entre as pessoas.

## **A densidade das figuras**

Em termos gerais, uma figura pode nos remeter a uma imagem sobre algo ou a um conjunto de ideias. Ao mesmo tempo, uma figura convoca um fundo, de modo que ambos se constituem mutuamente. Pode também operar como um símbolo que, como tal, depende dos significados que lhe conferem sentidos; comumente, uma figura pode se referir a uma pessoa que se destaca a partir dos seus feitos. É, portanto, a partir da figura como pessoa e como universo de sentidos, símbolos e práticas que essa tese se desenvolve, junto a pessoas de carne e osso que, através dos seus feitos e acontecimentos no mundo, compõem construtos sobre desejo, interdito, culpa e responsabilidade. A “novinha”, a “mãe nervosa” e a “mãe abandonante” são figuras de ambivalência: ao mesmo tempo que fissuram cânones de saber e poder, reforçam perspectivas normativas relacionadas ao comportamento feminino, quando são enunciadas como exemplos negativos que devem ser repelidos ou evitados. As mulheres descritas aqui são colocadas em contraste em relação as virtudes morais socialmente reconhecidas como “positivas”, tais como, devoção, cuidado, afeto e amor. Nesse sentido, um dos exercícios empreendidos na tese consiste em pensar sobre o lugar social das mulheres não a partir das suas virtudes comumente associadas a elas, mas privilegiando as situações consideradas socialmente “negativas”, ou seja, o “sexo precoce”, os “maus tratos” e o “abandono”.

Enquanto figuras, elas se organizam em relação aos fundos, observadores e cenas. No decorrer desta análise, pretendo dar relevo aos observadores das figuras, as cenas e aos fundos nos quais elas transitam. Na introdução da obra “Quadros de guerra: quando a vida é passível

de luto?”, Judith Butler menciona o termo “figura” a partir de seus desenvolvimentos sobre “*being framed*” (ser enquadrado), termo que na língua inglesa possui sentidos variados como ser incriminado, ser acusado injustamente, ser capturado, de modo que a noção remete à ideia de “incriminação/acusação como uma falsa acusação (...) Um dos sentidos de ser enquadrado significa ser objeto de uma armação, de uma tática mediante a qual a prova é manipulada de maneira a fazer uma acusação falsa parecer verdadeira” (2015, p. 27). Mas, como Butler ensina, as formas de enquadramento remetem tanto às histórias e genealogias que possibilitam esta captura, como àquilo que se situa nas margens, ou seja, fora do enquadramento.

Assim, Butler escreve sobre figuras a partir dos jogos de apreensão, reconhecimento e inteligibilidade, ideias que permitem algumas articulações preciosas para o que busco desenvolver nesta tese<sup>5</sup>. A partir de suas considerações podemos dizer que a figura é uma ocorrência e uma realidade na experiência dos sujeitos, no sentido de que correspondem de fato a mulheres de carne e osso que são indicadas, apontadas e eventualmente tornadas alvo de escrutínio público.

Em segundo lugar, as figuras correspondem a formas de enquadramento, permitindo iluminar, explicar e articular diversos marcadores de poder. Ao mesmo tempo, elas nos remetem, nos termos de Butler, a um estatuto ontológico duplamente indeterminado, no sentido de que são constituídas e se constituem em relação às normas, mas sobretudo porque, em suas diversas relações, há “algo” nas figuras que não se deixa capturar por completo, algo que “escapa” e transborda, que permite uma “evasão” das regras comumente estabelecidas.

Nesse sentido, o exercício empreendido nesta tese pode ser compreendido como uma tentativa de “enquadrar o enquadramento”, ou seja, de objetivar as formas de apreensão pelas quais as figuras são percebidas, a fim de tentar deslocar, torcer e alterar o olhar sobre determinados acontecimentos e pessoas<sup>6</sup>. Se as figuras são encarnações de obviedades, elas

---

<sup>5</sup> A categoria “figura” remete a um conjunto de discussões presentes na Antropologia e na Sociologia. Destaco o conceito “ferramenta” de “tipo ideal” de Max Weber (1999), em sua função analítica e heurística, como uma forma de abstração dos fenômenos sociais, construtos que permitem a discussão, comparação e objetivação de diferentes realidades sociológicas. Considero também os estudos de Erving Goffman (2012) sobre “os quadros da experiência social”, oriundos da perspectiva interacionista na qual o autor se inspira. Goffman escreve sobre formas de enquadramento, “*framing analysis*”, que permitem examinar a interação das pessoas, de que modo determinadas situações são “lidas” ou apreciadas socialmente a partir de diferentes “*frames*”. Estas formas de enquadramento nos permitem levar em consideração não apenas as “molduras” nas quais diversas situações cotidianas são apreendidas, mas também a relação entre o “observador” e suas interações com o “*frame*”, no nosso caso, num jogo entre observadores, figura e fundo. Evidentemente, destaco as contribuições de Gilberto Velho relativas aos “estudos do desvio” (1981), bem como as formulações de Howard Becker sobre “carreiras” e “empreendedores morais” (2008).

<sup>6</sup> Destaco que, para Butler, esta expressão “não tem que resultar em formas rarefeitas de reflexividade. Ao contrário, questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar,

também são os canais que permitem os questionamentos de determinadas convenções, para, quem sabe, alcançar este algo que “escapa ao controle”.

Em outra perspectiva, os apontamentos sobre o lastro de uma “sexualidade errada” procedem de maneira similar às acusações de bruxaria analisadas no trabalho de Evans-Pritchard. Segundo o autor, a bruxaria consiste em um “sistema de valores que regula a conduta humana” (1978, p. 49). Como um esquema de acusações morais e de explicação de causalidades, a bruxaria é “onipresente”, relacionada a diversos aspectos da vida dos Azande<sup>7</sup>.

De maneira similar, em nosso caso, muitas das coisas presentes no decorrer dos acontecimentos são explicadas a partir da ação de determinadas figuras, da “sexualidade errada” que certas mulheres supostamente emanam e exercem. Nesse sentido, há uma homologia entre os processos de atribuição da causa e das intenções na experiência descrita e a maneira pela qual a bruxaria enquanto sistema de valores se manifesta. Quando meus interlocutores atribuem as situações dramáticas e conflituosas a uma “sexualidade errada”, eles não falam nestes termos, mas o fazem através de formulações como: “a culpa da UPP é das novinhas, porque antes a gente tinha bandido de verdade”; “a falta de vagas é por conta dessas mulher que faz um filho atrás do outro”; “eles são assim porque as mães não criam direito, já ouviu falar em apego? Elas não têm”; “ela apanhou porque não cuidava direito do filho”; “abusaram dela porque ela foi provocar eles”; “queimaram ela porque ela foi reclamar dinheiro das crianças pra ele”; “tá passando necessidade porque fez filho na hora errada”.

Como Evans-Pritchard estabelece, a perspectiva da bruxaria consiste em uma ordem cognitiva e discursiva que alinha um elemento em relação a outro. Em perspectiva semelhante à análise da bruxaria entre os Azande, podemos pensar que a explicação de certas causas a partir da ação das figuras não elimina a existência de outros males sociais<sup>8</sup>. Evidentemente as pessoas

---

que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível. A moldura nunca determinou realmente, de forma precisa, o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade; em outras palavras, algo acontece que não se ajusta à nossa compreensão das coisas” (2015, p. 24).

<sup>7</sup> Conforme demonstrado por este autor, inúmeros tipos de infortúnio são explicados por causa de bruxaria. Se uma praga ataca a colheita, se falta a água para lavar roupas, se alguém está de mau humor ou fica doente, se um desastre acontece, se um ritual fracassa, é devido à existência da bruxaria: “qualquer insucesso, qualquer infortúnio que se abate sobre qualquer pessoa, a qualquer hora e em relação a qualquer das múltiplas atitudes da vida, ele pode ser atribuído a bruxaria” (1978, p. 49).

<sup>8</sup> A bruxaria procede na forma da aproximação de elos independentes entre si, de associação e explicação, do porquê de determinados acontecimentos ocorrerem de uma certa maneira, em um dado momento, independente de outros fatores. Nesse sentido, trata-se de uma filosofia e uma pragmática, acionada para organizar os fatos, os eventos e as formas de perceber o mundo. De modo semelhante, as variações discursivas e modos de associação analisados aqui compõem o campo da chamada “sexualidade errada”. Assim, estamos diante de jogos

sabem que o problema de determinadas situações ultrapassa a ação feminina, ou seja, que existem problemas “da política”, ou “do tráfico”, ou da “polícia”, ou do “recalque”, do “ciúme” ou “da falta de dinheiro”. Porém, no curso dos eventos descritos aqui, ações de todos os tipos são narradas tendo como foco a ação das mulheres provocadoras.

## **O trabalho de campo**

Como mencionado anteriormente, a etnografia apresentada desenvolveu-se a partir do trabalho de campo nos morros da Mineira e do São Carlos, duas favelas situadas na Zona Norte da Cidade. A ideia de conhecer esta região partiu de conversas com um amigo de minha rede pessoal. Alexandre é “cria” do morro do São Carlos e, ao ouvir algumas das minhas pretensões de pesquisa, sugeriu que eu conhecesse “o morro”. Ao chegar pela primeira vez no morro da Mineira, tinha alguns poucos contatos para procurar. Na associação de moradores, fui recebida pela vice-diretora da organização. Após algumas breves conversas, combinamos que ela me apresentaria uma “moça que toma conta”. Este movimento inicial me permitiu conhecer uma “dona da Casa” que posteriormente me indicou outras interlocutoras. Paralelamente, por força de um hábito adquirido na pesquisa anterior, procurei algumas creches na localidade. Ao chegar em cada instituição, apresentava minhas intenções de pesquisa e perguntava se podia frequentar a unidade a fim de realizar observações.

A partir desses movimentos iniciais, passei a estabelecer relações de diálogo, tanto nas Casas como nas Creches<sup>9</sup>. Nos primeiros seis meses do trabalho de campo, conheci três mulheres que tomam conta de crianças e passei a visitá-las com alguma frequência, em torno de duas a três vezes por semana<sup>10</sup>. Revezava este tempo com as visitas a algumas Creches. Neste vaivém entre Casas e Creches, pude conversar com muitas mulheres: as “donas da casa”, professoras, diretoras, vice-diretoras, cozinheiras, auxiliares de limpeza, mulheres mães em geral com diversas ocupações profissionais, bem como interagir com crianças e adolescentes.

---

enunciativos, que apresentam, entre outras coisas, uma teoria da causalidade. É sobre esta teoria que as figuras nos convocam a pensar.

<sup>9</sup> Usarei os termos Casas e Creches com a letra maiúscula, pois se tratam de espaços que possuem um status analítico nesta etnografia.

<sup>10</sup> O trabalho de campo se iniciou em março de 2014 e se desenvolveu até janeiro de 2016.

Um segundo momento da pesquisa consistiu na conversa com as mulheres apontadas como “novinhas”, “mães nervosas” e “abandonantes”. Nestas ocasiões, busquei ouvi-las sobre suas próprias “histórias”. Estas conversas se deram em diversos lugares “dentro” e “fora” da favela, em bares, festas, casas e diversos espaços de interlocução. Durante a pesquisa, frequentei ambientes que me propiciaram um olhar mais atento e sistemático, como a biblioteca do morro do São Carlos e a quadra de futebol da Mineira. Durante os três meses finais da pesquisa, frequentei uma escola municipal, na qual realizei conversas e oficinas com grupos de alunos. Nesta temporada, ouvi professores, diretores, técnicos e funcionários sobre diversas questões relacionadas à pesquisa. Nesse sentido, esta etnografia tem um caráter multissituado.

Neste caminho, para aprofundar questões que surgiam durante a etnografia, realizei entrevistas com gestores e funcionários de equipamentos públicos. Desta forma, estive em diversas instituições, como o Ministério Público e a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, onde recolhi dados sobre o déficit de vagas em creches e sobre os processos de solicitação de abertura de vaga. No Hospital Maternidade da UFRJ, entrevistei assistentes sociais a respeito do “abandono” de crianças. Na Clínica da Família Sérgio Vieira de Mello, procurei entender como se dava a relação com as mulheres atendidas. No Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS “Simone de Beauvoir”, ouvi assistentes sociais e psicólogos. Fui diversas vezes à Prefeitura, no setor da Primeira Coordenadoria de Educação, tanto para entrevistar técnicos, como para acompanhar meu processo de autorização de pesquisa nas Creches<sup>11</sup>. No Poder Legislativo, fui recebida no gabinete do vereador Paulo Messina, lugar em que recolhi dados e impressões sobre o atendimento relacionado às creches e à educação infantil. Tive encontros com especialistas da área do Direito da Família, a exemplo da advogada Tânia Pereira, da Juíza Raquel Chrispino e do presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família – IBDFAM, Rodrigo da Cunha Pereira. Estas conversas se deram no intuito de entender de que maneira as questões de cuidado e famílias estavam se desenvolvendo na Justiça. Para saber sobre a distribuição de métodos contraceptivos e questões relacionadas à sexualidade feminina, conversei com especialistas da Medicina, da Psicologia e da Sexualidade, tais como a ginecologista Isabel Saide e a mestra em Ciência Médica Ellen Aragão. Na Unidade de Polícia Pacificadora – UPP do São Carlos, pude conversar com alguns policiais sobre questões da pesquisa. Todos estes encontros foram feitos

---

<sup>11</sup> Para realizar a pesquisa nas Creches da Prefeitura, foi preciso realizar um pedido de autorização de pesquisa através da proposta de um projeto. Este processo foi submetido à Plataforma Brasil e, posteriormente, ao setor de projetos da Secretaria de Educação da Prefeitura. Aproveitei esta oportunidade para agradecer o empenho do professor Luiz Fernando Dias Duarte nas questões de ética e pesquisa nas Ciências Humanas, bem como nas orientações que me auxiliaram na proposição do referido projeto na Plataforma Brasil.

para discutir e aprofundar aspectos que surgiam no decorrer do processo de pesquisa junto às Creches, Casas e com as moradoras.

O complexo do São Carlos se situa entre os bairros do Catumbi, Estácio e Rio Comprido. Seu território abrange áreas diversas: Zinco, Querosene, Coroa, Fallet, Fogueteiro entre outras regiões do morro. Segundo os dados oficiais do Governo do Estado, o morro da Mineira faz parte do complexo do São Carlos, entretanto, muitos moradores consideram a Mineira uma favela independente do complexo. Os dois morros possuem entradas e saídas distintas, bem como serviços públicos coordenados por diferentes setores da Prefeitura. Ao mesmo tempo, as duas localidades se aproximam de acordo com o sentimento de vizinhança, histórias, vivências e relações comuns. No complexo, o comércio de drogas local está sob o comando da facção A.D.A. (Amigos dos Amigos).

O morro do São Carlos é conhecido por ser o “berço do samba” na cidade, dada sua relação com a expansão do gênero musical. A escola de samba “Estácio de Sá” é um dos grandes exemplos desta tradição, porém outras escolas e blocos “nasceram”, por assim dizer, na favela. Durante muito tempo, entre as décadas de 70 e 90, o morro se constituiu como forte reduto da boemia carioca, através da frequência e moradia de diversos nomes da música popular brasileira, tais como Gonzaguinha, Luiz Melodia, Ângela Maria, Luiz Gonzaga, Grande Othelo, Madame Satã, entre outras personalidades de destaque neste cenário.

Moradores contam que o morro do São Carlos recebeu muitos homens e mulheres oriundos do comércio colonial de escravos. A presença de azulejos portugueses em algumas casas e demolições, entre outros traços da arquitetura da época, é característica deste período histórico. Outras pessoas contam sobre fantasmas que vivem em alguns locais do morro, almas de mulheres e homens negros que foram torturados e permanecem presos ao local. Moradores explicam que, no passado, o morro do São Carlos foi posse de um grande fazendeiro, que deixou partes do território como herança aos seus muitos filhos. Estes herdeiros teriam batizado algumas ruas do São Carlos com os seus respectivos nomes.

O morro da Mineira situa-se no bairro do Catumbi, próximo ao Sambódromo. Moradores contam que o nome da favela se deve ao fato de ter recebido muitos migrantes do estado de Minas Gerais que vieram em busca de trabalho e se fixaram no morro. Histórias sobre assombrações também circulam de forma ativa na Mineira, dada a proximidade da favela com o “Cemitério do Catumbi”, situado logo na entrada do morro. Alguns moradores atribuem o pouco investimento social na localidade à presença do cemitério, que, através de seus mortos,

assombraria o local<sup>12</sup>.

O São Carlos e a Mineira possuem um histórico de “invasões” e conflitos relacionados ao comércio de drogas e à ação policial<sup>13</sup>. Algumas ações policiais ocuparam as principais páginas de jornais, a exemplo da prisão do Fu da Mineira e do Coelho, homens divulgados na “lista dos traficantes” mais perseguidos pelas Polícias Militar e Civil. Entretanto, para os moradores, apesar de algumas operações receberem destaque midiático, o cotidiano atravessado por diferentes ações do poder armado institucional é encoberto por uma espécie de silêncio que oculta perturbações constantes, como a interrupção das aulas nas escolas, a descontinuidade nos atendimentos dos postos de saúde, a suspensão das atividades dos agentes de saúde comunitária no morro, entre outras barreiras de acesso a serviços de todo tipo.

Apesar da rotina intensa destes acontecimentos, moradores e agentes públicos que atuam na localidade criticam o fato de que “a mídia” não confere atenção à “comunidade”, da mesma forma como ocorreria em “outros lugares”, como a Rocinha ou Manguinhos, favelas localizadas em outras partes da cidade. Nesta linha, interlocutores criticam o fato de que nenhuma grande ONG procure estabelecer um projeto contínuo na localidade. Para os moradores, esta espécie de “cortina de fumaça” oculta as dinâmicas cotidianas de violência, o que, por sua vez, seria explicado pelo fato de a Mineira se situar exatamente no eixo que liga a Prefeitura Municipal ao Palácio Guanabara, sede do governo estadual. A localização da favela em meio a espaços de autoridade do poder estatal faria com que as “invasões” e operações policiais fossem “abafadas” de propósito<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> O tema das assombrações em áreas de favela que abrigaram homens e mulheres escravos e ex-escravos está presente em outras análises. Ver o trabalho de Anelise Gutterres (2016), que mostra a presença de relatos semelhantes no Morro da Providência. Em outra perspectiva, encontramos o trabalho de Luiz Fernando Dias Duarte (1987b) que analisa as representações acerca do “cemitério de escravos” em bairros populares.

<sup>13</sup> “Invasão” é um termo que se refere às tentativas de outras facções rivais em retomar o controle sobre os pontos de venda de mercadorias ilícitas.

<sup>14</sup> Como demonstrado por Marcia Leite (2015), esta localidade compreende o “cinturão de segurança para os grandes eventos”, tal como foi nomeado pelos órgãos administrativos da Segurança. A socióloga contextualiza a implantação das UPPs em relação às mudanças realizadas na Cidade, intervenções que dizem respeito ao “projeto de reconfiguração da cidade do Rio de Janeiro enquanto uma “cidade de negócios” (2015, p. 5). Este aspecto explica a situação apontada pelos moradores, segundo os quais acontecimentos violentos e de transtorno da rotina seriam “abafados”, uma vez que a região faz parte das áreas da cidade partícipes da “política de pacificação”. Esta distribuição desigual das atenções midiáticas e das intervenções dos projetos sociais tensiona tentativas de homogeneização destes territórios, bem como colabora para produzir assimetrias na distribuição de recursos entre favelas.

## O paradigma da “gravidez planejada” versus a pragmática do “sexo que faz filhos”

Muitas das questões que surgem ao longo da tese remetem a discussões sobre “controle de natalidade” e “desenvolvimento populacional”. Longe de traçar uma perspectiva linear sobre estas discussões, quero apenas destacar que o tema da reprodução sexual feminina atrelada a questões sociais corresponde a debates políticos intensos vividos nas últimas décadas. Ao longo destes anos, discussões sobre população e imagem da nação não prescindiram da negociação sobre a sexualidade das mulheres como elemento fundamental.

Em pesquisa recente, a antropóloga Andréa Moraes Alves (2014) analisa as “controvérsias” e “polêmicas” sobre o debate do “crescimento demográfico”, fundamental para a imaginação de um “Estado Moderno”, pensamento que ganhou forma e força durante o regime militar. A autora acompanha a trajetória de especialistas da medicina responsáveis pelo fornecimento de serviços de contracepção feminina às camadas populares, a exemplo do Centro de Pesquisa e Atenção Integrada à Mulher e à Criança, que tiveram ampla participação na difusão de métodos contraceptivos entre as décadas de 1970 e 1990. Em sua análise, Alves descortina o campo das forças que disputaram iniciativas acerca da regulação da fecundidade feminina, desde a oferta de contraceptivos para uma população “carente” e “necessitada”, até as denúncias de “esterilização em massa” movidas por setores da sociedade civil (2014)<sup>15</sup>.

Reflexões similares aparecem no trabalho de Fabíola Rohden (2003), quando ela examina de que maneira as preocupações com a contracepção e a natalidade, geralmente atribuídas ao campo das escolhas individuais, converteram-se em temas de interesse público durante o século XX, tendência saliente tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos e em países da Europa. Médicos, juristas e políticos colaboraram para a propagação de discursos paradoxais que, ao mesmo tempo que celebravam a maternidade – momento em que a mulher é responsável por “dar um filho à sociedade” –, veiculavam propagandas incisivas sobre o controle das proles, “para que a nação se tornasse cada vez mais forte e populosa, dotada de cidadãos em número suficiente e com as qualidades necessárias ao seu bom desenvolvimento”. Estas duas linhas de

---

<sup>15</sup> Como Alves demonstra, estas discussões e “controvérsias” culminaram na implementação do PAISM (Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher) e na consequente “Lei de Planejamento Familiar”, responsável por regulamentar a política pública voltada ao acesso de métodos contraceptivos por homens e mulheres (Alves, 2014). Estas discussões mobilizaram diferentes atores políticos, fato que ajuda a entender de que modo a regulação da sexualidade das mulheres, em especial de mulheres pobres, participa de um campo de discussões antigas, debulhadas durante um longo processo temporal.

ação, atravessadas por ideias eugenistas ao sabor da época, encontraram na sexualidade feminina um ponto estratégico e essencial para pensar o “desenvolvimento nacional” (Rohden, 2003, p. 220).

O fato de que algumas ideias eugenistas brasileiras tenham se desenvolvido na esteira de preocupações em torno do “controle de natalidade” remete-nos aos debates sobre a “mestiçagem” brasileira e sua aliança estratégica com o tema da reprodução. A antropóloga Laura Moutinho (2004) analisa de que maneira a ideia de uma mestiçagem brasileira, enquanto “mito de origem” da sociedade, foi objeto de discussão por um conjunto de intelectuais preocupados com que tipo de nação o Brasil pós-escravista seria. Discussões sobre a necessidade de “branqueamento” da população foram ancoradas em fortes representações de gênero, raça e sexualidade, nas quais relações afetivas e sexuais entre pessoas de “cores” diferentes estiveram no centro das preocupações.

A partir destas considerações estabelecidas por Moutinho, veremos que muito do imaginário relacionado às figuras ancora-se nesta articulação tripla entre gênero, raça e origem. A afirmação sobre uma sexualidade “irresponsável” atribuída a mulheres populares ecoa, por um lado, ideias que consideraram a mestiçagem como fator de degenerescência social, decorrente da “herança negra” que o país carrega. A favela, vista como um lugar de “misturas”, evoca algo semelhante à acepção poluidora da mestiçagem brasileira, considerada por muito tempo um “mal em sua essência” e um “caminho sem volta”<sup>16</sup>.

Assim sendo, discussões primordiais acerca de um projeto de nação do povo brasileiro foram atravessadas por questões raciais. Neste conjunto de reflexões, seguindo as considerações de Elza Berquó, Moutinho destaca de que modo “a demografia surgiu sob a égide de ideias puritanas, eugenistas e controlistas” (2004, p. 431). Com base nestas indicações, podemos dizer que ainda hoje a “demografia” é um dos saberes científicos e técnicos para falar do medo social de que os pobres produzam suas proles e sua descendência.

Entretanto, estamos em um momento em que os dados demográficos sinalizam a redução do número de filhos entre os pobres. Esta redução objetivada por indicadores não é suficiente, porém, para abrandar um imaginário de hiper fecundidade associado à favela.

---

<sup>16</sup> As expressões sobre “herança negra” e as considerações da mestiçagem como um acontecimento danoso à sociedade brasileira estão presentes nos escritos de autores do pensamento social, que se propuseram a pensar o tema da mestiçagem, tais como Athur de Gobineau, Nina Rodrigues e Oliveira Viana, entre outros autores analisados por Laura Moutinho (2004). Nesse sentido, podemos pensar que as agruras e pavores evocados por esta “sexualidade errada” são muito semelhantes aos pânicos raciais presentes no debate sobre mestiçagem.

Conforme veremos, estas ideias continuam se perpetuando, espalhando medos e receios e, sobretudo, constituindo-se como um dos principais mecanismos de justificação política para a escassez dos serviços públicos. Esta breve síntese permite localizar a permanência da ideia de “alta fertilidade” atribuída às classes populares.

Finalmente, as discussões desenvolvidas nesta tese remetem às contribuições dos estudos feministas desenvolvidos desde a metade do século XX, no esforço para desembaraçar os nós perigosos entre dois elementos caros ao pensamento moderno, a natureza e a cultura (Rosaldo; Lamphere, 1974; Yanagisako; Colier, 1987; Strathern, 2006). Desarticular a reprodução de fundamentos naturalistas foi uma tarefa necessária para desvincular a cultura do determinismo biológico, o sexo da reprodução, a maternidade compulsória do seu conjunto de significados apoiados no corpo e suas particularidades fisiológicas (Ortner, 1974; Scott, 1995; Moore, 1997; Strathern, 1995; Costa, 2002; Pedro, 2003). Na continuidade destas reflexões, esta tese se desenvolve a partir dos entrelaçamentos entre sexo e reprodução. Se estes dois termos se diferenciam em termos analíticos, nas narrativas populares estas duas categorias aparecem ora como momentos independentes, ora como continuidades que agregam e performam compromissos, obrigações e moralidades. Tal como os estudos feministas exploraram ao longo dos anos, examinar a continuidade entre sexualidade e reprodução se faz indispensável para compreender a persistência daquilo que resiste à mudança, a saber, o caráter compulsório do feminino nas responsabilidades com a continuidade da vida humana.

## **Apresentação dos capítulos**

No Capítulo 1, apresento as Casas que “tomam conta” de crianças. São espaços que permitem a criação de gerações de pessoas ao longo de muitos anos. Procuo mostrar de que forma as mulheres donas da Casa organizam suas rotinas, estabelecem limites de atuação e estipulam valores econômicos para a atividade que realizam. Discuto as modalidades de guarda de crianças realizadas, e os modos de organização do cuidado em relação aos principais dilemas morais que essas mulheres vivenciam. As reputações construídas no decorrer de uma trajetória de cuidado convivem com medos e desafios que recaem sobre as atividades realizadas. Discuto de que maneira a categoria “tomar conta” se refere a um dispositivo de regulação da vida que envolve o cuidado e a coerção, bem como a proteção e a cobrança. O tema da rivalidade entre

mulheres é esboçado, assim como as coalizões e reciprocidades tecidas entre as pessoas. Procuo discutir de que maneira as Casas se situam nas margens do Estado (Das; Poole, 2004), entendidas não como falência do poder público, mas como territórios de produção da vulnerabilidade. Ao final, procuro chamar atenção para de que forma as Casas se constituem como espaços de sustentação da vida nas favelas, permitindo a resolução de inúmeras demandas não solucionadas pelas administrações de Estado.

No Capítulo 2, apresento uma análise sobre as creches públicas. Procuo demonstrar como se arquiteta um discurso de acusação e responsabilização em torno da sexualidade feminina “irresponsável”. Este discurso se apresenta como principal modo de regulação de alguns recursos sociais, a exemplo da gestão das vagas nas instituições. Nesse aspecto, busco refletir sobre a importância do acesso a vaga na vida de trabalhadores e trabalhadoras. Apresento as principais etapas de acesso as vagas na instituição, a exemplo do “sorteio”, as estratégias e batalhas mobilizadas pelas famílias para conseguir uma vaga, assim como os impactos que o não acesso gera para as famílias. Nestes trânsitos, conhecemos os expedientes utilizados para conter a demanda não atendida, tais como a “lista de espera” e outras modalidades de lidar com o que “não tem”. A gestão cotidiana dos recursos sociais é realizada em composições híbridas de empatia e distância em relação às necessidades que chegam à instituição. Neste aspecto, acompanho de que maneira algumas situações são conduzidas a partir de uma “pedagogia do constrangimento”, nas quais cenas de negativas, “esporros” públicos e lições morais possuem uma eficácia particular na gestão das administrações. Procuo descrever o som do ambiente institucional para mostrar de que maneira o barulho da instituição afeta os estados emocionais das profissionais, assim como permite estabelecer o campo de forças relacionadas ao “tomar conta” das pessoas. Cheiros, nojos, texturas e toques são elementos que surgem como moduladores do trabalho realizado e qualificam disputas e distinções de gênero, classe e raça que emergem deste contexto. Acompanho a presença de um “Estado feminino”, uma ação administrativa assentada em relações de desigualdade entre mulheres pobres e outras que ascenderam socialmente. Esta ação, por sua vez, mescla qualidades amorosas comumente relacionadas à feminilidade com a prática da coerção e da admoestação dos corpos.

No Capítulo 3, apresento a figura das “novinhas”. Procuo analisar aqui de que maneira as noções sobre esta categoria popular são variáveis e equacionam critérios de idade, atitude e comportamento das jovens. Discuto os principais incômodos e tensões que pesam sobre elas, o uso das roupas curtas, a atitude de “afronta”, o “medo de engravidar” sentido por suas mães, as

acusações sobre usurpação de outras relações afetivas e sexuais e a mobilização de “desejos ilícitos” nas acusações sobre a provocação de homens mais velhos. Procuo descrever as zonas de prazer e perigo pelas quais elas transitam, e de que maneira a realização de uma performance lida socialmente como provocadora pode ser capturada pelos observadores. Neste aspecto, veremos como alguns “castigos”, punições, estupros ou assassinatos são explicados a partir do comportamento desviante das jovens. Ao final, apresento a figura da “novinha terrorista”, buscando pensar sobre formas de ação e agência neste contexto.

No Capítulo 4, apresento a figura das “mães nervosas”. Indico a presença de um discurso sobre o “nervoso” feminino nas instituições e, em seguida, procuro identificar as formas através das quais as mulheres compreendem as expressões de “nervoso”. Nesta perspectiva, conhecemos as diversas manifestações evocadas por elas: “bater”, “apanhar”, “dar uma surra”, “espancar”, “loucura”, “raiva” e “maldade” são categorias acionadas pelas mulheres e que falam sobre um trabalho relacional dinâmico e instável de diferenciação de atitudes, comportamentos e práticas. Este trabalho relacional produz formas de justificação do “nervoso” feminino, apontando para a capacidade das mulheres de conduzirem-se frente a possibilidades de difamação moral. As formas de manifestar os humores e as raivas apontam para uma “economia das intensidades” reveladora de outros atravessamentos de tensão, a exemplo das ações masculinas e das ações do poder armado no território. Estes atravessamentos revelam-se como linhas de força que, uma vez considerados em conjunto, permitem compreender a dinâmica do “nervoso” feminino. Ao final, procuro discutir alguns desdobramentos éticos e políticos envolvidos na dinâmica do “nervoso”, a exemplo do “bater para evitar o pior” e sobre a forma com que as crianças se constituem como canais para escoamento de uma “raiva” com contornos sociais e de gênero específicos.

No Capítulo 5, apresento a figura das “mães abandonantes”. Veremos de que forma o “abandono” consiste em uma categoria genérica que abarca situações múltiplas de transação de crianças. As situações que acompanho se diferenciam das cenas propaladas na mídia acerca do evento do “abandono”. Assim sendo, veremos situações nas quais crianças circularam a partir das categorias “deixar com”, “entregar”, “dar”, “tomaram de mim”, evocações que falam de situações de disputa, vulnerabilidade, hesitações e decisões sobre a transação de um filho num momento particular da vida. Procuo analisar a circulação das crianças “dadas” a partir da posição das “doadoras” e das “receptoras”, tentando compreender os contextos nos quais algumas crianças foram entregues ou cedidas do núcleo original do qual vieram. A falta de casa, o “pai que abandonou”, deslocamentos em busca de trabalho e partições familiares são aspectos

que confluem para que algumas mulheres encaminhem seus filhos. As situações analisadas neste capítulo falam de contextos nos quais crianças foram transacionadas em regimes de proximidade social, ou seja, entre redes de amigos, familiares e conhecidos. Como veremos, esta proximidade social não apaga dilemas morais entre as famílias, nem as diferenças econômicas e raciais presentes nos trânsitos das crianças. Estas diferenças expõem algumas “fraturas” de gênero, classe, raça e geração, indicando a forma como a maternidade desviante tem o poder de apagar outros marcadores sociais da diferença.

Na conclusão da tese, escrevo algumas linhas sobre a articulação da dimensão de gênero e sexualidade com as mortes nas favelas, procurando discutir de que modo a matabilidade dirigida a alguns territórios encontra seu lastro na ideia de uma sexualidade e procriação feminina intensiva.

## 1 CASAS DE “TOMAR CONTA”. VIDA NAS MARGENS, FORMAS DE HABITAR O MUNDO

“Ô Dina, teu menino desceu o São Carlos,  
Pegou um sonho e partiu,  
Pensava que era um guerreiro,  
Com terras e gente a conquistar,  
Havia um fogo em seus olhos,  
Um fogo de não se apagar.  
Diz lá pra Dina que eu volto  
Que seu guri não fugiu  
Só quis saber como é,  
Qual é,  
Perna no mundo sumiu.”  
*(Gonzaguinha – Com a perna no mundo)*

No refrão de “Com a perna do mundo”, o músico e compositor Gonzaguinha canta uma homenagem a Dina, mulher que o criou da infância à adolescência. No alto de suas apresentações musicais na cidade do Rio de Janeiro, Luiz Gonzaga, o “Rei do Baião”, deixava seu filho aos cuidados de um casal de amigos, Dina e seu marido Enrique Xavier, moradores do morro do São Carlos. No filme “Gonzaga: de pai para filho”, assistimos às tensões persistentes entre pai e filho ao longo da vida dos dois. Mágoas, expectativas, ressentimentos e amores encorpam algumas marcas que falam do sentimento de abandono vivido por Gonzaguinha em relação a seu pai. Na película do diretor Breno Silveira, conhecemos de relance a personagem Dina, moradora do morro do São Carlos nos anos 1950, a quem Gonzaguinha chamava de mãe. Não é por acaso que, no filme, a figura de Dina seja coadjuvante diante do foco central que é a relação conturbada de amor e conflito entre pai e filho. Pouco sabemos sobre Dina a partir das matérias sobre o filme na imprensa, que sequer informam seu sobrenome. O ritmo do filme mostra como o dar e o criar podem ser vividos de maneira amorosa e solidária, em coexistência com muitas tensões e rancores.

É no morro do São Carlos e através de uma letra composta e cantada por um adulto oriundo de uma infância vivida na favela, que conhecemos uma das maneiras predominantes de criação nas classes populares; a mutualidade da “mãe de criação” com os pais “de verdade”

(Fonseca, 1995. 2002)<sup>17</sup>. O “dar” e o “pegar pra criar” se afirmam como matéria forte de produção de subjetividades, das “imaginações de parentesco” das quais nos fala Janet Carsten (2000), fontes inesgotáveis de fabricação artística e poética.

Seja como parte das lembranças registradas em músicas de renomados compositores, seja em experiências de diversas pessoas oriundas de contexto popular, as formas múltiplas de criar e “tomar conta” estão presentes há muito tempo na organização do cuidado nas favelas, conforme desvelou Cláudia Fonseca em seu estudo sobre a “circulação de crianças” (1995). Veremos, desta maneira, como estas formas de habitar o mundo guardam importância no tecido relacional das famílias faveladas.

Nas minhas primeiras caminhadas nos morros da Mineira e do São Carlos, vagava em busca de conhecer casas de mulheres que cuidassem de crianças. Seguia assim com um desejo especial: conhecer de perto as dinâmicas tecidas por mulheres que tomam conta de crianças em suas próprias casas. Com este intento, passei a me aproximar destas lógicas, atenta a sua permanência enquanto prática social de longa duração histórica nas camadas populares, aquelas que acontecem “desde sempre”, como nos chama atenção Vera da Silva Telles em seu estudo sobre as fronteiras incertas entre o informal e o ilícito (2010).

“Aqui tem sim, casa que toma conta de criança”. É assim que as pessoas confirmavam a existência das casas na favela. Apesar de voltadas ao cuidado das crianças, tais casas não recebem o nome de “casas de cuidado”, mas são conhecidas pelo nome da dona da Casa; A casa da Silvana, a casa da Vó, a casa da Dona Joane e por aí vai. Quando estas casas não são referidas pelo nome da dona da Casa, elas são mencionadas por “casa que toma conta de criança”. Nas Creches, muitas foram as referências a estas Casas, apontadas como lugares para se deixar as crianças que não conseguiam vaga na rede pública: “aqui não tem vaga, mas você

---

<sup>17</sup> Dina não é a única personagem feminina obliterada na narrativa cinematográfica elaborada pelo diretor Breno Silveira. Na época do lançamento do filme, alguns jornalistas reavivaram uma “polêmica” em torno da paternidade de Gonzaguinha. O menino, “na verdade”, seria filho de Odaléia com outro homem. Léia, como é conhecida, é por vezes retratada ora como cantora do *Dancing Brasil*, ora como prostituta. Gonzagão teria iniciado o relacionamento com Léia durante sua gravidez e posteriormente registrado a criança como filho de ambos. Desta forma, Gonzagão e Gonzaguinha teriam vivido as fantasmagorias de um parentesco que não era considerado “de verdade”, o que contextualiza o fundo das tensões entre ambos. Nas matérias de jornais que abordam este assunto, a suposta “infertilidade” de Gonzagão é retratada na forma de rumores e com tom pejorativo. Nas fitas que registram conversas entre pai e filho, Gonzagão diz: “meu sangue não corre nas suas veias, mas você é mais meu filho que qualquer outro”. Estes acontecimentos nos mostram que a coexistência entre o parentesco de sangue e o de criação é matéria de especulações que mobilizam os afetos, gestos, enlaces e sentimentos. Neste caso, a história obliterada de Léia e Gonzagão serve para enriquecer uma narrativa que até então poderia ser lida como “apenas” uma história emocional de conflito entre pai e filho.

pode procurar a casa de fulana”, indicavam as profissionais, na tentativa de diminuir a angústia dos que ficavam sem vaga.

Portanto, na falta de vagas na Creche, um problema persistente na administração pública, as Casas são sugeridas por professoras e diretoras como alternativa para a guarda das crianças. Casas e Creches, nesse sentido, são figuras do cuidado complementares e reconhecíveis na favela. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar de as Casas serem indicadas pelas profissionais da rede pública, elas também são fonte de críticas por parte dos gestores e profissionais no tocante às formas de criar que nelas são realizadas. No decorrer desta análise, pretendo oferecer mais detalhes sobre tais ambivalências.

Ao falar em formas de “circulação de crianças”, nos remetemos imediatamente ao trabalho pioneiro de Claudia Fonseca (1995), que descortina a permanência destas práticas ao longo do tempo e analisa seu caráter persistente nas formas de cuidado de crianças no Brasil. Em seu estudo, realizado em bairros populares de Porto Alegre, a autora descreve as maneiras pelas quais uma criança pode participar de múltiplos lares ao longo de uma trajetória de vida. Esta “circulação” alarga a afirmação de que “mãe é uma só” (Fonseca, 2002), ao apresentar outras mães e pais que se tornam referência de afeto, compromisso e obrigações de parentesco. Desta maneira, Fonseca mostra como o “pegar pra criar” – modalidade extremamente comum nas classes populares – pode se converter na chamada “adoção à brasileira”, versão informal (e ilegal) da adoção formal (2006). Posteriormente, a antropóloga afirmaria que formas diversas de circulação podem ser observadas, inclusive, nas classes médias, em uma ocorrência que questionaria a vulgata da centralidade da família nuclear até mesmo nestes grupos (Fonseca, 2002).

Estas configurações familiares e de criação, muitas vezes vistas como “alternativas”, se desenrolaram diante das ações do Estado e dos poderes governamentais ao longo das últimas décadas. Neste aspecto, Claudia Fonseca descreve como a prática da circulação de crianças se deu de maneira conflituosa e controversa na interface com o desenvolvimento das leis de adoção implementadas pelo Estado pós-ditadura militar. Os antigos orfanatos geridos pela FEBEM na década de 80, por exemplo, eram considerados como modos de guarda temporária pelas famílias pobres que procuravam tais instituições para deixar os filhos por períodos determinados, fosse diante de alguma dificuldade ao longo da vida ou mesmo em conflitos relacionados à educação e controle das crianças. Famílias e, em especial, mulheres mães que deixaram seus filhos nestas instituições ficavam surpresas quando, ao voltar para recuperar seus

filhos, descobriam que estes haviam sido adotados e que elas nunca mais tornariam a encontrá-los (Fonseca, 2006).

Na relação entre formas “alternativas” de criar e as instituições de Estado, uma série de categorias emergiu, a saber, as das famílias desestruturadas, incapazes, abandonantes e negligentes (Fonseca, 2006). Entretanto, mais do que atentar para a forma como estas categorias se atualizam no contexto pesquisado ou apontar para polos estanques e potencialmente antagônicos de modos de criar, busco descrever um espaço intersticial no qual ambos os lugares e formas de relação coexistem, se sobrepõem e colaboram na produção de certas fronteiras. Nestas zonas de margem, nos termos de Veena Das e Deborah Poole (2004), interesse-me por uma espécie de base de proximidade feita de conflitos, resistências e distintas concepções e valores em torno do criar. Será a partir das diferenças, dos embates e das ajudas mútuas no cotidiano vivido que a atenção às relações se desenvolverá.

Das e Poole (2004) lembram que um dos perigos de pensar o Estado em termos de produção de “ordem” reside justamente no fato de que os espaços de margem, como a vida na favela, são imaginados como lugares da “desordem” e “falência”, resultado de um Estado incapaz de agir nestes territórios. Ao invés de perceber as “margens” como espaços de falência do Estado, interessa-nos acompanhar a forma como estes territórios são lugares de implicações, resultados, ações e expedientes produzidos pelas ações de Estado e que, por conseguinte, nos desafia a pensar nas fronteiras e limites entre o legal e ilegal, formal e informal, centro e periferia.

A perspectiva analítica destas autoras se afasta da concepção do Estado como “forma administrativa racional de organização política” que estaria, por sua vez, inacabada, debilitada e incapaz de agir nos centros urbanos, favelas ou periferias. Isto permite compreender como uma certa “ausência de Estado” estrutura dinâmicas locais, aparentemente desconectadas e indiferentes a estas ações, mas profundamente ancoradas nos efeitos das administrações públicas. Nesse sentido, práticas “fora da lei” ou “fora da norma”, como é o caso das Casas de “tomar conta”, não devem ser entendidas somente em termos de lei, norma e transgressão, mas em termos de práticas que se fazem “dentro e fora da lei” (Das, 2008, p.17)<sup>18</sup>. No fundo, como

---

<sup>18</sup> Esta proposição implica identificar uma estreita conexão entre a lei e “os estados de exceção” (Das; Poole, 2008). Para as autoras, as vidas nas margens são fundamentais às operações do Estado, nas quais as situações de exceção são parte necessária à execução e existências das regras. Nesse sentido, é importante sublinhar que tais espaços não dizem respeito apenas a marcadores territoriais, e extrapolam noções socioespaciais, uma vez que se referem a práticas, a formas de aplicação e negociação das leis, e às maneiras pelas quais as normas são desafiadas ou reordenadas conforme seus modos de vida locais. Esta forma de habitar o mundo sustenta e permite a sobrevivência, a produção das pessoas e a continuidade da vida, não somente dos grupos populares, mas também de outras camadas sociais.

lembra Adriana Vianna, “não estamos lidando com domínios ou esferas distintas, e sim com modos de articulação e separação entre práticas” (Vianna, 2013, p.17).

De volta às contribuições de Claudia Fonseca, a autora alerta que a multiplicidade das formas familiares no Brasil “exigiria do observador um esforço para considerar, além da norma hegemônica, essas dinâmicas alternativas, sendo a circulação das crianças em grupos populares apenas um exemplo” (Fonseca, 2002, p. 49). À luz destas indicações, registro que as Casas se constituem como mais um destes “exemplos”, uma destas maneiras “alternativas” através das quais a necessidade do cuidado das crianças é resolvida<sup>19</sup>.

Assim como a circulação de crianças é, nos termos de Fonseca, uma das modalidades de criação presentes na longa duração da estrutura dos cuidados, as Casas, como formas alternativas de “colocação”, se constituem como mais uma destas modalidades de criação de crianças. Veremos que ao lado das Casas existem outras modalidades igualmente estratégicas, como mulheres que levam e buscam na creche, crianças que são provedoras de atenções ao cuidar de irmãos ou parentes, mulheres que, em suas próprias casas, tomam conta de seus próprios filhos junto a outras crianças, filhos de uma amiga ou de uma vizinha, o que seria uma versão diminuta das Casas que “tomam conta”, sem esquecer dos parentes e amigos que se ajudam na criação de outros. Em suma, as Casas de “tomar conta” são uma destas modalidades que, situadas na realidade permanente da circulação, enriquecem as mil e uma formas de resolver a demanda pelo cuidado nas classes populares.

---

<sup>19</sup> Considerar estes espaços como modelos alternativos em relação aos serviços de Estado é uma forma comum de situar o lugar lógico destas Casas na estrutura dos cuidados. Entretanto, vemos que esta se trata de uma forma bem sedimentada de criação em contextos populares, na qual o termo “informal” evoca um sentido de imprecisão e parcialidade, que se realiza de forma contínua na longa duração histórica. Por outro lado, este termo faz sentido diante do fato de que estas Casas foram alvo de tentativas contínuas de regulamentação pelo poder público em diversos momentos ao longo das últimas décadas. Durante o trabalho de campo, ao comentar sobre as Casas com uma assistente social que trabalha em um dos colégios que percorri, soube que estas unidades foram objeto de intervenção da Prefeitura do Rio de Janeiro. Uma equipe da Secretaria de Assistência Social (da qual essa profissional fez parte), há cerca de alguns anos atrás, tentou desenvolver um trabalho de capacitação com as mulheres, projeto que se chamava “Mãe Crecheira”. A ideia do projeto era capacitar mulheres que realizassem esse trabalho nas comunidades, oferecendo alguma remuneração pelo trabalho que desenvolviam, entre outros incentivos. Entretanto, na avaliação desta profissional, “o projeto “era muito bonito, mas não deu certo, porque todas as reuniões eram imposições a elas, era sempre aquela coisa da prefeitura querer ensinar a fazer, ensinar a fazer algo que elas já fazem, e já sabem, e elas não se adaptaram”. Segundo ela, este motivo levou à desistência da tentativa de regulamentação do trabalho realizado pelas mulheres.

## 1.1 Na casa da Silvana

“Tudo começou a partir de uma criança que era malculhada e os pais largavam”: é a partir de uma história de abandono que Silvana relembra sua trajetória de “tomar conta”. Faz dez anos que ela cuida de crianças em sua casa. Primeiro chegou uma, e ela “ia ajudando e fui criando e cuidando”. O tempo passa e outra criança chega em situação semelhante. Depois, chegam outras. E ela não parou mais. Histórias de abandonos e “cenas de salvação”, tais quais analisa Adriana Vianna (2002), são muito comuns nas narrativas de mulheres que “tomam conta” ou que “pegaram pra criar”. Como esta autora desenvolve, estas são situações nas quais está fortemente marcada “a imagem de uma situação de múltiplas precariedades” (2002, p. 64). As cenas narradas aqui se aproximam dos casos nos quais crianças são “resgatadas” de situações de vulnerabilidade. Vianna mostra como, nos embates vividos nos tribunais, estas cenas projetam e constroem “uma representação moral especialmente positiva” para aqueles que pegam ou recebem as crianças (Vianna, 2002, p. 211)<sup>20</sup>. Veremos como esta “representação positiva” está presente na atuação das mulheres que “tomam conta”.

Silvana é uma mulher jovem, de 37 anos. Atualmente, ela cuida de dez crianças em sua casa. Seu ex-companheiro foi embora de casa há muitos anos e a deixou com Bianca, filha de ambos, que na época tinha cerca de um ano de idade. Desde então, “mãe solteira”, conta que aprendeu a se virar e critica as mulheres que, nas palavras dela, “reclamam de tudo” e “se fazem de coitada”. Para ela, criar filho sozinha “é difícil, mas dá pra se virar. Dá sim!”.

Silvana cuida das crianças com ajuda da sua filha Bianca, desde pequena criada junto às outras crianças na casa. Bianca hoje tem 19 anos e está terminando um curso de assistente de enfermagem. Ela é uma jovem extremamente determinada que, em suas próprias palavras, “eu sei o que quero, tenho foco”. Quando nos conhecemos, seu objetivo era prestar o vestibular para Medicina em uma universidade pública, embora às vezes ponderasse que “é muito concorrido”. Como cálculo alternativo, Bianca explica que, se não passar para Medicina, vai fazer Enfermagem, em um raciocínio compreensível à luz das ideias de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre as estratégias de reprodução e escolaridade (2008). De qualquer maneira, Bianca conta que seu desejo profissional consiste em trabalhar na área da saúde, e nos faz pensar

---

<sup>20</sup> Outro aspecto destacado por Adriana Vianna diz respeito à forma como estas “cenas de salvação” possuem uma força mítica, no sentido de que, ao serem constantemente lembradas, atualizam o lugar tanto do resgate de crianças evocadas como “indesejadas” como do mal que se evitou ao se ofertar uma “nova vida” à criança. É interessante reter, ao longo da tese, este aspecto mítico contido nestas histórias.

na forma como sua trajetória pessoal dedicada ao cuidado de crianças, pode ter matizado a “escolha” das profissões que pretende seguir, todas elas no campo da atenção aos outros.

Ao contrário de outras mulheres com quem estive, Silvana não dorme com nenhuma criança em sua casa. Ela valoriza muito sua privacidade e fala da importância de ter “um tempo pra mim”. Este tempo é usado para descansar ou em saídas noturnas com suas amigas. Em sua casa, algumas crianças chegam por volta das cinco da manhã e podem sair às quatro ou seis da tarde ou às nove horas da noite. O pagamento, recebido no final do mês, varia de acordo com o tempo que cada criança permanece em sua casa. Porém, este tempo não obedece a limites cronológicos rígidos, mas é mensurado com base em temporalidades alternativas: um dia inteiro, “meio turno” ou “dois dias na semana”.

Desta forma, a quantia recebida também pode variar. Silvana pode receber R\$ 100,00, R\$ 150,00, R\$170,00 ou R\$ 200,00 mensais. Nas Casas, a possibilidade de negociação entre a necessidade das famílias e a necessidade do tempo do cuidado da criança está em aberto. Este é, portanto, um modelo de “tomar conta” diferente da Creche, que possui um padrão hermético de entradas e saídas, de horários e rotinas, que em termos normativos se funda na prioridade e no “bem-estar da criança”, mas que não considera as distintas temporalidades dos familiares em suas necessidades variadas de guarda e mobilidade.

As Casas não servem apenas aos moradores do morro, mas atendem crianças de muitos bairros vizinhos. Existem crianças moradoras nos bairros de São Cristóvão, Laranjeiras, Catumbi, Estácio e Centro. As pessoas indicam o trabalho das Casas no “boca a boca” e, a partir desta rede de indicações informais, conhecem as Donas da Casa. Em muitas situações, “até a creche indica a gente, quando não tem vaga lá, elas falam pra procurar aqui”, de modo que podemos estabelecer que a Creche indica a Casa. Com esta proposição, vemos de que maneira os profissionais das administrações públicas (Teixeira; Souza Lima, 2010), apesar de, em diversas situações, desqualificarem o trabalho realizado nas Casas, indicam sua ação para o público que não conseguem acolher.

A partir desta indicação, os lugares comumente conhecidos como norma/margem, formal/informal, legal/ilegal começam a se embaralhar. Aos poucos, entendemos como ambos os lugares, Creches e Casas, se constroem no nível dos discursos como espaços distintos, em um processo de diferenciação mútua. Entretanto, do ponto de vista objetivo, ambos os espaços são complementares e se relacionam a partir das suas diferenças e “deficiências” situacionais.

Em geral, entendemos que os serviços públicos correspondem às necessidades das pessoas ou populações. Neste contexto, porém, são as Creches, serviço público, que precisam

das Casas, organizadas por pessoas do local, para que a demanda por vagas seja minorada. Adiante, veremos que “a situação das vagas” não é uma banalidade qualquer na gestão pública, mas consiste em um significativo operador político de distribuição assimétrica de recursos. Com base nesta situação, podemos entender que a demanda por vagas nas creches públicas seria infinitamente maior se não fosse pela presença das Casas.

Silvana sustenta sua filha e sua Casa com o dinheiro fruto do “tomar conta”. Sobre a dinâmica rotineira dos cuidados e seus efeitos, como o estresse e o cansaço, Silvana balança a face com muita tranquilidade ao negar encontrar problemas nesse sentido. Todas as vezes em que estive em sua presença ela sempre demonstrou muita serenidade e paciência: “só da minha presença eles ficam calmos, eles me respeitam, é assim mesmo, tem confusão, tem briga entre eles, mas eu tenho paciência”. Quanto a formas de disciplina e controle dos outros, Silvana utiliza o método dos castigos e das chantagens: “sim, eu coloco de castigo, faço chantagem e ameaço, se você não fizer isto, não vai comer, se não fizer aquilo, não vai ter outra coisa e por aí vai, é que assim eles já respeitam logo”.

Nas Casas, as crianças possuem uma espécie de autogestão dos conflitos e das brincadeiras. Isso faz com que a presença de um adulto para “tomar conta” seja suficiente na maior parte do tempo: “eles também brincam muito entre si e se resolvem entre si, tem a Maria Eduarda que é um pouco a liderança do grupo, ela chama atenção e impõe as regras, a gente brinca que é uma tribo e ela é a cacique, ela tem 7 anos e chama atenção das outras crianças”. O fato de as crianças tomarem conta umas das outras é motivo de crítica dos profissionais da Educação, que em geral comentam que nas Casas “as crianças ficam largadas”, sem a supervisão de adultos.

Apesar de a dona da Casa ser a referência do cuidado, em todas as Casas que estive é constante a presença de crianças mais velhas, em sua maioria meninas, que ajudam as mulheres adultas. Na Casa da Silvana, encontramos Nayara, de nove anos. Além de Nayara, a mãe de Silvana, que mora próximo à sua casa, também “ajuda” na rotina com as crianças. Em geral, avós, mães e filhas estão enredadas nestes circuitos de cuidados. Ressalto tais “ajudas” no sentido de ampliar a noção sobre as pessoas que participam das Casas. Como explorado por Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones (1995), Casas, gênero e geração estão imbricados e articulados na gestão da vida cotidiana. Esta articulação de gênero, geração e idade será importante no momento de compreender a dimensão da rivalidade intragênero desenvolvida nos capítulos posteriores.

A trajetória de Bianca e sua mãe começam a nos fazer enxergar a aparição das figuras. É que Bianca e, por extensão, Silvana “pegaram pra criar” Thiago, filho de uma “mãe que abandonou”. Thiago foi umas das primeiras crianças deixadas de que Silvana passou a “tomar conta”. A cada dia que Thiago passava na casa, ele permanecia mais tempo que o combinado. Bianca era madrinha de Thiago, pois ela e a mãe do menino eram amigas. Ao mostrar o álbum de família, Bianca relembra a chegada de seu filho: “ele chegou aqui com seis meses, olha esta foto, na festa de um ano, ele só ficava comigo, a fotógrafa achou que eu era a mãe dele, porque a mãe mesmo não queria ficar com ele. Naquele dia ele veio aqui pra casa e nunca mais saiu”.

A ocasião da festa de um ano da criança inauguraria uma mudança significativa: o menino passaria de vez para outra casa e para outras mães. A festa de aniversário, como um acontecimento singular, não deixa de marcar um novo nascimento do menino, que agora tem um novo lar e uma nova vida. Bianca conta de sua “adoção à brasileira” (Fonseca, 2006) com muita naturalidade e leveza. Lembro até hoje da maneira alegre e descontraída em que ela narra os detalhes da sua história, fato que me deixou um pouco aturdida diante de tamanha responsabilidade. Naquele momento, eu não entendia como uma jovem sem filhos, com tantos projetos pela frente, seria capaz de tomar uma decisão que implicava uma série de compromissos e deveres para uma vida inteira: pegar uma criança, “filho de outra”, e tomar como sua. Contra minha perplexidade, ela simplesmente responde que não havia explicação, mas que apenas sentiu o que era preciso ser feito: “me deu pena, não sei te explicar, sei lá, veio uma coisa, de ver a vida ruim que ele tinha, de ver ele nesta situação”. A decisão é contada em parte como algo da ordem da sensibilidade, ao mesmo tempo em que denota o caráter extremamente pragmático de determinados gestos diante de situações difíceis. Se estas tomadas de decisão são aparentemente incompreensíveis, elas estão presentes em muitas das descrições que se ocupam deste tema (Fonseca, 1995; Vianna, 2002).

Por outro lado, tal ação pode ser compreendida a partir daquilo que a filósofa Joan Tronto (1994) nos explica sobre o que seria uma “ética do *care*”, relativa à constatação da vulnerabilidade dos outros e do caráter de interdependência que marca estas interações. Em outro sentido, isto nos aproxima das considerações que Judith Butler (2015) empreende acerca da noção de precariedade. Como afirma esta filósofa, reconhecer que uma vida pode ser lesada passa por considerar que existem diversas condições sociais e econômicas para que estas vidas sejam mantidas e sustentadas. Nas palavras de Butler, a precariedade “implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (2015, p. 31). Tal condição passa, assim, por estar-se “exposto” aos conhecidos e

desconhecidos, aos anônimos e familiares, e aos diferentes regimes de poder existentes. Fato é que a condição da precariedade fala de formas incontornáveis de dependência, que variam conforme os contextos nos quais as vidas são vividas. Diante disto, Butler chama nossa atenção para o fato de que muitos destes elos, relações e ligações “não são necessariamente relações de amor, ou sequer de cuidados, mas constituem obrigações com os outros” (2015, p. 31). Reconhecer o caráter de uma rede de obrigações auxilia na compreensão desta pragmática realizada no cotidiano, que assinala uma experiência moral, na qual existe o conhecimento de que somos todos vulneráveis de diversos modos e de que alguns, em especial, precisam de um contínuo de gestos, atenções, deveres e cuidados. Se algumas pessoas são reconhecidas como especialmente vulneráveis, outras revelam certas disposições para atender estes chamados. Ao tomarem esta decisão, Bianca e Silvana exprimiram disposição de estar junto e assumir as obrigações relativas à vida de Thiago.

Silvana conta que a avó materna da família de origem de Thiago ajuda de vez em quando com a entrega de alimentos e pondera que ela, por ser pobre, dificilmente pode ajudar muito, uma vez que já cria outros dois netos. A outra avó paterna de Thiago, nas palavras de Silvana, poderia ajudar, “mas só aparece quando quer. Ela às vezes passa o final de semana com ele e ele volta todo manhoso”. Nestas transações, é comum que exista uma diferença econômica entre mulheres igualmente pobres e com situações econômicas assimétricas, na qual uma tem melhores condições de ajudar do que a outra. Isso sela a base de acordo onde uma “pode fazer mais” enquanto a outra “não pode”. Este fator de assimetria econômica e social será mais um dos aspectos presentes na dimensão do conflito entre mulheres.

Silvana e Bianca matricularam Thiago em uma escola particular que custa R\$ 170,00 de mensalidade, conseguida graças ao pedido a uma amiga, diretora desta escola. Elas também pagam R\$ 110,00 para o serviço de levar e buscar o menino na escola. A mulher que faz este trabalho se chama Mara. Tal atividade, a das mulheres que levam e buscam na escola ou na creche, é uma prática de extrema importância. Durante o horário de entrada e saída das creches, é possível observar mulheres rodeadas de crianças, realizando o trajeto de vaivém entre as Casas e as escolas. Este caminho pode ser realizado também por adolescentes ou crianças mais velhas, que caminham junto a um bando de crianças pequenas. Essa atividade faz parte da rede de “tomar conta” e complementa a guarda das crianças feitas nas Creches e nas Casas, bem como a renda de mulheres que não possuem emprego fixo ou carteira assinada. Ressalto que, em todas as Casas, algumas crianças mais velhas, geralmente parentes da dona da Casa, se incorporam ao circuito de levar e buscar. Esta é mais uma destas modalidades da circulação que propiciam

a segurança da mobilidade das crianças. Este serviço pode ser pago ou feito em troca de outra ajuda recíproca. Uma manicure pode fazer a unha da criança que é responsável por levar e buscar. Uma amiga pode receber uma faxina na sua casa. Em suma, nem todos estes serviços são necessariamente pagos através do dinheiro, e podem ser trocados a partir de dádivas mútuas.

Em uma das ocasiões em que passamos juntas, perguntei a Bianca sobre os motivos que levaram a mãe de Thiago a deixá-lo com ela. Bianca proferiu a seguinte sentença: “acho que é falta de amor. Só isto explica, até da família, a avó não assumiu a criação, ele é criado por nós, você vê, só isto só explica, com falta de amor mesmo”<sup>21</sup>. As duas mães não quiseram regularizar a guarda do menino na Justiça. Ao contrário do que imaginei inicialmente, os motivos apontados não foram a burocracia nem a lentidão da Justiça para formalizar situações deste tipo, mas, antes, ligados ao peso do estigma. Silvana explica que o falatório, as fofocas e a moralidade local acerca do “pegar pra criar” são intensos:

É por causa dos julgamentos, porque o povo já falava muito dela por ela não criar, então acho que por isto que ela não passa, pra evitar que falem mais mal ainda, é como se fosse uma comprovação, entende? Mas ela não atrapalha em nada, sempre quando precisa de alguma assinatura dela como mãe, pra matricular na escola, por exemplo, ela vai lá e assina numa boa, as crianças sabem que ela é mãe dele, ele tem duas mães.

Apesar de o “pegar pra criar” ser algo comum nas classes populares, isto não exclui certos constrangimentos, conformados em uma malha de julgamentos morais relativas aos agenciamentos familiares e de cuidados. A partir desta “história”, iniciamos aos poucos a entrada no terreno denso da maternidade, da partilha, dos compromissos, dos abandonos e das imaginações de parentesco e suas respectivas obrigações. Estamos diante das visões daqueles que “pegaram” junto das visões daqueles que “abandonaram”. Estas duas realidades coexistem e possuem espécies de versões narrativas que não se excluem umas às outras, mas, ao contrário, fazem parte de uma economia moral do “tomar conta”, que aos poucos começa a ser esboçada em sua profundidade.

Num outro dia, quis saber sobre um dos principais fantasmas partilhados entre pessoas que criam filhos dos outros, a saber, o medo de que um dia voltem para pegar a criança. Bianca repreende: “Deus me livre! Ai, não sei nem o que eu faria... Mas ela não vai querer não... Ela fala na frente dos filhos dela como eles são chatos, ela diz, claro que nunca vou pegar ele de você, este menino é muito chato, não sei como você aguenta!”. Em outras situações, Silvana

---

<sup>21</sup> Chamo a atenção para a menção à “falta de amor” já que o tema da amorosidade será desenvolvido no capítulo das mães “nervosas” (Cap. 4).

explica o que seria uma “repulsa” da mãe de Thiago pelo filho. Como ilustrativo da “falta de amor”, ela conta um episódio:

Um dia a gente foi passear lá em Xerém, fomos todos juntos, eu, Thiago, a avó, com os outros dois irmãos. Ela chegou lá e disse, mas porque vocês trouxeram eles? Eles são muito chatos! Às vezes ela passa aqui na porta, poderia dar um tchauzinho, né? Perguntar como está, mas ela não, passa direto mesmo. O filho do meio é até rejeitado, ele nem gosta de ficar com ela, ele pede pra não ficar com a mãe.

O tema da “mãe ruim” ia aparecendo aos poucos em outras conversas. Aqui não se trata apenas da mãe que não tem condições para cuidar, mas daquela que significa publicamente o quanto os filhos são “chatos” e inoportunos. Nas Casas aprendi que existem várias modalidades da maternidade considerada ruim. Estas maternidades em negativo variam e vão desde o desgostar, o desleixo, o “abandono”, a “falta de paciência”, a “violência” e o “nervoso” até a “maldade”. Entretanto, apesar da diferença entre uma situação ou outra, as “histórias” de mulheres que não são “boas” vão se apresentando, se acumulam e apontam para aquilo a que esta tese vem se dedicar em seu todo: o tema da mulher “errada” e a forma como este “problema” é articulado politicamente nos discursos e nas práticas de governo.

Estes apontamentos são contados na forma de “histórias”, como explicado na introdução, e se avolumam engrossando um caldo fervoroso, fecundo a especulações e ações. Em geral, as referências aparecem de forma conectiva, na relação com outras “histórias”, que se colam a partir do enunciado: “Igual essa aqui”. Este enunciado cumpre uma função especial de caráter sociológico e antropológico. “Igual essa aqui” é a demonstração empírica de que o problema social sobre o qual as pessoas confabulam tem materialidade, objetividade, ressonância e eficiência prática. Permite, desta maneira, acessar as provas vivas de um drama, ao mesmo tempo que fornece cada vez mais elementos para pensar e confirmar achados. Estas “histórias” nos falam sobre as maneiras pelas quais algumas mulheres são consideradas “ruins”, uma vez que “deixaram” suas crianças com outros. São “histórias” contadas por outras mulheres projetadas como “boas”, aquelas que pegaram para criar. “Igual essa aqui” é, nesse sentido, um dos enunciados singulares e privilegiados para conduzir-nos rumo a exemplificações de um problema insistente, o tema do feminino “errado”. Entretanto, veremos que este tema não é apontado apenas por mulheres que gozam de boas reputações, mas se faz também presente nos discursos enunciados por outros atores sociais, tais como gestores, políticos e veículos midiáticos das mais variadas vertentes.

“Igual essa aqui, a história da Manu” é a formulação de conexão que introduz a trajetória de outra criança cuidada na casa da Silvana. Sua mãe mora no bairro de Laranjeiras, uma região

de classe média, vizinha ao morro da Mineira, do qual é separada apenas por um túnel. O pai da criança “é viciado em maconha... Volta e meia agride a mãe da Manu”. Silvana conta que o casal vive brigando, entre desentendimentos que chegam muitas vezes a situações de agressões verbais e físicas. Silvana conta que Manu sai de sua casa “de banho tomado, toda limpinha, e volta no outro dia com a mesma roupa que saiu daqui, toda suja”. Diante do relacionamento “conturbado” do casal, como Silvana e Bianca explicam, elas dão uma atenção especial a Manu. Há dias em que Rosa, mãe da criança, não pode trazer a comida ou a fralda. Nestas situações, Silvana e Bianca negociam, ou, nas palavras delas, “damos um jeito”:

Não tem problema, eu já vou dar uma de Thiago, ele usa fralda, eu tiro da fralda dele, ele toma mamadeira, eu dou leite pra ela também, porque como eu vou deixar sem? A mãe dela não pode mesmo. Ela fala pra mim, você não sabe como eu agradeço a Deus por você na minha vida e na vida da minha filha. Ela queria deixar a criança aqui a semana toda, e me pagar, só pegar ela na sexta e devolver na segunda, mas eu não topei, dormir não, falei pra ela que não dava, o marido não trabalha, está desempregado, não podia ficar com a filha? Mas não, ele acorda tarde e traz ela aqui, vem lá de Laranjeiras.

A partilha de bens de cuidado (Vianna, 2002), a saber, a mistura dos pertences e da alimentação, vista pelas pessoas de fora como uma deficiência das Casas, é aquilo que permite o cuidado coletivo das crianças. Comer junto uma comida diferente (ofertada por cada família), dividir coisas, sanar as necessidades imediatas, decidir o que será de uso comum, o que está faltando e como suprir estas faltas são partes da produção desta comensalidade, essencial para o reparo dos males que interrompem a vida dos familiares. Assim, as Casas se constituem como lugares de mediação de situações de “abandono”, de conflitos familiares, de morte de parentes, através do amparo e da capacidade de se fazer presente nas situações de vulnerabilidade, de miséria e de violência. São espaços sanadores de muitas necessidades e capazes de oferecer múltiplas respostas, caso a caso, respostas estas que geralmente não são atendidas e/ou sequer demandadas aos dispositivos de proteção do Estado.

Da mesma maneira que os conceitos de Cultura, Sociedade e Parentesco não são categorias autoevidentes e que, portanto, fazem sentido diante dos contextos dos quais fazem parte (Strathern, 2006), Casas são categorias de análise que nos remetem a modos de viver, morar e habitar<sup>22</sup>. Nesta pesquisa, as Casas aparecem como lugar de observação, ao mesmo

---

<sup>22</sup> Como exemplos de trabalhos que tomam a Casa como unidade de observação, podemos citar o estudo de Pierre Bourdieu sobre a casa cabila, aquele “fragmento de sociedade” originário do conceito de habitus (2009); a análise de Claude Lévi-Strauss (1986) sobre a “sociedade de casas”, através da qual apreendemos a Casa como “pessoa moral” e aglutinadora de uma miríade de elementos antagônicos, que é considerado como um de ponto de inflexão nos estudos sobre casas. Destaco também os trabalhos sobre *household* na vasta Antropologia do Campesinato, em sua atenção às formas de produção e de consumo das unidades domésticas e às maneiras pelas quais a

tempo em que fazem parte de uma “configuração de casas” no sentido dado por Louis Marcelin (1996, p. 78), que compreende uma realidade física inserida num contexto sociocultural e étnico de dominação. A Casa enquanto realidade objetiva e instituição social importa na medida em que aponta para “as práticas sociais que a constroem e são construídas por ela” (1996, p. 79) e, nesse sentido, estas Casas não são unidades autônomas, mas fazem parte da rede social de pessoas, composta de outras casas, famílias e instituições. Esta dimensão da Casa, situada na rede da qual ela faz parte, está presente na ideia de “configuração de casas” evocada aqui. Isto nos permite avançar para a compreensão do que ocorre nas outras casas, de modo a explorar a série de questões que elas apontam.

## **1.2 “Filhos do Pai”. A casa de Dona Joane**

Da Casa da Silvana, descemos a rua e encontramos, um pouco abaixo, a Casa da Joane. Dona Joane, como é chamada na vizinhança, cuida de criança “desde que me entendo por gente”. Cheguei até ela, uma mulher de olhos expressivos, dona de uma voz forte e arranhada vez em quando pela rouquidão, a partir da indicação de uma interlocutora em comum. Na primeira vez em que nos vimos, ela me recebeu com a porta entreaberta, apenas com a metade do corpo para fora. Desconfiada, observava-me com seus olhos de vigiar, muito devidamente, como estranha que eu era. Sentia cada pedacinho da sua legítima desconfiança contornar minha silhueta. Aquele estranhamento e desagrado merecido às pessoas de fora que chegam para perturbar a intimidade e o cotidiano alheio. Nos apresentamos, falamos cerca de meia hora, ficou combinado que eu voltaria outro dia.

Em conversas posteriores em sua casa, compreendi nitidamente os motivos da tensão em falar comigo. Assim como as outras mulheres que “tomam conta”, seu trabalho é feito na zona da informalidade que em muitos sentidos flerta com as fronteiras da ilegalidade (Telles, 2010). Do ponto de vista das normas e leis vigentes relativas ao cuidado e educação de crianças, a prática do “tomar conta” nas casas da favela pode concretamente ser considerada ilegal. Considerando os dispositivos de proteção e controle dos serviços, o trabalho realizado por

---

autoridade e o controle eram tecidos entre fazendeiros, camponeses e trabalhadores a partir das casas e terras. Recentemente, encontramos os trabalhos feitos em torno das batalhas pela moradia, nos estudos sobre habitação e remoção nas periferias e favelas (por exemplo, Gutterres, 2016). São apenas alguns recortes que evidenciam a importância das casas para diversas populações.

mulheres na favela pode sofrer fiscalizações, punições e até mesmo levar a prisões. Dona Joane temia ser denunciada: “é porque, você sabe, né? Hoje em dia qualquer coisa vira problema pra quem trabalha com criança”. Ela se preocupa com a ocorrência de denúncias sobre as condições da sua Casa, que, como ela diz, “não é preparada pra ficar com crianças. Coisas que hoje em dia é exigido, hoje em dia tem que ter um monte de coisa, não pode isto, não pode aquilo, então eu fico com medo”.

Seu temor em relação a possíveis fiscalizações faz sentido diante do aspecto e estrutura física da sua Casa. Elementos como paredes descascadas por infiltrações, pouca luz, restrição de água, umidade, exiguidade dos cômodos, mistura de eletrodomésticos e funções no mesmo ambiente (geladeira ou micro-ondas na sala, por exemplo), podem ser passíveis de questionamento ou mesmo censura. É preciso registrar as consequências da pobreza e da vulnerabilidade econômica que atravessam estas famílias e impossibilitam a transformação destes espaços através de consertos, investimentos e melhorias. As maiores queixas das donas das Casas são relativas à necessidade de reparos e reformas em suas residências. Entretanto, a pobreza e a precariedade material destes ambientes contrastam brutalmente com o trabalho cotidiano, rico e intenso depositado na criação e na trajetória de gerações de pessoas. De todo modo, a ameaça de denúncia é uma das formas pelas quais o Estado se faz presente nestas casas: a fantasmagoria do Estado como ameaça se materializa nos medos cotidianos e desvela uma condição perturbadora e perversa que atravessa o trabalho das donas das Casas.

O marido de Dona Joane se chama Pedro e trabalha como zelador da Igreja Universal do Reino de Deus. O homem ganha pouco, cerca de um salário mínimo, e, diante do dinheiro curto do trabalho do esposo, Dona Joane resolveu que deveria fazer algo para aumentar a renda de sua casa. Foi assim que ela começou a cuidar de criança: “pra ajudar em casa”. É nesse sentido que, aqui, crianças não são apenas motivo de dispêndios, mas permitem “ajudar em casa”, a partir do trabalho de “tomar conta” feito por mulheres que não acessaram a profissionalização formal. É importante reter este argumento; a compreensão do fato de que em determinados contextos existem pessoas disponíveis a tomar conta permite entender a multiplicidade de fatores que sustentam a realidade do “sexo que faz filhos” em contraposição ao ideário da “gravidez planejada”.

Dona Joane deu o nome à sua Casa de “tomar conta” de “Filhos do Pai”. Ela explica que esse título veio do fato de ela ser evangélica e que por isso acredita que cada criança que chegou até ali foi “porque Deus que mandou”. A vertente religiosa explica, em parte, a forma como Dona Joane entende seu trabalho, na interface entre voluntarismo, pragmatismo diante da

necessidade dos outros e a necessidade de um trabalho que sustente a sua família. A flexibilidade encontrada no agenciamento das Casas é ancorada em uma espécie de base da política da ajuda, feita da abertura para os outros em suas necessidades concretas e na vivência da interdependência como modo essencial de relacionamento. Como dito anteriormente, isto se expressa na forma como as crianças circulam nas casas sem horários fixos, de acordo com as necessidades das famílias, podendo chegar às 5h da manhã e permanecer até as 9h ou 10h da noite. O “tomar conta” se realiza também para crianças que ficam “pouco tempo”, no horário intermediário crucial, aquele que “a creche não cobre”, entre “o horário da saída [da creche]” até “a hora de alguém buscar”. Esta política da ajuda se faz presente nos momentos em que Dona Joane faz “porque é preciso ser feito”: “tem vezes que a gente nem cobra, nosso trabalho é ajudar a criar as crianças”. Novamente vemos o pragmatismo da necessidade em curso e a produção dos feitos diante de algo que não se pode deixar de fazer, por parte daquelas que se colocam na disposição de “tomar conta”.

Dona Joane tem quatro filhos, duas meninas e dois meninos. Os dois meninos são gêmeos e, nas palavras dela, “eles têm atraso mental”. Ambos têm 34 anos e permanecem juntos com as crianças no dia a dia: “aquele ali adora espada de plástico, todo Natal ele quer ganhar uma espada de plástico. O outro é flamenguista doente! Se deixar até papel higiênico ele quer que seja do Flamengo!”. Ela conta que a deficiência das crianças decorreu de sucessivas crises de epilepsia na infância. A lentidão na conquista do diagnóstico, a falta de neurologistas pediátricos e fisioterapeutas e as dificuldades de tratamento na rede pública se arrastaram por tanto tempo que os meninos desenvolveram sequelas para a vida inteira. Dona Joane afirma que, diante de tanta demora e dificuldade, eles “nunca mais foram normais”. Ainda assim, ela tentou que seus filhos frequentassem escolas, porém eles “nunca conseguiam acompanhar”. Falta, espera, demora e ausência não são meros traços de uma biografia individual, mas são elementos extremamente recorrentes e que materializam o universo do precário (Vianna; Facundo, 2015; Vianna, 2015), feito das ausências e presenças de Estado nestes territórios, feito de um desequilíbrio e assimetria econômica e política.

As outras duas filhas adolescentes a ajudam a “tomar conta” das crianças e dos irmãos. Dona Joane ressalta sempre que “elas são muito boas” e que de vez em quando retribui a ajuda dada pelas filhas com dinheiro: “eu viro e falo, hoje toma isto (dinheiro), aí elas compram as revistas que elas gostam, roupas, ali no “Sex Shop”<sup>23</sup>. Dona Joane não considera a ajuda que as

---

<sup>23</sup> “Sex Shop” é o nome de uma loja de roupas, cosméticos e artigos em geral que se situa logo na subida da Mineira.

filhas lhe oferecem como obrigação. Em sua casa mora também a neta Regina, de nove anos de idade, que ajuda com as crianças, entretendo-as, brincando com elas e auxiliando nos afazeres.

Dona Joane cobra R\$ 200,00 por criança. Em sua Casa, assim como nas outras, a negociação dos valores e do “tomar conta” se dá sobre bases flexíveis e atentas às necessidades e condições de cada família: “Tinha uma mãe que tinha dois filhos. Aqui a gente é pobre e eles também, a gente quer ajudar, ela tem dois filhos e não podia pagar R\$ 400 reais, então eu fiz R\$ 100 pra cada um”. Apesar disto, é preciso registrar que a flexibilidade e o atendimento às necessidades específicas de diferentes famílias são combinados sutis que podem por vezes suscitar rumores, fofocas e implicações ameaçadoras, dadas as condições desiguais e assimétricas em que as pessoas estão inseridas:

Aí, tá. Passou um tempo, uma outra mãe veio me procurar e disse: “é, Dona Joane, a senhora tá falada aqui no morro, porque a senhora cobra valor diferente pra fulana e disseram também que a senhora deixou as crianças sozinhas no banho com seu filho”. Pra uma coisa virar uma verdade, é complicado... Eu desmenti na hora, claro, isto é coisa do inimigo, porque as pessoas sabem que eu tomo conta muito bem, que aqui elas são bem cuidadas. Tem gente por aí, acho que fica com inveja e espalha estas coisas. Isto é horrível porque imagina, se o tráfico sabe de uma coisa destas e acredita? Você nem imagina o que eles vão fazer com meu filho. Porque aqui tem outras pessoas que cuidam de crianças.

O trabalho de “tomar conta” na favela, feito em face das condições de batalha por recursos e junto às dificuldades de acesso à escolarização com vistas a empregos fora de casa, é uma atividade que pode gerar, como aponta Dona Joane, a “inveja” alheia e a especulação pública. Reparemos como um protesto sobre valores pagos é acrescido de rumores graves acerca de situações de possíveis “abusos” e “pedofilia”<sup>24</sup>. Assim, Dona Joane nos ensina sobre o peso das narrativas na produção das verdades, através da circulação das “histórias”: “Pra uma coisa virar uma verdade, é complicado...”. Vemos que diversos medos cerceiam o seu trabalho: o risco da coabitação com crianças “que nunca foram normais”, o receio de ser cobrada pelo valor diferenciado dado aos outros, a preocupação com o espaço físico da casa.

É verdade que, na Creche, ao mesmo tempo em que testemunhava as professoras e diretoras indicarem as Casas, devido à impossibilidade do Estado em atender as demandas por vagas, eu ouvia também fofocas e o “falar mal” acerca de suas responsáveis, que giravam em torno de afirmações como: “elas, que ganham muito dinheiro, imagina, cada criança 200 reais,

---

<sup>24</sup> As categorias de “abuso” e “pedofilia” correspondem as definições populares sobre estes termos, que dizem respeito sobre as tentativas de relações sexuais de pessoas mais velhas com crianças, estas situações aludem tanto as relações sexuais que envolvem penetração, como outros gestos codificados como abusos, a exemplo de aproximações corporais indevidas, voyeurismo, toques e chantagens para obter carícias das crianças.

não dá comida, a comida vem da casa... assim é fácil”. Desta forma, ao mesmo tempo em que são reconhecidas (através das indicações das funcionárias da creche) enquanto trabalhadoras atuantes no cuidado com as crianças, as donas das Casas também são alvo de comentários esparsos, aqui e ali, sobre seus modos de fazer, considerados “fáceis” diante do que seria uma falta de compromissos e investimentos relativos tanto à alimentação das crianças quanto ao caráter “pedagógico” de seus estabelecimentos e práticas. Assim, quero apenas apontar que mesmo aquelas que atendem a múltiplas necessidades, associadas a “boas” reputações, não escapam da avaliação moral partícipe do sistema do “tomar conta”.

Dona Joane explica que as fofocas e o “falar mal” no eixo da vizinhança decorrem do desagrado de algumas pessoas cujas atitudes ela não julgou corretas e que, por essa razão, ela confrontou: “quando as pessoas falam mal de mim é porque eu fui clara com elas, porque elas estavam fazendo coisas que eu não acho certo, ou então atrasavam o pagamento e daí tiravam a criança”. Estes desentendimentos em geral se dão por questões ligadas à falta de pagamento, bem como por atitudes “erradas” da parte de algumas mulheres mães:

Igual uma mulher, ela deixava as crianças aqui pra fazer hospedagem [termo criado por ela que significa passar a noite com a criança], ela deixava na sexta, no sábado e no domingo e ficava encachando no baile. Ela já chegava com o dinheiro (R\$ 35), a criança chega à noite e sai no outro dia, meio dia, almoçada, de banho tomado... Enquanto eu cozinho, eu fico conversando com Deus, aquilo estava bom pra mim, eu recebia o pagamento em dia, mas não era bom pra criança e nem pra mãe. Chamei ela e disse que não ficaria mais. A filha dela quando me via na rua brincava comigo, mas quando vinha pra ficar aqui ela já vinha chorando, chorava muito aqui nesta porta pra entrar, gritava, eu falei com a mãe, assim os outros vão pensar que eu maltrato esta criança, mas porquê? Porque a mãe não ficava com ela, a mãe só deixava ela final de semana aqui, ela sentia falta da mãe. Tem criança que não se adapta.

O tema da “mãe que abandona o filho”, que “deixa tempo demais com os outros”, que “deixa largado”, é, assim, parte dos desentendimentos entre mulheres que tomam conta e as outras mulheres que “não cuidam”. Por outro lado, existem embates envolvendo mulheres que querem fazer outra coisa além do “tomar conta”, como explica Dona Joane acerca de uma mãe que queria estudar:

Outra mãe pegava o filho aqui às nove horas, aí naquela semana ela só estava chegando à meia noite e eu tinha que estar arrumando as coisas nesta hora pra receber as crianças no outro dia. Eu fui até o portão dela (ela mora aqui do lado), bati lá e ela estava lá, eu perguntei por que ela não veio pegar as crianças que eu precisava dormir. Ela disse, mas você não sabia que eu tô estudando? Ela me pediu pra ficar com eles até esta hora pra ela estudar, senão ela não podia estudar, eu disse, então você não vai poder estudar porque eu não posso ficar até esta hora, já pensou se todo mundo aqui resolver estudar? Na creche, deu quatro horas da tarde, as crianças tão indo embora,

beijinho! Aqui elas ficam até mais tarde, cada uma chega e sai em um horário, e é cada história, menina, quando chega atrasado... O marido dela veio pedir pra eu ficar pra mulher poder estudar, mas eu disse que não podia, aí eles tiraram daqui, e as crianças agora ficam tudo aí na rua, pode vir aqui de noite ver, as crianças ficam zanzando isto tudo aí de noite!

A luta pela escolarização de uma mulher que precisava estudar à noite levou ao rompimento da relação com a mulher que “toma conta”. Crianças que eram cuidadas em casa passaram a “zanzar” na rua, em frente à casa em que antes permaneciam. A mãe “que queria estudar” trabalha como funcionária de uma padaria e reserva o horário da noite aos estudos para o cursinho preparatório para o vestibular. O desejo desta mãe de estudar resulta, ao final deste processo, em crianças “largadas na rua”. A dimensão intragênero do conflito está marcada, aqui, no conflito entre mulheres igualmente pobres, na conquista pelo tempo da autonomia, o tempo disponível para o estudo que pode gerar condições melhores de vida, em detrimento ou coexistência com o tempo do “tomar conta”. Vemos também que a batalha anterior se dá entre Dona Joane e uma mãe que, na sua perspectiva, passava “muito tempo longe da filha”, “encachando no baile” ou “vivendo sua vida”. Mães “abandonantes” começam, desta maneira, a serem apontadas pelas pessoas que “tomam conta”. Falta apenas enxergar.

O tempo do “tomar conta” é aquele que “prende” e territorializa a experiência dos envolvidos, como desenvolvido em artigo acerca da temporalidade dos cuidados (Fernandes, 2014). Dona Joane lembra da máxima “criança toma tempo”. Os motivos de territorialização da autonomia fazem com que Dona Joane reflita sobre “abandonar este trabalho”. Ela precisa cuidar de si: “eu estou muito doente, estou com osteoporose, problema nos ossos, artrose, pressão alta, eu tô muito doente, eu preciso fazer caminhada, eu preciso também tirar um tempo pra cuidar de mim, por isso eu tô pensando em daqui a pouco parar”. Mais tarde, em outra casa de “tomar conta”, pude acompanhar outra mulher que diminuiu o número de crianças que atendia por motivos de saúde. O adoecimento ao longo da trajetória de cuidado é algo extremamente comum na vida destas mulheres. Um modo triste e irônico de chegar ao final de uma longa trajetória de cuidados ofertados: precisar de cuidado e não receber.

Estes são aspectos não mensurados nas políticas públicas, uma vez que o trabalho realizado por elas habita as zonas da invisibilidade. Quando comparado ao cuidado dos velhos, ainda que com toda a precariedade e dificuldade, o cuidado das crianças goza de maior valorização simbólica, uma vez que crianças são vistas como bens coletivos (Fernandes, 2011). No eixo temporal dos cuidados com os velhos, o problema se agrava, uma vez que aqueles que os realizam carecem de pouco prestígio e reconhecimento. Ademais, as necessidades de cuidado com pessoas idosas se complexificam em termos profissionais, especialidades, serviços

médicos e terapêuticos (Debert, 2012). Veremos que o adoecimento é fato presente na vida das professoras e profissionais da creche, igualmente cuidadoras. Perda da voz, uso de remédios “tarja preta”, ou seja, de venda controlada, bem como, fadiga e desencanto fazem parte da trajetória destas profissionais e não são meros traços desta economia política do “tomar conta”.

No contexto das discussões ocorridas na década de 80 sobre a política de creches, Fúlvia Rosemberg (1986) constrói pistas interessantes. A autora aborda a tentativa de regulamentação destes espaços pelos órgãos de Estado e chama atenção para a permanência destas práticas enquanto realidade de diversos contextos regionais: “Este sistema de guarda da criança pequena não é novo, nem específico ao Brasil e a países desenvolvidos. O que tem sido novo é a divulgação do programa em nosso meio com a solução alternativa do Estado expandir o número de vagas em creche”. As críticas dirigidas à modalidade da “creche familiar” neste artigo nos interessam à medida que se demonstram extremamente atuais no contexto desta pesquisa.

Tanto naquele momento como agora, são apontadas diversas desordens nos modos de criar realizados nas Casas. As principais críticas se referem ao fato de que estas se dedicam à função exclusiva da “guarda”, em detrimento da preocupação com o caráter “pedagógico e educativo”. Outra crítica se concentra na “confusão” entre os mundos da família, da casa e da instituição, na qual “casa e família são conceitos que não se confundem” (1986, p. 74). A creche familiar seria assim desenhada como este espaço de “ambiguidades” no qual as pretensões familiares se mesclam a pretensões institucionais, consideradas incompatíveis. Tal “ambiguidade” seria, para Rosemberg, própria de uma outra confusão do próprio Estado Brasileiro, que estaria “perdido” entre a necessidade de compartilhar a responsabilidade do cuidado com as famílias e, ao mesmo tempo, tomar como responsabilidade política o seu papel neste compartilhar. A autora afirma que “a creche domiciliar no contexto de atuação do Estado seria uma tentativa de atuação entre o velho e o novo” (1986: 76), em uma clara alusão ao que seria um ajuste precário entre “estratégias de vida” da classe popular com a modernização do Estado Brasileiro, representada, neste contexto, pela proposta de fortalecimento da política de creches. É importante salientar que a busca pela delimitação de fronteiras claras entre a identidade da Creche em contraposição às Casas se faz na necessidade de posicionar-se em outras discussões candentes na época, que giravam em torno da ameaça das Creches se colocarem como “substitutas ao cuidado materno”. Tais debates não foram banais e mostram que o dever de cuidar esteve sempre na fervorosa disputa triádica entre famílias, “papel materno” e Estado. Veremos como esta discussão, longe de estar invalidada, se atualiza no desenrolar do campo.

### 1.3 Na casa da Vó

Vó Neli é uma mulher de 69 anos, de cabelos meio grisalhos e meio pretos. Desde os primeiros contatos comigo, ela se mostrou muito receptiva e recebeu-me sempre com muito carinho e disponibilidade. Foi na casa da Vó que passei o maior tempo de pesquisa nas casas. Em janeiro de 2015, frequentei a casa da Vó cerca de três vezes por semana durante aproximadamente dois meses. Por ser este o período de férias, havia dias em que a sua casa podia receber até 18 crianças. Eram dias quentes, barulhentos, de corpos suados, com crianças correndo pra lá e pra cá nos cerca de 30m<sup>2</sup> do espaço, acrescidos de uma pequena varanda. O lado de fora da casa acolhia nossa presença também. No portão, passamos algumas horas sentados nos dois degraus que introduziam a entrada da casa. Ao lado deste pequeno quadrado no beco, uma espécie de quarto vizinho tanto servia de barbearia – onde sempre havia alguém raspando a cabeça ao som de funk – como podia funcionar como ponto de encontro dos meninos do tráfico, que conversavam sempre discretamente. Porém, na maior parte das vezes o espaço na frente do portão era ocupado só pela criançada que frequentava a Casa.

A Vó tem uma notável reputação de boa cuidadora consolidada na comunidade. Pela sua casa e pelas suas mãos já passaram mais de três gerações de pessoas. Ela é a matriarca de uma família extensa; mãe de nove filhos e avó de cinco netos. Certa vez, ela me contou que, quando criança, seu sonho era ter 12 filhos: “eu achava bonito”. Em sua Casa ficam crianças de todas as idades, junto a alguns de seus netos que lhe ajudam, uma adolescente de 15 anos, que sonha em ser jogadora de futebol, e uma menina de 12 anos e outra de nove anos que formam uma espécie de dupla de apoio a Vó. Vitória e Lívia são meninas espertas e resolvem inúmeros problemas para Vó. Pegam as crianças no horário da creche, organizam a casa e conhecem cada detalhe da personalidade das crianças. Há também uma espécie de agregado, um menino de nove anos, neto da vizinha, mas que está sempre na sua casa. Carlinhos mora em Campo Grande e visita sua avó consanguínea no morro da Mineira aos finais de semana. Apesar de vir à Mineira para visitar a sua avó “de verdade”, o tempo passado na casa da outra Vó por vezes gera um certo ciúme da parte da sua família de origem.

Foi na Casa da Vó que comecei a entender a relação com a “falta de água” na favela. Num dia de verão daqueles bem quentes e que fazem o corpo derreter, estávamos na sala e as crianças corriam no pequeno espaço em frente à porta da casa, uma varanda que abriga o “tanquinho” de lavar roupas. Na saída de água deste, está afixada uma mangueira que se estende

até a casa da vizinha, localizada logo abaixo e na lateral da casa da Vó, uma vez que os terrenos não se encontram lado a lado de maneira plana. A mangueira é utilizada para compartilhar água entre as duas mulheres, já que no verão o abastecimento de água se torna escasso e de difícil acesso, de maneira que tal medida se torna necessária ainda que a vizinha da Vó possua uma caixa d'água. Entretanto, a varanda, lugar onde a torneira se situa, é também de uso comum das crianças, que correm pra lá e pra cá neste espaço. É daí que vez em quando, as crianças atropelam a mangueira que está presa na bica e fazem com que o acessório se desprenda e caia no chão. A água jorra para todos os lados e inunda coisas, roupas postas para quilar, chinelos e objetos. As crianças muitas vezes ignoram, brincam e sapateiam nas poças de água que se formam e que de fato são irresistíveis para se refrescar. O constante esbarrar, cair e recolocar da mangueira faz com que a Vó (e quem mais estiver presente) seja acionado para refazer a conexão. Este gesto, considerado dever de todos e extremamente exaustivo, pode ser feito 20 vezes num mesmo dia.

Com o passar do tempo entendi que a relação entre as duas mulheres que compartilham a água “nem é tão boa”, como as crianças e a própria Vó me explicaram. As duas “nem são tão amigas”. A vizinha parece ter ciúmes da casa da Vó e do trabalho que ela realiza. Como a casa vive cheia de crianças, muitas pessoas na favela comentam e imaginam que a Vó “ganha muito dinheiro com criança”. O imaginário relativo ao programa Bolsa Família se encontra imiscuído nas pequenas coisas, sobretudo entre aqueles que não recebem qualquer direito ou benefício do governo. A movimentação da casa da Vó e sua estabilidade no “tomar conta” desperta os comentários e falatórios, em geral, saído da boca de outras mulheres. Porém, ainda que a Vó e sua vizinha tenham suas diferenças, a partilha da água acontece, mesmo diante do cansaço causado pela correria das crianças que a todo o momento desconectam a mangueira e instauram a necessidade de ajeitar tudo de novo. Colocar e recolocar a mangueira em dias quentes não deixa de gerar um pouco de ansiedade e “nervoso”. Mas ainda que o clima de intriga velado entre as duas exista, e que o ciúme seja um sentimento presente, a preocupação com os outros permanece, a água é dividida e a relação de parceria é feita e sustentada.

No decorrer do tempo que passei na casa da Vó, entendi que suas maiores necessidades e desejos eram relativos ao reparo da sua casa, aspectos que ela tem vontade de melhorar, mas cuja realização é difícil. Durante o tempo que estivemos em contato, foi possível observar que sua Casa passou por algumas reformas. A sala que conheci ao começar a frequentá-la, por exemplo, guardava dois sofás grandes, uma mesa de jantar ocupada com objetos diversos, uma televisão e um chiqueirinho antigo, lugar onde as crianças pequenas dormem. Hoje, a sala está

mais ampla, a mesa foi retirada, o chiqueirinho foi substituído por um berço portátil. A parede frontal, onde antes ficava instalada a porta que dava acesso à casa, foi fechada; a porta foi deslocada para outra parede, em uma manobra que gerou mais espaço tanto para a sala quanto para a varanda. A varanda recebeu melhorias, os objetos foram reorganizados e algumas plantas chegaram. A Vó gostaria de mudar o assoalho da sala, que tem a tonalidade de um laranja com marrom, marcado e desgastado pela ação do tempo e do uso. O piso já está comprado, com o dinheiro que a Vó juntou do pagamento pelo seu trabalho. Ela está esperando um de seus filhos, que é pedreiro, ter um tempo para trocar, para evitar o custo com a mão de obra de outra pessoa. Em casos como este, vale a pena esperar os recursos dos serviços familiares, nem que o preço da espera seja a demora e mesmo uma certa angústia. Água, comida, piso e chão fazem parte desta comensalidade provedora de atenções, de tempos e de guardas.

Atualmente a preocupação da Vó se dirige às suas filhas mais velhas que estão desempregadas, duas mulheres entre 25 e 35 anos, casadas e com filhos, na batalha por um emprego fixo. Uma delas, Tânia, certo dia pediu que eu ficasse atenta se soubesse de uma oportunidade de trabalho, dizia que estava “topando qualquer coisa”. Meses depois deste pedido ela continuava desempregada e havia conseguido uma faxina uma vez por semana. O horizonte de possibilidades para a maioria das mulheres é no setor dos serviços, no comércio, no atendimento, na limpeza e na alimentação. Muitas mulheres mães que conheci na creche são trabalhadoras domésticas e passaram por alterações em seus empregos com a implantação da PEC das domésticas<sup>25</sup>. Algumas poucas mulheres chegaram a trabalhar na prostituição, mas encontraram dificuldades na comparação com os corpos “turbinados”, aqueles com os quais se torna impossível de competir, pois “é muita paniquete, siliconada, os homi vão tudo nelas”.

Aprendi que, além do “tomar conta”, as Casas são lugares de passagem, de abrigo e guarda para um período feito de fases. No início da pesquisa, a casa da Vó era cheia de crianças; ao final, em algumas visitas que fiz durante a escrita desta tese, pude ver que o número de crianças havia diminuído significativamente: apenas uma criança passava o dia inteiro e mais duas ficavam no tempo intermediário entre a saída da creche e a chegada de algum familiar. A Vó me explicou que este é um movimento “natural”, que algumas crianças simplesmente haviam crescido, outras conseguiram uma vaga na creche ou entraram para a escola. Entendi, nesse dia, que as casas são estes lugares de passagem, nas quais as crianças vêm e vão. Ainda assim, suas duas netas, o agregado e mais três crianças da vizinhança permaneciam. A dificuldade em conversar devido ao barulho provocado pelas crianças perdurava. É difícil

---

<sup>25</sup> Sobre estas alterações, ver o livro de Alexandre Fraga (2013).

conversar quando se tem crianças presentes. Aquelas interrupções que eu e a Vó sofríamos quando tentávamos em vão nos refugiar na cozinha para tomar café seguiam acontecendo, irretocáveis. Vozes, barulho e comunicação são eixos fundamentais para pensar a política do “tomar conta”. A Casa é realmente uma casa feita de crianças. O espaço é ditado em larga medida por elas.

Muito foi escrito sobre a figura da *Mammy*, presente em diversos romances, livros e canções, “que se tornaram parte do imaginário popular e passaram a personificar estereótipos” no contexto estadunidense (Davis, 2016, p. 18). A *Mammy* é em geral apresentada como uma personagem dócil e praticante de uma solicitude livre de retribuição ou dominação, aquela que tudo dá e pouco recebe. Nela, está encapsulada a presença histórica das mulheres negras no trabalho de cuidado das crianças e com o trabalho doméstico (Collins, 2012). Outra figura relacional igualmente reconhecida é a *Tia Jemima*, que encapsula a exploração do trabalho de mulheres negras ao mesmo tempo que mascara a dominação e a opressão, a partir da atribuição de docilidade e afetividade a estas mulheres.

Patricia Hill Collins chama atenção para o movimento realizado por mulheres negras estadunidenses que saíram do emprego doméstico e se deslocaram para outras áreas de serviço e cuidados. Quando estas deixaram o serviço doméstico, este lugar passou a ser ocupado em grande parte por “outras mulheres migrantes de cor” que se tornavam alvo, nesse tipo de trabalho, do mesmo tipo de exploração exercida sobre as mulheres negras que as antecederam. Entretanto, Collins chama atenção para o fato de que tais mudanças na configuração dos serviços de cuidados não significa que as mulheres negras tenham se livrado do imaginário das *Mammys* ou das *Tias Jemimas*, a força destas figuras não se evanesceu por completo, mas parece se reavivar na atualidade. A autora afirma que a passagem do serviço doméstico para trabalhos no comércio de alimentos, secretariado, como caixas de supermercados, professoras de ensino infantil e médio, faxineiras, diaristas, enfermeiras ou artistas exigiria “explicar estas relaciones variables y en desarrollar análisis sobre cómo estos puntos en común se experimentan de manera diferente” (Collins, 2012, p. 130).

Nesse sentido, chamar atenção para a forma carinhosa como a Vó “toma conta” não se trata de reificar a figura da *Mammy* docilizada e absorta dos sistemas de dominação e opressão da qual faz parte. Dona Joane, com sua rebeldia e desconfiança, nos mostra que qualquer projeção de imposição de uma submissão romântica a estas mulheres se torna um projeto falido e insuficiente para pensar a agência delas. Um projeto no qual o trabalho das mulheres fosse

encarado de maneira livre de dominação seria igualmente equivocado, dada a produção da autoridade e da autonomia estimulada pelas práticas de conhecimento gerada por elas.

Por outro lado, seria enganoso incorrer na tentação de encontrar “um ponto de vista homogêneo da mulher negra”, uma vez que a produção de um sujeito arquetípico e autêntico só colaboraria para reificação das imagens congeladas da subalternidade. Uma visão essencialista destas experiências suprimiria as diferenças entre as mulheres, bem como entre as figuras, para produzir uma unidade grupal que poderia silenciar desigualdades e coalizões cotidianas (Collins, 2012). Trata-se aqui de enxergar o conhecimento partilhado em torno da criação como modo de existência vivido e potente feito por mulheres: A relação especial das mulheres com esta criação possibilita reconhecer níveis de conhecimento que são produzidos por elas e entre elas. Um conhecimento comum, geralmente invisível, menosprezado, mas compartilhado por mulheres negras, brancas, por mulheres pobres e moradoras de favelas, mais ou menos abastadas, dentro de condições de desigualdade e precariedade. Estas ideias compartilhadas e cotidianas sobre criar, educar, vigiar e proteger fazem parte deste corpus de conhecimento e ação.

Nesse sentido, era surpreendente ver como a Vó tem o chamado “dom de cuidar” (Fernandes, 2011). Nenhuma criança permanece inquieta ou agitada perto da sua presença. Quantas vezes observei, durante uma conversa, crianças agitadas adormecerem no seu colo, com o balanço discreto das suas pernas. Qualquer irritação era sanada ali, neste vaivém habilidoso que só aquelas que sabem como fazer fazem. A Vó não grita nem fala alto, sua voz é firme e ao mesmo tempo delicada. Lembro de uma menina chamada Sarinha, pequena, com cerca de três anos de idade, que tinha um comportamento muito peculiar: ela não gostava de interagir com nenhuma outra criança, não sorria, nem brincava com os outros seja lá da maneira que fosse. Tinha sempre a face austera e aborrecida. A única pessoa com quem Sarinha se comunicava, mesmo não gostando de falar, era a Vó.

As outras crianças, exímias observadoras desta espécie de grude, às vezes a provocavam, ameaçavam retirá-la de perto da Vó, pegavam-na no colo, afastavam-na apenas para rir da irritação que ela expressava sempre de forma vívida. Nestas situações, Sarinha se aborrecia facilmente, ficava indisposta e logo exprimia na face o descontentamento de alguém que simplesmente não estava gostando de nada daquilo. A Vó, apesar de estar em vários cantos da casa ao mesmo tempo, permanecia sempre atenta a estas provocações e, com sua firmeza delicada, cortava logo essa dinâmica com uma intervenção rápida e sutil. Sarinha vivia literalmente agarrada nas saias longas da Vó. Algumas vezes tive a impressão de que a Vó

parecia apenas levitar quando caminhava com fluidez, com Sarinha presa nas suas saias longas. Aquilo não a tirava do sério.

Outras duas crianças que conheci durante o trabalho de campo eram irmãs gêmeas. As casas recebem crianças maiores, após os seis anos de idade, que lá passam a tarde depois de voltar da escola no período matutino. As duas meninas, Juliana e Julia, frequentavam a casa da Vó desde bebezinhos. Tinham, portanto, uma relação de muita proximidade com a Vó e com as suas netas, de quem eram amigas. Na época da escrita desta tese, elas não estavam mais na casa e perguntei à Vó por elas. Ela me contou que a mãe das gêmeas havia morrido de uma “infecção urinária”, muito jovem, com apenas 30 anos. Esta mulher chegou a ser internada em um hospital público da região, mas a demora no tratamento oferecido pela instituição não permitiu que ela vencesse o quadro da doença. As meninas, cujo pai já havia ido embora muito tempo atrás, ficaram assim órfãs de mãe e passaram a viver com sua avó materna. Nesse contexto, a Vó explicou que de vez em quando elas passavam a semana em sua Casa, mesmo sem precisar. As crianças estavam “morrendo de saudade da mãe” e pediam à avó “de verdade” para passar um tempo na casa da Vó. É nestas situações de doença, morte e luto que mais uma vez as mulheres que “tomam conta” são acionadas como pessoas capazes de acolher vivências dolorosas e inesperadas. As portas das Casas estão abertas para as situações cotidianas nas quais a dor desce ao ordinário, nas quais a rotina precisa ser refeita através do trabalho minucioso do tempo, como nos fala Veena Das (1999).

#### **1.4 As Casas e as margens do Estado**

É de amplo conhecimento a separação e hierarquização dos divisores privado/público, doméstico/político, natureza/cultura que adquiriram status tautológico e autoevidente em muitas análises (Ortner, 1974; Okin, 2008; Rosaldo, 2012; Strathern, 2006). As casas confundem as pessoas de fora da favela quando misturam conhecidas oposições desenvolvidas no pensamento ocidental: a sala que abriga o sofá e o berço, o atendimento a crianças de idades variadas, os horários flexíveis advindos da negociação com cada família e a comida “misturada”, oriunda de diferentes outras casas, fazem parte de alguns traços vistos como indicadores de uma “confusão” que não se limita aos aspectos materiais ou aos objetos das Casas, mas está presente na retórica que tenta explicar o lugar que estas ocupam nas redes de

“tomar conta”. Sejam estas informais, alternativas ou ilegais, suas práticas fazem parte do que Vera da Silva Telles (2010) mapeou na configuração das cenas urbanas contemporâneas: a vida feita nas dobras e tênues fronteiras do informal e do formal, que marcam os compassos, as decisões, os arranjos, as subjetividades e expectativas que são feitas nas franjas das administrações de Estado, apresentadas no próximo capítulo.

Estes modos de composição de mundos, inteligíveis a partir da ideia de uma economia informal, compõem o que possibilita a sobrevivência da vida na favela e fora dela, ao servir tanto aos moradores e ao Estado como aos moradores dos bairros vizinhos. Um tecido feito entre mulheres, nos ritmos e nos jogos de solidariedade e tensão, resultados da criação coletiva de pessoas. Entre a norma e a exceção, o que nos interessa é examinar as coexistências, as coalizões, as desqualificações e as composições no precário, na sua transitividade com as ações de Estado.

As Casas de “tomar conta”, portanto, nos mostram estes agenciamentos feitos “desde sempre” nos quais habitar o mundo consiste em agir nas fronteiras do legal e ilegal, neste lugar onde se produz a “viração” tão essencial à continuidade da vida e à sustentação dos batalhadores (Souza, 2003). Estamos aqui diante de estratégias de produção coletiva da vida, que desvelam uma poderosa gestão compartilhada das tensões e ajudas e envolvem uma gestão das temporalidades, das decisões, práticas e gestos, num contínuo de formas materializáveis e não materializadas, que vão incidir sobre o que pode ser solidarizado, o que pode ser dividido, o momento no qual uma relação chega ao limite, quem precisa de mais atenção e quem precisa ser “pego pra criar” num jogo forte entre moral e moralidade.

Nesta incessante produção da vida, das pessoas e da comensalidade, os elementos do precário estão brutalmente presentes, marcados nos acontecimentos cotidianos e narrados acima: à espera indefinida por vagas nas creches públicas, crianças nascidas com epilepsia, por falta de atendimento médico, se tornam portadoras de outras necessidades especiais; uma jovem mãe morre aos 32 anos de infecção urinária; doenças do corpo acometem aquelas que cuidaram de muitos, as donas da Casa. Todos estes elementos desenham um universo muito específico no qual a dor, o sofrimento e a pobreza são marcadores do viver e do sobreviver nas favelas. A questão não é somente que estes acontecimentos, plenamente evitáveis, façam parte do universo dos possíveis e de fato aconteçam a todo instante, mas sobretudo repousa sobre a forma como tudo isto se desdobra no dia a dia, irrompendo no cotidiano e exigindo a recomposição mútua das rotinas e trajetórias através de um trabalho relacional constante, um trabalho de refazimento dos vínculos, dos suportes, da estabilidade e do cognitivo.

Entre os expedientes de sobrevivência e as práticas de improviso encontramos a presença do Estado, materializada na forma da ameaça, no fantasma das denúncias que podem ser realizadas. Em acréscimo a esta dimensão, localizamos os rumores e as fofocas que operam o controle destes corpos que cuidam dos outros. Neste estado de permanente suspeição, como no caso de Dona Joane e as constantes elucubrações espalhadas aqui e ali a seu respeito (“elas ganham muito dinheiro com crianças”), mulheres que “tomam conta” podem se converter em figuras do descuidado ou “aproveitadoras”. Nestas situações, a virtude, fruto da reputação acumulada no tempo, pode significar prejuízos, uma vez que o espaço do cuidado é um espaço de incertezas, no qual se atua em determinadas zonas de risco. Decorre daí que podemos afirmar que “tomar conta” é viver no medo, no risco e na incerteza.

Assim, é fundamental estabelecer algumas bases preliminares sobre a categoria “tomar conta”. Vimos aqui diferentes dimensões da realização dos cuidados, afetos e gestão das necessidades. Trata-se de um contínuo de cálculos, gestos, reflexividades e ações voltados às dimensões positivas e normativas da vida, a saber, dar carinho, encantar-se, dar afeto, ajudar, amar, zelar, alimentar, “pegar pra criar” e resolver. Porém, é de suma importância entender que estas dimensões solidárias da ação não excluem as dimensões coercitivas e de autoridade, como os gestos de vigiar, controlar, prover, regular, falar, escrutinar, apontar, fofocar, cobrar, intrometer-se, descuidar e descontar. Estas valências fazem parte do que é apresentado como “tomar conta”. Uma vez que estes gestos e ações são exercitados e vividos em atos, eles fazem certas coisas acontecerem, o que significa dizer que determinadas práticas, discursos e performances são dotadas de agência e produzem efeitos práticos na vida das pessoas. Podemos assim, por ora, dizer que estes agires fazem o “tomar conta” e este, por sua vez, produz seus efeitos, efeitos estes que serão debatidos ao longo da tese.

Assim é que o “tomar conta” e seu efeito prático de ação estão voltados, portanto, tanto aos aspectos positivos, normativos e associativos da vida quanto aos seus aspectos constringedores, negativos, regulatórios e coercitivos. Estamos diante de uma matéria feita de uma dupla natureza que mistura ao mesmo tempo o bem e o mal, a dádiva e a dívida, a benevolência e a miséria, o amor e o horror, o afeto e o sacrifício, o desejo e o arrependimento, a culpa e a desculpa, a possibilidade e o interdito. São estes alguns dos ritmos sentimentais, morais, carnavais e pragmáticos que se fazem mutuamente, de forma perturbadora e candente.

Nesse sentido, apesar dos teóricos da sociologia do *care* apontarem para o caráter polissêmico da categoria “cuidar” (Hirata; Guimarães, 2012. Zelizer, 2012. Sorj, 2012, 2013. 2014), acredito que esta ainda se encontra fortemente radicada na teologia cristã e progressista

(Boff, 1999), carregada por uma forte acepção caridosa, purista e bondosa do termo. Para resgatar o lado marginal, ambivalente e coercitivo destas socialidades, resguardo a categoria *tomar conta* como o termo capaz de retratar a vivência dos que participam desta economia moral das prestações e contraprestações, das solidariedades e das reciprocidades, das dádivas e de seu caráter agonístico (Mauss, 2003). É a partir daqui que entendemos uma dimensão política chave nesta tese: a capacidade de compor a solidariedade na rivalidade, muito presente nas dinâmicas feitas entre mulheres.

Assim sendo, as Casas existem em relação às Creches, que por sua vez existem em relação às figuras que vamos conhecer. Casas, Creches, “novinhas”, “mães nervosas” e “abandonantes” fazem parte do tomar conta vivido no dia a dia, presente nos discursos populares e nas ações de Estado. Nas Casas e nas Creches, ou seja, nos lugares onde se “toma conta”, conheci diversas faces do que podemos chamar de maternidade “ruim”: a mãe que deixa o filho para estudar, a mãe que não dá carinho, a mãe que larga a criança em casa. Todas estas “mães” fazem parte do conjunto de variações daquilo que é apontado como problema, a rigor uma sexualidade “fora de hora” e um tipo de mulher “errada” e desviante.

Em outro sentido, a concepção das Casas como “confusão” parte também de uma concepção própria daquilo que Viviana Zelizer (2011) nominou como “mundos hostis”, perspectiva em que a vida acontece em “esferas” e domínios separados que supostamente não se misturam. Esta concepção pensa a casa e a família como espaços puros de intimidade, afeto e amor, situados em oposição diametral ao “espaço público” feito de instituições, que por sua vez seria um lugar abstraído de sentimentos, regulado por leis, regras e princípios normativos. Nesse sentido, a Casa seria o espaço da intimidade por excelência, livre dos constrangimentos regulatórios, enquanto as instituições seriam guiadas por técnicas racionais e reguladas por diretrizes normativas seguidas piamente. Neste registro, as Casas guardariam deficiências intransponíveis, seja no registro físico (habitações precárias), seja no sentido pedagógico: “lá as crianças ficam amontoadas e largadas”<sup>26</sup>. A visão da “confusão”, ora atribuída às Casas, ora refletida na própria favela, embasa narrativas sobre a incapacidade dos pobres de “criarem corretamente” seus próprios filhos. Uma vez que as Casas são vistas como antagônicas às instituições, aquelas seriam assim espécies de “territórios sem lei”. Nos próximos capítulos, veremos como a velha crença de que os pobres não sabem educar suas crianças é sempre

---

<sup>26</sup> Zelizer examina as interconexões entre práticas econômicas e relações de intimidade e mapeia um conjunto de contextos que mesclam relações íntimas com atividades profissionais e econômicas. A visão dos “mundos hostis” informa as tentativas de manter distintas as práticas econômicas e a intimidade, a partir do estabelecimento de esferas separadas com o objetivo de preservar as fronteiras entre universos distintos.

atualizada. Nesse sentido, é importante reter o movimento destas Casas, não em oposição às ações de Estado, mas em uma continuidade relacional com as administrações de Governo. Aqui, cabe retomar as palavras de Vera da Silva Telles (2010) quando extrai reflexões agudas sobre o urbano a partir das formulações acerca dos ilegalismos cunhadas por Michel Foucault. A autora relembra que a “gestão diferencial dos ilegalismos” se dedica a entender menos a forma como a lei é obedecida e mais sobre a forma como as leis operam, de forma a “riscar os limites da tolerância, dar terreno para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outra, neutralizar estes, tirar proveito daqueles” (Foucault, 2006, p. 227). Nesse sentido, guardo a expressão “tirar proveito daqueles” como uma das fórmulas férteis para entender uma das maneiras essenciais pelas quais as administrações públicas se relacionam com as Casas: tirando proveito delas.

Recordo-me até hoje da fala de uma das gestoras de escola que acompanhei. Ela contava sobre o dia que foi caminhar “dentro” da favela, pois, apesar de trabalhar em uma instituição que se situa na entrada do morro, ela nunca havia caminhado pela comunidade. Contava que naquele dia ela havia ficado perplexa com tanta “desorganização”, descrevia sua caminhada com muita riqueza de detalhes; roupas para fora das janelas, lixo na porta de casa, fios elétricos embaralhados, construções inacabadas, vendas que oferecem de um tudo, e outros mil e um pormenores eram narrados por ela como uma verdadeira odisséia ao tumulto. Ela comentava estes aspectos, gesticulava e tentava me explicar o “horror” que era aquela “confusão” ao mesmo tempo que ponderava sobre as dificuldades que a população passava e que de alguma maneira justificavam o que seria um “caos”. Ao final ela concluía que se tratava de uma incompetência dos pobres para organizar o seu próprio espaço. Esta visão é proferida também por moradores, como certa vez o Presidente da Associação de Moradores explicou que “o problema do lixo é do próprio morador”. Ele reclamava e dizia que não adiantava limpar o valão que recorta a comunidade, pois os moradores “não tinham educação” e jogavam lixo no córrego. Outros moradores, ao comentar a situação do lixo, reforçavam esta visão.

Ao invés de apartadas da lei, proponho olhar as Casas na trilha proposta por Viviana Zelizer (2011) em sua perspectiva dos “mundos conexos”, ou seja, como espaços de misturas e coalizões. Algumas mulheres dormem com as crianças que não são da família; outras, não, procuram resguardar as fronteiras da sua intimidade e preservar o “tempo pra mim”, importante para a integridade do amanhã. Crianças, “filhos dos outros”, são criadas junto às famílias que “tomam conta”. Nem por isso fazem parte da família da dona da Casa, embora, em alguns casos especiais, possam ser “pegas pra criar”, dados os regimes de amizade, afeto, interdependência

e reconhecimento da vulnerabilidade dos outros. As Casas são espaços onde crianças filhas das donas cuidam de outras crianças, desvelando a realidade de que, aqui, crianças não são meros receptáculos de cuidados, mas são altamente provedoras de atenções. Casas nas quais avós se atualizam como mães, ao mesmo tempo que a dona da Casa não é mãe das crianças de que “toma conta” e se manifesta como mulher diferente da mãe “de verdade”.

Estas linhas misturadas, apreendidas por muitas pessoas no eixo da “confusão”, quando são inteligíveis, participam de uma visão culturalista e relativista que explica que “aqui é assim mesmo” e no máximo as apreende como “estratégias de sobrevivência” ou, a partir de outra perspectiva, são vistas como signos da nossa modernidade incompleta e inacabada (Telles, 2010, p. 28)<sup>27</sup>. Entre a “confusão”, a condescendência culturalista e a nostalgia de um progresso inconcluso, se perde a proposição política e de criação feita e gerida nas Casas, proposição esta baseada no reconhecimento da interdependência como modo de vida fundamental e onde a vulnerabilidade e precariedade precisam ser superadas através destas conexões. Lembremos que o emblema da “confusão” dirigido à favela e aos seus moradores não é nada novo e comunga de uma espécie de pacto social que considera a vida feita nestes territórios, historicamente e tradicionalmente, como lugares da desordem (Birman; Leite; Machado; Carneiro, 2015).

Passadas quase três décadas da tentativa de incorporação destas casas pelas administrações públicas, a cobertura das creches continua sendo exercida a conta gotas, como veremos no próximo capítulo<sup>28</sup>. Entretanto, o jogo das forças e poderes entre as ações de Estado

---

<sup>27</sup> Carol Stack (2012) chama atenção para as pressões econômicas a que estão sujeitadas as comunidades negras afroamericanas diante da realidade do desemprego e do racismo. Essa pressão econômica e a necessidade de correr atrás de trabalho/atividades remuneradas seriam a base gerativa de “formas de sobrevivência” nas quais a experiência de um parentesco extenso representaria uma “adaptação coletiva” destes grupos à pobreza dos homens, mulheres e crianças. Ao observar as chamadas “estratégias de sobrevivência” em uma comunidade negra urbana, esta autora chamou a atenção para a forma através da qual assistentes sociais, pesquisadores e especuladores imobiliários, apesar de saberem que os padrões de moradia das famílias pobres e moradoras dos guetos são variáveis e que encontram na ação das mulheres um peso importante, continuavam sem compreender as relações entre o território e o agenciamento dos recursos da rede de familiares e de vizinhança, Stack (2012, p. 196) comenta: “Las fronteras de los hogares son flexibles y ningún modelo de hogar, como la familia nuclear, la familia extensa o la familia matrifocal, sirve como norma. La fuerza de los lazos dentro de una red de parientes es crucial y duradera; a su vez, el mantenimiento de una red flerte tiene consecuencias en las relaciones entre los propios miembros”.

<sup>28</sup> Na perspectiva dos educadores, as Casas estão preocupadas “apenas” com a criação, enquanto o Estado, representado pela instituição da Creche, é o espaço legítimo para se educar. É nesse sentido que podemos entender a literatura sobre creches da década de 80, preocupada em mostrar que casa e família não poderiam se embaralhar: “casa e família são conceitos que não se confundem: Enquanto a casa é uma unidade material de produção e de consumo, a família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos” (Bruschini apud Rosemberg, 2013, p. 20). Esta visão não estava então totalmente obsoleta, considerando o contexto vivido nas décadas anteriores acerca da necessidade do fortalecimento e institucionalização das Creches, a alocação dos recursos para as unidades e o investimento na profissionalização voltado ao cuidado das crianças. Em suma, na década de 80 era

e as famílias pobres se adensou; famílias são vistas como “aproveitadoras” dos serviços das creches, mães são vistas como “irresponsáveis” e pobres são vistos como produtores de filhos na “hora errada”. Entretanto, a posição das Casas, neste contexto, mudou; se antes as administrações públicas pensavam em incorporar estas mulheres de alguma forma, fosse através de incentivos, cursos de capacitação ou financiamento público, hoje em dia aquelas apenas ignoram a presença das Casas, agindo como se elas não existissem. Enquanto a ação pública finge que as donas da Casa não fazem o que elas fazem, as diretoras, que são “o Estado na ponta”, continuam indicando as Casas na terrível batalha por recursos sociais em que se tornou a disputa por vagas públicas.

---

importante que o Estado assumisse sua responsabilidade na criação das creches; para fazer isto, o papel das instituições na educação deveria ser valorizado. A educação infantil, nesse sentido, deveria ser vista como algo digno de especialização e profissionalização, de forma a combater a ideia muito criticada da creche como “depósito de crianças”. Neste contexto, lugares de cuidados “familiares” poderiam representar ameaças à retórica dos direitos e serviços tão em expansão pós-Constituição de 1988, o que constituiria um benefício para as crianças e um bem para as famílias que demandavam creches públicas financiadas pelo Estado Brasileiro.

## 2 Figuras do constrangimento. As instituições de Estado e as políticas da acusação sexual

Laura traz mais uma das “histórias” que compõem esta tese. Recontar sua “história” é também localizar uma das formas pelas quais um agir considerado dissidente se acomoda em um universo feito de normas. Aqui, trata-se de considerar as “valências emocionais”, como nos ensina Norbert Elias, ao nos oferecer a imagem de um indivíduo aberto em contraposição ao “homo clausus” (1990, p. 148)<sup>29</sup>. O interesse deste autor recai nas cadeias de interdependências mútuas entre as pessoas e os diversos níveis de engajamento, tendo como preocupação o tema da ligação e o que faz com que as pessoas se liguem e se afetem umas às outras. Elias fala, assim, sobre as valências emocionais que unem os sujeitos numa dada teia de relações. Cada acontecimento sofrido na teia relacional altera essas valências, de maneira que algumas perspectivas e ligações se transformam. Posições sociais, enquadramentos e as “valências de afeição e desapego” serão agitadas, modificadas e certamente diferentes umas das outras de acordo com cada perspectiva numa dada configuração. Isto nos auxilia a pensar sobre a posição de determinadas pessoas na teia de acusações sexuais que se desenrola nesta tese. Também nos leva a refletir sobre a forma como, de acordo com uma determinada posição na configuração, os mesmos sujeitos podem carregar histórias de cuidados, rupturas, sofrimentos e violências simultaneamente a práticas de constrangimento, emancipação e normatividade. Nesta chave compreensiva, evoco Laura e sua “história” e a maneira como, logo no primeiro dia em que estivemos juntas, ela diz que vai me contar sobre como ela se transformou numa mãe que paga pensão.

---

<sup>29</sup> Elias está preocupado com o estatuto da alteridade nas Ciências Sociais, em uma posição crítica ao dualismo sujeito/objeto. A ideia de configuração “coloca o problema da interdependência no centro das teorias sociológicas” (Elias, 1990, p. 147).

## 2.1 Uma mãe que paga pensão

A narrativa tem como ponto inicial a sua separação conjugal e o que ficou sedimentado como “abandono do lar”. Laura saiu da casa em que morava com seu antigo companheiro após diversas tentativas de término da relação, na qual o marido “não aceitava o fim do casamento”. A relação entre os dois andava de mal a pior: Ricardo não conseguia mais confiar em Laura, mexia em suas coisas, procurava possíveis bilhetes na sua bolsa assim que ela chegava do trabalho, verificava seus perfumes, aparecia repentinamente no turno de seu trabalho à procura, em vão, de um amante que, como Laura conta, nunca existiu. Ricardo “sentia muito ciúmes” e se deixava dominar; possessivo e ensandecido, seguia desconfiando de sua companheira, à busca de qualquer vestígio que lhe desse razão. Há tempos a situação em casa havia degradingado, o clima era insuportável. Um dia, em mais uma “briga de casal”, começaram os gritos dirigidos um ao outro, empurrões, objetos lançados ao chão, apertões comprimiam os braços de Laura, acuada na parede. Vieram os tapas na cara. Laura se viu descendo as escadas, correndo da sua “casa de dois andares” para enfim conseguir fugir. Não era a primeira vez que brigas como estas aconteciam.

Assim, Laura partiu “com a roupa do corpo” e alguns poucos pertences que recolhera na confusão. Havia decidido que daquele dia em diante não voltaria mais, não suportaria “apanhar de marido outra vez”. Laura tem dois filhos, que tinham em torno de nove e 11 anos naquela época. Ao sair de casa fugida, deixou as crianças com o pai. A partir desta briga, que vinha na sequência de muitas outras feitas de confusão, gritaria e agressões físicas, Laura saiu de casa definitivamente. Uma vez que partiu e decidiu que a separação estava se concretizando, se viu diante da realidade de ter que “ajeitar” sua vida e “recomeçar do zero... ainda bem que eu tinha um emprego”. Passou dias em busca de um lugar para morar e encontrou uma quitinete no centro do Rio de Janeiro, no Bairro de Fátima, muito diferente da sua antiga casa em Itaipu/Niterói, “que tinha tudo”.

Nesta época, Laura era professora da rede municipal da Prefeitura do RJ e dava aulas para crianças e adolescentes do ensino médio e fundamental. Após alguns meses refazendo sua vida, conseguiu adquirir um pouco de estabilidade. Decidiu que estava pronta para voltar e buscar as crianças. Quando ela chegou na sua antiga casa, Ricardo disse que havia mudado de ideia e “não quis deixar” que ela ficasse com os filhos. Ele contava para familiares e amigos que ela havia “abandonado a casa com as crianças”. Mesmo com o fim do casamento já consumado através da separação física dos dois, Ricardo continuou a não aceitar o término da

relação e formalizou um pedido de guarda na Justiça para obter o direito de ficar com as crianças. Após alguns meses, Ricardo ganhou a causa<sup>30</sup>. Ao final do processo, Laura obteve o direito à realização de visitas e a obrigação de pagar a chamada pensão alimentícia:

Descontada em meu contracheque (...). Quando cheguei na Prefeitura com a determinação judicial pra dar entrada na pensão, eu não acreditava, estava muito envergonhada, a atendente que me recebeu no balcão, sem eu falar nada, só de olhar pra mim, me disse: Não se preocupa, você não está sozinha...

Através deste fragmento da sua “história”, Laura explica a forma através da qual ela se transformou em uma “mãe que paga pensão”. Tal enunciado não se refere somente à fixação legal de quantias monetárias, materializadas na forma do pagamento de uma pensão alimentícia, mas sinaliza um certo tipo de inversão dos “problemas de gênero” (Butler, 2008). Comumente, “pagar a pensão” é um dever exercido majoritariamente por homens, nesses casos visto socialmente como um gesto de compromisso e obrigação; em contrapartida, tornar-se uma mulher que paga pensão é estampar um esvaziamento em relação a um lugar e seus respectivos valores e a uma maternidade que deixou de ser exercida nos termos geralmente legitimados relativos ao que uma mãe faz ou deve fazer. “Hoje eu consigo falar disso”, “fiquei muito tempo sem conseguir falar”, são alguns dos enunciados que nos remetem aos silêncios e impeditivos de comunicação acerca dos quais determinadas experiências nos convidam a pensar. Aqui, o silêncio, a recusa da fala e impossibilidade de contar não são recorrências triviais, mas guardam questões intrigantes repletas de obliterações.

Em diversos momentos de nossos encontros, Laura comenta a forma como ela viveu o estigma (Goffman, 1982) da mãe que não cuidou, da “mãe que deixou os filhos com pai”. Enumera com detalhes as críticas que ouvira de muitos amigos que, com o passar do tempo, se afastaram: “você podia ter dado um jeito”, como ela conta, era uma das sentenças que ela ouvia e que retumbavam nos quatro cantos da sua consciência. Sua família lhe deu todo o apoio. As irmãs e a mãe de Laura participavam do cuidado das crianças através de passeios, telefonemas e presenças. Entretanto, ainda que tenha acionado sua rede familiar na participação das rotinas

---

<sup>30</sup> Importante situar alguns detalhes narrativos sobre este processo. Laura conta que a decisão se baseou no “bem estar das crianças”, que deveriam permanecer na rede de convívio da qual já faziam parte, incluindo escola, amigos, familiares que moravam por perto, entre outros fatores. Além do fato de que a moradia de Laura era uma quitinete, a diferença salarial entre ambos também foi valorizada no processo. Ricardo tinha uma renda maior do que Laura e contou com persuasivos advogados na área. Baseado nestes fatores, o Juiz decidiu que as crianças ficariam com o pai.

dos seus filhos que viviam longe dela, fora considerada uma “mãe de menos” como certa vez ouviu de um parente do ex-marido numa discussão casual de família.

Levar em conta sua trajetória pessoal no contexto da discussão deste capítulo nos interessa na medida em que Laura viria a se ocupar de um cargo de liderança na gestão das creches, pouco a pouco, até se destacar como gestora de uma unidade. Desta forma, ela aglutinava, a um só tempo, duas valências de forças aparentemente antagônicas. Vista de uma determinada perspectiva, Laura era uma “mãe abandonante”; vista de outra, era uma figura do “tomar conta”. Nesta posição ambivalente e nada unilateral, ela está constantemente constrangida ao exercício da norma e da responsabilidade na gestão de uma instituição repleta de crianças, ao mesmo tempo que vive uma condição de dissidência, dada a sua condição de uma “mãe que paga pensão”. Portanto, a partir de Laura e sua “história”, entrevemos a realidade de habitar um estigma ou comportamento dissidente e, simultaneamente, praticar o exercício da autoridade nos processos de “fazer Estado” (Teixeira; Lima, 2010; Vianna, 2013).

Creio que este é um dos aspectos principais sobre o que as *figuras* nos convidam a pensar, sobre as formas coexistentes de habitar a norma e habitar a margem (Mahmood, 2010)<sup>31</sup>. A ação de Laura na creche é extremamente engajada. Pude acompanhar seu empenho no exercício da sua função de “tomar conta”, nas preocupações cotidianas com a burocracia da instituição, na forma como ela aconselha e acompanha as mulheres cujos filhos frequentam a creche. Talvez seu trabalho na creche, ao se dedicar para “os filhos dos outros”, tenha se constituído muitas vezes como um espaço de redenção para ela. Não foram poucas as vezes em que a vi afirmar: “o que quero pra eles, eu quero pros meus filhos”, “eu penso neles como penso nos meus filhos”. Em casos de doenças das crianças, como alergias, febres e outros males, Laura indicava remédios e tratamentos, lembrava das vezes que seus filhos tiveram “a mesma coisa” e demonstrava expertises de alguém que nunca deixou de ser mãe. Apesar de viver a realidade de uma “mãe abandonante”, Laura exaltava as lembranças, as vivências da maternidade na primeira década de vida dos filhos, algo que não se apagava e que não podiam retirar dela, algo rememorado volta e meia no tempo presente da sua ação. Ao mesmo tempo, Laura não deixava de estar enredada na teia de acusações e apontamentos relativos às disputas e problemas do “tomar conta”.

---

<sup>31</sup> Aqui, a acepção de “margem” é diferente daquela do primeiro capítulo. Nesta ocasião, “margem” se refere a um comportamento dissidente, em geral definido como tal a partir de discursos homogeneizantes, mal-entendidos, equívocos ou estigmas sociais. Ser “uma mãe que paga pensão” remete Laura a uma espécie de diferença, uma cisão em relação a determinado padrão social.

Veremos que um dos espaços privilegiados para imersão nesta teia de acusações acerca da sexualidade e responsabilidades femininas diz respeito à Creche. Assim, migramos da política aberta feita por mulheres moradoras da favela e passamos para um regime fechado, dotado de outro nível de regulação. Quando pensamos na palavra creche, imaginamos, em geral, um lugar ou instituição criada para a permanência de crianças enquanto os pais destas trabalham. Seja hostil ou amoroso, bom ou ruim em termos de serviços e atenções, imaginamos um lugar específico, no sentido de que apenas algumas pessoas precisam dele ao longo da vida. É possível afirmar também que a Creche, enquanto instituição primária, não faz parte da preocupação de pessoas livres da demanda do cuidado. Quero dizer que a Creche enquanto instituição muitas vezes é considerada um problema apenas para determinados grupos humanos, em especial o grupo das pessoas que têm filhos. Entretanto, esta visão ignora a densidade política de uma instituição fundamental para o exame dos discursos sexuais e dos fluxos econômicos que fazem a política pública.

Seja lá como for, meu objetivo com esta breve digressão é pedir aos leitores que estejam dispostos a alterar sua imaginação sobre o que é uma creche. Na linha desta proposição, saliento a importância de um aspecto, a saber, o de que entraremos no registro das creches públicas. Ao fazer esta marcação, quero enfatizar que a creche pública é um bem escasso. Isto significa dizer que este espaço institucional, lugar de encontros e pessoas, de bens e serviços, de práticas e ações, não se encontra disponível para todas as pessoas e somente um pequeno contingente da população consegue acessar este bem, um “bem de cuidado” por excelência (Vianna, 2002)<sup>32</sup>.

Desta forma, creches são figuras cruciais do cuidado. Trata-se de dispositivos ofertados pelo Estado através da Secretaria de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Tais entidades, muito procuradas por famílias que têm filhos, possibilitam a mobilidade dos familiares, para trabalho, estudo, lazer ou tempo livre. A creche é uma instituição na qual se vivem e se encenam muitas normas; é também um espaço considerado como de excelência, ainda que atravessado pela escassez e pela precariedade que perfazem o serviço público (Ferreira, 2011; Leite Lopes, 2016). A partir das falas, gestos e atos dos profissionais a “instituição” ganha carnadura e se

---

<sup>32</sup> A tese desta autora examina o agir do Estado na gestão de minoridades através dos processos de guarda de crianças na Justiça. Ao olhar para situações de disputa e negociação de responsabilidades nos cuidados, Vianna percebeu o lugar especial daquilo que ela nomeou como *bens de cuidado*, objetos que materializam e encarnam a virtualidade do cuidar. A provisão e doação dos *bens de cuidado* indicam e reconhecem os bons e legítimos responsáveis, ao mesmo tempo em que exemplificam o amor e o compromisso para com o zelar pelas crianças: “todos os *bens de cuidado* exaustivamente listados – berços, brinquedos, planos de saúde, pediatras particulares etc. – representam sinais do investimento que pode ser calculado e, ao mesmo tempo, que nunca pode ser expresso claramente em termos materiais, já que serve de indicativo da ação desinteressada que não espera pagamento imediato ou não o espera na mesma moeda” (Vianna, 2002, p. 31).

realiza perante seu público, da maneira posta por Adriana Vianna em alusão ao Negara analisado por Clifford Geertz, como um “centro exemplar”: “nunca plenamente atingido, mas também nunca totalmente desacreditado do Estado ou da lei como deveriam ser” (2013, p. 18).

Na temporada de campo que passei na Creche, acompanhei a batalha por uma vaga na instituição como um dos elementos mais marcantes na vida dos meus interlocutores. Conseguir uma matrícula em uma creche pública significa, entre outras coisas, ter a garantia de que seu filho será olhado, educado, estimulado, alimentado, arrumado, penteado, em suma, todo um conjunto de fazeres que estão compreendidos nos termos do “tomar conta”, ao longo de um extenso período de vida. Este tempo do qual falamos não é pouca coisa na vida das pessoas, considerando que uma criança pode permanecer durante três ou quatro anos de vida sob os cuidados da instituição. É um tempo no qual o desenvolvimento de certas realizações se torna possível, por exemplo, iniciar um estudo, formar-se, montar um negócio próprio.

Habitar esta instituição significa que outros recursos poderão ser agregados sem tantas pelezas, como acompanhamento médico na Clínica da Família, vacinação ou algum tratamento específico, como fonoaudiologia ou ortopedia. Tanto os familiares como as crianças poderão ter acesso e orientações relativas a benefícios sociais, encaminhamentos preciosos para este ou aquele serviço público ou não governamental, informações sobre teste de DNA (onde fazer e quais os procedimentos envolvidos), acesso a cursos de profissionalização ou de naturezas diversas. Estar na creche compreende também um conjunto de mãos e corpos que irão prover atenções e afetos. Potencialidades serão desenvolvidas, hábitos adquiridos, sem contar os laços de amizade e conhecimento que se tecem a partir do convívio na instituição e que podem se converter em ajudas e suportes múltiplos. Não é por acaso que em todas as eleições municipais, estaduais ou governamentais o tema das Creches seja uma das principais pautas de propaganda e disputa política – uma causa que alavanca votos e entusiasmo campanhas eleitorais, presente tanto na retórica dos partidos de “esquerda” como de “direita”<sup>33</sup>. Veremos, entre outras coisas, que dentro de um lugar eminentemente normativo existe a presença de tudo aquilo que a creche, a partir das suas administrações, dos profissionais, das práticas e das ações que se agitam aqui,

---

<sup>33</sup> Durante a última campanha eleitoral municipal, o tema do cuidado foi central no repertório do candidato Marcelo Crivella, que afirmou reiteradamente que sua gestão iria “cuidar das pessoas”. No que diz respeito à atenção à infância, este candidato prometeu ampliar a rede de atendimento com 20 mil novas vagas em creches e mais 40 mil vagas na pré-escola. Tal objetivo seria alcançado, de acordo com as promessas de campanha daquele que se elegeu prefeito da cidade, através da realização de “parcerias público-privadas”, em que “o parceiro privado responde pela construção e manutenção administrativa das novas unidades de ensino infantil, e a prefeitura, pela parte pedagógica e pela merenda escolar”. O candidato Marcelo Freixo, que chegou ao segundo turno, baseou suas propostas para essa área em outras iniciativas, a exemplo da eleição direta para diretoras das unidades, a ampliação do horário de cobertura das creches e a criação de creches noturnas para trabalhadores (Andrade; Azevedo, 2016)

projeta aos outros como figuras da perturbação. Nesse sentido, considero que as próprias figuras e seu agir marginal são parte de um “efeito de Estado”, como nos ensina Timothy Mitchell (2006). No sentido dado por este autor, a aparência de distinção entre Estado, Economia e Sociedade como “coisas separadas” serve para manter uma dada ordem econômica e política, extremamente útil na fruição de recursos financeiros e sociais. Estes processos são eficientes para diluir tarefas, delegar orçamentos, atribuir responsabilidades, obrigações e gestões. Ao invés de considerar uma suposta coerência das organizações ou o “poder de abstração que emana das práticas”, devemos nos ater aos processos através dos quais as distinções poderosas entre Estado e Sociedade são produzidas e encarar estas distinções como linhas traçadas internamente, seguindo a rede de mecanismos institucionais que sustentam, mantêm e produzem uma dada ordem.

Especificar um determinado centro como de excelência, desqualificar “os outros”, sejam estas pessoas, espaços ou ações. Agregar funções, estabelecer horários e temporalidades, eleger documentos prioritários, criar critérios múltiplos e essenciais, evocar as normas que importam. Uma série de procedimentos e processos de regulação estão aqui reunidos, materializando a ação de uma instituição. A creche figura, desta maneira, no rebuliço destas práticas que, ao mesmo tempo que constituem o fazer político delimitador de certas fronteiras, colaboram para a produção do Estado como estrutura metafísica, entidade autônoma, ideação, aparato de indivíduos, como desvela Timothy Mitchell nas considerações sobre um duplo efeito de Estado<sup>34</sup>. A Creche, como um “Estado que funciona ao lado das casas”, não aponta somente para uma distinção entre dois âmbitos autônomos, mas é lócus privilegiado para acompanhar o que este “Estado” produz como fronteira, como alteridade, e o que ele enquadra como figuras aglutinadoras do que é ruim, do excesso comportamental, do desajuste social e do exagero sexual. Se as Creches dizem que as Casas não são lugares ideais, o que acontece é que ambas caminham lado a lado e “a creche indica a casa” apesar de refutar este espaço como adequado. É, portanto, a partir da sua própria precariedade e incapacidade de atender uma demanda específica que a Creche se torna um aparato fundamental para a preservação da imagem do Estado. Um “Estado que cuida das pessoas”, ou que, por outro lado, “cuida dos filhos dos outros”, apontando para um entendimento no qual “o Estado” assume uma responsabilidade que não é sua. Como vimos, as Casas, por sua vez, são amortecedoras da

---

<sup>34</sup> Mitchell parte das contribuições de Philip Abrams (1988), em que devemos analisar de maneira distintiva o Estado como ideia e o Estado como sistema de práticas. Entretanto, o autor também salienta que o abandono da definição coerente do Estado como ideia torna difícil acompanhar os diversos limites do Estado enquanto sistema.

inação da creche, daquilo de que este dispositivo não consegue “tomar conta”, figurando ora como espaços rechaçados, ora como espaços indicados. Este aspecto aparentemente paradoxal se desfaz em sua contradição quando entendemos que aqui repousa uma das maneiras elementares e primordiais de se fazer práticas de Estado, a saber, no rechaçar a matéria viva da qual ele depende para se produzir como ente supostamente autônomo, idôneo, indefectível e superior.

Se as linhas das quais nos fala Mitchell, criadas na divisão entre Estado, Economia e Sociedade, dizem respeito a formas institucionais através das quais privilégios, ordens e poderes políticos se fazem, podemos dizer que ao criar uma apartação entre a instituição e as Casas, o Estado “faz” duas coisas. Primeiramente, ocorre uma projeção deste ente como o mais capaz, em detrimento de outros, apontados como menos capazes. Simultaneamente, a instituição se aproveita da precariedade dos outros – precariedade esta que, por sua vez, está intimamente constituída na interface com as administrações – para suprir, amortecer ou minorar uma “demanda” que ela própria não é capaz de atender.

Nesse sentido, “o Estado”, da forma como é narrado nas falas, seja dos moradores do Morro, seja dos agentes que atuam nas malhas institucionais, não está “ausente”, mas se revela como sendo a própria ausência que cria, sustenta e se aproveita destas formas particulares de “viração” e informalidade. Por este motivo, é preciso enfatizar que existe uma agência poderosa na chamada “ausência de Estado”, que não deve ser entendida como falta ou incapacidade, mas como uma ação, devidamente orientada, consciente e irradiadora de feitos e efeitos. A “ausência de Estado” faz determinadas coisas acontecerem, de modo que este elemento supostamente “invisível”, desencarnado e desfigurado é a base motriz das “virações”, das redes de ajuda e das situações de precariedade atribuídas tanto às casas como às figuras da perturbação. O argumento de fundo expresso aqui consiste em significar que quando as ações de Estado não fazem, elas estão fazendo, imiscuídas nos silenciosos, solitários e enérgicos processos da vida cotidiana, muito palpáveis nas formas como as pessoas vão se ajeitar, arrumar e fazer seus mundos.

Finalmente, atentaremos para algumas práticas malditas e para a presença de elementos poluidores no contexto da creche. Entretanto, em um olhar matizado pela literatura antropológica sobre Estado, veremos que a presença destes elementos não desqualifica este espaço como um “centro exemplar”. Este aspecto nos convida a embaralhar as fronteiras entre margem e norma, regra e exceção, como visto no capítulo anterior, a fim de localizar a presença de práticas dissidentes em contextos projetados como hiper normativos. Quero apenas destacar

que os elementos de “desordem” atribuídos às alteridades, àquilo que os outros fazem e/ou deixam de fazer, podem ser apreciados aqui, no âmago do “centro exemplar”.

Em suma, ambos os lugares apresentam propriedades similares nas quais práticas homólogas são feitas, aniquiladas e recriadas a todo instante. A Creche, enquanto lugar supostamente ordenado, é feita destas irrupções de “desordem” presentes aqui e ali. A grande diferença é que esta “desordem” produzida no espaço institucional é reconhecida e narrada como legítima e, desta maneira, autorizada e isenta. Podemos, pois, nos perguntar: que espécie de efeito mágico é operado nas malhas da ação de Estado e que faz com que práticas similares sejam vividas de maneira maldita para uns e legítima para outros? Creio que a discussão apresentada aqui, a partir de algumas situações vividas em campo, apontam justamente para esta dimensão de “fazer Estado” concomitante ao processo de desfazer o modo de vida dos outros.

Como desloca Mitchell ao se questionar sobre os “mapeamentos metafísicos” ou o “fantasma da máquina” – expressões utilizadas para aludir as reificações e abstrações da imagem de Estado –, o mais interessante nesta proposta consiste em tentar responder, afinal, como foi possível produzir os efeitos práticos que fazem “o Estado” desta maneira, um produto característico da ordem política moderna. É na capacidade de projetar algo “fora do Estado”, como se fossem “objetos separados”, que repousa uma das técnicas modernas de fazer governos na contemporaneidade (Mitchell, 2006).

## **2.2 O pedido de uma vaga no “Sistema”**

Enquanto as casas de “tomar conta” apresentam uma abertura na recepção de crianças, a qualquer momento do ano, a creche funciona a partir de um regime fechado de acesso. Por regime fechado, quero dizer que, para usufruir dos benefícios ofertados pela Creche, os familiares devem ser sorteados a partir de um processo de inscrições que é realizado uma vez ao ano. Na cidade do Rio de Janeiro, as inscrições são abertas geralmente no mês de novembro e o processo, cujas datas são divulgadas na Internet e outros meios de publicidade, dura até janeiro. A primeira fase é composta da inscrição via internet no site da Prefeitura. Posteriormente, a pessoa em busca da vaga deve comparecer à creche e “confirmar seus dados”. A última etapa consiste em aguardar o resultado do sorteio.

Portanto, um dos fechamentos relativos a Creche diz respeito à conquista de uma vaga no sistema. O acesso à creche se desvela como um dos aspectos mais cruéis e problemáticos da forma como os processos de Estado, a partir das suas administrações, se relacionam com as demandas da população que vive nas periferias urbanas. Narro aqui uma cena relativa ao pedido de uma vaga, como forma de evocar os diversos momentos que fazem o cotidiano de uma instituição pública tal como a creche.

Em frente ao portão de uma das unidades que acompanhei, há uma espécie de banco de concreto, que se estende até um bar colado à instituição. Neste banco, muitas famílias esperam as crianças durante o horário de saída da creche, “novinhas” e “novinhos” se reúnem para conversar. Crianças brincam em frente à rua, que desemboca no casarão. Ali, justamente nesse banco, realizei boa parte da pesquisa e por isto, assisti cenas variadas e ouvi diversos pedidos de vagas para entrar na creche, bem como diversas recusas e negativas: “não tem vaga”, “tem que aguardar o período de inscrição”, “é por sorteio”, “infelizmente não tem”. Até quando as pessoas já conhecem “o sistema” e seus critérios, ou seja, quando elas sabem que é preciso se cadastrar previamente, em uma oportunidade aberta somente uma vez ao ano e sujeita a critérios de seleção, ainda assim elas comparecem à instituição, à procura de uma brecha, uma novidade ou um imponderável que possa revelar o inusitado e se desdobrar em um acesso à matrícula.

Em um dia comum, eu estava sentada neste banco na companhia de uma profissional da creche<sup>35</sup>. Uma mulher chamada Albelina veio até nós, no meio da chuva que caía forte. Tinha o cabelo preso com alguns fios úmidos e desalinhados sobre a face, vestia uma blusa de botões presa na cintura por uma saia longa e plissada que beirava os tornozelos. De um lado, sustentada por seu braço, uma criança grande, toda feita de dobrinhas, se acomodava em seu colo. No outro lado, pendurados em seu antebraço, estavam uma sacola plástica esmirrada e o guarda-chuva, agora fechado, que pingava. Descrevo suas vestimentas e sua corporalidade a fim de descrever a situação de nítida fragilidade que ela exprimia. Ela chegou até nós e iniciou um pedido à funcionária da creche:

– Oi, tudo bem?

– Tudo bem.

– É que eu preciso de uma creche pro meu filho. Eu preciso de um lugar pra deixar ele... Meu marido tá internado no hospital. Eu tô na casa da minha sogra, eu vim de Minas, eu não posso ficar com ele... Porque tenho que ficar com meu marido que tá

---

<sup>35</sup> O uso do termo genérico “profissional da creche” se dá por motivos de sigilo. Entre técnicas, professores, vice diretores, auxiliares, entre outros profissionais, identifico o cargo apenas quando a passagem não fere este princípio de pesquisa.

doente, também não posso trabalhar... Uma tia dele tomava conta dele pra mim, mas ela foi embora, voltou pra Minas, a avó já ficou um pouco, mas ela tem as coisas dela pra resolver, meu marido está com câncer no estômago e não dá mais pra operar.

– Não temos vagas agora, você tem que esperar o período da inscrição ou vir aqui na segunda-feira pra falar com as diretoras e colocar seu nome na lista de espera, temos mais de 150 crianças na lista de espera, mas vem.

– É que eu não tenho com quem deixar... A casa da minha sogra tem escada, tem mofo, não é um lugar bom pra ele que tem alergia...

– Olha, tem umas casas aqui da vizinhança de pessoas que tomam conta, você poderia tentar ver nessas casas. Tem um preço que dá pra negociar. Tipo R\$ 100,00, R\$ 150 reais...

– Mas eu não tenho dinheiro, eu não tô trabalhando, o único dinheiro que a gente recebe é do Bolsa Família.

– Infelizmente é só isso mesmo, porque não tem vaga, volta aqui na segunda, volta pra falar com elas.

– Tá, bem, tá certo, muito obrigada. Vou voltar na segunda, falar com a diretora...

Destaco esse fragmento de diálogo, tal como aconteceu, para pensar na estrutura do pedido e da recusa que são parte da relação das pessoas com os serviços ofertados pelas administrações de Estado. Ao presenciar o cotidiano na Creche, pude acompanhar dezenas de pedidos como este e igualmente dezenas de recusas, de impossibilidades e de portas que se fecham. Albelina chega com um pedido: por uma vaga na creche para o seu filho. Conta sua necessidade a partir de uma “história”: ela é migrante, vive na casa dos familiares do marido, os parentes não podem mais ajudar no “tomar conta” da criança, seu esposo está enfermo, precisando de cuidados enquanto paciente com câncer. Albelina pede ajuda, ela precisa de uma vaga para conseguir ajudar sua família, talvez arrumar um emprego ou conseguir cuidar dos outros.

A profissional sentada em sua frente, face a face, não tem como oferecer uma vaga, pois “o sistema é fechado”. Na impossibilidade de incorporar seu pedido ou criar uma brecha, finge que é uma pessoa comum, se faz de qualquer uma, pede para ela voltar outro dia, mesmo sabendo que a resposta será idêntica. A profissional sugere que ela volte para colocar seu nome em uma “lista de espera”, junto de cerca de 200 crianças que ali estão registradas de forma desencarnada.

Diante do “não”, Albelina continua. Sua “história” importa e precisa ser enunciada. Ela apela assim para diversos registros de linguagem e agência, em uma expressão semelhante àquilo que Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1987) elaboraram como “ordens de grandeza”,

ou seja, espécies de guias práticos a que os atores recorrem para justificar suas necessidades, escolhas e situações específicas. Primeiramente, Albelina aciona a ordem da segurança: a presença das escadas e do mofo na sua casa. Em seguida, aciona o registro da doença e da necessidade de cuidar dos outros: seu marido tem câncer e está no hospital. Depois, argumenta com o registro da sua mobilidade e situação trabalhista: ela está desempregada e não tem como procurar trabalho. Segue, lembrando do registro de ser usuária de um benefício social e, portanto, estar em situação de vulnerabilidade econômica: ela só tem o Bolsa Família. Porém, nenhum destes registros discursivos conseguem fissurar o sistema blindado: “o sistema é fechado”. Albelina talvez não volte na segunda feira, e se por acaso voltar, a resposta será a mesma.

A partir destes “fragmentos”, vividos tal qual Maria Gabriela Lugones (2009) destacou em sua tese, na interação entre os “lados do balcão” – em nosso caso, nos bancos, nos degraus da instituição, nas salinhas das diretoras e professoras, na cozinha, nos corredores –, fui vivenciando estas cenas e diálogos que fazem a rotina da instituição. São estas cenas, momentos, expedientes e ações que permitem descrever o chamado “Estado em ação” e verificar tanto o nível das relações interpessoais que se tecem e que produzem seus respectivos efeitos, como o chamado plano simbólico, abstrato ou relativo às ideias que emanam destas práticas<sup>36</sup>.

Nesta levada, registro especialmente a oportunidade que tive de participar do período de inscrições na creche, no qual presenciei diversas pessoas em busca de vaga em situações similares à de Albelina. Pude acompanhar o ato da inscrição presencial durante os dez dias, período em que os interessados devem comparecer à Creche. A fim de ajudá-las, as profissionais deixaram que eu atendesse as pessoas, dizendo que aquela era “uma das semanas mais estressantes do ano”. Em cerca de 20 minutos, indicaram-me os procedimentos que adotavam, as dúvidas e perguntas mais frequentes, bem como suas respostas mais usuais.

Ao longo desse acompanhamento, pude ter contato com os documentos que fazem parte dessa etapa fundamental, que exige grande atenção na medida em que qualquer erro ou informação equivocada pode prejudicar tanto as profissionais como, sobretudo, os familiares. Do ponto de vista técnico, racional e normativo, esta função é vista como muito “fechada”, porém, dada as dinâmicas da instituição, baseadas também em relações de confiança, este

---

<sup>36</sup> Refiro-me a um conjunto de trabalhos que se dedicam a analisar o chamado, “Estado em Ação”. A perspectiva foi aberta pelos trabalhos de Antônio Carlos de Souza e Lima (2002; 2012) e se desenvolveu posteriormente nas análises de Vianna (1997; 2002; 2011; 2013), Ferreira (2011), Lowenkron (2012), Aguião (2014), Lacerda (2015), Lopes (2016), Nogueira, (2016) e Freire (2016).

“deixar participar” torna-se completamente possível. Chamo atenção a este aspecto para atentar para o fato de que tratar de procedimentos dotados de um nível considerável de regulação e ao mesmo tempo abrir pequenas brechas de exceção é, desta maneira, uma forma de proceder muito presente no espaço da instituição, o que torna possível a minha presença no processo de inscrição dos familiares a uma vaga pública.

Desta maneira, ao acompanhar o preenchimento das fichas, pude conversar com as pessoas que chegavam para realizar inscrição. Nesta ocasião vi o atendimento de muitas mulheres, mães, avós, filhas, tias e sobrinhas. Somente dois homens, ao longo de todo o período de inscrição, compareceram. Uma das “histórias” que ouvi ao participar desse processo era particularmente dramática, se tratava de uma “mulher de bandido”, como foi apontada por outras pessoas assim que ela saiu. A mulher contava que queria muito a vaga porque não aguentava mais apanhar na frente do filho, “se ele ficar aqui, pelo menos não vai ver o pai me espancando”. Durante o preenchimento da ficha, seu filho estava sentado em uma das suas pernas, que se agitavam freneticamente para cima e para baixo no intuito de entreter o menino com o movimento de sobe e desce. Enquanto contava sua “história”, se emocionou muito, contava que o rapaz batia com qualquer coisa, tijolo, pedaço de pau, cano de pistola.

Entre frases ditas baixinho em meio ao corredor no qual estávamos sentadas, ela transparecia um desespero emudecido que causava espanto, mostrava discretamente as cicatrizes pelo corpo, as lágrimas desciam em silêncio, sua boca ainda apresentava o roxo de um hematoma recente. O espaço do corredor era o lugar onde eu estava acompanhando o atendimento, estávamos sentadas em cadeiras pequenas, de tamanho infantil, e separadas por uma mesa igualmente diminuta. Ali, no espaço improvisado, feito na gambiarra, no meio da passagem onde pessoas transitavam para lá e para cá, seu drama era partilhado.

Ao ouvir Rita, sentia sua aflição e era tomada por uma angústia tremenda que crescia a cada momento e me deixava cada vez mais nervosa. Tentava reagir com alguns poucos recursos, dizia que era preciso procurar ajuda, ir à delegacia de mulheres, procurar um abrigo, entre outros dispositivos, “você não pode mais passar por isto!”. Eram frases que vinham da minha boca no desespero de estar face a face com a vulnerabilidade e a violência iminente. Rita estava sendo espancada, e o último episódio era visivelmente recente. Quanta revolta isto me provocava! Entretanto, Rita naquele dia me fez entender que para “mulher de bandido” não existem instituições ou serviços capazes de oferecer proteção. A polícia não iria subir o morro para prender um bandido acusado de violência doméstica, e se assim fosse, ela teria que prestar contas aos amigos de seu marido, parceiros no tráfico. Ela não possuía uma rede de parentesco

em outra localidade que pudesse abrigá-la. Ela estava sozinha e não tinha a quem recorrer. A vaga para seu filho era uma possibilidade, um chão mínimo a partir do qual, caso o conquistasse, talvez ela pudesse pensar em outras estratégias de ação. A vaga para seu filho era aquilo que ela pedia; ter algum momento no dia onde não tivesse que “apanhar na frente do filho”.

Em outro momento, acompanhei a forma como um casal de “classe média” chegou até a unidade para solicitar uma vaga. A categoria “de classe média” era utilizada pelas profissionais e serve para aludir algumas famílias que procuram o serviço da Creche e são interpretados e narrados pelas profissionais como “estes aí, gente que não precisa”. Essa “gente que não precisa”, são pessoas que se diferenciam em função de alguns marcadores, como morar em apartamento no asfalto fora do morro, possuir um “carro do ano, ou ter alguma formação universitária, não importa qual, se pública ou privada. A situação do casal que havia chegado era justamente esta, exceto pelo “carro do ano”. No ato da inscrição, ao saber que se tratava de um sorteio, ambos começaram a questionar a diretora sobre o número baixo das vagas. Diziam que a vaga era um “direito da família e da criança” e que, como tal, deveria ser garantido. Contestavam o modelo do sorteio ao mesmo tempo que contavam sobre suas dificuldades financeiras: enquanto jovens estudantes de universidades públicas, não tinham dinheiro disponível para pagar uma creche privada, nem familiares por perto para ajudar. A Creche se apresentava como única solução de criação.

Laura ouvia os dois extremamente atenta. Deixava-os falar, transparecendo muita tranquilidade e compreensão. Nestas situações, ela geralmente procedia desta maneira, concedia o momento em que os outros podiam falar livremente, com uma espécie de serenidade do burocrata que conhece a minúcia do pleito daqueles que demandam ao mesmo tempo que demonstra uma aparente capacidade de se afetar. Nestes momentos, Laura parecia estar sempre muito à vontade. Ela deixou o casal falar sem qualquer interrupção. Escutava com a cabeça geralmente inclinada para a direita e os olhos levemente cerrados. O casal citava inúmeros casos, leis e passagens argumentativas, bem como os detalhes de suas necessidades específicas. Após ouvir pacientemente toda a fala do casal sobre “os direitos” e os “absurdos” da política pública, Laura inspirou fundo, colocou as mãos na cintura e engatou numa verdadeira oratória onde demonstrava, de maneira didática, que todo o discurso dos direitos simplesmente de nada adiantava.

Laura era assim. De uma hora para outra, seu semblante empático dava lugar a uma postura imponente, agora ela falava para todas as pessoas presentes e, uma vez com a palavra, esta era toda dela: “olha, deixa eu perguntar uma coisa, porque vocês não esperaram pra fazer

filho no tempo certo?”. O casal emudeceu, pareceu desmontar, as pessoas a volta olhavam, ela seguia: “não adianta falar que é direito, porque não tem vaga!”. O casal, atônito, permaneceu durante um tempo sem reação, como alguém que percebe estar acometido de uma realidade intransponível, na qual “não tem jeito”, “nada vai adiantar”. Um pouco de vergonha começava a despontar na expressão dos dois. Buscavam ainda outros argumentos, mas agora o discurso era todo de Laura: “o Estado não tem essa obrigação, de ter que fazer creche pra todo mundo. Se você queria ter filho, porque você não pensou? Em quem ia criar, se ia ter dinheiro? Mas ninguém pensa nisso, não é?”.

Nestes momentos Laura é dona de um tom professoral, sua voz é encorpada, melódica e enérgica. Esta postura, inclusive, me chamou atenção para um aspecto das administrações, a saber, a habilidade de falar para um e ao mesmo tempo falar para todos que estão no entorno, numa espécie de performance pública que consiste em transmitir uma lição para a coletividade. Tais cenas são espécies de “esporros públicos” que fazem parte de uma “pedagogia do constrangimento”, muito própria das administrações. Observei que outras diretoras também acionavam este proceder. Em geral, elas iam muito além de dizer “não”, mas derramavam uma oratória para quem estivesse no ambiente, que continha sempre uma lição moral, uma força de discurso capaz de convencer qualquer pessoa de que não importava qual fosse sua teoria crítica elaborada frente ao serviço oferecido, mas, antes, de que a realidade é feita daquilo que está disponível para hoje. E que muito desta (in) disponibilidade é feito a partir daquilo que não há, daquilo que “não tem”, do que “não tem jeito”.

Neste dia, ela fez exatamente desta maneira. Numa mistura de empatia e pragmática da realidade, na ação daqueles que devem responder sobre o que “não tem”, num lugar eminente de “figura do constrangimento”. Na situação de escassez de recursos estatais, Laura sabe aplicar esta espécie de prática da contenção e desmontar, a partir de uma “alternativa infernal” (Stengers; Pignarre, 2005), todo e qualquer discurso de direitos<sup>37</sup>. O casal foi embora visivelmente desconcertado.

Assistir aos diversos “não tem” ao longo da temporada de pesquisa me causou um mal-estar tremendo. A incapacidade das profissionais, que simplesmente não têm o que fazer diante

---

<sup>37</sup> Pignarre e Stengers (2005) desenvolvem a ideia de “alternativas infernais” para aludir a situações nas quais a ação pública se apresenta através de uma série de alternativas ou opções quase sempre insatisfatórias e ruins. Estas situações de poder produzem um efeito de paralisação e resignação nos sujeitos, no qual não importa o que houver ou aconteça, as pessoas se veem em situações nas quais “não tem jeito”, nada vai adiantar, quer seja o protesto, a denúncia ou a procura de outras soluções. É, em si, um mecanismo de esvaziamento da ação política, uma vez que reduz as possibilidades de agência e trânsito dentro do “sistema”, neste caso, dos dispositivos de entrada na política pública “creche” oferecida pelo Estado.

dessas situações, acaba por produzir um “esfriamento” nestas que devem ser as transmissoras das negações e impossibilidades. Com o passar do tempo, observei que o automatismo das respostas, a opacidade dos pedidos e a naturalização das densidades das *histórias* que ali são contadas fazem parte da rotina administrativa com que estas profissionais devem lidar. Elas relatam o quanto devem ser “frias”, porque “precisar, todo mundo precisa”. Chamo atenção sobretudo para a forma como o “dizer não”, necessidade com a qual as profissionais se veem confrontadas em sua prática cotidiana, produz uma situação de desigualdade flagrante entre mulheres pobres e outras não tão pobres, porém em situação similar de serem batalhadoras e trabalhadoras. Estamos diante de mulheres pobres dizendo não para outras mulheres pobres. As profissionais cujas práticas narro aqui são moradoras de subúrbios, baixadas, periferias e áreas pauperizadas da Cidade, algumas são nascidas e criadas em favelas, outras até hoje são moradoras de favelas e periferias; todas lidam com os problemas de outras mulheres pobres e moradoras de favelas.

Entretanto, ao falar em “esfriamento”, quero detalhar que esta “frieza” é de uma natureza curiosamente diferente da acepção do termo “frio”. Não se trata de posturas distantes ou indiferentes, mas é algo de uma frieza aquecida que, ainda que passe por dizer não e assim aparentemente se livrar do problema que bateu à porta, permanece sob a forma de um verdadeiro incômodo e afetação permanente. É por isto que as negativas dadas não resolvem o problema. Estes problemas não resolvidos permanecem indo e vindo, rondando as práticas das profissionais, como uma alcateia que espreita lá fora. Esta frieza, portanto, é na verdade apenas a superfície de uma chama profunda que oferece as bases para elaboração de visões sobre o outro, fomenta a produção dos apontamentos e acusações que, por sua vez, fornecem discursos sobre uma teoria da justiça, da preguiça, da pobreza e do comportamento sexual excessivo, atribuídos ao mundo popular.

Nesse movimento, cabe perguntar: em que momento a empatia em relação a uma “história” se transforma em acusação sobre a preguiça e a incapacidade dos outros? Observei como mulheres, profissionais da administração, podiam exercer ao mesmo tempo uma profunda solidariedade com os pedidos que ali chegavam e um sentimento enérgico de revolta com “a preguiça dos pobres”. A passagem da compreensão para a revolta em relação aos outros era vivida num relance, em questões de minutos. Quando falo em empatia, não me refiro a meras estimas pessoais e fugazes, mas falo de muitas situações nas quais as profissionais tentavam ajudar de fato e buscavam soluções para problemas que estavam “fora da alçada” delas. É justamente nesse contexto intenso e diário que as narrativas e discursos em torno do “sexo que

faz filhos” formam um caldo espesso e fecundo para explicar a impossibilidade da política pública de atender sua demanda. Explicam como a sexualidade das mulheres é “errada” e provoca coisas negativas. Estas narrativas operam através da linguagem e do discurso, são feitas num misto de empatia com a dureza da “realidade”, que pode ser traduzida como aquilo que está disponível para hoje<sup>38</sup>.

De volta às inscrições, este momento da batalha pela inclusão na política pública, o dia da divulgação dos resultados do sorteio era um momento extremamente triste, decepcionante e caótico. Durante os dois anos de pesquisa que pude acompanhar havia em cada unidade uma lista de espera de mais de 200 crianças. A lista é fixada geralmente na recepção de cada Creche e lá permanece durante o ano inteiro. Na verificação da lista, a maioria daqueles que se inscreveram recebe a notícia de que não conseguiram as vagas. Pessoas lamentam, choram, brigam, discutem, reclamam e querem satisfações. Alguns saem de cabeça baixa, absolutamente desolados, conversando com parentes que acompanham: “o que a gente vai fazer agora?”. Outros protestam, não entendem “o sistema”, ou melhor, entendem, mas não aceitam.

Eis que alguns começam a “fazer um barraco” na recepção da Creche: gritam, falam alto, ameaçam, gesticulam, se despem dos objetos que seguram, colocam as crianças no chão, precisam das mãos livres para protestar. Nesse momento, as profissionais diminuem o tom, apenas ouvem, amesquinhas, respiram fundo, tentam responder calmamente. Algumas mulheres ameaçam as profissionais, dizem que se a vaga do filho não for concedida, vão “falar com os caras”. Sentenciam, num tom poderoso que dá o futuro por certo, “ah, meu filho vai ter vaga aqui sim! Ah, se não vai!”, seguido de risadas raivosas.

Depois do calor público que preenche o entorno durante um “barraco”, as pessoas que o fizeram conseguem algumas orientações preciosas e estratégicas, como: ir na 1ª CRE ou procurar o Ministério Público para dar entrada em um processo de garantia pela vaga<sup>39</sup>. Desta maneira, algumas famílias, em geral as mães, seguem a peregrinação burocrática na busca da obtenção de uma vaga<sup>40</sup>. Durante os dois anos de pesquisa, cada unidade contabilizava os nomes

---

<sup>38</sup> A “realidade” é uma das formas das “alternativas infernais” como expressas por Pignarre e Stengers (2005), aquilo que se apresenta como dado ou barreira intransponível na qual qualquer tentativa de complexificar as regras do jogo, a fim de encontrar uma saída, está fadada ao fracasso ou à desistência.

<sup>39</sup> As Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) têm como atribuição a gestão dos equipamentos de educação municipal. A 1ª CRE gerencia a área central da cidade, cobrindo a região que vai de Santa Teresa até São Cristóvão, e localiza-se próxima à Praça Mauá. Ressalto que a indicação de recorrer a essa instância é muitas vezes inócua e, na maioria dos casos, leva os solicitantes das vagas a apenas perderem tempo e dinheiro de passagem, pois na CRE as famílias são informadas de que somente o Ministério Público pode agir nestes casos.

<sup>40</sup> Algumas famílias procuram o Ministério Público ou vão até a Prefeitura reclamar. Fui até o órgão responsável pelos processos de pedido de vaga e encontrei um processo da minha altura, em tomos empilhados sem obedecer

de mais de 200 crianças que não foram sorteadas, que “não tiveram sorte”. É nesse momento que surgem na imprensa algumas matérias de cunho sensacionalista que todos os anos noticiam o mesmo: as filas homéricas de crianças que não conseguiram vagas.

A dimensão da “sorte” envolta na concepção frágil de um “direito” supostamente universal, “o direito à educação”, é um lugar eminente de *double bind* (Bateson, 1972). O duplo vínculo descrito por Gregory Bateson fala de situações nas quais o emissor da mensagem transmite uma comunicação plena de sentidos contraditórios ou ambíguos. Nestas situações, o receptor da mensagem se encontra em uma realidade na qual não é possível ganhar, e o que resta é habitar a própria situação de ambiguidade e angústia imposta pelo “sistema”. Quando a política pública se apresenta ao mesmo tempo como um direito universal e com critérios exclusivos de acesso e “sorte”, traduzidos em diversos atos cotidianos de poder e negativas de acesso a um bem, estamos diante da tradução política do conceito do autor. Trata-se de duas mensagens absolutamente contraditórias: preconizar que a educação é fundamental para todos, que a criança é “sujeito de direitos”, e ao mesmo tempo deixar um contingente expressivo de crianças fora da política, na “lista de espera”.

Nesse sentido, é importante explicar que a entrada na creche se faz a partir de três maneiras distintas de acesso à política pública. A primeira se realiza a partir de um “sorteio público”, no qual a princípio toda pessoa pode concorrer. A segunda forma se apresenta como um desdobramento da primeira, porém envolvendo o acionamento de critérios assistenciais de vulnerabilidade que visam a qualificar os sujeitos que apresentam maior prioridade/necessidade de acessar uma vaga<sup>41</sup>. A terceira se dá pela via normativa e do Direito (“educação é direito de todos”) e pode ser acionada nos casos em que os familiares recorrem à Justiça. Desta maneira, em um contexto de pobreza e disparidade de recursos, tais critérios acabam por gerar rumores e fofocas no decorrer do processo de inscrição, mas não somente; transformam-se em diversos

---

a nenhuma sequência linear. Algumas de suas milhares de páginas traziam queixas e denúncias registradas sobre pedidos de matrícula não atendidos. Para poder utilizar as páginas do processo na pesquisa a fim de exemplificar os trâmites pelos quais as famílias passam, eu teria que fazer uma solicitação que posteriormente deveria ser aprovada pelo Juiz responsável. Diante de tanta burocracia, acabei desistindo, e preferi voltar à pesquisa na favela. Entretanto, registro esse movimento para indicar a peregrinação pela qual os familiares devem passar na conquista de uma vaga, caso não sejam contemplados no sorteio.

<sup>41</sup> Os critérios devem ser preenchidos e comprovados a partir de documentação específica. No Rio de Janeiro, devem ser atendidos na seguinte ordem: “1) Crianças cuja família seja beneficiária do Cartão Família Carioca; 2) Crianças com deficiência; 3) Crianças cuja família esteja inscrita em algum programa de transferência de renda; 4) Crianças que estejam relacionadas na lista de espera da creche, elaborada no ano anterior; 5) Crianças ou familiares vítimas de violência doméstica; 6) Crianças ou alguém do núcleo familiar acometidos por doenças crônicas; 7) Crianças com alguém do núcleo familiar que faz uso abusivo de drogas; 8) Crianças com alguém do núcleo familiar que seja presidiário ou ex-presidiário; 9) ter irmão(ã) gêmeo(a) que também está sendo inscrito(a); 10) Ser filho de mãe adolescente” (Brasil, 2014).

juízos e interpretações produzidas no conjunto de afirmações do cotidiano popular sobre “quem precisa mais”, “quem fez filho na hora certa”, “que mãe que trabalha”, “quem é vagabunda”, “quem conseguiu vaga, mas passa o dia na praia e chega aqui bronzeada”, “quem fez tudo certo, na hora certa e ficou de fora”, “por que fez outro filho, se já tinha um?”.

Ao mesmo tempo, uma vez que as pessoas sabem que narrar as suas próprias vulnerabilidades no processo de acesso a vagas importa, elas buscam mobilizar seus sofrimentos porque entendem que esta situação pode fazer diferença no sorteio das vagas no “sistema”. Porém, como o resultado final da distribuição das vagas de qualquer maneira fica muito aquém da necessidade dos grupos ou praticamente todas as crianças concorrentes se encaixam em ao menos algum dos critérios, elas se questionam, ao final do processo, se esses critérios são eficientes, se eles “realmente funcionam”, se vale a pena dizer que tem um “parente presidiário” na família, se isto “conta mais” do que alguém “doente”, por exemplo, do “porquê [de] uma mãe de 22 anos precisar menos do que uma mãe de 16 anos?”. Daí que muitas pessoas que acompanhei prefiram simplesmente “dizer a verdade” da sua situação, por conhecerem exemplos de parentes e vizinhos que, em experiências anteriores de tentativa de obter uma vaga, elencaram uma série de dramas e relatos pessoais e ainda assim não conseguiram. Desta maneira, finalmente, resta o critério da “sorte”, aquele que parece melhor funcionar neste esquema repleto de impossibilidades e nuances de suplício. A título de esclarecimento, vale dizer que o sorteio é público, feito através de um programa de computador específico para tal fim. O que estes modos de acesso a vaga apontam é que a disponibilidade da política pública é extremamente insuficiente e nenhuma destas modalidades de acesso é capaz de superar o déficit de vagas nas creches, um problema estrutural em todas as cidades e Estados do país.

Finalmente, sobre a “lista de espera”, trago as reflexões de Adriana Vianna para qualificar no que consiste “esperar” para muitas destas famílias, pois, como a autora desenvolve, “ter de esperar é ser posto e se por neste ponto de máxima indefinição” (Vianna, 2015, p. 415). Vianna analisa de que maneira, no contexto da luta por justiça e reparação empreendida por mulheres mães que tiveram seus filhos executados por agentes de Estado, a peregrinação nos tribunais, entre outras instituições, faz parte do processo da luta e pode muitas vezes fortalecer o andamento dos “casos”. A autora mostra como, neste itinerário, o espaço da espera é atuante e possui agência. No intervalo entre as audiências, eventualmente desmarcadas por força das arbitrariedades das decisões institucionais, é produzida uma suspensão do tempo, na qual as pessoas são forçadas a postergar soluções, rever estratégias, inventar outras composições para “a luta” e para a vida comum.

Este tempo da espera entre uma audiência e outra, vivido no cotidiano e no ordinário da vida, é o espaço no qual as decisões são tomadas e refletidas, estratégias de ação são revisitadas mil e uma vezes, é o tempo nos qual as dores e as doenças se manifestam, a angústia em relação ao dano é revivenciada, e os males relacionados ao processo que corre na Justiça são manifestados. Vianna mostra assim como “o tempo da espera” intrincado nas decisões de Estado não é uma parte “fora” do processo político, mas é a matéria afetiva e de ação que as pessoas devem burilar e a partir da qual elas irão se mover e planejar a fim de buscar outras soluções e recursos. Nesse sentido, o fato de que existe uma “lista de espera” como materialidade das administrações públicas é extremamente significativo e revelador de que a responsabilidade do “tomar conta” será plenamente devolvida àqueles que não conseguiram, passando por aqueles que “não tiveram sorte” ou que “não possuem os critérios”, que em última instância são as mulheres que “fizeram filhos demais” ou “fora da hora”.

A “lista de espera” encarna, desta maneira, a forma de governo que devolve a responsabilidade aos atores e, ao devolvê-la, se isenta de uma obrigação constituída na própria lei. A restituição da responsabilidade às pessoas que “não conseguiram”, radicada e amparada no ditado “toma que o filho é seu”, será agenciada no tempo da ação do dia a dia, no tempo da viração, talvez, nas casas de “tomar conta”, nos quais os ajustes precários e as resistências cotidianas deverão ser exaustivamente acionados e tecidos.

Este é o tempo das crianças crescerem, graças aos esforços múltiplos que são empreendidos pelas pessoas que participam das redes de ajudas. Como descrito na introdução deste capítulo, governa-se pela ausência; governar é, nesta chave, não fazer. A existência das “listas de espera” que são fixadas nas paredes de todas as creches públicas é a marca concreta do governo na inação. É sobretudo o marcador de que a responsabilidade do cuidado foi devolvida aos familiares. Uma vez nesta lista, serão eles que deverão improvisar sua “viração” e suas redes de “tomar conta”. O “tempo da espera”, entretanto, não se constitui num tempo morto, trata-se de um tempo profundamente ativo nos quais inclusive outras tragédias podem tomar lugar. O tempo da espera é o tempo no qual a possibilidade da viração, das dores, doenças e mesmo da “maldade” está em aberto. Este tempo que não conta e que não cabe nos processos, nas planilhas, nos registros institucionais e nos regimes de autoridade legais é o tempo que nem por isto deixa de acontecer e demandar uma agência intensa dos seus envolvidos, como escreve Vianna. É, nesse sentido, um tempo sobretudo generificado, posto que será resolvido pela rede majoritariamente feminina que torna o “tomar conta” possível.



Lista de espera de uma das unidades

### 2.3 O distúrbio e a “desordem” dentro do centro exemplar

Alguns elementos apontados como “errados” nos modos de vida dos outros, considerados problemáticos nas formas de fazer família nas classes populares, podem ser identificados no “centro exemplar” que a Creche produz como imagem de si. Meu objetivo aqui não é operar com o procedimento da acusação: intento apenas chamar atenção para a forma pela qual os mesmos processos e elementos que são criticados do lado de fora das instituições estão presentes dentro destas. Com esta descrição, não espero relativizar as práticas e suas consequências, mas pretendo acompanhar as cadências de energia, vida, criação e “nervoso” que corporificam uma instituição como a Creche. A partir destas cadências, será possível uma aproximação gradual em relação aos problemas, às carnes morais e aos jogos que fazem do “tomar conta” um exercício absorvente e essencialmente exaustivo. A partir deste caminho descritivo, a aglutinação das figuras e dos jogos de fazer e não fazer que corporificam a teia de acusações morais torna-se inteligível. Finalmente, com a descrição do ambiente interno à instituição, pretendo delinear algumas ideias sobre o que apresento como um “Estado Feminino”.

Se uma Casa é um espaço de difícil administração devido às inúmeras urgências que brotam nela, como a água que falta, os objetos que se quebram, as paredes que descascam, os pisos que se desgastam e devem ser renovados, para citar alguns exemplos, faz sentido pensar que a Creche é uma hipérbole da casa. Não são levianas as passagens em que muitas profissionais entoam enunciados do tipo “isto aqui é como uma família”, em frases que apontam para a dimensão familiar inelutável da instituição. Estamos, pois, diante das entranhas afetivas, morais e de parentesco que fazem nossas instituições públicas.

Numa Creche, tal como numa Casa, tudo acontece e deve ser resolvido. Acompanhei o acúmulo de tarefas, a exaustão, a rotina e a multiplicidade de deveres que as profissionais devem superar. Elas realizam trabalhos que, até pouco tempo atrás, “não faziam parte da obrigação”, como fiscalizar as presenças das crianças para alimentar os dados do Bolsa Família e do Cartão Carioca, verificar quais crianças não têm o “nome do pai” na certidão de nascimento, convocar suas mães à creche para oferecer esclarecimentos quanto a possíveis encaminhamentos ao programa “Pai Presente”, entre outras demandas que chegam e que exigem fiscalização, registro burocrático e um tempo considerável da ação de trabalho. “Tudo vem lá de cima”, como me explica uma profissional ao dizer que as decisões são tomadas por instâncias superiores e que nenhuma destas definições inclui a participação e opinião delas, que atuam “na ponta”. Este é um proceder que participa daquilo que Herzfeld chama de uma “teodiceia secular”, “meios sociais para as pessoas lidarem com a decepção” (1992, p. 7), em que a burocracia se desdobra em seus aspectos metafísicos e religiosos, como algo que vem do “alto”, que remete a um mundo superior e desencarnado, que não se vê, mas no qual se deve acreditar.

Outro fator que requer grande concentração de energia é a gestão da comida. Antes de chegar às pequenas mesinhas do refeitório, as refeições servidas são planejadas de acordo com as normativas de nutrição; em seguida, os alimentos são solicitados através de um procedimento meticulosamente burocrático, que demanda um rigoroso planejamento dos usos e do que será consumido. Os alimentos em sua respectiva quantidade devem ser digitados, um a um, em uma planilha através de um sistema específico via computador. Os pedidos devem ser feitos dentro de um prazo exclusivo para a solicitação. Durante vários momentos fui alertada de que este procedimento era “muito complicado” e sobre a importância de que nada saísse de errado pois, caso contrário, haveria prejuízos posteriores no abastecimento da cozinha. Caso algum item estivesse “em falta na Prefeitura”, substituições deveriam ser planejadas pelas profissionais. Este trabalho demandava, enfim, muita imaginação e visão do futuro.

Ainda no âmbito da comida e da alimentação, a cozinha da Creche guarda uma das atividades mais exigentes na ação do “tomar conta”, que diz respeito ao trabalho das antigas “merendeiras” e atuais “auxiliares de cozinha”. É possível que o nível máximo de precarização e doenças de trabalho se encontre aqui, na figura das mulheres que se dedicam a cozinhar, alimentar e nutrir. O cargo data do ano de 1985 e desde os seus primórdios está envolvido em controvérsias políticas acerca de sua valorização e reconhecimento<sup>42</sup>. Uma merendeira pode limpar, cortar, fatiar e picar em um dia de trabalho grandes quantidades de carne, legumes e verduras. O trabalho também consiste em manusear panelas enormes e pesadas, que servirão para alimentar as crianças e os funcionários da Creche.

A cozinha deve ser completamente higienizada, tanto no início do turno como após o momento em que as refeições são servidas. Não é por acaso que, na rede municipal de Educação do Rio de Janeiro, durante o ano de 2015 existiam 5.000 merendeiras contratadas e que, deste total, 2.900 profissionais estavam “readaptadas”, ou seja, haviam sido remanejadas para exercer outras funções, muito possivelmente devido a desgastes e doenças ocupacionais. Enquanto isto, 890 mulheres estavam definitivamente afastadas por conta destas patologias<sup>43</sup>. Ademais, é importante registrar que a forma de contratação de muitas das funcionárias (tanto da cozinha quanto no setor de limpeza), empregadas através de empresas terceirizadas, envolve um alto nível de precariedade que as deixa sujeitas a toda a sorte de acontecimentos possíveis ao longo do fluxo de repasse das verbas entre empresas privadas e a Prefeitura.

Um exemplo de “corrupção” e “repasse de verbas”, por exemplo, envolveu a empresa Masan, “fornecedora de alimentos” e responsável pela terceirização dos funcionários da

---

<sup>42</sup> No surgimento desta categoria profissional, o trabalho consistia em atividades de servir e montar pratos, os alimentos chegavam industrializados e preparados, como salsichas, enlatados e coisas do gênero. Com o passar do tempo, as normativas em relação a alimentação saudável foram chegando, e um padrão de boa alimentação recaiu na prática das profissionais. A tarefa das merendeiras passou do ofício de montar e preparar pequenos pratos para a tarefa de cozinhar alimentos em grande escala.

<sup>43</sup> Chamo atenção mais uma vez para “a confusão dos números” como dispositivo fundamental dos processos de “fazer Estado”. Os dados mencionados acima foram relatados pela equipe do Vereador Paulo Messina na ocasião em que estivemos juntos. Posteriormente, no período das eleições municipais do ano de 2016, o vereador publicaria um documento declarando seu apoio ao atual prefeito da cidade Marcelo Crivella. Neste documento ele afirma: “Originalmente concursada para manipular merenda, e não fazer refeições, a merendeira tem ‘vida útil’ de 5 anos. De cerca de 4.500 merendeiras ativas no município, apenas 1.500 (1/3 do total) estão nas cozinhas. A grande maioria está readaptada por problemas físicos, e as demais estão licenciadas e em processo de readaptação. Desde 2009, a prefeitura vem terceirizando as cozinhas, e hoje cerca de mil unidades já estão com empresas contratadas. É necessário reestruturar as atribuições das merendeiras para lhes dar um destino mais produtivo e menos penoso, não só por elas, mas pelas crianças que ainda vivem de lanches emergenciais ou cardápio simplificado. E ainda, ressignificar suas atribuições como Agentes de Alimentação Escolar pode trazer mais de 3 mil servidores de volta à ativa, além de sua melhor valorização, com a progressão para nível médio e progressões por formação. Vamos também estudar a inclusão de copeiras e serventes neste mesmo projeto de lei”.

limpeza, alimentação e também pela contratação de alguns agentes de educação das creches que acompanhei. Na fase da escrita da tese, presenciei o desespero e o endividamento de mulheres trabalhadoras da cozinha e da limpeza. Os salários destas mulheres foram atrasados durante meses na chamada “crise do governo”, na gestão do governador Luiz Fernando Pezão. Testemunhar pessoas que ganham cerca de um salário mínimo não terem qualquer rendimento financeiro para realizar os preparativos da ceia de Natal foi atormentador. Nesta fase era comum ouvir entre as profissionais sobre uma “vontade de morrer” ou falas como “quero me matar por causa desta situação”, que traduziam o desespero decorrente da situação de privação econômica<sup>44</sup>.

De volta ao contexto de trabalho de campo, observei que as diretoras de algumas unidades faziam “vaquinha” para o pagamento da internet, um serviço que deveria ser financiado “pela Prefeitura”. Entretanto, cada unidade apresentava algum problema específico relativo ao fornecimento de acesso à rede mundial de computadores. Todos estes problemas eram de competência e responsabilidade do “poder público” e envolviam licitações não cumpridas, contratos em atraso ou dificuldades técnicas de responsabilidade das empresas de comunicação no oferecimento do serviço (por exemplo, a inexistência de cabeamento de internet em determinada favela, por exemplo). Desta forma, gambiarras e combinados informais eram tecidos com moradores locais, os “conhecidos”, que se empenhavam na realização de reparos na creche. Estes serviços poderiam ser hidráulicos, elétricos, de construção, de limpeza, entre outros. Obviamente, todo este conjunto de serviços estava previamente aprovado no “orçamento da prefeitura”, mas “o dinheiro nunca chega”, como

---

<sup>44</sup> Neste ínterim, as negociações envolvendo a Masan vieram a público na forma de um “escândalo político” que seria utilizado para explicar o motivo das dívidas públicas e o atraso dos pagamentos. Evoco novamente as observações de Timothy Mitchell sobre a forma fundamental de preservação da “imagem do Estado”, da manutenção das suas fronteiras, bem como da garantia de que recursos econômicos entre setores diversos possam fluir com maleabilidade. Durante a “Crise do governo Pezão”, as auxiliares de cozinha e limpeza passaram meses sem receber seus salários. A “confusão” foi explicada a partir do “repasso das verbas” da empresa Masan, firma da família Mantuano de Luca, que presta serviços há anos para os governos Municipal e Estadual. Durante a “crise”, no ambiente da creche, as diretoras repassavam as informações “lá de cima” aos funcionários, diziam que, “a Empresa fez o pagamento, mas o problema é da Prefeitura”. Esta situação de fragmentação das responsabilidades, ou seja, “o problema não é da empresa, é da Prefeitura” é um dos “efeitos de Estado” que nos fala Mitchell. Tal fragmentação revelou-se fundamental para enfraquecer a organização das profissionais na busca pela reivindicação de seus salários. As profissionais não sabiam com quem reclamar, em que lugar poderiam organizar um protesto, na sede empresa ou na sede da Prefeitura? Um jogo de “empurra-empurra” era contado diariamente. O poder nestes casos é difuso, porém dotado de intencionalidade. Mais tarde, matérias na imprensa revelaram relações de amizade e colaboração mútuas entre o ex-governador Sergio Cabral e o proprietário da Masan. Estes “casos de corrupção” apontam para o fato de que instituições como creches, escolas e entidades de assistência social não “custam ao Estado”, mas, ao contrário, são uma das fontes de arrecadação essenciais na gestão dos capitais públicos. Narro este episódio a fim de deslocar novamente a ideia simplória de que instituições como as creches dizem respeito somente às pessoas que tem filhos.

comentavam as profissionais. Assim, o atendimento às demandas era retardado, o que obrigava as profissionais a realizar diversos tipos de virações mirabolantes para manter o serviço funcionando.

A presença de televisores nas salas de aula é outro elemento digno de consideração, já que o recurso a esse objeto é fortemente criticado quando se fala nas Casas de “tomar conta”: “lá, as crianças ficam largadas e abandonadas à televisão”. Fiquei surpresa quando comecei a acompanhar as dinâmicas em sala de aula na Creche, onde pude observar que cada sala conta com a presença dos monitores. A televisão é utilizada pelas professoras, seja na hora do descanso que se inicia após o almoço, seja também durante as manhãs e as tardes, com as crianças acordadas. Muitas vezes a televisão passava horas ligada exibindo filmes infantis, que eram trazidos e comprados pelas professoras. A maioria dos filmes disponíveis eram CDs “piratas”, adquiridos em camelôs nos mercados informais.

Outro aspecto criticado nas Casas é que nelas haveria “poucas pessoas para olhar as crianças”. A presença de poucos adultos responsáveis seria mais um elemento para a criação das crianças “largadas”. Entretanto, sabe-se que este é um dos aspectos mais pungentes na Educação Infantil oferecida pelo Estado: a falta de profissionais suficientes nas Creches. Não foram poucas as situações em que observei que a rotina das profissionais consistia em “tapar os buracos” causados pela falta de professoras. Do ponto de vista normativo, uma sala com a presença de 25 a 28 crianças deve contar com a permanência de dois professores e dois auxiliares. Nas creches que acompanhei, esta configuração raramente ocorreu: a composição da equipe para atender as crianças é feita de muitos revezamentos e malabarismos entre mulheres, que geram, conseqüentemente, uma considerável sobrecarga de trabalho. Administrar esta escassez de profissionais era um dos problemas primordiais das diretoras e professoras.

A falta de profissionais tem um efeito muito prático no tipo de tratamento oferecido às crianças. Do ponto de vista humano, é impossível que duas adultas consigam “dar atenção” a um grupo contendo entre 25 e 28 crianças em sala. Muita criança para dar conta, pouco adulto para “tomar”. Momentos como servir a comida, dar banhos, fazer os penteados de cabelos, colocar para dormir, reunir o grupo para uma roda de leituras, propor uma atividade manual ou de concentração são feitos, diariamente e repetidamente (para 25 a 28 crianças), por apenas duas mulheres. Não importa o quão afetuosas ou dedicadas elas sejam, em diversos momentos a pressão do grupo consegue vencer qualquer tentativa de organização ou tarefa que requeira uma atenção ou concentração maiores.

A propósito do som e do barulho, equilibrar o ambiente sonoro de uma sala com crianças é uma das tarefas mais complexas que pude acompanhar. Passar uma tarde na creche durante as primeiras semanas me causava muitas dores de cabeça, porém eu não me dava conta dos motivos pelos quais eu saía da Creche com uma sensação extrema de fadiga. A Creche é um lugar de muitos barulhos, ruídos e sons variados, de modo que é possível estabelecer que existe um movimento próprio do som na Creche, feito de cadências e momentos de pico intensos que preenchem o ambiente e lhe conferem uma atmosfera única.

Logo nas primeiras horas da manhã, as portas da Creche se abrem, as crianças chegam, algumas caminham ainda sonolentas, outras chegam correndo a todo vapor. Reunidas na sala, são propostas pouco a pouco algumas atividades matinais. Nestas horas iniciais, a sonoridade ainda está tranquila, as professoras conseguem falar e ser escutadas. As crianças também conseguem perguntar coisas e tecer pequenos comentários audíveis. Entretanto, com o passar do tempo, tal estabilidade sonora não dura muito e o ritmo da coletividade, acrescido das sequências de gestos que devem ser feitos no encaminhamento da rotina do dia, vai se avolumando, os ânimos começam a se agitar e um tipo de frenesi oculto se difunde e ganha espaço. É questão de alguns minutos e aquele breve momento de sobriedade no qual todos se escutavam já faz parte de um passado não muito distante, irreplicável, feito os primeiros raios de sol do dia que se esvaem nas primeiras horas da manhã, sem deixar qualquer vestígio.

Tomando o lugar daquelas primeiras horas de harmonia sonora, começam a ganhar consistência, pouco a pouco, os primeiros gritos, os primeiros choros; grunhidos crescentes vão preenchendo as pequenas salas, cujas janelas muitas vezes ficam fechadas, numa arquitetura que potencializa a acústica retumbante<sup>45</sup>. Ressoam gargalhadas, diálogos que se formam entre pequenos grupos de crianças, objetos que colidem ao serem manuseados, choques entre brinquedos, passinhos que correm entre os quatro cantos da sala, a televisão ligada com melodias de músicas infantis que entoam repetidamente o último sucesso da “Galinha Pintadinha” ou as frases de efeito da “Peppa Pig”, ditadas repetidamente. Algum brinquedo fruto de intensa disputa oferece a enunciação de novos gritos de protesto, que circulam pedintes e simultâneos. Entre uma agitação e outra, alguma criança morde ou empurra o amigo, irrompem choros encorpados de dor, tragados por soluços misturados a lágrimas, outros sons chegam na sequência e se misturam às vozes e gritos impostados das professoras que pedem para determinada criança interromper um movimento qualquer ou motivam a empreender

---

<sup>45</sup> É importante salientar que as janelas permanecem fechadas, muitas vezes, pelo medo de tiroteios decorrentes do conflito entre policiais e traficantes.

alguma ação: “Ana, bota o sapato”, “Willian, larga esse livro”, “Jamille, deixa essa garrafa”, “Rafael, pede desculpa pra ela!”. Como uma mágica instantânea, sons, ruídos, barulhos, berros, gritos, gargalhadas e pedidos irrompem, cortam os tímpanos, tilintam, confundem o raciocínio e chegam até a cabeça na forma de uma pressão fulminante. Mas a gente se acostuma... como algumas professoras dizem.

Durante os primeiros meses em que frequentei a creche, a atmosfera sonora do ambiente não foi algo que chamou minha atenção de imediato. Evidentemente sentia sua força, entretanto, considerava o barulho algo “natural” e estava com minha atenção voltada para outras questões que me interessavam à época. Porém, com o passar do tempo, no convívio com as profissionais, na participação junto a este cotidiano, fui entendendo que havia manifestações corriqueiras e sistemáticas, não apenas em uma Creche, mas em todas que pude acompanhar. Eram queixas relacionadas a fortes dores de cabeça, bem como cansaço e irritação extremos. O uso de analgésicos para dores de cabeça é parte da rotina das profissionais, muitas compartilhavam remédios como “neosaldina” ou “novalgina” que levavam em suas bolsas de higiene pessoal. Uma das professoras que conheci havia feito diversos exames para diagnosticar uma enxaqueca crônica, da qual sofria todos os dias, um mal que a abatia severamente e que era de conhecimento de toda equipe, dada a manifestação aguda das dores e a prostração que ela sentia.

Isto permite delinear algumas observações sobre o som da creche e os efeitos do barulho na relação entre os que “tomam conta” e os que são motivo de atenções. A sonoridade aqui não se refere a um elemento meramente anedótico ou tangencial, mas se trata de um agente por excelência. Como registrado na antropologia de Marcel Mauss, a forma pela qual os grupos humanos se organizam em sua materialidade “afeta os diferentes modos da atividade coletiva” (2003, p. 426). O som ruidoso e perturbador faz determinadas coisas acontecerem, provoca sensações, afetamentos, humores e alguns transtornos emocionais. É comum ouvir relatos das professoras sobre a falta de voz durante o final de semana. Uma rotina semanal típica é aquela em que, na segunda-feira, as professoras chegam com a voz em perfeitas condições, porém, na sexta-feira, as cordas vocais já se encontram desgastadas e o final de semana deve ser vivido em uma espécie de economia vocal.

A partir desta superposição de ruídos específicos, entendemos a necessidade dos gritos dados pelas professoras em sala, uma vez que num ambiente no qual não é possível ser escutado, no qual os barulhos predominam, muitas vezes é preciso gritar mais alto. Uma questão de pragmática. Gritos se sobrepõem a gritos, sempre impostados e enérgicos. Os silêncios são raríssimos, conquistados a duras penas e usufruídos de maneira deliciosa. Se eu pudesse aludir

a uma metáfora para melhor explicar a ambiência ruidosa destes lugares, proporia a imaginação de um aparelho de som, no qual temos um daqueles botões circulares de volume que marcam a medição do silêncio num tipo de ponto zero. Ao girar o botão, o som aumenta a cada milímetro; quanto mais se desloca para direita, mais o volume sobe, podendo chegar a sons retumbantes. Porém, na creche, o movimento se apresenta invertido. Aqui, nosso aparelho de som tem um botão de mesmo formato, mas, ao invés de o ponto inicial partir do silêncio, ele parte do barulho. O cobijado silêncio se encontra no eixo final do botão circular, somente atingido plenamente na hora de sono das crianças. Para alcançar uma atmosfera razoável, onde é possível falar e ser escutado, é preciso muito trabalho corporal feito de vozes vibrantes. É preciso esforço, gritos e implorações sucessivas para mover o botão do barulho rumo ao silêncio. Ou ao menos à metade de seu círculo. O silêncio não se realiza numa linha evolutiva, que se inicia a partir de um ponto de partida morto e se altera dada uma agitação progressiva do som, mas, ao contrário, é a partir de um estado de barulho permanente que podemos alcançar alguma atmosfera razoável e comunicável.

Assim é que barulho, gritos, ruídos e risadas fazem o som comum da Creche, que, por sua vez, influencia nos estados emocionais de quem participa deste cotidiano. O silêncio é um elemento estrangeiro, um destes acontecimentos excepcionais. Uma atmosfera sonora na qual as pessoas falam e se escutam é conquistada a partir de um trabalho corporal gigantesco. Não é à toa que a presença da TV nas salas de aula, mesmo com todas as controvérsias, se revela como um importante aliado para as professoras, pois se apresenta como um objeto singular, capaz de entreter as crianças e conduzir ao sossego momentâneo.

O arranha-ouvido dos barulhos interpela as conversas entre adultos. Muitas vezes foi difícil conversar durante as tardes na Creche, em parte, obviamente, porque as profissionais trabalhavam e davam atenção às crianças, porém, até quando as crianças se concentravam em outros feitos, como ver TV ou comer no refeitório, as solicitações continuavam sempre, o que gerava conversas entrecortadas, fluxos, fragmentos e interrupções constantes, bem próprias do território daqueles que “tomam conta”. Essas conversas entrecortadas em plena agitação evidenciam algo característico desta atividade, que é a suspensão de qualquer desejo próprio ou prioridade pessoal para atender aos outros.

Outras sensações adensam os “estados emocionais”. Em uma das Creches que acompanhei, algumas professoras se sentiam desconfortáveis durante a limpeza das crianças no berçário, diziam que era necessário o uso de luvas descartáveis para realização da troca de fralda. Estavam munidas de uma recente normativa da vigilância sanitária que sugeria o uso

deste material em situações como estas. Presenciei o desenvolvimento de brigas em torno desta questão. Apesar do uso das luvas não ser obrigatório, ele é indicado de acordo com as sensações de repulsa, nojo ou preferência de cada profissional. No entanto, “a prefeitura não tem dinheiro” para fornecer as luvas, e o material consiste num artigo de luxo que sempre está em falta.

Certa vez, uma diretora estava em polvorosa com parte da equipe, que por sua vez estava realizando um tipo de motim via grupo de *WhatsApp* para reclamar e protestar contra a falta das luvas. Fazia semanas que a diretora tentava “dar um jeito” e comprava as luvas com o dinheiro de seu próprio bolso a fim de abrandar a situação, porque, segundo ela, “a Prefeitura”, apesar de aderir à normativa, não oferecia o material. A falta destes objetos, das coisas que “deveria ter e não tem”, pode agregar ainda mais conflitos entre as profissionais, que chegam com forte tensão em relações já atravessadas por assimetrias diversas.

As preocupações com a limpeza se aplicam também às peças pessoais das crianças, objetos veículos que trazem a intimidade da família para dentro da instituição. Assim, os interiores das mochilas, bem como as peças de roupas, podem ser acionados para qualificar o bom ou mau cuidado de determinada família, em especial da figura materna. As profissionais discorrem sobre o “desleixo” de algumas mães, a partir da presença destes atributos. Nestas situações, muitas vezes as profissionais criticam o zelo “excessivo” das mulheres mães com o cabelo dos filhos, uma preocupação, na perspectiva delas, aparentemente fútil quando comparada à apresentação de outros objetos e vestimentas das crianças. Nestas situações, é comum ouvir frases como “a mochila tá uma zona, mas o cabelo! Ah, tem que tá arrumado! Experimenta entregar uma criança despenteada pra você ver? Elas vêm com tudo em cima de você”. O acionamento da preocupação “excessiva” com a aparência dos cabelos, em contraposição ao cuidado supostamente não ofertado pelas mães através dos objetos das crianças, é uma das preocupações que falam de relações raciais, atualizados a partir dos penteados das crianças.

Em síntese, tempos, barulhos, vozes, tatos, cheiros, nojos, repulsas e afetos compõem este território de estados emocionais. O trabalho do “tomar conta” é aquele que rouba tempo dos outros tempos, é um ente meio ladrão, primordial, que perfura uma realidade e introduz outra, a sua própria urgência<sup>46</sup>. Um tempo que invade, esbanja e derrama o seu pendor na necessidade e no desejo dos outros. Um cimento possível apenas graças às múltiplas capacidades de se agir no mundo, das diversas atenções dadas em um instante, ao mesmo tempo, em plena agitação permanente. Assim é que o “tomar conta” é um estado de agitação

---

<sup>46</sup> Para uma discussão sobre as temporalidades do cuidado, ver artigo de Fernandes (2013).

permanente com vistas à garantia de alguma estabilidade. O trabalho com os outros inaugura um tempo multi-situado que exige competências ao mesmo tempo dinâmicas e pacientes. Ora, dinamismo e paciência são características difíceis de combinar, uma vez que as duas falam de vibrações e atitudes opostas. Mas é assim, na calma e na energia, na doçura e na vitalidade, no caos e na ordem, elementos que juntos obram freneticamente para produzir uma relação necessária na manutenção da vida dos outros, que se tece o trabalho de “tomar conta”.

O “tomar conta” é, portanto, este território do caos. Ao invés de cuidado, seria interessante nomear tudo isto como “CaosDado”. Um universo repleto de vários sentidos sensoriais, emotivos e políticos. Nos tocos que permitem sentir os afagos, os toques, abraços, empurrões e repressões feitas a partir da mão que prende e repreende. Nos cheiros de shampoo infantil novo e nas borbulhas de sabonete que perfumam o banheiro durante o banho coletivo. Na repulsa de outros odores advindos do contato com a sujeira das crianças, seja no nojo sentido no momento da troca de uma fralda, ou no desagrado ao limpar alguma substância desconhecida que verte do nariz ou do ouvido de algum pequeno. Na estranheza do contato com algum machucado ou ferida aberta que deve ser higienizada e tratada. Nos olhares, naquele encontro dos olhos face a face, nas risadas de crianças, nas alegrias diminutas que se espalham na sala, nas descobertas deles, nas dancinhas que ensaiam, no olhar arregalado de espanto com alguma descoberta, na expressão de curiosidade ou de maravilha quando se conta uma história com emoção e entonação. Nas frases “bom dia, Tia!”, “Tia, eu senti saudades”, “Tia, você está bonita hoje!”, que preenchem o corpo de sentido, graça e fazem o que é feito valer a pena. Na audição, com o som perturbador do “tomar conta”, no qual barulho e sintonia compõem uma arritmia, uma dança desgovernada e desconcertante. Em todo este campo de sensações e substâncias que revelam um compósito de múltiplas temporalidades e fenomenologias. Tudo isto que, por algum engano ou motivo histórico, achou-se que se tratava de exigências e competências intrínsecas ao feminino, características “das mulheres”. Porém, não se trata de nada intrínseco, mas, antes, da expressão de um caos junto das constantes forças organizatórias. Forças essas que são empreendidas dentro de uma estética constituída e constituinte de relações de gênero, mas também de classe e raça.

## 2.4 Um Estado feminino

Ann Stoler (2004) analisa o contexto da colonização holandesa nas antigas “Índias Orientais”, território da atual República da Indonésia. A autora atenta para a ideia de racionalidade presente no ideário europeu, nos regimes coloniais preocupados com a gestão do poder, da autoridade e das ideias sobre nação. Como trata Stoler, se a centralidade da razão foi uma “marca registrada” do traço colonial, esta não foi a única força que orientou a gestão imperial. Preocupações com a saúde, com os documentos de nascimento, com o cuidado das crianças, a organização familiar e a educação, vividos a partir de uma “densidade discursiva”, estão presentes nos diversos relatórios burocráticos, que desvelam atenções às questões sentimentais e suas supostas “tendências subversivas” subjacentes<sup>47</sup>.

As autoridades coloniais analisadas por Stoler se consumiam em preocupações com a expressão dos sentimentos, seja em seu “excesso” ou em sua “ausência”. Pais europeus recém expatriados, vivendo na colônia, se demonstravam aflitos com suas crianças europeias nascidas nas Índias ou em convivência com as crianças de “sangue misturado”, “desprovidas de apego”, diferentes das crianças européias, aquelas que eram “educadas em casa”. Agentes de governo e autoridades refletiam sobre se “família, língua e nação” eram assuntos que poderiam receber controle do Estado. Os sentimentos e os “estados de espírito” passaram a constituir preocupações de governo. Autoridades coloniais se viram voltadas à gestão dos “estados afetivos”, com o controle das técnicas educativas que, por sua vez, governavam “de perto e de longe”, através das instituições mais próximas ao cuidado das pessoas, como creches, escolas, entre outras instituições de cuidados.

Para a autora, a despeito de uma preocupação com a razão de origem iluminista, haveria, sobretudo, uma ênfase na forma como os afetos eram vivenciados, como as trocas face a face se davam e como as questões do “espírito” eram absorvidas e vividas no contexto das relações coloniais. Ao perturbar as fronteiras do pensamento cartesiano, nas quais afeto, razão, política e emoção aparecem cindidos, Stoler nos convida a conhecer as maneiras pelas quais o universo do político é um lugar de paixões, fantasias raciais e preocupações sentimentais. Para a autora,

---

<sup>47</sup> Em sua análise, Stoler descentra uma genealogia conhecida que sustenta que a autoridade colonial se realizou a partir da universalização da razão. Neste entendimento, o colonialismo teria sido, entre outras coisas, uma forma de gestão que tomou a razão como modo precípua de governar. Para a autora, o exemplo da colonização holandesa nas antigas Índias Orientais mostra que a centralidade dessa genealogia, que situa a regra da razão como uma ação primordial dos dispositivos coloniais, pode ser deslocada. Reflexão semelhante pode ser vista também por outras vias através do trabalho de McClintock (2010).

é inútil, portanto, conceber a esfera do político como abstraída do desejo, da racialização e, eu incluíria aqui, da sexualização dos afetos e dos comportamentos.

Ao recuperar a literatura pós-colonial através de autores como Frantz Fanon e Homi Bhaba, Stoler lembra das “feridas abertas”, nas quais o medo, a insegurança, a ansiedade e os sentimentos ganharam evidência nas análises dos traumas coloniais<sup>48</sup>. Com base nestes argumentos, considero a Creche como um destes lugares de Estado nos quais o predomínio da racionalidade administrativa é apenas uma das orientações presentes. Chamo atenção para o viés afetivo que atravessa a gestão das populações que vivem neste espaço. A Creche, é desta maneira, um destes espaços nos quais podemos localizar a preocupação com os valores daqueles que a utilizam, bem como os imaginários raciais, de sexo e gênero que ali se fundem, colidem e se agitam. A Creche como um espaço de afetos e estados sentimentais é um destes ambientes primordiais para olhar a batalha de sexo e gênero vivida nas paredes, no concreto e nas instituições de Estado.

Os modos de cuidado e criação das crianças, o trato com as mães, os questionamentos acerca de como cultivar as habilidades europeias nos jovens. Muita dedicação foi voltada para proporcionar às crianças, mães e cuidadores formas de produzir sentimentos e apegos nas crianças “mestiças” nascidas nas colônias. Na constituição destes sentimentos morais, através de uma educação “adequada”, na distribuição dos desejos e intenções, vemos as preocupações sobre as sexualidades alheias, encaradas como desregradas<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Embora estas análises tenham se centrado em termos da racionalidade do Estado, Stoler recupera de que maneira as “estruturas de sentimento” aparecem devidamente registradas nos romances e nos documentos oficiais da época.

<sup>49</sup> Stoler mostra de que maneira as preocupações do Estado colonial holandês com a intensidade dos sentimentos, dos apegos e dos sentidos, que supostamente conduziam as “lealdades” de raça, família e Estado, não foram meras metáforas para falar de outros assuntos, mas faziam parte de “pontos densos de transferência do poder”, um poder, nos termos de Michel Foucault, “inerente aos discursos de sexualidade (2004, p. 7). A razão pública dependeu dos registros “viscerais”, dos humores “culturalmente formados”, dos afetamentos e das sensibilidades. A gestão colonial deveria formatar este conteúdo “visceral”, bem como seus laços relacionais. Por estes motivos, nas Índias Orientais Holandesas, instituições como orfanatos, creches e escolas, assim como com os casamentos, as crianças de “sangue misto” e a cidadania, eram apreendidas e geridas a partir de um fundo de tensão comum, que dizia respeito a quais seriam os afetos toleráveis e aceitáveis para estas crianças e famílias que estavam “sendo formadas” no processo da colonização. O discurso racial aparece nas atenções conferidas ao “cultivo das competências culturais, das virtudes morais e do caráter”. Estabelecer, analisar e definir os “padrões emocionais”, o “bom caráter”, as afeições parentais e as formas legítimas de viver estes laços preenchiam e conduziam os relatórios burocráticos produzidos no Estado Colonial. Alguns estudos teriam sustentado que o interesse do domínio colonial no “conhecimento afetivo” teria diminuído ao longo do século XIX. Para historiadores como Christophe Bailly, com o passar do tempo, o Estado se tornou mais hierárquico e a capacidade de governar, uma rotina. Entretanto, Stoler contesta o fato de que o conhecimento afetivo esteve no cerne da racionalidade política em sua forma colonial tardia e, a partir das contribuições de Thomas Haskell, analisa categorias como “homens de caráter”, que envolvem atribuições de qualidades raciais e de comportamentos relacionados aos valores de educação, temperamento, “auto controle”, termos estes acionados na retórica do século XVIII e que se estenderam ao século XIX, conformando bases para o pensamento humanitário, no qual a simpatia, a sensibilidade e a compaixão viriam a ser os filtros hierárquicos das relações entre burocracia, Estado, governo e populações. Em

A partir deste deslocamento, nos reportamos ao jogo das forças entre moradores, trabalhadores, agentes de Estado e administrações. Um embate de poderes que não se fixa na disposição de dois blocos estanques, mas se distribui no campo de maneira sinuosa, embaralhada, às vezes em oposições frontais, às vezes em configurações que vão muito além de divisões simplórias e reducionistas. O agregado de forças se movem de uma hora para outra conforme as tensões cotidianas, de diversos tipos de natureza e agitação.

De uma forma ou de outra, é certo afirmar que estas relações nunca se apresentam de maneira plenamente apaziguada. Há uma espécie de mágoa e revolta incutida e à espreita, que repousa adormecida e às vezes irrompe na superfície sob a forma de uma “ferida aberta”, nos termos de Frantz Fanon (1968). Há, portanto, uma fenda racial presente na relação Estado-favela. Um episódio vivido na pesquisa nos ajuda a refletir sobre a maneira como estes processos se realizam. Chamo atenção, em especial, para as arquiteturas de gênero que enquadram estas repetidas cenas cotidianas.

Certo dia, durante o trabalho de campo, uma das profissionais de uma das Creches que frequentei me solicitou um favor, pedindo que eu a substituísse em uma reunião entre profissionais da área da educação e policiais da UPP. O local da reunião seria a base da UPP São Carlos, em um trecho da favela conhecida como “Chuveirinho”. O motivo do encontro era um convite dos policiais da UPP para conversar acerca de um projeto intitulado “Programa Escola Pacificadora”. A proposta pedagógica havia sido apresentada em comezinhas três páginas de folha A4, enviadas em anexo ao convite. Naquele dia, a profissional que pediu este favor estava ocupada com tarefas burocráticas que em sua opinião, eram “mais urgentes”, e também deixou transparecer em poucas palavras que não queria muito contato com policiais.

Cheguei ao lugar planejado para o encontro. Era uma sala no segundo andar da estrutura de metal na qual se fixou a base operacional da UPP. Cadeiras dispostas em um círculo estavam organizadas. Aos poucos, foram chegando as profissionais de outras unidades, que se conheciam todas entre si e aproveitavam o tempo de espera para colocar as novidades e a rotina de trabalho em dia. Teciam breves comentários sobre coisas que precisavam ser atualizadas. Com o passar do tempo, todas haviam chegado, e digo “todas” porque não havia nenhum profissional homem. A distribuição dos corpos na sala era muito significativa; de um lado, os policiais, todos homens, do outro, as profissionais das creches e escolas, todas mulheres. A

---

suma, retemos que o domínio do conhecimento afetivo foi uma questão central no Estado colonial, de modo que permaneceu no cerne da racionalidade política posteriormente na sua forma tardia.

disposição dos corpos formava um círculo, as mulheres sentadas nas cadeiras, dispostas em meia lua, e os homens, ordenados lado a lado e em pé.

Durante a exposição de um dos comandantes, este iniciou sua fala dizendo que era necessário “estar presente” nas escolas e creches: “a gente quer agir nas crianças, para que aquela criança que ia admirar um bandido, um vagabundo, um bunda suja, tenha em nós um espelho”. Outras frases nesse sentido foram proferidas, como: “se a gente conseguir chegar primeiro, eles não vão achar mais tão legal um traficante, por exemplo”. Com o tom da originalidade de quem acabou de descobrir o antídoto contra a “criminalidade”, os policiais versavam sobre a importância de se constituir como “referência” para crianças, o que na perspectiva deles deveria ser feito “quanto mais cedo, melhor”. O projeto apresentado pelos policiais consistia basicamente em quatro ações que foram brevemente comentadas, a saber, “Rondas escolares e policiamento de visibilidade”, “Ler para o amanhã”, “Pintando a paz” e “Acompanhamento nos passeios”.

Durante a reunião, permaneci calada e apenas observava a exposição dos policiais. Imaginava que as profissionais jamais se empolgariam com tal iniciativa dado o tipo de apoio pífio, basicamente restrito à presença policial nas unidades das Creches e Escolas. Pensava que em algum momento elas fariam alguma crítica em relação ao discurso dos policiais, ou que iam simplesmente dizer que aquele tipo de apoio não lhes interessava. Era isto que ao menos a profissional que havia me pedido o favor de acompanhar esta reunião havia expressado. Ela deixou transparecer que não estava interessada em “projetos com policiais”, dadas as posturas truculentas e abusadas que estes vinham apresentando na interação com os moradores. Havia lembrado que alguns policiais recém-chegados na UPP queriam usar o banheiro da Creche, o que para ela não era adequado a um espaço infantil, visto que entravam sempre ostentando armas. Lembrava também que alguns policiais, certa vez, pediram para almoçar na Creche e comer da comida da instituição, o que gerou mais uma negativa da parte dela, que vetou a entrada dos oficiais. Nas palavras dela, eles eram “folgados”; em sua perspectiva, abrir espaço para eles era abrir espaço para possíveis abusos de poder. Para ela, a pacificação era algo controverso, uma vez que havia filhos e familiares na creche que mantinham relações, em alguma medida ou em variados níveis, com pessoas engajadas no tráfico. Finalmente, ela achava que o espaço da Creche deveria oferecer segurança às pessoas que o frequentavam, e esta segurança não viria com a abertura para a presença policial.

Qual foi minha surpresa quando, durante a reunião, uma vez com a palavra, as profissionais presentes fizeram daquele momento uma espécie de desabafo coletivo sobre

“eles”. Diziam achar a iniciativa dos policiais “maravilhosa”, afirmavam precisar muitíssimo daquele tipo de apoio. Foram assertivas quando disseram inúmeras vezes que estariam abertas para pensar nesta “parceria”. Reclamaram do quanto alguns alunos e crianças eram abusados: “você só pode dizer sim, se você diz não, eles botam o dedo na sua cara e fazem escândalo”. Para algumas profissionais de Escolas, o clamor pela presença policial era justificado, dadas as “brigas de facções” que por vezes aconteciam na porta da Escola. O Colégio “Estados Unidos”, situado numa zona de fronteira entre os Morros da Coroa, Mineira, Fallet e Fogueteiro, era descrito como uma das escolas “mais violentas da Cidade”. As profissionais de Creche também aprovaram a iniciativa, achavam que a presença policial podia fortalecer a atuação delas no trato com “eles”. Neste caso, é importante registrar que “eles”, se refere as crianças menores de quatro anos de idade.

Entretanto, apesar de acolherem as propostas dos policiais e aceitarem tal tipo de “apoio”, o momento foi além de uma suposta união de forças e se revelou mais nuançado do que pode parecer. Durante o clima de parceria inicial, desabafos e afinidades de opiniões sobre “eles”, algumas profissionais não deixaram de reclamar e fazer espécies de denúncias acerca da ação dos policiais na favela. Duas das profissionais, hoje na posição de profissionais da Educação, eram também “crias” do São Carlos, em cujos equipamentos públicos elas exerciam cargos de chefia.

Uma destas profissionais recontou uma “história” que já havia me contado em outra ocasião e que ficara tão impressa em sua vivência que, creio eu, era uma espécie de ponto nevrálgico, como um eterno marco de retorno, para falar de uma ferida, fruto da forma com que os poderes armados se relacionam com os moradores da favela. Ao contar esta cena, a profissional narrava o acontecido como se tivesse acontecido naquele mesmo dia: durante uma operação na favela, policiais invadiram a casa da sua mãe. Truculentos, remexiam os pertences da casa, jogavam os móveis no chão, davam gritos de ordem, procuravam um “traficante” que acreditavam que a família poderia estar escondendo. Sua mãe, uma mulher que tinha em volta dos 45 anos na época, bradava colérica, ordenava que eles parassem de vasculhar seus objetos: “aqui é casa de trabalhador, não é de bandido!”.

Após protestar em vão contra a baderna feita pelos policiais em seu espaço doméstico, ela começou a praguejar contra os homens, principalmente contra o comandante da operação, o mais voraz de todos eles. Sua filha, a diretora de Creche que conta esta “história”, naquele episódio, se lançou nas costas de um dos policiais, mordendo seu ombro e pescoço, “de tanta

raiva”. O policial lançou a mulher num canto da sala, ela, machucada pelo golpe, passou a ser atingida pelos xingamentos de “vadia”, “louca”.

O comandante continuou sua busca insana, sua mãe continuou a praguejar, e eis que um grande castiçal de ferro pesado, objeto lendário da família e herança da sua bisavó, situado no alto da estante, cai na cabeça do comandante da operação, ferindo-o no alto da testa, o sangue escorre pelos seus olhos. Com isso, “o comandante ficou puto”. O incidente faz com que os homens parem com a desordem, desistam e sigam embora. A diretora conta a “história” de maneira vívida: em seus olhos, é possível vislumbrar as rajadas de revolta; com o dedo em riste, catedrático, aponta aos policiais da reunião como se fossem eles que tivessem feito aquilo. Finaliza sua “história” com uma mudança brusca de tom. Da raiva com que iniciara o relato ela passa à gargalhada, e termina a descrição com “bem feito, minha mãe tinha dito pra ele não mexer nas coisas dela!”.

A postura desta diretora parece afirmar que, embora alguns atores sociais ou políticas de segurança possam evocar em certos momentos um possível clima de “parceria” entre policiais e moradores, as marcas da violência deixadas pelos oficiais no passado permanecem latejando, em suspenso, prontas para serem lembradas a ponto de transbordar na cena presente. A suposta “união” era, desta maneira, um momento mais complexo do que podia parecer inicialmente: as “feridas raciais” e de poder da violência policial perpetrada pelo Estado permanecem abertas e a qualquer momento podem suscitar sentimentos e ações de denúncia, resistência e ação.

Outra profissional tomou a palavra em seguida, reclamando do trato dos policiais com os moradores da favela. Ela contou que uma funcionária saía na hora do almoço para alimentar seu marido que estava com câncer e não conseguia comer sozinho. Nesse trajeto, andava pelas ruas da favela uniformizada, com sua calça azul e a camisa branca bordada com logomarca da Prefeitura. Durante sua caminhada, um policial parado no beco “atracou” sua arma na hora que ela ia passar, diante deste movimento, a mulher parou, e esperou que o oficial terminasse de carregar o dispositivo, para enfim poder seguir seu caminho. O policial, ao perceber seu gesto, insistiu que ela avançasse durante o momento em que ele “atracava” a arma, a mulher, porém se manteve parada e esperando. Diante desse gesto, o policial começou a xingá-la, proferindo qualificativos depreciativos, “coisas que eu nem quero repetir aqui, muito baixas, muito mesmo, uma verdadeira humilhação, coisas que se dizem às mulheres”. Outra profissional escuta a fala da sua colega e emenda:

Foi o que aconteceu comigo também, eu estava passando e o policial estava mexendo na arma, eu esperei ele acabar de mexer e ele mandou eu passar, eu disse que não ia e ele falou assim, “Tá incomodada é? Então vão morar fora da favela, porque aqui é assim!”.

Durante estas “histórias”, os policiais ao mesmo tempo que demonstravam estar desconcertados e envergonhados, olhando entre si, balançando a cabeça em gesto de lamento, por outro lado, pareciam estar acostumados a ouvir aquele tipo de crítica. Logo, os rapazes rapidamente se recompuseram e explicaram que “infelizmente existem dois tipos de policiais, os novos e os de antigamente”. Nas palavras deles, eram os policiais de “antigamente” que faziam coisas como estas, policiais que possuíam “esta mentalidade”, diferentes deles que ali estavam propondo o projeto “Escola Pacificadora” e que, portanto, se apresentavam como aqueles com os quais elas podiam contar, os policiais “novos”. Eles afirmaram assertivamente que caso situações assim acontecessem novamente, as profissionais poderiam pegar o nome do oficial, impresso no uniforme em etiqueta branca, e relatar diretamente o ocorrido para a ciência deles. Neste momento, foram as diretoras que se entreolharam, com o tom de deboche, deixando transparecer que aquela recomendação não era nem um pouco segura e que elas não seriam ingênuas a este ponto. Para elas, todos eles eram os mesmos, não importando se fossem “os novos” ou “os de antigamente”. A reunião prosseguiu com mais alguns acertos e combinados e ficou acertado que a parceria viria a calhar e que seria desenvolvida entre ambas as partes.

Habitar o espaço da Creche mostrou situações nas quais diferentes “Estados” podem convergir momentaneamente em torno de objetivos em comum. Podem também colidir em plena convergência de interesses específicos. O momento do encontro se constituiu como uma oportunidade de reflexão e crítica contundente sobre a ação dos policiais na favela. Ao recontar as “histórias” passadas e presentes sobre os abusos de poder, as diretoras aproveitavam aquela situação para dizer com todas as letras que a ação dos policiais no território, embora estratégica no nível de alguma coalizão momentânea – o programa Escola Pacificadora –, não isentava a instituição e seus atores de responsabilidade quanto a seu trato violento com os moradores e não somente com estes, mas com uma parte deste “Estado feminino” composto pelas funcionárias da Creche, aquelas que estão “na ponta” da gestão. Este episódio talvez tenha servido menos à abertura “pacífica” de uma parceria entre órgãos de Estado do que para gerar um momento de inversão de forças no qual essas mulheres protestaram e puderam assim, através da ameaça, da revolta, do riso e do deboche, indicar que situações de humilhação como estas não seriam silenciadas, nem toleradas.

Desta maneira, sigo a trilha aberta por Maria Gabriela Lugones (2009) no exame da ação das profissionais da Justiça nos Tribunais de Córdoba. A autora observou a presença de mulheres, as “pequenas juízas” responsáveis por “levar o caso”, na dinâmica interna dos tribunais. Neste contexto, Lugones identificou um repertório de gênero constantemente acionado: “sentir”, “prever”, “escutar”, “ouvir” e “evitar” eram termos que apontavam para qualidades e competências prenes de um imaginário de gênero.

Ao retomar o par “gestar e gerir” como posto por Antônio Carlos de Souza Lima (2002), a autora possibilita o reconhecimento de uma espécie de “gestão maternal” presente nas dinâmicas tutelares próprias das práticas judiciais em contato com as “minoridades”<sup>50</sup>. É neste contexto que Lugones sugere uma figura construída, o “matronazgo”, um tipo de espectro que relaciona “noções sócio-historicamente produzidas a respeito dos atributos endossados aos direitos-deveres maternos” (2009, p. 211). A autora salienta que estes valores não estão referidos aos aspectos legais ou normativos, mas dizem respeito a “uma plataforma de crenças divididas que, embora em contínuo deslocamento, mantém traços fortes em relação ao que nos acostumamos a reconhecer como uma gestão maternal” (2009, 212).

A presença e “a força das imagens maternais” desveladas por Lugones, mais especificamente da própria maternagem na gestão judicial das minoridades, permite identificar a capacidade do gênero de dar sentido, de qualificar os feitos no cotidiano de uma instituição de Estado e de salientar, por exemplo, a centralidade da categoria “prevenção”, lembrando que “prevenir é também prever”. As condições reunidas no ato de “prever” estariam vinculadas às intuições, ao “faro”, à capacidade de rastrear um possível drama, a estas e outras características atribuídas, em geral, a uma socialização feminina.

Utilizo estas reflexões para desenvolver o argumento de que aqui, na Creche, ocorre um fenômeno muito semelhante. Um “Estado feminino” se desvela na presença de mulheres trabalhadoras, de origem popular, que alcançaram uma situação de maior ou menor estabilidade de trabalho ao conquistar uma posição no serviço público. Porém, estas mesmas mulheres se encontram em situação de batalha, considerando que ainda são moradoras de zonas periféricas e da baixada da Cidade, possuem família, muitas têm filhos e, portanto, estão envolvidas em circuitos de “tomar conta”. Ao mesmo tempo, muitas se situam no lugar de “figuras do

---

<sup>50</sup> É importante lembrar de outras figuras relacionais ao matronazgo retomadas por Lugones: “São frutíferas aqui as afirmações de Pacheco de Oliveira (1998: 224) e Vianna (2004: 62), que retomam as formulações de Paine (1977: 80-86) e, valendo-se da figura da governanta como tutora, propõem que a tutela implica necessariamente certa infantilização daqueles que são o seu objeto, ao que o matronazgo recordaria que a esta infantilização corresponde uma ‘maternalização’ da gestão”(Lugones, 2009 p. 213). Para considerações neste sentido, ver também o artigo fundamental de Vianna e Lowenkron, sobre processos de engendramento entre gênero e Estado (2017).

constrangimento” quando devem administrar a incapacidade de acolher as demandas por vagas dentro do “sistema”, entre outras inúmeras faltas. Se por um lado elas ocupam cargos de poder ou de prestígio, como professoras ou diretoras, por outro, elas não participam dos processos de decisão impostos pelo próprio “sistema”, já que “tudo vem lá de cima”, incluindo decisões fundamentais ao trabalho delas.

Estas são profissionais que se encontram “na ponta” da gestão estatal e devem gerir, o tempo inteiro, os pedidos que chegam à recepção, as “histórias tristes” que são contadas e que abundam nas franjas da instituição, a realidade do entorno que bate à porta de maneira insistente, mesmo diante das regras blindadas do “sistema”. No fundo, são vistas como aquelas que, de uma forma ou de outra, podem e devem “dar um jeito”, como aludido pelos parentes de Laura quando estes a cobraram por seu “abandono do lar”.

Desta forma, são as profissionais que devem administrar a precariedade a partir de gambiarras e virações como a “vaquinha da internet”, a falta de professoras em sala de aula, a providência das luvas para a troca de fraldas, entre outros tipos de serviços e objetos custeados através destas composições inusitadas e precárias. Elas habitam os ritmos desgovernados da arritmia do som da Creche, em seus estados emocionais e territórios de caos. Manuseiam o peso e o custo social dos “filhos dos outros”, bem como o das panelas gigantes da cozinha que devem estar ora cheias, ora limpas e higienizadas. Este é um “Estado feminino” que se assenta na fragmentação das categorias hierárquicas entre mulheres, entre professoras, diretoras, agentes de educação, profissionais da limpeza e da cozinha, que se distribuem por contratos de emprego variados, com naturezas distintas e valores salariais díspares, o que instaura uma assimetria profunda entre as profissionais.

Através da cena entre profissionais e policiais, encontramos as ideias de reprodução dos indesejáveis, na qual a dimensão racial aparece enquanto traço de uma marca colonial, acionada em relação às crianças que não devem se tornar “um bunda suja”. A retórica deste fogo cruzado é vivida através de uma estética de gênero que não somente incorpora as dimensões maternais mais clássicas, como prever, sentir, cuidar ou fragmentar, e que, na luta pelos direitos, aciona metáforas maternais, a exemplo do útero e do ventre como demonstrado por Vianna e Farias (2011), mas que pode também ser profundamente violenta quando se ergue a partir de um “Estado feminino” amoroso, que sabe ofertar afeto ao mesmo tempo que sabe castigar.

Este “Estado feminino” que vigia e troca acusações olhos nos olhos frente a homens fardados, enquanto ironiza a violência policial praticada no dia a dia, tem seu aspecto violento em outras modalidades de tratamento, imiscuída nos pequenos gestos cotidianos, nas recusas

sistemáticas dadas às famílias, nas incontáveis negativas aos pedidos por vagas, na contenção dos recursos sociais, na gestão contínua da falta, nos posicionamentos minuciosos sobre pessoas que “precisam mais” ou que “precisam menos”, no estabelecimento de critérios de vulnerabilidade dentro de regimes pensados como “democráticos”.

Estamos, assim, diante de territórios de acusação e controle, onde tornar-se uma figura da perturbação é, em muitas situações, uma questão de perspectiva, como no caso de Laura. Assim, relações de forças e transmutação das valências em uma dada configuração social são o tempo inteiro agitadas. Neste contexto, discursos sobre uma sexualidade exagerada e fora de hora se constituem como um dos mecanismos de constrangimento e acusação para lidar com a realidade da política pública, em sua incapacidade de atender às necessidades dos outros.

### 3. As novinhas e a sexualidade ostentação. Na linha tênue da contenção e da “afronta”

#### 3.1 Antes da Novinha, Lolita

A figura da “novinha” presente nesta análise não é completamente “nova”, tampouco uma especificidade das periferias cariocas. Variações e repetições da “menina provocante” são de longa duração histórica (Braudel, 1978, Sahlins, 1930)<sup>51</sup>. Na célebre obra de Vladimir Nabokov, a personagem Lolita arrebatou o público estadunidense e europeu por volta dos anos 1950. No livro, até hoje considerado um dos maiores fenômenos literários do século XX, um professor narra sua “paixão” por uma criança de 12 anos. Em seu diário, ele descreve a obsessão pela menina, um escandaloso “amor monstruoso” alvo de proibições (Nabokov, 1955).

A narrativa trata da história de Humbert Humbert, homem europeu que escreve as suas “confissões” sobre o desejo que sente por Dolores Haze. H.H, como ele abrevia seu nome, se aproxima da mãe de Lolita, Charlotte Haze, a partir do interesse sexual por sua filha. Os dois se casam e no decorrer da narrativa a mãe de Lolita sofre um acidente, é atropelada e morre. O evento disruptivo da morte da mãe conforma de maneira definitiva a possibilidade de que H.H. mantenha uma relação abusiva e de violências sexuais com Dolores Haze.

Não é banal o fato de que Nabokov tenha produzido, no prefácio da obra, um parecer assinado por um filósofo chamado John Ray Jr., ele próprio também um personagem criado pelo romancista, que aponta para uma “lição de cunho muito genérico” implícita na história. O filósofo assevera que, ao lado do “maníaco ofegante”, se encontram a “criança desobediente” e a “mãe egotista”, como também produtoras desta dolorosa tragédia familiar. As atitudes e os comportamentos da mãe e da filha são evocados em relação de equivalência aos ímpetos do professor Humbert Humbert, descrito como “um pedófilo confesso” (Nabokov, 1955).

---

<sup>51</sup> Nesta linha da variação, destaco o ocultamento da “criança masturbadora”, como desvela Laura Lowenkron em alusão à obra “Os anormais” de Michel Foucault. Em sua tese de doutorado, a autora discorre sobre os modelos de inteligibilidade e os distintos ideais de infância que se transformaram do século XVIII ao XX, registrando a passagem de um mundo no qual crianças e adultos não se distinguiam para as divisões atuais na modernidade entre crianças, adolescentes e adultos. Passamos da imagem conhecida de Philippe Ariès, em “História Social da Família e da Criança”, com a ideia da “criança inocente”, até a criança como “sujeito de direitos” analisada por Adriana Vianna (2002). Para cada uma destas localizações discursivas e epistemológicas, Lowenkron desvela que existem correspondentes opostos: “potencialmente perigosos, pois carregam o gérmen dos possíveis desvios desses ideais – a criança masturbadora, o perverso polimorfo, o menor e a criança abusada ou explorada sexualmente” (2012).

Algumas controvérsias que atravessaram a publicação do livro foram analisadas por Carolina Nogueira (2012). A autora registra que Lolita foi inicialmente recusada por editoras americanas, “tendo sido publicada em Paris no ano de 1955 pela editora L’Olympe. Dois anos depois, a obra foi alvo de restrições do Estado francês e foi banida. No Reino Unido, a circulação de cópias foi proibida” (2012, p. 3).

Nogueira chama atenção para as múltiplas formas pelas quais Lolita foi retratada no livro: “o processo de classificação de Lolita é complexo, por vezes ela aparece como uma menina, por vezes é descrita como uma adolescente e, para Humbert Humbert, a figura de Lolita é uma *ninfeta*” (2012, p. 04). Este complexo processo classificatório de Lolita ocorre não apenas no plano literal/textual, ou seja, na forma como ela enquanto personagem literária pode ser lida de diversas maneiras nas escorregadias e múltiplas posições destacadas, mas se estende à forma como Lolita foi se constituindo, pouco a pouco, como um mito fundamental na contemporaneidade, a partir de uma figura extremamente multifacetada.

A jornalista Meenakshi Gigi Durham destaca as múltiplas facetas do mito: “Lolita é a nossa metáfora predileta para uma megera infantil, uma coquete intencional com uma libido fora de controle, uma ninfomaníaca” (2009, p. 26). Durham comenta como a figura de Lolita está fortemente presente na paisagem da cultura pop norte americana: “a ninfeta com rosto de criança, com curvas voluptuosas, cujo corpo quase nu rodopia em vídeos musicais, que posa de modo provocativo em capas de revista para adolescentes e frequenta telas de cinema e de televisão mundo afora” (2009, p. 24).

Em recentes debates acadêmicos, é muito comum que tanto Lolita quanto a “novinha” sejam as figuras evocadas para falar de uma chamada “sexualização da infância” que, por sua vez, seria produzida por agentes midiáticos, em jogos industriais responsáveis pela “adultização precoce” de meninas e crianças<sup>52</sup>. Durham afirma que Lolita é também uma “norma americana” extremamente difundida na mídia pop internacional, bem como no universo do consumo, da propaganda e de produtos para os mais variados mercados. Desta maneira, não é exagerado afirmar que Lolita condensa diversas imagens em disputa sobre o lugar e o comportamento de crianças e adultos em nossa sociedade.

---

<sup>52</sup> Exemplos desta “sexualização da infância” podem ser observados em algumas “polêmicas” ocorridas no cenário midiático, como a que envolveu a cantora mirim de funk Melody. O pai da cantora, MC Belinho, foi indiciado pelo Ministério Público pelo “forte conteúdo erótico e de apelos sexuais” contidos nas apresentações e músicas da cantora. Sobre esta discussão, ver Senra (2015).

Para fins analíticos, acho importante diferenciar a Lolita do livro da Lolita mítica que se forjou num plano imaginário, ainda que as duas estejam associadas uma à outra<sup>53</sup>. Essas diferenças nos ajudam a descrever as camadas de densidade rumo à compreensão do lugar multifacetado da “novinha”, seja esta enquanto personagem famoso nos universos do funk e da indústria midiática<sup>54</sup> – enquanto fonte de repertórios culturais presentes no imaginário popular –, seja enquanto a “novinha” “real”, a jovem comum, feita de carne e osso e participante de um campo de relações situadas em determinados contextos.

Diferente das categorias de “infância” e “adolescência” construídas pelas administrações de Estado ou por muitas outras ciências médicas e psicológicas, a “novinha” é uma categoria popular, batizada no senso comum, celebrada em fórmulas midiáticas e na cultura pop em suas várias vertentes. Como aponta Laura Lowenkron, categorias desta natureza “deslocam sensibilidades, impõem modelos de inteligibilidade, fabricam sujeitos, reorganizam coletividades, difundem e fixam prazeres” (2012, p. 8).

Nesta perspectiva, acredito que a “novinha” é uma “transformação estrutural” (Sahlins, 2008) da Lolita mítica. A discussão que se segue neste capítulo permite entender uma questão fundamental colocada por Sahlins, a saber, “como a reprodução de uma estrutura se torna a sua transformação?” (2008, p. 28)<sup>55</sup>. Esta indagação é crucial para compreender o lugar específico e transformador da “novinha” enquanto figura da perturbação e, desta maneira, entender as dinâmicas “novas” que se espriam através delas. Porém, antes de discutir o caráter desta transformação, faz-se imprescindível descrever a “novinha” enquanto pessoa relacional, ou seja, como sujeitas situadas em universos concretos de relações que acontecem em um

---

<sup>53</sup> O “mito Lolita” é apresentado nas considerações do livro de Meenakshi Gigi Durham (2009). Carolina Nogueira analisa a forma como a “Lolita Mítica” serviu de fértil fonte para produção de inúmeros filmes e minisséries (2012).

<sup>54</sup> Por indústria midiática entendo os produtos televisivos, de propaganda e culturais que acionam a imagem da “novinha”, seja em novelas, na figura de estrelas mirins apontadas como “sexualizadas” ou na presença constante da categoria “novinha” na música popular.

<sup>55</sup> As contribuições de Marshall Sahlins foram fundamentais para uma compressão dinâmica e dialética da Cultura e da História. Na perspectiva analítica do autor, certos acontecimentos do tempo presente estão previamente significados pela história, são atualizados na ação e, neste movimento, ocorre em algumas circunstâncias específicas a chamada “transformação estrutural”: “é nestes termos que a cultura é alterada historicamente na ação”(2011, p. 7). Nas análises deste autor, o problema da mudança e da permanência são centrais em contextos nos quais se acreditava que a interação entre pessoas e povos distantes, entre culturas “distintas”, produziria um apagamento, assimilação ou homogeneização das especificidades e conteúdos culturais partilhados. No entanto, para Sahlins, reprodução significa transformação, de modo que não são excludentes nem antagônicos. A chamada “Estrutura” não se reproduz intacta, nem eternamente, mas se atualiza a partir dos eventos, ação e práxis, que, por sua vez, atualizam a “Cultura”. Para citar um exemplo do autor, “nos primeiros anos do contato entre os europeus e o Reino, a cultura havaiana não apenas se reproduziu. Enquanto reproduzia esse contato à sua própria imagem, modificou-se radical e decisivamente” (2011, p. 69).

determinado território, atravessados por especificades de moradia, familiares, escolares entre outros matizantes.

### 3.2 “Elas, as novinhas”

A atenção para a “novinha” relacional se faz a partir de um chamado para olhar. Na introdução desta tese, chamei atenção para o enunciado “você não vê?”. Um chamado a enxergar e ver aquilo que está sendo apontado, projetado em evidência. Há de se enxergar aquilo que está à mostra: “Olha, você não vê? Essas “novinhas” não param de fazer filho!”.

O pronome “elas” serve para falar de pessoas que, conforme dizem, nunca almejaram à discricção. É saindo da boca de mulheres mais velhas, porém ainda assim jovens, que chegam as mensagens de constatação: “tá vendo, depois abandona aí, porque tem sempre gente pra cuidar”. O falatório continua em uma roda de mulheres: “elas têm filho assim e depois não têm paciência com a criança”, em frases que ficam retidas nos ouvidos. Outra mulher continua: “as novinha quer sentar, elas sentam melhor que nós” em alusão à desenvoltura sexual que “elas” possuiriam<sup>56</sup>.

Enquanto estamos dispostas em roda numa mesa de bar no morro da Mineira, o giro de argumentos e afirmações continua: “elas não querem homem trabalhador não, só querem bandido”, “elas não têm nada, só a roupa do corpo. Vai ali no mercado, rouba um quilo de carne, e diz que tem as coisas”, frases que anunciam tanto a precariedade destes corpos como sua habilidade para a subversão, na prática do furto (“roubar a carne no mercado”) ou na atração compulsória por “bandidos”. Outra mulher emenda: “a culpa das novinha engravidar é das mães que não fica em cima, não fala de sexo, não fala de gravidez e às vezes fica feliz quando a filha fica grávida, posta no *Facebook* e diz que vai ser vovó”, sentença que localiza a “natureza errada” das “novinhas” num ponto nevrálgico para esta discussão, que diz respeito à relação diádica entre mães e filhas, feita nas dobras do conflito, da coerção e da amorosidade maternal.

---

<sup>56</sup> “Sentar” é uma gíria que significa fazer sexo.

### 3.2.1 Enxergando as “novinhas”

Ao seguir o alerta para enxergar, pude começar a reparar naquilo que me apontavam. Caminhando em diversos pontos da favela, comecei a notar a presença de meninas agrupadas, conversando reunidas, mexendo em seus aparelhos celulares. Elas se movem em bonde, com seus shorts curtos, blusas mínimas e barrigas de fora. Alguns corpos são mais torneados, outros, mais franzinos. A pouca roupa, o short curto, a alcinha do sutiã à mostra são alguns dos atributos lidos como “exibição” no espaço público. Outro comentário comum é que à corporalidade ostentatória que as “novinhas” encenam soma-se a atitude de “afronta” e destemor.

Apesar da pouca idade, elas são descritas como experientes na prática da sexualidade, já que “sentam muito”, “dão de ladinho”, entre outras manobras sexuais. Nos comentários gerais, são consideradas “atrevidas” e despossuídas de medo. As *nudes*, fotos sem roupa, são extremamente solicitadas pelos meninos e rapazes. Ao conversar com as “novinhas”, elas diziam que “os meninos” viviam solicitando *nudes* em conversas nos chats de *Facebook* e *WhatsApp*. A troca de *nudes* faz parte da interação social do grupo e intensifica hierarquias sociais de gênero<sup>57</sup>.

Da parte dos “meninos”, eles diziam a todo momento que as “novinhas”, “gostam de se amostrar”, um deles explica que a troca de imagens em que elas aparecem nuas acontece porque “elas querem mostrar peitinho”. Nas interações em redes sociais, compartilham-se vídeos de dança, nos quais as jovens exibem ampla desenvoltura em múltiplos “quadrinhos”<sup>58</sup>. Tais danças são feitas em diversas ocasiões pela favela, onde grupos de “novinhas” filmam umas às outras e se divertem juntas. Nestes momentos, elas aperfeiçoam passos, atualizam gostos musicais e treinam novos “closes”<sup>59</sup>. Durante o baile funk no morro da Mineira, as danças em grupo compunham verdadeiros frenesis de malemolência. O som retumbante do “batidão” e sua cadência absorvente será bravamente domesticado através de rebolados, requebrados e passinhos hábeis, em movimentos corporais e envergaduras desafiadoras. É também o momento da “social”, dedicado ao lazer, às paqueras e à diversão entre os frequentadores.

---

<sup>57</sup>A solicitação compulsória de imagens deste tipo é analisada no trabalho de Petrosillo (2016), que analisa inúmeros constrangimentos morais e de gênero decorrentes do envio destas fotografias.

<sup>58</sup> “Quadrinho” é um gesto de dança que consiste em remexer o quadril, sustentado por um habilidoso movimento com as pernas, de modo que o bumbum é projetado e realiza no ar o riscado de quatro pontos que formam um quadrado.

<sup>59</sup> “Close” é a expressão para falar da pose para fotos e *selfies* (autorretratos).

Uma primeira controvérsia relativa às “novinhas” diz respeito à forma de classificá-las em relação à idade. Não foram poucas às vezes ao longo desta tese que me questionaram “mas quantos anos elas têm?”. No decorrer da pesquisa, entendi que a categoria “novinha” não repousa unicamente sobre uma questão etária, mas se concentra em uma combinação entre aparência e atitude das jovens que pode ser lida, nos termos de Judith Butler (2003), como performance. Tal performance é traduzida pelo entorno como “o comportamento das meninas”, expressão de uma “verdadeira identidade” (Butler, 2003, p. 195). Este “comportamento” é lido socialmente de diversas maneiras a partir de formas variadas de enquadramento (Gofmann, 2012; Butler, 2016). Dito isto, é preciso acrescentar que a questão da idade não é uma variável que deva ser descartada, e pode operar muitas vezes como uma linha de corte para decisão em determinadas situações afetivas e sexuais, seja na “pegação” e no flerte, na avaliação de alguns riscos, como o “medo de doença” ou o “medo de engravidar”, ou nas suspeitas e casos concretos de “abuso”, “pedofilia” ou “estupro”.

Com base na apreciação polissêmica desta performance, que se faz a partir de um olhar externo dos observadores, podemos afirmar que tanto as crianças de seis, sete, oito ou nove anos de idade como as adolescentes de 14 ou 17 anos, ou mesmo mulheres adultas de 22 ou 25 anos, podem ser consideradas “novinhas”. É interessante notar que mulheres idosas, apesar de não serem mais “novinhas”, podem “se comportar como novinha”, como certa vez um interlocutor, Ryan, me explicou ao afirmar que as “novinhas” queriam “muita coisa, dinheiro e ostentação”:

Você vê só, minha vó é uma novinha, ela coloca ao mesmo tempo calça legging, saia, canga, casaco, coloca três anéis no dedo. Elas [“as gringas”] não, elas são simples. Ela [“a gringa”] me chamou um dia pra dar um passeio na praia e tava chovendo, que mulher vai te convidar pra fazer isso? Na favela não, querem sair ostentando.

Ryan enumera a quantidade de roupas e acessórios que sua avó utiliza como “ostentação”, comparando o jeito de vestir dela, somado ao seu comportamento, à atitude das “novinhas”. Nesta ocasião, ele traça um paralelo com mulheres que conhece na barraca que possui com sua família na praia de Copacabana<sup>60</sup>. São “as gringas”, que, na perspectiva dele, “são simples”, diferente das “novinhas da favela”. Outro dia, em minha presença, Ryan censurou com ironia a forma como sua mãe se veste. Baiana, como é chamada por todos, está

---

<sup>60</sup> A “barraca” se refere ao ponto de aluguel de cadeiras de praia e comércio de bebidas que sua família possui na praia.

quase sempre trabalhando em sua barraca vestida com shortinho e barriga de fora. Ela “foi mãe nova”, como certa vez me contou, e diz que Ryan tem ciúmes dela.

Numa outra conversa com um grupo de “meninos”, um deles questionou a minha idade. Com o tom da brincadeira, menti na intenção de produzir uma provocação, e respondi que tinha 20 anos, e que, portanto, eu era “uma novinha também”. Ele imediatamente me localizou: “tia, você não é novinha não! Novinha é novinha mesmo!”. Já em outra ocasião, num grupo de adolescentes, eles questionaram sobre o meu interesse nas “novinhas”: “qual é! Pra que você quer saber? Se você é novinha também!”. Em outra conversa com uma “novinha”, ela explica que uma menina deixa de ser “novinha” “quando tem filho” e “vira mãe”. Para outras pessoas, algumas mães podiam ainda assim “se garantir como novinha”.

Com estes exemplos, pretendo mostrar que, de maneira similar à Lolita mítica, há um processo sutil e variável de classificação das “inclassificáveis”. Este processo confuso de inteligibilidade indica uma elasticidade da categoria “novinha”, bem como marca o lugar do equívoco e da dúvida presentes nestas apreciações. Decerto podemos afirmar que a “novinha”, enquanto categoria nativa, borra e “afronta” os construtos etários oficiais do Estado, tais como as definições arbitrárias do que é “criança” e “adolescente”<sup>61</sup>. Ao mesmo tempo, a idade se mantém como um fundo estável e pode ser a qualquer momento acionada como critério válido na negociação das relações sexuais mencionadas acima, permitindo fornecer a “palavra final”, ainda que esta decisão provisória possa sempre ser disputada posteriormente. Diante destas variações e elasticidades, é certo afirmar que a “novinha”, “novinha mesmo”, é uma categoria que diz respeito a meninas situadas na faixa dos últimos anos da infância até meados da adolescência.

### **3.2.2 “Proibida a entrada de top, sutiã e roupa curta”**

Outro aspecto muito debatido sobre as “novinhas” diz respeito a questão da roupa. A discussão sobre as vestimentas das “novinhas” não é trivial e serve como um filtro para avaliação do comportamento das jovens. Fiquei surpresa quando entrei em uma creche no morro do São Carlos e avistei um cartaz em folha de papel A4 afixado na grade do portão, onde se lia uma mensagem digitada: “proibida a entrada com top, sutiã e roupa curta”. O cartaz fazia uma

---

<sup>61</sup> Conforme definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

explícita alusão aos corpos das “novinhas” e à forma como elas se vestem. Se o cartaz estava preso na recepção da instituição, é porque existiram debates prévios sobre as roupas das mulheres que frequentam o espaço, especialmente das “novinhas”, seguidos da decisão sobre a mobilidade destes corpos no espaço da instituição.

Um interlocutor, dono de uma loja de roupas no morro, nos auxilia a entender a equação intrigante que combina roupas, performance e as formas pelas quais estes corpos são lidos no “fazer social” (Díaz-Benítez; Gadelha, 2017). Num dia qualquer, conversávamos sobre algo relacionado a assédio nas ruas, ele contava das investidas masculinas, de homens conhecidos ou não, que observava por trabalhar “na pista”. Na sua perspectiva, homens que abordam mulheres na rua são “doentes”, “tarados” e “malucos”, como ele explica: “o camarada chega e fala cada coisa sem noção assim, na lata, a mulher sai assustada, porra! Eu vejo isto aqui direto!”. Indignado, o rapaz dizia se preocupar muito com as andanças de sua esposa, bem como com os futuros trajetos da sua filha de nove anos, que em breve teria que começar a andar sozinha na rua para ir à escola. Ao final da conversa, ele analisa:

Mas também, olha só, tudo isto é culpa da calça legging! Eu vejo como é, a mulher bota uma calça legging e pronto! Para a rua! Os homens ficam doidos! Eu vejo aqui, mulher que passa de calça legging é pior que se tivesse com biquíni!

Esta apreciação corporal e de “comportamento” é acrescida de uma retórica que localiza a peça de roupa como um dos marcadores principais de julgamento e avaliação da conduta das “novinha”, a saber, de suas “reais intenções”. A apreciação das roupas é traduzida numa espécie de verdade ontológica, prenhe de substância, que, em termos de enquadramento, é codificada e justificada como o “real querer” das jovens. A “pouca roupa” é interpretada como uma intencionalidade verdadeira na aventura sexual, na provocação ou na lascívia. Neste comentário, a “calça legging” é a peça de roupa destacada como provocadora de rebuliço e assédio sexual masculino.

A discussão sobre a indumentária feminina não se reduz a uma mera frivolidade, e nos remete aos debates feitos por antropólogas como Lila Abu-Lughod (2012) e Saba Mahmood (2006) acerca do olhar ocidental sobre as mulheres islâmicas. Abu-Lughod (2012) questiona os motivos pelos quais o uso do véu, adquiriu um caráter sensacionalista nas coberturas midiáticas após o evento do 11 de setembro<sup>62</sup>. Países como os Estados Unidos e a França fortaleceram

---

<sup>62</sup>A autora lembra que instituições preocupadas com os direitos humanos, junto à imprensa internacional, privilegiaram um viés culturalista sobre o evento, em detrimento dos complexos enredos políticos e históricos que participavam das dinâmicas geopolíticas relativas à guerra norte-americana no Afeganistão.

uma retórica sobre a necessidade de “salvar as mulheres” das “garras do regime talibã”. Nesse percurso apelativo, o *hijab* (véu) e a burca tornaram-se símbolos da dominação das mulheres islâmicas, vistas como essencialmente oprimidas, independentemente dos sentidos do uso destas peças de roupas em cada localidade, da etnia dessas mulheres, de seus vários agenciamentos familiares ou condições de classe.

Abu-Lughod destaca como a burca se forjou como um dos símbolos de maior fetiche do imaginário ocidental acerca do “Oriente”, sendo apontada, por exemplo, como estratégia de disfarce para prática do “terrorismo”. Desta maneira, categorias como “guerra ao terrorismo” e “Talibã” foram reificadas a partir da centralidade dos corpos femininos, construídos como necessitando de salvação urgente e utilizados como um dos meios para legitimar politicamente a entrada dos militares norte-americanos em territórios árabes.

Feito este paralelo, vemos que no nosso contexto há uma flagrante preocupação com as roupas utilizadas por mulheres populares. Esta preocupação remete, por um lado, à ideia de um corpo lascivo e provocativo e, por outro, a uma suposta capacidade para a reprodução sexual/social desenfreada e irracional. Nesse sentido, cabe lembrar sobre as frases ditas nos discursos corriqueiros a respeito do “fogo que elas têm”, uma suposta quentura localizada sempre nas entranhas e orifícios corporais, tais como, os famosos “fogo no rabo”, “fogo na boceta” ou “fogo no cu”, atribuídos às mulheres que fazem uso de “pouca roupa”.

Algumas frases ouvidas de modo costumeiro, tais como “piriguite não sente frio”, aludem a corpos supostamente resistentes, capazes de perambular tranquilamente desnudos. De acordo com essa representação, estes corpos não precisam se vestir “muito”, pois são hábeis para aguentar a noite e a madrugada afora, em uma visão que remete à imagem da prostituição de rua. Lélia Gonzalez fala sobre uma dialética entre a “consciência” e a “memória” (1984, p. 226), na qual processos de enunciação são reveladores de categorias de pensamento que estão encobertas no “fazer social”. De acordo com suas considerações, podemos pensar que as manifestações temerárias em relação às “roupas curtas” guardam relação direta com o imaginário racializado e colonial acerca de mulheres negras, vistas ora enquanto “corpos fortes” e por isto admissíveis para o castigo e a escravização, ora como provocativos, considerados despertadores de desejos ilícitos.

Gonzalez analisa as figuras da “mucama”, da “mãe preta” e da “mulata”, procurando mostrar de que maneira estes nominativos dizem respeito à atribuição de lugares sociais<sup>63</sup>. Estas

---

<sup>63</sup> Essas imagens femininas são construídas na intersecção entre marcadores de raça, gênero e classe, fundamentais para entender a distribuição de posições sociais para mulheres negras. A autora mostra como a existência de mulheres negras durante a vigência do regime da escravidão foi mediada a partir de inúmeras formas de controle

apreciações racializadas são fundamentais para pensar mobilidades sociais e relações em que a domesticidade, o trabalho reprodutivo e as relações sexuais muitas vezes articulam zonas de desejo, assimetria, raça, gênero e violência. A partir desta reflexão, podemos entender as continuidades entre algumas fantasias raciais expressas aqui, tais como a ideia do “sangue quente”, fornecida por uma profissional de uma instituição que certa vez tentou me explicar sobre os motivos pelos quais mulheres pobres, segundo ela, “não param de engravidar”: “deve ser porque dizem que negra tem sangue quente, já ouviu falar? Que negra tem sangue quente?”.

Assim sendo, o olhar sobre os corpos das “novinhas” fala sobre uma apreensão racializada. A metáfora do “sangue quente” evoca ideias de consanguinidade e reprodução, processos sociais que falam sobre partilha de substâncias consideradas problemáticas (Moutinho, 2004). Esta ideia racializada fundamenta a crença num “desejo sexual intenso” mesclado à incapacidade de “se prevenir”, atribuídos ao campo das “sexualidades erradas”. Por outro lado, estamos diante de uma metáfora que alude a uma lascívia sexual, representação há muito tempo presente no conjunto dos estereótipos sobre mulheres negras. A raça enquanto construção social se articula ao gênero, engendrando também os marcadores territoriais remetidos às mulheres moradoras da favela.

Desta forma, o cartaz afixado na instituição possui uma mensagem direta de interdição a determinados corpos femininos: jovens, “negras”, “morenas” e “faveladas”, enquanto categoria atribuída a quem vive no morro. Os corpos vestidos com “pouca roupa” são enunciados como provocadores e exibicionistas. Como discutimos no capítulo anterior, a informalidade de determinadas práticas não quer dizer ausência de ação direta relativa a tais formas de regulação. Afixar um cartaz de maneira não oficial exprime os processos de vigilância implícitos aqui, processos estes extremamente ativos e presentes. Resta saber, portanto: por que é necessário cobrir estes corpos? E quais são os perigos que eles podem provocar?

---

destes corpos. Nas senzalas, na vida pública ou nas Casas Grandes, os corpos negros foram distribuídos a partir de uma apreciação estética e corporal. Como analisado pela autora, a construção destas figuras ajuda a pensar sobre dois tipos de rivalidade de sexo e gênero, uma que se dá no eixo intragênero masculino, entre homens brancos e homens negros que, na cena colonial, competiam por relações afetivo/sexuais pelas mulheres negras, apesar de oficialmente homens brancos estabelecerem relações de aliança com mulheres brancas. No outro eixo, que se refere à dimensão intragênero feminina, no qual mulheres competiam em relação a atenção de homens, a autora destaca uma rivalidade entre mulheres brancas e negras e uma somente entre mulheres negras (González, 1984).

### 3.3 Dos perigos que o olhar esconde

Os jogos de inteligibilidade descritos acima não se limitam ao processo de apreciação das roupas e das performances nem recaem somente sobre os corpos objetivados, mas falam sobretudo sobre o olhar e as intenções de quem enxerga. Brenda, uma interlocutora que trabalha como faxineira em uma biblioteca no morro do São Carlos, certo dia explicou sobre as formas de contenção do olhar dos homens em casa. Naquela ocasião, estávamos sentadas às mesas da instituição. Para descrever o tipo de constrangimento sobre o qual me contava, ela tomou uma jovem garota pelo dedo indicador e rodopiou a menina, enquanto declarava num tom zombeteiro e fatalista:

Olha, se quiser se vestir assim eu não vou deixar. Se quiser se vestir assim, vai sair de casa, porque quando meu marido me pegou pra morar junto ele me deu tudo, ele botou tudo dentro de casa. Ele cuidou de mim. Agora se quiser se vestir assim, o que eu posso fazer? Entende? Eu vou ter que bater de frente! Imagina essa menina desse jeito com um padrasto em casa, eu vou impedir ele de olhar? Você tá entendendo a situação? Como que vai ficar assim em casa?

Com seu gesto, Brenda chama atenção para um corpo de treze anos. Uma jovem bonita, vestida com um top de lycra pequeno, um micro short de tecido velho e a calcinha enfiada na bunda. Esses corpos híbridos, que misturam as primeiras formações de um futuro corpo de mulher à presença indiscutível de traços de menina, são motivo do falatório local, ao passo que se constituem como fonte de tensão entre mães e filhas e entre os parentes que “tomam conta”. Desta maneira, os corpos das “novinhas” são enunciados como mobilizadores de ruptura e escolha entre relações filiais ou de aliança. Enquanto a mulher adulta fala, a menina dá voltas e sorri.

Outra “novinha” conta sobre o clima em sua casa, feito de tensões entre ela, sua mãe e o padrasto. Jackeline conta que volta e meia seu padrasto critica o seu jeito de se vestir: “Sabe o que ele fala? ‘Olha a roupa que essa aê usa, parece até uma vagabunda, daqui a pouco aparece aí com dez filhos pra criar’”. Jackeline, entretanto, não se deixa dobrar e rebate: “pois é a sua filha que tá namorando e vive trancada no quarto!”. O padrasto engole a resposta e sai bufando.

A partir de uma queixa sobre afetos diferenciados entre os “filhos de sangue” e os “filhos dos outros”, Jackeline me explica em tom didático sobre a forma como tais sentimentos e

cuidados vão se delineando diante de expectativas de comportamento sexual entre as distintas filhas. Para exemplificar a situação, ela manuseia dois aparelhos celulares enquanto expõe:

É porque é assim: uma pessoa quando casa com outra, e essa outra pessoa já tem um filho, o que ele vai fazer com o filho do outro? Vai deixar de lado, entende? [Ela pega um aparelho e afasta do outro.] Se ele tem um filho que é dele, e um filho que é de outro, quem ele vai dar preferência? Foi assim que aconteceu comigo.

Sua amiga Karen, entre outras crianças igualmente atentas, assiste à exposição de Jackeline e em determinado momento a interrompe e protesta:

Me desculpe, mas a sua mãe não presta! Ela só pensa nela, ela tá agindo como uma vagabunda, porque que eu acho assim: quer galinhar que cuide dos seus pintinhos! Ela tem que ficar com alguém que cuide dos filhos dela, que se dê bem, que goste, não pode ficar com alguém que te maltrata!

Situações como estas não foram raras e explicitam que se há uma maleabilidade de relações, circulação de crianças e pares afetivos recompostos que fazem com que relações de sangue e origem sejam recriadas à luz do cuidado, do convívio e dos vínculos que se fazem ao longo das vivências, o peso do sangue e das ideias acerca da origem convivem de modo candente (Fonseca, 2006). Nestas situações, crianças e adultos fabulam sobre os afetos, imaginam parentescos originários e recebidos; expectativas de carinho e cuidado são discutidas, obrigações são atribuídas segundo posições de parentesco. Neste leque nada banal de conjecturas, “novinhas” filhas de relações anteriores podem ser projetadas como partes fora do eixo.

Com essas passagens, procuro destacar que não se trata apenas de “performances provocadoras”, mas também de “um discurso decididamente social da regulação pública da fantasia pela política da superfície do corpo” (Butler, 1995, p. 27). Além da lista de tarefas que mães se veem obrigadas a realizar no cuidado dos filhos, o controle do olhar masculino surge como mais uma necessidade, um olhar que deve ser vigiado a fim de evitar a provocação dos homens adultos e, no limite, o “descontrole” masculino, elemento capaz de desfazer famílias e instaurar tragédias.

Desta forma, entendemos que todo olhar e chamamento a enxergar implica pensar não apenas em quem é objeto de escrutínio, ou na performance que determinado sujeito realiza, mas também no agente que produz um dado enquadramento, na pessoa que observa. A fórmula

“você não vê?” nos remete a uma questão antropológica fundamental, a saber, sobre os valores do observador no mundo social. Tal como uma pintura, uma figura ou um objeto de arte que só pode ser apreciado dentro das concepções estéticas daquele que os admira, as figuras não dizem somente sobre a atitude delas próprias, mas nos remetem à alteridade, aos valores, às moralidades e às concepções de mundo de seus observadores. Assim é que para cada causação de uma figura haja, portanto, a força de ação do olhar de quem vê.

Neste espaço de videntes, focos, enquadramentos e pontos nublados, as formas de apreciação desta estética se mostram marcadas por gênero, raça, sexualidade e território. No movimento dos corpos na paisagem, eles são escrutinados, contabilizados e tomados em conta. Na percepção da maioria local, há uma associação direta entre a roupa e as virtudes das meninas. Em algumas situações de violência, o motivo para incitação de atos de estupro ou exposição pública das jovens teve como ponto explicativo as roupas das vítimas e seu corolário: o comportamento da mulher como justificativa para a violência dos homens.

A elegibilidade de um elemento estético em situações de violência é algo muito comum nas dinâmicas sociais<sup>64</sup>. Daniella Coulouris (2010) analisa processos de julgamento de estupro e mostra como juízes e operadores da lei navegam em uma lógica da “coerência”, em que a palavra das mulheres vítimas, nos relatos que elas precisam prestar, deve conter uma “linearidade” precisa. Daí que lapsos, ambiguidades, esquecimentos, contradições e dúvidas ocasionais tornem-se alvo de destaque na inquirição das denúncias realizadas pelas mulheres. Coulouris demonstra como a dinâmica dos julgamentos, a partir das infundáveis perguntas dos promotores e juízes, acaba produzindo as tais “contradições” que, uma vez reunidas, permitem inocentar os suspeitos. Ocorre desta forma um processo de produção da suspeição sobre a palavra da vítima.

Nesse sentido, em muitos dos processos analisados pela autora, os operadores do Direito destacam o elemento da roupa que a mulher vestia no momento do estupro, para julgar possíveis “incoerências” nos relatos. Os dados da pesquisadora sobre este aspecto são gritantes, a exemplo de um homem que fora absolvido devido à condução argumentativa de um juiz que, a despeito de todas as consistentes provas apresentadas, conferiu atenção para a “calça branca” que a mulher vestia no momento do ataque:

A funcionária do abrigo foi testemunha da acusação nesse processo. Seu papel foi o de relatar o estado em que a vítima chegou no abrigo. Segundo a testemunha, Cibele

---

<sup>64</sup> Sabemos que este raciocínio não diz respeito somente ao mundo popular e às transações cotidianas, mas se encontra profundamente ancorado nas formas de avaliar, julgar e punir de nossas instituições, sobretudo aquelas voltadas à Justiça e à Polícia.

chegou despenteada e muito abalada emocionalmente. Entre todas as questões possíveis, o juiz concentrou-se em perguntar se as roupas da vítima estavam sujas no momento em que chegou ao abrigo. A funcionária primeiro respondeu que não notou e, depois, que acreditava que não, pois ela vestia uma calça branca e se estivesse muito suja ela teria se lembrado (Coulouris, 2010, p. 70).

Com este fragmento entendemos como a questão das roupas se situa dentro do leque “apreciação estética”, que tanto se desvela fundamental para a produção de enquadramentos, objetivações e contabilidades como nos ajuda a localizar os olhares, os videntes e os pressupostos de mundo que são mobilizados nos jogos de destaque, foco e apagamento nos quais as *figuras* e seus observadores transitam. Seja na admiração, seja na necessidade de controle dos corpos, ao final, veremos que os olhares falam da possibilidade de certos perigos transbordarem.

### **3.4 “Novinhas” usurpadoras: rivalidade e competição entre mulheres**

Outro motivo de tensão com as “novinhas” diz respeito à “prioridade” que elas recebem uma vez que se tornem mães. Como vimos no capítulo anterior, o acesso à vaga na Creche se faz a partir de uma batalha de recursos sociais num contexto intenso de produção da escassez. Neste âmbito, as “novinhas” são consideradas como aquelas que roubam as vagas das mulheres mais velhas, daquelas que fizeram “tudo certo”, no “tempo certo”, como explica uma profissional:

As adolescentes têm prioridade pelo governo federal, é critério, então muitas mães vêm reclamar com a gente que eles perdem a vaga pra adolescente, elas dizem que é injusto, que elas fizeram tudo no tempo certo, esperaram pra ter filho, enquanto que as adolescentes engravidam e têm prioridade, eu também não consigo entender por que [elas] têm, tudo bem, pra não abandonar o estudo, mas as mães também precisam trabalhar.

Outra moradora explica que:

Eles dão preferência pra essas meninas novas que fica aí o dia todo pra cima e pra baixo e pra quem tem parente bandido. Quem tem parente bandido, consegue rápido. Eles falam que é por sorteio, mas não é nada disso, quando você chega lá, eles perguntam, tem pai preso? Cachaceiro? Fuma maconha? Usa alguma droga? Alguma coisa? Porque aí você já consegue a vaga.

A prioridade que elas recebem devido aos critérios estabelecidos pelas administrações de Estado é vista tanto pelos moradores como pelas profissionais do “Estado feminino” como favoritismo, privilégio e “sacanagem”. Nestas falas, percebemos que a “novinha” é mencionada ao lado das categorias de “bandido” e “drogado”. Localizam-se também como *figuras do tempo errado* por excelência, uma vez que são vistas como aquelas que transaram na “hora errada” e tiveram filho “cedo demais”. A partir do comportamento considerado “precoce” e “errado”, elas são consideradas usurpadoras das vagas na Creche, entre outros recursos sociais oferecidos pelo Estado: “assim, elas tiram vaga de mãe que trabalha”. Ao “roubar” as vagas das mulheres mais velhas, aquelas que “precisam de verdade”, elas são projetadas como concorrentes desleais no acesso a um bem de cuidado fundamental para adentrar nas malhas do Estado. Mulheres “que trabalham” se sentem preteridas, num jogo extremamente conflitivo que articula relações geracionais e intragênero.

Nesse sentido, é importante reter a narrativa em relação aos feixes temporais, a saber, cedo/tarde, e em relação aos valores morais, certo/errado. Se existe um apontamento em relação a uma sexualidade que se deu “cedo demais”, é porque há um imperativo acerca das relações consideradas realizadas no tempo “certo”. Este aspecto diz respeito à pragmática do “sexo que faz filhos” em relação ao imperativo da “gravidez planejada”.

As “novinhas” também são conhecidas por “roubar os homens” de mulheres mais velhas. Foi muito comum ouvir que o comportamento “ostentação” e “abusado” que as jovens apresentam era direcionado a cobiçar homens adultos, eventualmente comprometidos. Aqui, retomo a frase enunciada por uma interlocutora na introdução desta análise, ao afirmar que as novinhas “roubam carne no mercado”. A usurpação de bens sociais ocorre em planos simétricos, na carne subtraída do supermercado, através de pequenos crimes supostamente cometidos por elas, e no roubo dos homens das outras mulheres, em um discurso que aloca “homens” e “carnes” como mercadorias em disputa.

Neste contexto, a “novinha” convoca os contornos de outra conhecida figura popular: a “mulher bandida”. Uma personagem voltada ao “mundo do crime”, desenvolve na arte da contravenção e da expertise sexual (Lopes, 2011; Larangeira, 2016). A bandidagem feminina presente neste imaginário possui o seu correlato masculino, a célebre figura do “menor”, categoria usual atribuída a jovens meninos e garotos racializados de classe popular (Vianna,

1999). Se, a presença do “menor” foi, e ainda é, alvo de pânico e perturbação social, hoje, a “novinha” se destaca neste cenário como elemento feminino provocador e ousado<sup>65</sup>.

As versões da “novinha” “bandida” e “safadinha” não flutuam num vazio discursivo, e se encontram representadas no universo do funk ou das novelas, nos quais a “novinha” é uma figura celebrada de forma enfática em mil e um repertórios. A referência às “novinhas” está presente também em outros ritmos musicais, tais como o sertanejo, o pagode, o axé e outras ramificações da “música romântica” e popular. Em pesquisa realizada em *sites* específicos de música, localizei 98 letras que apresentam a figura das “novinhas”. Estas letras não dizem respeito somente ao “proibidões”, que, se fossem levados em conta, ampliariam a aparição do termo ainda mais<sup>66</sup>.

A evocação múltipla desta célebre personagem popular se dá quase sempre a partir da inexistência da inocência ou da pureza (Douglas, 1991). As “novinhas” aparecem cantadas de diversas maneiras especialmente distintas, tais como: “as provocadoras”, “as bandidas”, “a sedutora”, a que “vai até o chão”, a que “vai chorar”, a que “sabe rebolar”, a “gracinha”, a “safadinha”, a que “assim você me mata”, as “sensacional”, as que “gosta de pau”, as que “tão a mil”, as “cobiçada”, a que “sabe quicar”, a “mercenária”, a “interesseira”, a “atrevida”, a “meiga”, a que é “chapa quente”, as que “pira”, as que “faz pirar”, a que se “finge de santinha”, as “ostentação”, a “novinha má” e por último, aquela que mais tarde retomarei para tratar da chamada “transformação estrutural”: a “novinha terrorista”<sup>67</sup>.

O funk, gênero musical considerado forte expoente da cultura popular (Facina, 2009) oferece um transbordamento de narrativas que – segundo elaboram os agentes que compõem e produzem tais músicas – contam sobre a “realidade da favela”. Assim, “um dos ritmos mais malditos da cultura popular brasileira” (Facina, 2009, p. 2) se apresenta como fonte de repertório válida, uma vez que nos oferece um conteúdo de representações que diz respeito ao imaginário popular e, mais recentemente, também às classes médias e de áreas da Zona Sul da Cidade<sup>68</sup>. Faço este registro para demarcar que a famosa “novinha do funk”, ainda que não

---

<sup>65</sup> Podemos dizer que enquanto o “menor” é a categoria masculina que articula marcadores de classe, idade e raça e atualiza determinados “pânicos sociais” relacionados ao crime, à agressividade e ao distúrbio social, a “novinha” é uma categoria feminina que atualiza “pânicos sociais e sexuais”.

<sup>66</sup> Consulta feita no mês de junho de 2017, realizada em sites musicais a partir do buscador Google.

<sup>67</sup> A ausência de concordância entre o artigo “as” e a qualificação feita a seguir acerca das novinhas, aqui e em alguns exemplos seguintes, é intencional e reproduz a forma com que algumas letras cantam sobre “as novinha” (sic).

<sup>68</sup> Como Adriana Facina desenvolve, a produção e consumo do funk envolve processos da diáspora negra e, na atual conjuntura, é associado aos territórios favelados da cidade. Por estes e outros motivos, é um gênero musical

corresponda diretamente à “novinha” enquanto pessoa relacional, fala de determinadas representações do feminino em situações de sujeição e protagonismo social, marcadas por apelos e alusões que se comunicam com processos mais amplos e que se fazem presentes no imaginário midiático, popular e de territórios de favela.

Outro tema presente nos debates entre os moradores de favela e que guarda relação com tópicos narrados no funk diz respeito à chamada rivalidade entre mulheres. No trabalho de Mariana Caetano (2015) sobre a trajetória de Valesca Popozuda, a autora mostra como o tema da rivalidade entre mulheres, “seja por disputa de poder, de espaço, ou mesmo por disputar um homem”, é acionado como mecanismo para deslegitimar as cantoras de funk, que seriam acusadas de estimular a competição entre mulheres reais (Caetano, 2015, p. 151).

Neste caso, cabe novamente a articulação entre as relações que se dão nos processos de vivência em territórios de favela e o universo representacional do funk, com suas temáticas próprias e alusivas. Assim é que o tema da rivalidade está presente no cotidiano dos moradores e emerge de relações assimétricas, seja na competição por recursos sociais como creches, água, bens e serviços, seja por divisões desiguais na partilha dos cuidados e do ônus da reprodução distribuídos entre diferentes gerações femininas. Estas disputas se dão em dois níveis regulatórios: entre mulheres e entre homens e mulheres, aquilo que Strathern (2006) denomina de relações *same-sex* e *cross-sex*.

Reter este aspecto ao longo da tese é fundamental para entender como se produz a base dos processos de rivalidade, interpretados comumente de maneira desencarnada e apolítica. A chamada rivalidade, que chega sintetizada no universo midiático, interpretada de maneira pejorativa e acusada de ser fonte de estímulos para estereótipos em torno da “competição feminina”, está longe de ser algo esvaziado de processos políticos brutais entre mulheres e entre homens e mulheres, na batalha por mobilidades, temporalidades, agências e recursos.

---

considerado digno de criminalização e acusação: “Seus detratores afirmam que o funk não é música, que seus cantores são desafinados, suas letras e melodias são pobres e simples cópias mal feitas de canções pop ou mesmo de cantigas tradicionais populares. Há ainda os que demonizam o batidão, associando-o à criminalidade, à violência urbana ou à dissolução moral. Ao criminalizarem o funk, e o estilo de vida daqueles que se identificam como funkeiros, os que hoje defendem sua proibição são os herdeiros históricos daqueles que perseguiram os batuques nas senzalas, nos fazendo ver, de modo contraditório, as potencialidades rebeldes do ritmo que vem das favelas” (Facina, 2009).

### **3.5 “Eu não tenho como colocar um cadeado na boceta dela”: o medo de engravidar e o dever de regulação da reprodução como tarefa materna**

Uma das primeiras mulheres que conheci no morro da Mineira se chama Gisele. Ela trabalha no hospital do Fundão e nos conhecemos durante um momento de “desabafo” seu. Naquele dia em particular, ela estava muito “nervosa” com sua enteada, que, nas suas palavras, “é uma peste!”. No próximo capítulo, retomo o “desabafo” feito por Gisele. Por ora, interessa contar sobre a forma como ela deixou sua filha ir morar com o pai.

Gisele criou sua filha Maysa desde pequena e conta que nos últimos meses o convívio entre as duas beirava o insuportável. Gisele reclamava que a filha não queria fazer nada dentro de casa, não se comprometia com as tarefas domésticas e nem entendia a necessidade de realizá-las. As brigas entre as duas tornaram-se cada vez mais frequentes, “coisa de bater de frente mesmo”. Numa outra ocasião, Gisele havia mencionado os desgastes entre sua filha e o padrasto, um homem muito “rígido” que trabalha em uma oficina mecânica. Em resumo, o convívio cotidiano em casa se dividiu entre as brigas da sua filha com o padrasto de um lado e, do outro, as vezes em que Gisele e a filha “batiam de frente”. Nesta situação, a mudança de Maysa para a casa do pai foi uma solução provisória, para “dar um tempo” nas contendas. Gisele explicou que sua saída de casa também era boa por outro motivo, “pra ela se dar conta do que é a casa do pai”<sup>69</sup>.

Gisele conta sobre este processo num misto de resignação com aflição. Ela está decidida, porém sua firmeza não elimina algumas sombras, “não tem muito como eu ficar tranquila...”. Gisele conta que as primeiras semanas na casa do pai se passam tal qual ela previu, a filha possui seus próprios horários e faz o que bem entende: “lá ela toca a vida dela como ela quer, o pai não cobra, ela não vai à escola”. É no meio da mudança de casa e das condutas que Gisele anuncia uma das preocupações centrais presentes no campo: “o medo da filha engravidar”. Por conta deste medo, “que não sai da minha cabeça”, todas as vezes em que encontra sua filha, procura fazer algum alerta, transmitir uma preocupação: “a amiga agora tá grávida, de treze anos, eu falei, ‘olha aí! Vai vendo como isso acontece!’. Ela fala, ‘mãe, quando eu fizer eu vou usar camisinha’”.

Gisele narra estes diálogos e, entre uma pausa e outra, dispara: “agora, vê se pode?”. Embasbacada, segue descrente de que a filha consiga de fato “evitar uma gravidez”. Gisele

---

<sup>69</sup>Trajatórias como estas, entre outras situações, são exploradas no trabalho de Heilborn (2006).

analisa as condições concretas das quais as meninas participam (“os meninos só querem saber de meter, você acha que ela vai conseguir colocar a camisinha nele?”), pontuando as frágeis possibilidades de negociação do uso de preservativos entre jovens, especialmente sobre a responsabilidade dos meninos frente às suas capacidades reprodutivas. Ao final, Gisele reflete, implacável: “eu não tenho como colocar um cadeado na boceta dela! É complicado...”.

Quando uma mulher cogita sobre a possibilidade de “colocar um cadeado na boceta da filha”, tal enunciado pode soar exagerado. Entretanto, a imagem do cinto de castidade se atualiza como virtualidade de maneira candente, ecoando o ditado “prendam suas cabritas que meu bode está solto!”<sup>70</sup>. A evocação deste símbolo remete a uma necessidade de “trancafiar” a genitália feminina, indicando uma sexualidade compósita entre mães e filhas, nas quais as vivências sexuais entre duas gerações e trajetórias se encontram engendradas e correlacionadas de maneira mútua<sup>71</sup>.

Durante o desenrolar da pesquisa de campo, pude observar que se a imagem do cinto de castidade é em muitos sentidos exagerada, a reflexão receosa em torno da sexualidade das “novinhas” e das consequências do ato sexual faz parte das preocupações cotidianas nas quais as mulheres mães se veem enlaçadas. A preocupação com a “filha engravidar” contrasta com os discursos de senso comum de que na favela não haveria uma preocupação com a reprodução das meninas jovens. Estamos num campo repleto de dúvidas e pavores constitutivos que mobilizam mulheres das mais distintas maneiras a atuarem diretamente sobre o problema da reprodução feminina, mais especificamente, sobre uma sexualidade que deve ser controlada, com o objetivo de evitar o pior: uma “gravidez adolescente”. Assim, as frases ditas pelas “mães novas” permanecem circulando e nos convidam à mesma reflexão: “você acha que ela vai conseguir negociar isso?”.

Das (2007) fala sobre algumas noções de incerteza, lealdade e incredulidade presentes em relações familiares. Alguns destes “problemas” de incerteza vividos no interior das famílias são cruciais para expor um campo de dúvidas filosóficas dos sujeitos sobre a realidade de seus respectivos mundos, como em uma fala que a autora cita: “these are doubts that put my world in jeopardy” (2007, p. 4). O “medo de engravidar” se materializa em uma destas sombras perturbadoras, capazes de colocar os mundos “em perigo”. Esse é um medo prenhe de

---

<sup>70</sup> Ditado popular.

<sup>71</sup> Sobre este aspecto, ver o artigo de Luiz Fernando Dias Duarte (1987) no qual o autor discute algumas representações acerca da sexualidade feminina nas camadas populares a partir das obras de Carolina de Jesus e Francisca de Souza da Silva. Em sua análise, Duarte destaca como a vivência da sexualidade deve ser controlada de maneira hábil, com destaque as categorias “ceder” e “resistir” como constrangimentos femininos de vivência da sexualidade (1987: 623).

consequências, que demanda uma filosofia pragmática sobre, por exemplo, quais atitudes devem ser tomadas em determinadas situações. Um mundo povoado por noções de lealdade, de promessas e confianças mútuas estabelecidas entre mulheres e familiares, de hesitações e desconfianças, de situações nas quais as relações não são outra coisa senão viver em momentos de aposta e risco. Esses pavores podem nos ajudar a pensar sobre aquilo que mulheres contam das suas relações com as filhas “novinhas”<sup>72</sup>. O “medo de engravidar” se consolida sobretudo como um medo generificado, filial e materno.

Sobre o potencial de risco das “novinha engravidar” (sic), um interlocutor contou certo dia sobre os motivos que o levaram a “devolver” sua filha para a mãe. André havia cuidado da sua filha desde bebê. Com a chegada da idade reprodutiva da filha, começou a se “apavorar”. Segundo ele, sua filha estaria mentindo sobre os seus itinerários, cabulando aulas na escola, “andando de shortinho e roupa curta”. André comenta: “eu fiz minha parte”, cuidando da criança desde pequena. Assim sendo, o rapaz decidiu entregar a filha para a mãe; durante a conversa com a ex-companheira, ele explicou: “eu não posso lidar com isso, a responsabilidade é da mãe nessa hora”. Assim é que, com a idade de 13 anos, uma criança que fora criada pelo pai e sua rede familiar passou a viver com a mãe, devido aos medos relacionados à reprodução das meninas jovens.

Mais uma vez, chamo atenção para os termos utilizados na linguagem. “Devolver” indica restituir algo que possuía inicialmente à outra pessoa. O léxico entoado exprime que por mais que o “tomar conta” seja partilhado em modelos menos convencionais, feito de arranjos múltiplos, há um dado incomensurável que atrela o ônus da maternidade e da reprodução ao campo de deveres socialmente constituído como “das mulheres”, em especial como dever das mães. Estes deveres são vistos como irredutíveis e em certas situações se apresentam incontornáveis.

Uma das interlocutoras comenta sobre a responsabilidade das mães na reprodução das filhas: “as mães hoje acham graça se a novinha engravida, não é igual na minha época, o que minha mãe fez? Eu engravidei nova e minha mãe me levou pra roça! Me deu chá de talo de mamona com outras ervas, e eu sangrei e acabou”. Milene nos ensina que a reponsabilidade das

---

<sup>72</sup> Aqui cabe esclarecer que estes momentos puderam ser vivenciados devido à manutenção de relações tecidas durante os dois anos de pesquisa, junto a outros momentos de retorno ao campo para visitar pessoas com as quais eu havia estabelecido laços mais íntimos. É neste espaço de tempo espalhado e recortado que as coisas da vida se desenvolvem e acontecem. Estes momentos de mudança e hesitação numa trajetória familiar somente podem ser acompanhados ao longo deste processo de tempo a médio e longo prazo. Assim é que é possível entender como Gisele decide que sua filha de 13 anos iria morar com o pai, que é “viciado em crack”. Esta tomada de decisão seria incompreensível para um olhar apressado. Somente no decorrer do processo conseguimos compreender como as relações caminharam nesse sentido, a partir de muita luta para segurar a filha em casa, conforme sua educação.

mães não cabe somente ao momento anterior à gravidez, aquele da evitação, mas recai sobre as formas de decisão sobre a continuidade de uma gravidez “fora de hora”, através de uma possibilidade – a de realizar um aborto – que, pela via legal definida pelo Estado, é interdita à maioria das mulheres, devido à sua criminalização. Porém, ainda que entre mulheres tal recurso seja extremamente não recomendado e digno de censura, Milene nos interpela sobre o recurso ao aborto como estratégia para evitação de uma gravidez indesejada, evento que pode significar prejuízos ao grupo familiar<sup>73</sup>.

Desta forma, as mulheres mães das “novinhas” que engravidam são cobradas socialmente de duas maneiras, seja na ostentação da “alegria” de ter uma filha grávida e com o futuro netinho que virá, quando é o caso de “ficar feliz” com uma nova vida que chega na família, seja no fracasso de não ter conseguido controlar a reprodução da filha. Estas projeções e expectativas sociais são dirigidas a pares e trios de mulheres, ligadas por linhas intergeracionais de expectativas, deveres, confianças, amores e medos.

Em resumo, mulheres mães são alocadas como as principais “guardiãs” da conduta sexual das filhas. O controle da sexualidade das “novinhas” não fere somente a honra masculina (Pitt-Rivers, 1965), mas recai nas responsabilidades concretas das mães, que despontam como “guardiãs da sexualidade”. O produto do dever não cumprido é lido socialmente como “culpa das mães”. Neste raio de acusações e atribuições de responsabilidades, é preciso dizer que as possibilidades concretas de “guardar” a virgindade ou “evitar engravidar” tornam-se uma tarefa árdua, feita num contexto de pouca acessibilidade em relação aos recursos contraceptivos disponíveis e existentes.

Resgato a passagem sobre a relação “problemática” entre mães e filhas à qual aludi na introdução deste capítulo, entre a “mãe egotista” e a “criança desobediente”, como presente no mito de Lolita. A agência masculina nos processos de fazer a vida, como observado no léxico popular (“meter”, “furar”, “comer”, “engravidar” e “criar”), é abortada durante sucessivas etapas descritas. Homens se abduzem e são abduzidos num complexo jogo de apagamento das responsabilidades masculinas na vida das mulheres e nos processos de fazer a vida e tornar o mundo habitável. Entretanto, apesar de “apagados”, é importante significá-los como “ausências ativas” nos jogos do “tomar conta”.

De modo semelhante à análise sobre o “Estado em Ação”, ao mostrar que ausências podem efetivamente fazer acontecer, entendemos que o fato de que determinados homens

---

<sup>73</sup> A perspectiva geral sobre o aborto entre as mulheres que acompanhei é extremamente severa. Em sua maioria, mulheres populares se opõem deliberadamente à legalização do aborto, ainda que em alguns casos possam recomendar este encaminhamento para outras mulheres.

estejam “ausentes” não implica em deixar de lado a marcante interferência dos homens nos processos de fazer a vida e produzir ações no campo reprodutivo e social. É assim que homens “ausentes” se mantêm, de diversas maneiras, “presentes” nos jogos narrados aqui. Isto nos ajuda a formular o que mais à frente pretendo elaborar a partir das relações entre as figuras de um Estado ausente com homens ausentes. As imagens do fantasma e das “ausências ativas” são cruciais neste processo.

Lembro-me de um rapaz que “engravidou três novinhas” durante o período em que conduzi a pesquisa. Sua primeira filha foi feita quando ele tinha 17 anos. A criança nasceu com problemas neurológicos que ocasionaram um quadro de epilepsia e outros problemas cognitivos que dificultavam atividades como andar, comer e falar. A mãe da criança tinha 15 anos. A segunda filha do rapaz foi feita sete meses depois de sua primeira filha ter nascido. A mãe desta criança tinha 13 anos na época, “mas com corpo de mulher velha já, parecia uma traveca”, como uma pessoa me contou. Seu terceiro filho foi feito numa outra jovem de 17 anos, quase um ano depois do nascimento do segundo. O rapaz “não assumiu” nenhuma das crianças que fez, todas elas foram acolhidas pela rede da família materna das três respectivas mães. A família da jovem que tinha 13 anos quando engravidou denunciou o rapaz na polícia, a partir da acusação de “pedofilia”. Por este e outros motivos, o rapaz teria fugido da comunidade, embora as pessoas soubessem onde localizá-lo<sup>74</sup>. Com este fragmento quero dizer que, o fato do rapaz estar “ausente” da rede de “tomar conta”, não apaga o fato de que existam três núcleos familiares de mulheres, crianças e outro homens, que participam do circuito de cuidado das crianças.

### **3.6 “Por causa das novinhas”: humilhações, castigos, estupros e mortes de mulheres.**

Como dito anteriormente, em muitas histórias que ouvi a presença e a performance das “novinhas” é narrada como “causadora” de agressões físicas e estupros de mulheres. Durante o trabalho de campo, fiquei afetada diante de algumas cenas de violência que eram tratadas como corriqueiras. Na escrita da tese, a força dos processos de violência voltou a me afetar. Tais processos me provocaram a escrever algumas breves notas sobre a coexistência entre uma

---

<sup>74</sup> Ele também era considerado “envolvido” no comércio de drogas local.

performance feminina que encena o prazer e a “liberdade” e performances masculinas que encenam a “conquista” sexual no eixo da agressividade e da banalidade.

Se por um lado a fruição das performances femininas pode ser considerada como uma das formas de desafiar algumas convenções morais de um “contrato sexual”, obliterado na forma de um “contrato social” (Das, 2007), por outro lado, nas performances masculinas, observamos que o gênero dos homens se constrói na tensão entre uma óbvia, porém recôndita, fragilidade, ao lado da necessidade de demonstração pública e reiterada de “provas” sucessivas de força e controle. Acrescentam-se a este aspecto as vivências de “excesso” (a exemplo da concepção de filhos, ingestão de álcool, cenas de violência doméstica) que se constituem como as tais “provas” que fazem o “ser homem” (Vale de Almeida, 1995).

Parece existir uma combinação entre “incapacidade” nos processos de fazer e de manter a vida, a saber, de evitar “engravidar” e de estar presente no cuidado das crianças, ao lado de uma “capacidade” exercida de maneira reiterada na demonstração de performances de masculinidade, tais como as performances de virilidade, aquelas que dizem respeito a “não ser enganado” por mulheres possivelmente “aproveitadoras”, as performances sexuais, “meter”, “comer” e “fuder” mulheres e “novinhas”, performances provedoras, como “bancar” aquelas mulheres e crianças que “merecem”, entre outras “provas” de gênero. Uma vez reunidos, estes aspectos parecem colaborar para produção de um sujeito masculino ambivalente, feito de vulnerabilidade e nocividade, considerando o caráter compulsório e comprobatório da masculinidade que deve ser “forte”. Faço esta digressão em relação às masculinidades a fim de encaminhar algumas “histórias” a seguir, nas quais as performances masculinas operam em relação às performances femininas.

Numa tarde de sol quente, três amigas estavam em casa e decidiram “pegar sol na laje”. Para intensificar o bronzeado, resolveram passar figo no corpo. O caldo da fruta em contato com os raios solares provocou queimaduras fortes nos corpos das meninas. Porém, apesar de queimadas, elas estavam animadas com a “marquinha” do biquíni que havia sido acentuada. Ao término da sessão de bronzeamento, elas besuntaram os machucados deixados na pele com pasta d’água, no intuito de amenizar as sequelas deixadas nos corpos. Após a aplicação do creme, espontaneamente, as meninas decidiram fazer fotos “pra ver como tinha ficado, a gente não tinha espelho pra ver”. Na imagem registrada pelo aparelho, três meninas aparecem com os seios desnudos e parcialmente à mostra, cada uma com o colo emplastrado de pasta d’água. Ao final da tarde, uma das meninas decidiu voltar para sua casa. Entretanto, ao deixar o

ambiente, ela teria “roubado” o celular que continha os registros daquela tarde. É Priscila quem me explica:

Foi essa menina que enviou a foto para um menino, que enviou para outro, e nos outros dias muitas pessoas no complexo, e até gente de fora, tinham visto e revisto a foto... Um menino que é do meu colégio, mas que nem é do morro, tinha a foto de proteção de tela do telefone dele. Ela (uma das meninas que aparece na foto) tá com muita vergonha e nem sai de casa.

Cerca de aproximadamente uma semana depois de ter ouvido esta “história”, o assunto da foto retorna em uma conversa com outra interlocutora. Isadora conta que a mãe da menina que teve a foto roubada ficou “revoltada” com a exposição da filha. Munida com uma faca, a mulher partiu atrás da menina responsável por “vazar a foto”, “pra tirar satisfação”. Joana, a menina apontada como realizadora desse ato, mora em outra parte do morro do São Carlos. Quando a mãe da menina chegou furiosa na vizinhança em que Joana vivia, ficou sabendo que a garota havia recebido uma punição:

É que quando ela chegou lá, os meninos do tráfico já haviam pego a garota, por ordem dos bandidos do São Carlos, trouxeram a menina para o morro. Eles tiraram a roupa dela e deixaram ela só de calcinha, ela teve que andar ali na rampa no meio de todo mundo pelada, levaram ela pro alto, bateram na cara dela, deram vários tapas na cara e pegaram aqui ó, no bico do peito e torceram, pra ela aprender a não fazer mais isso com ninguém.

Perguntei quais foram os motivos que levaram a esta situação de exposição, visto que outras imagens de outras meninas já haviam circulado e não receberam qualquer desfecho como este. Eu sempre ouvia aqui e ali que “fulano vazou foto”, “fulana ficou falada”. Por exemplo, em outra situação recente envolvendo circulação de imagens, uma menina teria aparecido com a “boceta de fora”, outra imagem era descrita como “aquela foto de Tamires transando com dois meninos”. Eram episódios que renderam muitas fofocas, vergonhas e escândalos nada triviais. Uma interlocutora, por exemplo, “caiu em depressão” por uma foto sua que foi vazada: “uma amiga minha teve a foto dela mostrada pra todo mundo. Ela ficava se cortando de desgosto. Ficava toda machucada”. Contudo, até aquele momento ninguém havia sido castigado fisicamente pelos “meninos do tráfico”. É Isadora quem prontamente responde a estas questões, sem qualquer hesitação:

É porque essas meninas não faziam nada, era menina tudo calma, tudo tranquila, ia à escola, nem botava a cara na rua, as outras não. Se fosse uma menina já rodada, piranha, vagabunda, todo mundo já sabe, ah! Essa daí é assim mesmo! Mas essas meninas não eram dessas não.

Isadora explica sobre uma moral particular no território (mas não somente circunscrita à favela), na qual meninas vistas como “inocentes” e “tudo calma”, uma vez em situações de exposição da sexualidade, podem sofrer punições mais severas e terríveis do que as destinadas àquelas que são consideradas “perdidas” dentro dos enquadramentos locais. Existem assim as “novinhas” “comportadas”, que são aquelas consideradas “direitas”, ao passo que outras são o exemplo das “novinhas safadinhas”, aquelas que “atentam muito”, são “perigosas” e vistas como as que “afrontam”. Aqui é possível observar uma continuidade com o que Petrosillo acompanha em seu trabalho sobre “pornografia de vingança”: “percebe-se o quão vinculada à transgressão está associada a sexualidade feminina ativa, principalmente a adolescente, e como, a qualquer custo, sua ideia de pureza procura ser mantida” (2016, p. 100).

Se este fosse um episódio isolado do campo, poderíamos pensar que tudo não passou de um caso excepcional, ainda que significativo. Entretanto, mais tarde, durante a temporada na Escola, outra situação ainda mais violenta foi contada, na qual a punição de uma menina “calma” alcançou um limite atroz.

Há uma espécie de roteiro da “purificação” que parece se repetir nestas cenas, tal como analisa Lia Zanotta Machado (2000). O elemento maculado deve ser restituído a partir da fruição de práticas sexuais consideradas violentas, embora banalizadas e rotineiras. Decorrem daí alguns “castigos” realizados no plano público, especialmente diferentes das situações ocorridas em contextos domésticos. O caráter público destas violências aponta para a dimensão da exemplaridade. Ademais, significa que este ou aquele ato não correspondem à atitude de indivíduos “malucos” ou “doentes”, como um interlocutor argumentou acerca de assédios associados a vestimentas específicas. Não se tratam de psiques ininteligíveis, impossíveis de acessar ou compreender. Estes gestos desvelam que estamos diante de padrões socialmente compartilhados, tolerados e aceitos por diversos níveis de mediação coletiva e social.

Se é preciso “dar uma lição” a alguém, que esta seja transmitida para todos os espectadores, a fim de irradiar sua eficácia. Obviamente, este “algo” que deve ser restituído, “a menina calma”, jamais o será, uma vez que já se deu por perdido e, entretanto, parece servir agora de forma conveniente a uma reparação, ou a um valor de bom costume, que envolve à execução e realização de um desejo que mescla a violência frontal e o prazer sexual unilateral. Este prazer sexual na transação de mulheres é feito em conjunto com outros parceiros homens, que partilham significados comuns em relação aos códigos de masculinidade e feminilidade. Foi numa roda de conversa com adolescentes na Escola que eles me contaram o que havia

ocorrido com Gabriela, “aquela menina”: “tia, ela era uma menina calma, ia à igreja, ouvia [música de] louvor, não saía de casa, ia da casa pra escola. Do nada ela começou a andar com aquelas novinha embrasada, que vai pra baile funk, sabe? Toca o terror, fica até de madrugada”. Os adolescentes seguiam acrescentando elementos de uma espécie de transmutação da “menina calma” à “novinha embrasada”. Diziam que as pessoas cotidianamente começavam a reparar e falar, “olha ela”, “olha só ela...”.

Numa noite de baile funk, Gabriela foi curtir a festa com outras duas amigas. Num dado momento, as horas já haviam passado e o trio de meninas decidiu voltar para casa. Caminharam do morro da Coroa em direção ao morro da Mineira, seguiram adiante e atravessaram por baixo do viaduto situado em frente à Clínica da Família, numa passagem via passarela subterrânea. Um bonde de meninos que estava no baile funk seguiu as meninas e as surpreendeu. Os meninos ordenaram que as amigas fossem embora. Gabriela foi estuprada por cinco meninos, todos adolescentes.

Na narrativa do grupo de jovens, os mesmos elementos chamam nossa atenção como aqueles “despertadores ilícitos”, somados a diversas justificativas para o crime de violência sexual: “ela era garota direita”, “calma”, “ia à igreja”. Os meninos e meninas contavam esta cena e transmitiam a tristeza em narrar o ocorrido, alguma incredulidade no tom de voz, misturada a frases de conformismo: “é assim mesmo”, “é assim que eles fazem...”.

Após uma pausa de silêncio entre nós, uma menina logo em seguida comenta com um olhar vago, “foi assim que aconteceu com Tamar”. Eu ainda estava entorpecida com o que havia acabado de ouvir e um pouco zozna perguntei: “quem é Tamar?”. A jovem responde contando a “história” de Tamar, mais conhecida como a “meia irmã” de Amnon, um dos filhos do Rei Davi.

Na passagem bíblica que conta a “história”, Amnon revela a algumas pessoas que está apaixonado por Tamar. Assim, o rapaz é orientado por um amigo a se fingir de doente e permanecer acamado, no intuito de provocar uma visita de Tamar em seu quarto. Davi recebe a notícia que Amnon está de cama e orienta Tamar a visitar seu meio-irmão para lhe oferecer comida e cuidados. Durante o encontro dos dois, Amnon pede que a jovem durma e deite com ele, Tamar então protesta:

Não, meu irmão! Não me faça essa violência. Não se faz uma coisa dessas em Israel! Não cometa essa loucura. O que seria de mim? Como eu poderia livrar-me da minha desonra? E o que seria de você? Você cairia em desgraça em Israel. Fale com o rei; ele deixará que eu me case com você (BÍBLIA, 2 Samuel, 2, 12-13.).

Porém, Amnon ignora os desejos de Tamar, lhe toma a força e a estupra. A passagem bíblica segue dizendo que, logo após o ato, Amnon rejeita a mulher por quem momentos atrás se dizia apaixonado. Faço a síntese dessa passagem no sentido de identificar que não é por acaso que a jovem da escola relacione o estupro de uma menina “direita” com a passagem bíblica sobre o estupro de Tamar. Na cosmologia cristã, existe lugar para a partilha de desejos sexuais entre homens, dirigidos às mulheres “proibidas”, que seriam as mulheres próximas, aquelas que Claude Lévi-Strauss, ao falar sobre a prescrição normativa do tabu do incesto (1976), definiu como as mulheres de “dentro do grupo”. Ainda assim, tais mulheres não estariam protegidas de homens “voluntariosos” que “se deixam possuir” e colocam seus desejos em ação, ignorando o desejo destas próprias mulheres<sup>75</sup>.

Não é por acaso que o estupro, apesar da sua barbaridade, seja acomodado em passagens como: “é assim mesmo”. Há um lugar na moralidade de raiz cristã trazida nessa narrativa em que o sexo não precisa ser cedido e pode ser “tomado”. Por outro lado, para muitos grupos o estupro opera como castigo e punição, um dos princípios de legitimação da “ordem das coisas” no território, uma ordem apenas sustentável a partir de uma assimetria política, econômica, armada e moral entre os gêneros no contexto popular.

Por outro lado, há algo que fala sobre uma linha do desejo, expressa no prazer em corrigir a “menina embrasada” e convertê-la novamente em “menina calma”. Este ato é justificado como necessário, como um gesto de “alinhamento de mundos”, que contém variados impulsos pela eliminação das incoerências, extinção das variações e multiplicidades do desejo e das performances femininas. Contra os desejos femininos, os desejos masculinos operam na volúpia de ordenar mulheres conforme uma metafísica particular, entre as conhecidas divisões entre as “honestas” e as “safadas”, as “putas” e as “de família”, as “santas” e as “embrasadas”. Este “alinhamento dos mundos”, que corresponde a uma visão maniqueísta do sexo feminino e da sua “religiosidade”, deve ser mantido, a fim de organizar uma divisão dos prazeres dos homens.

Para refletir sobre estes apontamentos, imaginemos a seguinte questão: se todas as mulheres decidissem ser “embrasadas”, “vadias” e “safadas”, qual seria o lugar da virilidade, da honra e da monogamia no cânone da masculinidade heterossexual? O que sobraría do edifício masculino se as mulheres do grupo resolverem agenciar a sua sexualidade da forma como

---

<sup>75</sup> Algumas variações sobre a história de Tamar contam que, uma vez “desonrada”, ela teria se tornado prostituta. Na história, Amnon foi posteriormente assassinado, de modo que podemos entender que, na moralidade da narrativa, o destino para alguém que cometeu um estupro inclui a morte.

desejarem? Se, ao invés de uma sociedade organizada pela “troca de mulheres”, as mulheres descobrirem e explicitarem que são elas que têm o poder de “trocar os homens”?

Portanto, podemos entender que a ação de buscar transformar o “mau” em “bom” a partir de uma perspectiva masculina do desejo é um dos mecanismos para manter a divisão heterossexual de privilégio masculino. O estupro de mulheres é uma das formas de assegurar um desequilíbrio assimétrico entre forças masculinas e femininas, no intuito de tornar possível a manutenção de uma ordem sexual e social.

Em outra conversa na biblioteca do São Carlos, Karen, uma “novinha”, conta como sua mãe foi assassinada pelo vizinho. A menina lembra que Glauco, seu irmão “mais velho”, namorava Vivian, filha da vizinha, “mais nova”, de 13 anos. O namoro era escondido por conta da proibição do pai da jovem, que não aceitava a diferença de idade entre os dois. Entretanto, a menina engravidou e, com muito medo, escondeu a concepção. Certo dia, o pai da jovem descobre que o namoro continua e que os dois viviam se encontrando. Furioso, vai até a casa de Marta, mãe de Karen, para tirar satisfações. Vivian, que estava visitando o namorado, percebe que seu pai chegou à sua procura. Assustadíssima, se esconde dentro do armário com a ajuda de Glauco. Marta, aturdida, tenta acalmar o pai de Vivian, que berra protestando por conta de toda situação. Na confusão, o pai abre o armário e encontra a filha. Em seguida, esfaqueia a dona da casa pelas costas, como conta Karen: “eu era um bebê e tava no colo dela, e caí”.

Permaneço perplexa ao ouvir esta “história”, que mais uma vez chega a partir de outra conversa paralela. Meu olhar recai incrédulo sobre o de Betina, funcionária da biblioteca, ela assente confirmando a “história” num movimento com a cabeça, junto ao olhar de quem conhece a situação enquanto diz, “isso é verdade, foi assim mesmo que a mãe dela morreu”. Ao lado da situação bárbara desta morte, chama a atenção a forma pela qual a “história” é engatilhada e narrada. Karen conta este fragmento a partir de um fio solto na discussão anterior, a linha da culpa das “novinhas”.

Essa é uma forma narrativa sistematicamente presente, em que questões que não foram provocadas irrompem aparentemente “do nada” e são postas frontalmente na cena, deixando seus observadores à mercê do impacto que o assunto provoca. Entretanto, é certo afirmar que não se trata de assuntos que brotam por acaso, mas antes, é por fazerem sentido dentro de uma malha de ligações significativas que eles juntam acontecimentos associados. Este pensamento por associação explica a dimensão da causalidade e expõe um campo de questões relacionadas. Esse movimento das falas no campo é aquilo que vai compondo a discussão da tese, a saber, de

que maneira acontecimentos sistemáticos e desencontrados, tais como mortes, agressividades, violências e desigualdades, são encadeados a partir de uma atribuição de responsabilidade conferida às mulheres, sejam elas “novinhas”, jovens ou velhas. A culpa feminina se revela como uma das maneiras privilegiadas de justificação de múltiplos infortúnios.

Ao retomar alguns destes fios, retenhamos a seguinte acomodação discursiva. Uma jovem foi castigada e humilhada publicamente pelos meninos do tráfico “por causa” da exposição de outras meninas em uma imagem. Imagem esta que, vale lembrar, foi lida como incitação sexual de meninas “crianças” que estavam dentro de um contexto “inocente”, tomar banho de sol. Outra jovem foi estuprada por um coletivo de meninos ao voltar de uma saída noturna. A justificativa explica que a jovem teria se transformado de menina calma e frequentadora de cultos evangélicos a uma menina “embrasada”. “Por causa” desta transmutação, a jovem foi violentada por um grupo de amigos. Outra mulher foi esfaqueada pelas costas por um homem, seu vizinho. A mulher foi morta “por causa” da ação da filha do homem, uma “novinha”, que teria desrespeitado seu pai na proibição do namoro com um rapaz mais velho.

### **3.7 Uma criança que foge, ou a “novinha terrorista”**

Rafa, como é chamada pela família e vizinhança, é uma criança de 10 anos. Naquele dia ela saiu de casa a contragosto, depois de umas boas reclamações com sua mãe, que havia lhe dado uma ordem: levar Hugo, seu irmão de quatro anos, para a casa do pai. Rafa é a mais velha de quatro irmãos e frequentemente recebe uma carga de compromissos e obrigações em relação ao cuidado de seus irmãos mais novos, fato muito comum na estrutura de cuidado das crianças nas camadas populares (Fonseca; Rizzini, 2002; Fernandes, 2011). Era, pois, mais um destes sábados de manhã em que Rafa deveria levar Hugo para passar o final de semana com o pai.

Ao chegar na casa de Elias, Rafa gritou o nome do homem na porta, ele abriu e as duas crianças entraram. Entre uma conversa e outra, Elias chama Rafa no quarto, dizendo querer mostrar-lhe uma coisa. Hugo permanece na sala vendo TV. No quarto, Elias diz que Rafa é uma menina muito bonita e, entre um elogio e outro, pede para fazer carinho nela. Rafa se retrai, seu corpo se encolhe. Elias continua sua abordagem, vai até a cômoda de madeira e abre uma caixa,

um tipo de porta-joias qualquer, de onde retira uma nota de 5 reais e oferece a Rafa. Desta maneira, basicamente indica que se ela deixar que ele lhe toque, ela ganhará o dinheiro, o qual poderia gastar com o que ela quisesse. Rafa fica aterrorizada. A menina sabe, de alguma forma, que esta cena está errada. Elias é o pai de seu irmão e está prestes a molestá-la.

Imediatamente, Rafa levanta, corre até a porta do quarto e desemboca da porta da casa de Elias, de onde corre sem parar até chegar à sua própria casa, seguindo pelo caminho que fazia todos os sábados. Assustada, chega ofegante à casa de sua mãe, que, ao ver seu estado de anormalidade, a questiona sobre o que aconteceu. Rafa na mesma hora desabafa e conta tudo.

Paula fica desorientada, suas pernas tremem, o corpo gela. Pergunta novamente se aquilo de fato aconteceu, “mesmo?”. Paula não quer acreditar que o fato pode ser verdade. Coincidência ou não, Cris, avó de Rafa e mãe de Paula, chega na casa da filha para entregar algumas roupas lavadas. A máquina de lavar roupas de Paula havia quebrado há pouco tempo. A avó recebe a notícia e toma conhecimento de tudo.

Cris não hesita sobre o que vai fazer. Diz que vai “resolver na boca”. Sua filha protesta, está confusa e questiona a mãe sobre se este é o melhor jeito de conduzir a situação. Cris escuta a filha durante um segundo, mas olha para Paula como quem já tomou a decisão. Em seguida, ela sai de casa e fecha a porta, deixando mãe e filha em casa, atônitas.

A avó de Rafa chega ao seu destino e exige a resolução do abuso: “o pai de meu neto quis abusar de minha neta!”. Cris é “cria” da Mineira, todos a conhecem. É uma mulher mãe de três filhos, tem o reconhecimento na vizinhança de ser uma batalhadora, “uma guerreira”. Outro aspecto diz respeito ao fato de que seu filho faz uso de crack, o que é visto pelos “meninos do tráfico” como mais uma das formas de prejuízo para Cris, por ela ser “mãe de crackudo”. Os “meninos” dizem a ela que vão resolver a situação.

Em cerca de meia hora, Elias é expulso de sua casa sob esculachos e ameaças de morte, não sem antes apanhar com golpes de armas, no rosto, na cabeça e no corpo. O sangue é derramado na residência. Seu pai, um homem “trabalhador”, implora por sua vida, somente poupada com a condição que fosse embora, “agora e com a roupa do corpo!”. Elias parte para não voltar mais.

Hugo perdeu seu pai. Paula perdeu um dos únicos homens pais cuja presença material e de cuidado ainda poderia contar. Rafa, dias depois, segundo sua mãe, sentiu-se “culpada” porque de alguma maneira, na sua perspectiva, foi a partir do gesto de enunciação do abuso que uma figura paterna da família foi eliminada do circuito de cuidado. Rafa conhece assim os efeitos de um dilema perturbador: nomear o desejo sexual de uma figura masculina do cuidado.

Na introdução deste capítulo evoquei a história de Dolores Haze, a quem Humbert Humbert chamava de Lolita. Sugeri que a passagem da Lolita para a “novinha” fala sobre uma “transformação estrutural”, na qual existe a continuidade de uma estrutura, que se atualiza através de outros agenciamentos. Chegamos assim num momento em que a “novinha”, apesar de lembrar Lolita, se distancia de sua predecessora. A fragilidade e a inocência, elementos que servem ao deleite unilateral dos mais velhos sobre os mais novos, serão abandonadas, dando lugar a uma “novinha” metamorfoseada que mesmo navegando em zonas de assimetria exhibe as marcas de um conhecimento, da sua condição de pessoa, dos assuntos sobre os “abusos” que podem ocorrer às meninas. Esta transformação sugere a possibilidade do exercício de uma autonomia, sempre relativa, que permite fissurar a densidade de um poder arregimentado a partir de décadas de silêncios e não ditos (Langdom, 1993).

Esta transformação não se fez da noite para o dia. O trabalho de Lowenkron (2015) comenta como vimos emergir nos últimos anos uma “cruzada contra a pedofilia” no Brasil, promovida por setores da sociedade civil e do Estado e que, a despeito de todas as críticas, foi extremamente exitosa no alarde da “violência sexual contra crianças” (Lowenkron, 2015). De um jeito ou de outro, crianças populares estão desde a mais tenra infância sendo apresentadas ao tema da “violência sexual” e à possibilidade do “abuso” e da “pedofilia”, que podem ser praticadas por desconhecidos que surgem na rua, mas sobretudo, por amigos, vizinhos e parentes, pessoas próximas, como é alertado sistematicamente pelas famílias.

Esta carga de “conhecimento” disseminada na família, na escola e nos buchichos cotidianos chega a partir de inúmeros canais comunicadores, em fórmulas de alerta que pretendem ensinar e instrumentalizar a criança para possíveis “maldades” vindas dos conhecidos. É daí que pululam as mensagens de aviso: “tá vendo? O que aconteceu com fulano? Abusou da filha”, bem como outras fórmulas demonstrativas de que *a priori* as relações de dentro da família ou de “dentro do grupo” podem ser ameaçadas por pessoas próximas, indicando que o cuidado coexiste com a possibilidade da violência, em desejos verticais e unilaterais de mais velhos sobre os mais jovens.

Ainda que as frases de alerta sejam incompletas ou que os subtextos estejam flutuando no campo do “não dito”, alguma coisa sobre o abuso dos homens é transmitida entre gerações de mães e filhas. Em muitas vezes isto se dá de maneira frontal e explícita, apontando que um ou outro sujeito é “tarado” ou “estuprador”. Em outras palavras, o discurso popular alerta as crianças para o fato de que homens adultos, “pais de família”, que deveriam oferecer proteção e cuidado, podem ser perpetradores de desejos e abusos sexuais.

Esse evento poderia ter passado como uma daquelas “narrativas não contadas” das quais nos fala Esther Jean Langdon (1993) e permanecer encoberto nos silêncios dos segredos familiares. Elias poderia viver sem jamais ter sido exposto, tampouco responsabilizado. Porém, não foi isto o que ocorreu. O abuso não seguiu o destino cultural do “segredo de família”, e passou para o registro do conhecimento coletivo. “Levar à boca”, neste caso, não se refere somente aos casos levados aos “meninos do tráfico”, mas pertence também a um registro simbólico da denúncia, da enunciação pública, que causou a expulsão de um homem do grupo, uma das maneiras de resolver a ameaça do convívio com um “tarado” abusador<sup>76</sup>.

Se há um tabu em torno de relações incestuosas, há ainda outro que decorre do primeiro: o silêncio em torno do evento do abuso. Aqui, concordo inteiramente com Langdon quanto à existência de uma “proibição cultural” sobre estes eventos que culmina no silêncio das vítimas, que por sua vez serve para manter protegidos e esconder as “agressões de figuras paternas da nossa sociedade” (1993, p. 158).

Assim sendo, com base na experiência com as “novinhas” e apesar de todas as formas de captura da sexualidade jovem, acredito que existe uma margem na qual a “novinha” pode manobrar e responder através de sua ação, de um “conhecimento” transmitido através dos discursos femininos e populares, à força das estruturas estabelecidas. Rafa podia ter ficado paralisada e inerte na tentativa de abuso do pai de seu irmão, mas, ao invés disso, se moveu, saiu correndo, chegou em casa e contou tudo para sua mãe. A partir de seu movimento de fala contando do abuso, Rafa desencadeou um processo que culminou na expulsão de um homem adulto do território. Sua “história” será contada agora não como a da “menina que foi abusada”, mas da “novinha que reagiu”. Seu gesto talvez tenha impedido uma série de abusos posteriores. Rafa, uma menina de 10 anos, se negou ao pacto do silêncio, deu voz, carne, nome e endereço ao desejo de abuso exprimido por uma figura familiar.

### **3.8 Entre a ostentação e a contenção. As múltiplas maneiras de se obter prazer**

---

<sup>76</sup> A denúncia de “abusos” ou “estupro” aos meninos da boca não quer dizer que as pessoas acionadas vão necessariamente “resolver” o caso denunciado. “Estupros” e “abusos” são por excelência objetos de disputa entre pessoas das mais variadas posições sociais, e o encaminhamento dado para cada situação será matizado por variáveis múltiplas, tais como “quem é a mulher”, “onde ela estava”, “com quem aconteceu”, aspectos que dizem mais respeito ao “comportamento” e à identidade da mulher, em detrimento da pessoa que comete o ato.

O “conhecimento” das “novinhas”, ainda que permeado por muita precariedade e fragilidade, não pode ser desprezado, uma vez que permite oferecer alguns pontos de sustentação e negociação das meninas em suas relações com os outros. Nas conversas que tive com grupos de “novinhas”, elas discorreram sobre questões sexuais que faziam parte de suas preocupações e desejos, evidenciando um campo fortemente marcado pelos trânsitos entre o prazer e o perigo (Vance, 1984; Gregori, 2004; 2008; Díaz-Benítez, 2014; 2015).

Contaram que existia muita “novinha safada” que “sabe o que faz”, de maneira segura e plena. Discorreram sobre relacionamentos e transas nas quais não usaram preservativo, seja por falta de hábito ou porque esperavam que os meninos fossem tomar a iniciativa de utilizar, o que nem sempre acontecia. Nestas ocasiões, permaneciam por dias “morrendo de medo”, ou simplesmente acreditavam que “tudo vai dar certo”. Certa vez, ao comentar sobre doenças sexualmente transmissíveis, uma “novinha” disse que estaria protegida. Quando questionada por mim sobre as formas de proteção, ela replicou: “eu vou no posto de três em três meses tomar injeção pra isso, pra evitar filho e essas coisas”. Este fato me levou a explicar-lhe que o uso de contraceptivos hormonais injetáveis não a protegia de DSTs.

Conheciam a categoria de “pedofilia”, porém problematizavam o seu uso à luz de experiências múltiplas. Chamou minha atenção o que seria uma versão “consentida” da “pedofilia” e sua explícita diferença em relação ao “estupro”. Para alguma “novinhas”, nem todas as situações de “pedofilia” podem ser configuradas como estupro, porque a “novinha” em questão podia ter ciência e ter, segundo elas, “consentido”. Ainda assim, elas atentaram para o fato de que, em alguns casos, a “pedofilia” poderia ser enunciada como “estupro”, pois: “pode não ser pra você, mas pra delegacia é”. Nestes momentos eu aproveitava os ganchos das conversas para dizer que sim, que apesar de a “menina querer”, alguns casos poderiam ser enquadrados como “pedofilia”. Ainda nesta matéria, elas me rebateram afirmando que muita “novinha” “sabe o que está fazendo” ao “procurar” relações com homens mais velhos. Com o tempo, como procurei demonstrar, entendi que a visão da moralidade local corresponde em partes a esta concepção. Em muitas situações comuns ou que envolvem violências sexuais, mulheres adultas afirmam que “a novinha provoca” mil e uma situações de apuros envolvendo ou adolescentes mais velhos ou homens adultos. Para fins de explicação, o “estupro” na concepção das jovens está relacionado ao sexo penetrativo forçado e que envolve marcas de violência e resistência física.

Dizer isto não quer dizer que outras situações de “pedofilia” sejam aceitas e que os homens estejam isentos de julgamentos. A carga moral sobre eles pode ser observada em

situações nas quais as “novinhas” são mais próximas da idade de uma criança, “criança mesmo”, a exemplo do que aconteceu com Rafa, e, sobretudo, quando a menina não é reconhecida como uma “novinha que afronta”. Em situações como estas, as mães das “novinhas” podem ser responsabilizadas por “abusos” que as crianças sofreram, como certa vez uma interlocutora comentou: “igual aquele caso, a menina com três anos e ele (o padrasto) estava chupando a boceta da criança, a mãe ao invés de ir na boca, não, deu tempo pra ele ir embora. Essa mãe é culpada, né?”. As situações nas quais o grupo avalia que a menina não “provocou” ou “não sabia o que estava acontecendo” estão mais sujeitas à definição comum de “pedofilia”, entendida como relação sexual ou tentativa de abuso entre homens mais velhos e crianças.

De uma forma simétrica as “novinhas”, destaco a alusão a inúmeros “velhos” ao longo do trabalho de campo. Mulheres jovens apontavam quais eram seus “velhos” de contato. Estes homens podiam fornecer presentes, cuidados e dinheiro para algumas destas mulheres com quem se relacionavam. As mulheres que tinham seus “velhos” não consideravam tais relações como “prostituição”, mas como uma das maneiras de extrair um benefício material num contexto de escassez e pobreza (Piscitelli, 2005). Para elas, a “prostituição” se realiza em outras escalas de troca, a exemplo das jovens que conheci e que se prostituíam em casas especializadas para tais práticas.

Em outros assuntos, elas contaram de situações nas quais se sentiam pressionadas a “dar logo”. Entre elas, há uma preocupação muito significativa em relação a “se guardar”, me explicaram diversas vezes sobre a importância de “segurar” e “esperar pra dar”, categorias que falam de uma sexualidade que não pode ser “desgastada”. Esta necessidade de contenção ocorre não tanto pela ausência de vontade de viver a sexualidade, mas se deve aos possíveis julgamentos dos quais as “novinhas” estão à mercê. A avaliação das reputações femininas apresenta um léxico significativo: “dar”, “guardar”, “esperar”, “perder” e “ceder” são exemplos desta economia dos atos sexuais, vivida na minúcia, em avaliações constantes do melhor ou pior momento para agir ou reter os desejos sexuais.

Assim, as “novinhas” possuem noções acerca do controle da sexualidade feminina em geral, o que contrasta com as narrativas acerca de uma suposta sexualidade desvairada presente entre elas. Certa vez uma menina criticou a forma como outras garotas que já haviam iniciado a vida sexual eram apontadas como “a menina que se perdeu”, ela questionava: “por que se perdeu, né? Se perdeu nada, se achou!”, traduzindo uma expressão positiva da vida sexual ativa. As “novinhas” com quem conversei criticaram com ênfase a desigualdade da distribuição dos

juízos entre meninas e meninos no tocante à sexualidade: “o homem mostra o pau e fica como galinha, a menina manda uma foto e fica de piranha”. Em casos de tentativa de sexo forçado, dizem imediatamente que iriam recorrer à “boca de fumo” para “explicar” o caso e “falar pra todo mundo”.

Finalmente, sobre o falado uso das “roupas curtas”, elas defendem o uso das peças pois, segundo elas, “é mais bonito”. No tempo que trocamos impressões e após inúmeras conversas com elas, tive a impressão de que a sexualidade das “novinhas” é vivida com momentos de prazer na ostentação dos corpos no espaço público e na provocação dos jogos sexuais, porém, com a manutenção rígida da virgindade como modo de evitar a difamação. A coexistência entre a ostentação e a contenção conforma uma vivência de exaltação da sexualidade junto a práticas de regulação, medo e difamação dos desejos. O campo dos possíveis está marcado por relações sexuais ora satisfatórias, ora arriscadas do ponto de vista da negociação da contracepção, das doenças e até mesmo, da “vontade de fazer sexo”.

Apesar das diferenças geracionais e etárias, mulheres mais velhas possuem dilemas muito similares aos das “novinhas”. Questões como prazer sexual feminino no momento da transa, a exemplo do “orgasmo”, eram permeadas por dificuldades consideráveis. Muitas meninas que haviam transado, por exemplo, disseram que não sentiam prazer orgástico. Acredito que a ostentação da sexualidade cantada no universo do funk quase sempre de maneira hiperbólica guarda relação com esta esfera onde os prazeres sexuais ainda são vividos com muito conflito, escassez, contenção e dilemas morais. Isto não significa negar que situações verdadeiras de prazer ocorram, mas procuro apenas apontar que estas situações estão distribuídas de outras formas não tão dependentes dos atos sexuais em si ou do sexo penetrativo. Neste contexto, podemos entender que exibir os corpos é uma das modalidades de prazer seguro, ainda que permeado pela fofoca, julgamento e possibilidade de ataque. Finalmente, os jogos, as conquistas, as cenas e a exploração da sexualidade são feitos em momentos de prazer sexual e estético, vividos num contexto de possibilidades de rotulação, mas composto por ousadias que demonstram coragem e alegria no exercício de uma sexualidade que “afronta” os acordos sexuais e sociais.

## 4 MÃES NERVOSAS. UMA ECONOMIA DAS INTENSIDADES

Não tenho saudade de nossa infância cheia de violência. Acontecia-nos de tudo, dentro e fora de casa, todos os dias, mas não me lembro de jamais ter pensado que a vida que nos coubera fosse particularmente ruim. A vida era assim e ponto final, crescíamos com a obrigação de torná-la difícil aos outros antes que os outros a tornassem difícil para nós. Claro, eu teria gostado dos modos gentis que a professora e o pároco defendiam, mas sentia que aqueles modos não eram adequados a nosso bairro, mesmo para quem era do sexo feminino. As mulheres brigavam entre si mais do que os homens, se pegavam pelos cabelos, se machucavam. Fazer mal era uma doença. Desde menina imaginei animaizinhos minúsculos, quase invisíveis, que vinham de noite ao bairro, saíam dos poços, dos vagões de trem abandonados para lá da plataforma, do mato malcheiroso chamado fedentina, das rãs, das salamandras, das moscas, das pedras, da terra e entravam na água, na comida e no ar, deixando nossas mães e avós raivosas como cadelas sedentas. Estavam mais contaminadas que os homens, porque estes ficavam furiosos continuamente, mas no fim se acalmavam, ao passo que as mulheres, que eram aparentemente silenciosas, conciliadoras, quando se enfureciam iam até o fundo de sua raiva, sem jamais parar. (–A amiga genial – Elena Ferrante<sup>77</sup>)

### 4.1 Falta de mãe

Em cada um dos espaços que percorri durante o trabalho de campo, havia a presença de um discurso que ressaltava o “nervoso” das mulheres na criação de seus filhos. A expressão “mãe violenta” ou “agressiva” foi enunciada em diversos momentos para aludir a “essas mulheres”. A má criação das crianças era mencionada através de diversos qualificativos, tais como “negligência”, “abandono”, “falta de estrutura”, “falta de amor” e “desapego”. Nas palavras de uma psicóloga da Clínica da Família com quem conversei, “sabe o que me chama atenção? Elas humilham os filhos assim, xingam, batem, na nossa frente... e sabe? Que elas não percebem isto como uma violência?”.

Nas narrativas populares e das administrações de Estado, a “sexualidade errada” seria a gênese do problema das mães más, uma vez que tais mulheres tiveram filhos “sem planejar”, logo “não desejaram” seus filhos ou “fizeram filhos demais”. Por estes motivos, elas teriam pouca ou nenhuma paciência para criar pessoas, em muitos casos haveria também uma rejeição latente em relação às crianças. O caráter da reprodução biológica, junto à marcação simbólica de elementos como sexo, desejo, útero, procriação, cuidado, afeto, vida e morte, virtualiza a

---

<sup>77</sup> Ferrante, 2016, pp. 29-30.

reprodução social de um mundo feminino que gera e que deveria cuidar dos seus tanto no nível do corpo físico como no nível das relações.

Nas Creches que acompanhei, os problemas apresentados por algumas crianças eram enunciados como resultado da ação ou da inação de suas mães: “ela é seca, ela não dá amor”, falam da mãe de um menino considerado “agressivo”. “Ela não liga pros filhos”, falam da mãe de uma menina considerada “pra frente” e “sexualizada”. “Ela nem abre a mochila da criança”, falam da mãe de uma criança que está com alergias. “Isto é falta de mãe, aquele que ficou com ela, você percebe o suporte que ele teve, mas o que ficou sem a mãe, você percebe a desestrutura”, falam sobre uma criança que mora somente com o pai. Certa vez, uma das profissionais da Creche explicou que a chamada “agressividade” de algumas crianças estava ligada à ausência de “apego” das mulheres em relação a seus filhos<sup>78</sup>:

Hoje em dia ninguém quer mas cuidar dos filhos. Quer ter e jogar na creche, cadê o apego? O cuidado? Já ouviu falar do apego? A criança precisa passar os meses iniciais com a mãe, ela precisa deste contato. Filho precisa de mãe. O carinho, a atenção. Mas não querem. Agora quer jogar aqui! Uma professora com 25 crianças não vai substituir o que uma mãe faria. É diferente, não adianta. Mas elas não ligam pra isto.

Estas e outras frases ditas reiteradamente por profissionais de escolas, creches e unidades de saúde apontam para o fato de que, seja pela inação, seja pelo excesso de ação, é esse agir que será evocado para explicar diversos tipos de desordens ou problemas relacionais das crianças, da política e da favela.

Não é de hoje que o “nervoso” é um componente central nos estudos com as classes populares. Este fato foi analisado por Luiz Fernando Dias Duarte, ao evidenciar como “a linguagem do nervoso” constitui um código moral que articula diferentes exigências e aspectos da vida dos trabalhadores a manifestações profundas e variadas de “perturbação”. Em nosso caso, “os nervos e sua corte de derivados” (Duarte, 1988, p. 10) fazem parte da teia de acusações e classificações costumeiras que se atribuem a algumas mulheres.

Em sua obra, Duarte mostra como a “mãe” é associada às “perturbações físico-morais” que as crianças manifestam. Nesta perspectiva, o “nervoso infantil” deriva de uma série de fatores, tais como a exposição a “pancadas” e “surras”, a morte de um dos familiares ou o afastamento da criança da mãe, “seja quando abandona a unidade doméstica, seja quando a

---

<sup>78</sup> A categoria “apego” é própria do universo do cuidado. Na dissertação de mestrado (Fernandes, 2011), procuro discutir as implicações afetivas e morais em torno das noções de “jeito” de cuidar e “apego”.

criança é confiada ou doada a outra família do mesmo espaço social ou entregue como empregada muito cedo a famílias bem de vida” (1988, p. 185). O autor mostra que o “afastamento da figura paterna” é assunto menos tematizado como fonte de “perturbação físico moral”, até porque “a mãe é obrigada a assumir, *nolens volens*, os encargos da reprodução ampla da casa” (1988, p. 185). Nesse sentido, veremos de que maneira as indicações preciosas feitas por Duarte persistem no contexto analisado.

A proliferação de discursos que projetam a maternidade enquanto fonte precípua de problemas sociais não é algo recente, e se constitui como preocupação de muitos especialistas desde o século XIX<sup>79</sup>. Em sua célebre discussão sobre o “mito do amor materno”, Elizabeth Badinter mostra de que maneira “o discurso psicanalítico contribuiu muito para tornar a mãe o personagem central da família” (1985, p. 295). Segundo a filósofa, na perspectiva de muitos especialistas, o feminino constituía um enigma a ser decifrado, uma condição misteriosa ou até mesmo “um continente negro”, como na formulação de Sigmund Freud (Badinter, 1985, p. 296). A autora reflete sobre a divulgação das ideias psicanalíticas, que se espalharam rapidamente no contexto europeu, e destaca o sucesso dos primeiros “vulgarizadores” da psicanálise e seu impacto na mídia, na política e no imaginário, sobretudo na prática das famílias com seus filhos.

Alguns conceitos estratégicos, a despeito da sua contribuição para as teorias psicológicas e humanas em geral, forjaram-se ancorados em um certo ideal da “mulher normal” (Badinter, 1985). Nessa perspectiva, situam-se críticas sobre as formulações psicanalíticas acerca do complexo de Édipo e seu legado para pensar a sexualidade feminina. A vagina foi concebida pelo fundador da psicanálise como “o oposto do pênis, uma marca anatômica da falta de uma coisa na mulher que o homem tem” (Laqueur, 2001, p. 278). A ideia de uma inveja feminina do pênis e a “angústia da castração” tornaram-se marcos para pensar a constituição da subjetividade das mulheres. Na perspectiva de Freud, a maternidade seria uma das maneiras pelas quais as mulheres resolveriam a falta do falo, na substituição desta falta por um filho. Isto significa dizer, ainda que de forma sutil, que na formação da subjetividade feminina, ao contrário do que ocorre na masculina, a superação do complexo de Édipo e o consequente

---

<sup>79</sup> No Brasil, temos os trabalhos de Marta Freire sobre a “difusão de um discurso maternalista” (2008) e o de Dagmar Meyer sobre a “politização da maternidade” (2005), que exploram, de maneiras distintas, como a maternidade se constituiu como fonte de preocupação política na contemporaneidade.

estabelecimento de uma condição sana se daria necessariamente através da identificação da mãe com seu bebê<sup>80</sup>.

Outro debate repleto de controvérsias se refere à noção de “histeria”, concebida durante muito tempo como uma “doença do útero”. Sua manifestação, considerada patológica, vinculou-se a um estigma que associava feminilidade e distúrbio<sup>81</sup>. Outros autores, como o pediatra e psicanalista Donald Winnicott, enfatizaram a importância do vínculo na relação entre o bebê e seus cuidadores. Nesse lastro, o pediatra cunhou o conceito de “mãe suficientemente boa”, parte fundamental na criação de sujeitos estáveis e seguros. Conforme elucidada Carolina Pombo (2013), seu trabalho foi fundamental para os posteriores desenvolvimentos da Teoria do Apego<sup>82</sup>.

Longe de realizar uma leitura atemporal destas contribuições, meu intuito é apenas sublinhar algumas linhas potencialmente poderosas presentes nas ciências humanas e que fazem

---

<sup>80</sup> O complexo de Édipo foi desenvolvido por Freud em seu livro “A interpretação dos sonhos”. Sua teoria é referência até os dias de hoje para pensar os modos de aquisição da sexualidade. Ao longo do tempo, muitas de suas ideias foram reformuladas, tanto pelo próprio psicanalista como por muitos de seus seguidores. Em sua formulação, de maneira geral, durante a formação edípica na primeira infância, haveria uma diferença crucial entre meninas e meninos e seus processos de identificação com os genitores. Esta diferença explicaria características de personalidade e comportamento genericados, tais como “atividade” e “passividade”. O menino experimenta uma paixão pela sua mãe, doadora de carinhos e atenções. O pai é percebido como “rival”, uma barreira para acessar a mãe em sua completude. Este interdito gera uma tensão com seu pai. Esta “relação triangular” seria a fonte do complexo de Édipo. Uma vez que percebe que não pode competir com o pai, portador do falo, de algo que ele mesmo tem e admira, o menino cria identificação com seu genitor. Por sua posse do falo, o pai representa a função da lei e do mundo externo. Já para as meninas, a transição do complexo seria algo mais engenhosa. A menina sente afeição por ambos os genitores e percebe que seu irmão, assim como seu pai, tem algo que ela não possui. Constata então que sua mãe também não tem algo que é valorizado, experimentando assim uma relação “ambivalente” com a mesma. Na percepção da sua “castração”, surge a “inveja do pênis”, e a mãe figura como rival porque tem acesso a algo que ela não possui. Na constituição da subjetividade feminina, o processo edípico poderia desembocar em uma “inibição sexual” (neurose), insistência no prazer clitoriano (homossexualidade originária) ou uma feminilidade normal, que significa a substituição do desejo pelo falo via maternidade.

<sup>81</sup> A história da histeria desenrola-se desde a Grécia Antiga até o século XX. Inicialmente suas manifestações estavam associadas a inúmeros males, como crise de nervos, irritabilidade, insônias e perturbações das mais variadas formas (Trillat, 1991). A partir dos estudos de Freud, sobretudo no desenvolvimento dos seus estudos sobre o trauma, a histeria passa do campo somático para o psíquico. Freud também nega a vinculação da histeria à feminilidade. Suas pesquisas foram fundamentais para estabelecer as bases para uma nova teoria da sexualidade, responsável em vários sentidos por uma despatologização de comportamentos sexuais considerados disfuncionais. Ainda assim, pelo fato de que muitas das teorias elaboradas por Freud terem se dado inicialmente a partir da escuta de mulheres, a concepção vulgar sobre a existência de uma doença feminina ligada a manifestações “históricas” perdeu em muitos sentidos.

<sup>82</sup> De acordo com a análise de Carolina Pombo, “a teoria do apego, principal antepassada do *Attachment*, no âmbito científico, surgiu na Psicologia e na Antropologia, na Inglaterra e nos EUA, na década de 1950, a partir de estudos com crianças institucionalizadas em orfanatos. Os pesquisadores constataram que a morte prematura e o atraso no desenvolvimento motor e cognitivo delas estavam relacionados à falta de manejo corporal e afetivo por suas cuidadoras. Essa teoria influenciou mudanças significativas nas abordagens psicanalíticas voltadas para as instituições e a psique infantil, além de ter sido fundamental para mudanças nos abrigos e maternidades no período pós-guerra” (2013, p. 37).

sentido à luz do material de campo. Evidentemente, as leituras e apropriações possíveis acerca do conhecimento médico e psicanalítico são múltiplas. Entretanto, em muitos casos, o discurso científico se fez atrelado a um discurso moral sobre a normalização de um comportamento feminino (Rubin, 1986; Foucault, 1993). Gestos e posturas codificados como manifestações de “agressividade”, “apego”, “instinto materno” e “desejo sexual” foram tratados muitas vezes de forma patológica e normativa. De alguma forma, os ecos destas imagens podem ser localizados tanto no discurso popular como nas administrações de Estado.

## **4.2 A percepção das mulheres apontadas como “nervosas”**

Diante de um campo discursivo profundamente ativo nas relações cotidianas, resolvi levar a sério tais discursos e fui atrás das ditas mulheres más, ruins e “agressivas”, buscando ouvi-las sobre esta “violência”. Aos poucos, entendi que esta percepção é muito variável e cada situação oferece uma significação distinta. Para esta leitura é fundamental evocar as considerações de Das (2007), que permitem estabelecer que não há nada estável nas diferentes situações definidas como “violência”, conceito instável cujos sentidos múltiplos são permeados por contradições, hesitações, tentativas de estabilização e deformação, que mostram como esta não é uma categoria autoevidente. Nesse sentido, não procurei tratar as “violências” como um dado a priori, mas tentei acompanhar a forma como minhas interlocutoras indicavam suas experiências. A partir destas indicações, percorremos diversas fronteiras, em linhas de tensão e territórios instáveis de cuidado, afeto, raiva e nervoso.

Inicialmente, chamou minha atenção o fato de que as mulheres tratavam do tema da “violência” a partir do riso e da comicidade. Muitas contavam rindo sobre as “surras” dadas nos filhos e memoravam cenas nas quais elas batiam narrando seus motivos e porquês. Debochavam das recriminações sobre não bater nos filhos ou das recomendações de proibição de castigos corporais nas crianças. Viam a existência de uma “lei da palmada” como algo distante da realidade, ao mesmo tempo que consideravam que em alguns casos o “conselho tutelar” poderia ser acionado<sup>83</sup>. Para algumas, bater era imprescindível, afirmando o caráter

---

<sup>83</sup> A “Lei da Palmada” (13.010/2014) busca limitar os castigos corporais nas crianças. Aprovado em 2014, o texto legal foi rebatizado como “Lei menino Bernardo”, em uma homenagem feita a Bernardo Boldrini, menino que tinha 11 anos quando foi encontrado morto no Rio Grande do Sul. Seu pai e sua madrasta foram acusados pelo assassinato, junto a outras duas pessoas. O menino havia procurado instituições de proteção das crianças para pedir ajuda, o que não impediu que o crime acontecesse. Anteriormente a este episódio, as discussões sobre castigos

positivo e necessário destes gestos com argumentos como: “se a gente não educar em casa, quem vai educar amanhã? Vai tá aí apanhando de polícia, apanhando de bandido. Essa lei é maluca. E vai tá batendo na gente!”.

Ao mesmo tempo, isto não significa dizer que entre as mulheres toda e qualquer “violência” seja aceita ou motivo de chacota. Nas interações entre elas, existem muitos debates sobre as formas corretas, boas e ruins de se tratar as crianças. Dentro deste campo de formas, existem escalas daquilo que pode ser realizado ou não, daquilo que transita entre o necessário, o justificável e o abuso: “nós somos contra essa lei, a gente não é a favor de espancar, mas uma palmada educativa não faz mal não. Nós crescemos com essas palmadas e isso faz bem pra nossa formação”.

O “respeito” no trato com as crianças passa pela ideia do “saber ser mãe”. Lady, moradora do morro do São Carlos e criadora polivalente de crianças, foi categórica sobre esta temática e explicou que as agressões só acontecem porque “tem mulher que não sabe ser mãe”. Lady realiza o trabalho de vaivém para creches e escolas. Ela também fica com filhos de diversas amigas em sua casa, seja para elas saírem à noite ou por qualquer outro motivo. Em seu argumento, Lady afirma que o “saber ser mãe” não é um problema de falta de amor, ou qualquer postura romântica em relação a crianças, mas, antes, é algo que decorre da lógica do aprendizado, de uma expertise adquirida no tempo, da capacidade de engajamento em uma espécie de causa, a maternidade. Para ela, apesar de muitas mulheres serem mães no sentido de que “colocam filho no mundo”, aprender a criar envolve dosar uma relação de poder e “respeito”. Nesse sentido, educar e formar pessoas requer uma postura pragmática frente às crianças.

Outro elemento considerado como falha das mulheres se refere à “falta de conversas” em casa. Determinados temas de difícil manejo seriam tratados a partir da “ausência de diálogo” e “na base de esporro”. A mãe de uma mulher conhecida por ser “nervosa” com os filhos me explica:

A Tânia é muito violenta, eu falo muito isso pra ela. Ela bate muito nos filhos, ela não consegue conversar, ela só quer bater. Ela acha que bater resolve. Eu falo pra ela: “Tânia, se bater melhorasse alguém, a cadeia não estava cheia, as pessoas saíam recuperadas dos presídios. Violência não resolve nem melhora ninguém”. Mas ela faz assim e eu não sei por quê, porque ela não apanhava na infância, eu nunca bati nela. Ela não tem paciência com as crianças. Eu falo: “Tânia, você tem que bater menos

---

corporais em crianças já se desenvolviam através de outro projeto de lei conhecido como “Lei da Palmada” (PL 7.672/10). Para compreensão sobre a construção da lei e as discussões que a fomentaram, ver o artigo de Ribeiro (2013).

nos seus filhos e conversar mais. Sentar pra brincar, levar numa pracinha”, como eu fazia com elas. Mas ela não faz essas coisas.

Podemos entender como exemplos desta “falta de conversa” as passagens nas quais interlocutoras contaram sobre a forma como foram expulsas de casa ao engravidar: “não tem conversas entre mães e filhos sobre isso, só tem esporro, sabe? Se me aparecer grávida vai sair de casa, e foi o que aconteceu comigo, minha mãe me botou pra fora de casa”. Estas situações foram apontadas também por profissionais das instituições que discutiram esta questão comigo. Uma delas me explicou que mulheres mães, ao mesmo tempo que as expulsam de casa na ocasião de uma gravidez na adolescência, “estimulam” o enlace precoce de suas filhas: “Outras mães são assim, a menina faz 14, 15 anos e elas vão empurrando a filha pra ficar com homens, a filha muitas vezes nem quer isso, a cabeça dela não tá agitada pra isso, mas elas vão pensando nisso, da filha ter filho e vão vendendo as filhas”.

Em outras vezes, acompanhei pequenos deboches proferidos de maneira comum em relação às crianças: “olha só a cara dela de trakinas, olha só esse cocô”<sup>84</sup>. O jeito de falar e tratar as crianças também podia ser fonte de crítica nas instituições. Pancadas vindas do nada apenas para chamar atenção. Gritos de alerta, objetos lançados durante algum momento de tensão, apertões, chacoalhadas, ameaças de castigos ou de morte ao atender a chamada de um filho no telefone, tais como “deixa eu ver o que essa criança quer, eu vou matar essa criança!”. Ao atender a ligação, as frases continuam: “fala logo, é o quê que é? Eu já falei pra você ficar em casa, se eu te ver na rua eu vou te espancar, vou te quebrar todinho”<sup>85</sup>.

Algumas vezes pude presenciar episódios de profunda “irritação” entre mulheres e crianças. No capítulo anterior, mencionei uma passagem vivida por Gisele, quando esta decidiu que a filha ia viver na casa do pai. Conteí que Gisele geralmente reclamava do clima em sua casa, dizia que não aguentava mais viver do modo em que as situações domésticas então se davam. O motivo de sua insatisfação dizia respeito basicamente à convivência com as crianças em casa, com a sua filha que posteriormente foi morar com o pai e em especial com a filha do seu esposo, que ela cria. Gisele diz que a rotina com a garota de 10 anos é insuportável, a menina não aceita a sua autoridade. Seu marido, o pai da criança, passa o dia todo na oficina mecânica onde trabalha e não entende o que acontece dentro de casa. Ela diz que sua enteada é muito

---

<sup>84</sup> A expressão “Trakinas” é uma referência a um biscoito recheado, que tem o formato de um rosto sorridente.

<sup>85</sup> Diaz-Benítez (2015) chama a atenção para de que maneira a “linguagem do excesso” é uma das principais chaves na “produção da humilhação”. A partir desta chave podemos entender o uso de diversos xingamentos e ameaças, tais como “vou te quebrar”, “vou colar sua língua na frigideira”, “vou torcer seu pescoço”.

“abusada” e, para me “provar” os fatos, saca um celular do bolso e mostra um vídeo que havia feito recentemente.

A cena mostra uma criança sentada no meio da sala, a televisão ligada em volume alto. No centro do ambiente a menina está sentada, chorosa e descabelada. Num dado momento, a criança pega uma sandália havaiana e lança contra sua madrasta. Em seguida, irritadíssima, a menina se levanta, joga a mochila no chão, empurra os móveis e chuta alguns objetos. Gisele filma toda a cena, enquanto narra o próprio vídeo que fez dizendo “vejam vocês, eu cheguei em casa e é essa situação que eu passo, agora como lidar assim com uma criança descontrolada?”. Com o vídeo, Gisele objetivava ter “provas” para que as pessoas acreditassem “naquilo que eu passo”. Ela finalizou a conversa e disse que nunca bateu na menina porque “em filho dos outros não se mete a mão”, por este motivo a filmagem era uma forma de expor a situação e desta maneira lidar com a “irritação” sentida.

Estas falas, gestos e atitudes se distribuem de diferentes formas, e de modo algum podem ser vistos como algo correspondente a níveis graduais. Quero dizer que da forma como entendi, tem mãe que “só bate”, tem mãe que “só xinga”, tem mãe “que espanca”.

Outras mães recriminam o uso da “violência”. Certa vez, acompanhei uma cena de repreensão na qual uma mãe foi chamada pela diretora na escola. Essa convocação foi motivada porque seu filho estava ameaçando e brigando com algumas crianças na escola. As ameaças faziam alusões às facções do comércio de drogas local. Durante o encontro, a mãe do menino escuta a diretora muito atenta. Em dado momento, a mãe calmamente pede licença à diretora e se volta firme ao menino, conforme o diálogo abaixo:

O que você falou pra mim em casa? Que tinha um menino fazendo isso com você, né? E que você não estava fazendo isso. Você disse que o menino era da rua. Agora eu fico sabendo que o menino é da escola. O que eu te ensino em casa? Que é pra você bater nas pessoas? Você nunca apanhou. [Nesse momento ela se vira para a diretora e para mim.] Olha, eu faço *muay thai* e a gente usa o esporte de outra maneira, não é para arrumar briga na rua, essa é a nossa prática, de não se envolver em confusão. Outro dia eu estava até na rua e uma mulher arrumou uma confusão pra cima de mim e eu podia ter dado nela, mas virei, saí e fui embora, porque não é assim que a gente faz. [Volta-se novamente para o menino] E você fazendo isso na escola? Que vergonha... Pode continuar a falar, diretora.

Após mais algumas palavras da profissional da escola, o menino abaixou a cabeça completamente envergonhado, e sua mãe finalizou a conversa:

Que história é essa de facção? Lá em casa ninguém é bandido, o que seu irmão falou com você outro dia? Que essa briga não é sua, que você não tem nada a ver com briga de facção de tráfico, pra você parar de ficar se ligando nessas coisas porque não tem nada a ver você se meter com isso. Não foi? Não é essa a educação que a gente te dá em casa? Então por que você continua reproduzindo essa bobagem?

Cenas como estas, nas quais mulheres mães repreendem o uso da agressividade, fazem parte do mesmo quadro discursivo de que as chamadas “mães nervosas” participam. Aqui, conforme explicado pela interlocutora, a menção à prática de uma luta de combate é uma das maneiras pelas quais a mulher se coloca contra o uso da “agressividade” no cotidiano. Em outra direção, se algumas crianças são repreendidas pelo uso de “agressividade”, outras são cobradas por não “saber se defender”. Uma jovem conta que foi “criada pra não apanhar na rua”:

Eu fui criada pra não apanhar na rua. Porque minha avó falava que se eu apanhasse na rua eu ia apanhar em casa. E era assim mesmo, eu apanhava na rua e apanhava em casa. Até que um dia, de tanto apanhar, eu pensei assim: cara, chega! Cansei dessa vida! Eu sabia bater, entende? Mas eu não batia, mas eu sabia bater! Até que um dia eu revidei, no dia que aquela menina me bateu e eu caí no valão, nossa.... Eu bati muito nela! Depois também a gente pega o gosto, aí já viu.

A orientação sobre aprender a se defender para “não apanhar na rua” é uma ideia central para a compreensão de certo agir nos modos de criar. Como veremos adiante, este aspecto aparece associado às formas de proteção e evitação do pior frente a possíveis males presentes no mundo “fora” das casas. Em uma perspectiva semelhante, durante uma conversa sobre “surras”, Dona Mariana, umas das mulheres que se encarregam de fazer o trabalho de vaivém das crianças à escola, disse:

Aiiiiiiii, isso não! Bater não! Eu não criei meus filhos com batida. Olha, teve um dia que a minha nora bateu no meu neto e eu dei muito na cara dela, eu disse, ah! Você vai bater nele? Mas não vai mesmo! Dei nela e ela nunca mais bateu. Vê se pode? Bater no meu neto? Não, não!

Neste fragmento, vemos de que modo o “bater” pode ser uma das formas de repreensão de um outro “bater”. A partir destas passagens, vemos as diferentes motivações, agires e modalidades implícitas nestas formas de relação. O “não bater” portanto, não se trata de uma evidência, mas de uma luta entre muitas variáveis, hesitações e escolhas. Adiante, pretendo delinear um pouco do contexto nos quais as mães participam, bem como esboçar algumas das emoções e sentimentos evocados pelas mulheres.

### 4.3 “É tudo em cima de mim”. Atravessamentos de tensão

Durante conversas com as mulheres, entendi que esta “agressividade” é parte de um campo sentimental maior, no qual está presente a expressão da “raiva”, que por sua vez pode se expressar de diversas maneiras, não sendo um bloco monolítico de sentimentos. Em sua análise, Duarte atenta para a rica variedade das manifestações físico-morais “negativas”, tais como “deprimido”, “desorientado”, “inquieto”, “desesperado”, “furioso”, entre outras denominações de perturbação (1986, p. 29). Por outro lado, Aurel Kolnai (2013) enfatiza que o amor e os sentimentos “positivos” se encontram em maior variação quando relacionados ao ódio. Para o filósofo, existiria uma “multiplicidade muito mais ampla das formas de amor. Falam de amor benevolente, amor *concupiscentiae*, amor intelectual; mas jamais se tem acometido uma classificação correspondente para o ódio” (2013, p. 163).

Ao presenciar diversos tipos de expressão desta “raiva”, seja na presença de cenas de surras ou a partir da escuta dos “esporros” narrados, a imagem mais apropriada para entender tal variação de expressões veio até meu pensamento a partir de uma paleta de cores. Numa paleta de cores existem diversos tons de coloração, de modo que existem muitas opções para se exprimir a cor desejada. Foi a partir desta imagem que eu comecei a entender a “raiva” a partir das inúmeras gradações sentimentais que cintilavam cores-emoções diversas. A metáfora das cores ajuda a entender as gradações sentimentais, as texturas das “batidas” e “pancadas”, as composições instáveis de uma economia das intensidades.

Desta forma, junto às “mulheres que batem”, comecei a perguntar sobre os motivos que levavam a tais situações, o que provocava estas ações, e como elas se sentiam. Elas diziam que era um sentimento que não sabiam como explicar: “Camila, eu não sei te explicar, ela só vem”. Falavam também muitas vezes que elas eram “sozinha para tudo”, “é tudo em cima de mim”. Uma pequena minoria dizia-se culpada, enquanto a maioria afirmava não sentir culpa nem remorso. Certa vez, perguntei a uma interlocutora se ela sofria após bater em seu filho e ela, muito assertiva, replicou: “sofrer? Como assim? Bater tem que ser sem ser culpa, se for pra bater com culpa, melhor não bater”.

Em muitos casos, aquele riso ao qual me referi dava lugar à “raiva”. Elas falavam sobre “uma raiva que sobe até a cabeça” e que “faz ficar cega”. Contavam assim sobre uma “raiva” que vinha de repente e que as dominava, fazendo com que elas não agentassem e explodissem.

As “batidas” irrompiam como expressão desse crescente de emoções contidas, silenciosas, escondidas ou de difícil nomeação.

Ao mesmo tempo, em algumas situações bater faz parte de uma rotina, algo que se faz num gesto ritualizado, tais quais as “cenas” analisadas por Gregori (1993). Numa destas “cenas” narradas, Mara descreve como se dão estes momentos:

Eu estava em casa, pedindo pra ele parar de atazanar. Eu pedi três vezes, e ele não parava de pular no sofá, já tinha derrubado o suco. Na quarta vez eu só virei e joguei o que estava na minha frente, joguei aquela caixa de ovo de geladeira e bateu na cabeça dele. Nossa, ele abriu o berreiro. Mas gente, eu faço o quê? Eu faço isso mesmo.

Gregori desenvolve como as “cenas de briga” vão além do “motivo da briga” em si e trabalha a ideia de “atos de linguagem”, um universo feito de réplicas que, avolumando-se umas às outras, expõem conteúdos enunciativos, emitem sentidos e significados particulares sobre tais relações. As cenas tais quais descritas aqui falam de momentos nos quais são evocadas “imagens que desenham papéis” (Gregori, 1993, p. 164), seja de feminilidade, maternidade, infância, criança, autoridade, obediência, transgressão, abuso e desigualdade, que são colocadas em ação de forma explícita.

O uso de violências ou de qualificativos depreciativos funcionaria então como uma linguagem rica para comunicar sobre algo mais profundo, correspondente a outra série de questões. Nesse sentido, como Gregori define, “a agressão funciona como uma espécie de ato de comunicação, no qual diferentes matizes podem estar atuando” (1993, p. 166). É a estes diferentes matizes que podemos relacionar a série de questões que as “violências” encobrem e que são de difícil nomeação. A paleta de cores e seu dégradé ganham densidade.

Num sentido próximo, nos *sets* de “pornô de humilhação” analisados por Maria Elvira Díaz-Benítez (2015), a produção da humilhação e da violência é um tensor libidinal fundamental para o sucesso da cena e seu efeito de realidade. Nesta perspectiva, a autora destaca que a diferença de tamanho entre atores e atrizes, “dominador(a)” e “dominada”, visa a evidenciar um claro desequilíbrio das forças. Chama atenção que uma das cenas mais celebradas no “pornô de humilhação” seja a que envolve “mãe e filha”, onde o par dominador/escravo é encenado por mulheres nesta disposição: “o mais importante neste tipo de cena é que as pessoas sejam verdadeiramente família, e que o sexo seja agressivo para passar a ideia de que o nojo e a humilhação da escrava são reais” (2015, p. 69). Parece evidente que no contexto analisado este desequilíbrio está exposto frontalmente nas cenas cotidianas, de maneira “real”. O desequilíbrio inerente a estas forças é um dos fatores de flagrante

desigualdade, e seu maior ponto de injustificável e intolerável se encontra justamente nesta condição assimétrica e radical.

Estas considerações permitem pensar a seguinte situação. Como mencionado anteriormente, um dos primeiros lugares que frequentei durante a pesquisa foi uma extinta biblioteca no morro do São Carlos. Esta biblioteca foi implementada por uma empresa e era um lugar de encontros de adolescentes e crianças<sup>86</sup>. Foi lá que conheci Luan, um adolescente de 13 anos muito articulado e falante. Uma das primeiras falas que presenciei sobre a intensidade das “surras” e “palmadas” veio dele, através de uma conversa ocasional. Naquele dia, eu estava conversando sobre “batidas” com outras duas mulheres, quando Luan interrompe a conversa e fala: “a minha mãe me bate bem”. Minha atenção se volta ao menino e pergunto, “como assim?”. Neste momento, Luan diz que vai “mostrar uma coisa”, pega a minha mão e alisa uma parte da sua perna. No ponto que toco, sinto uma camada de pele mais fina, e ele continua: “isso aqui ó, ela deu com um pedaço de madeira”. Impressionada, pergunto o que havia acontecido para sua mãe lhe bater desta forma. Ele explica:

Eu fui falar com uma garota que achava que eu tinha falado mal dela, fui lá na casa dela, bati no portão, “oh coisinha, você está achando que eu falei mal de você? Eu não falei não”. Daí essa menina agarrou no meu pescoço e apertou. E ela é adulta, tia, quando eu contei pra minha mãe o que ela tinha feito, minha mãe fez isto.

Ao contar uma determinada “cena”, Luan aciona uma espécie de gatilho que desencadeia o falar de outras situações, e conta de outra vez que apanhou da mãe com um cinto.

Eu estava em casa e só tinha um biscoito e minha irmã pegou, eu fui pegar dela e a gente começou a brigar, sendo que minha mãe já tinha falado que não queria que a gente brigasse mais. Ela nem esperou, e *vápo!* [barulho do cinto], aqui ó, tia [mostra uma cicatriz entre o olho esquerdo e a sobrancelha].

Ao presenciar meu estado de perplexidade, Luan finaliza “é, tia, minha mãe é ruim...”. Pergunto então a Luan como ele se sentia diante das “surras”, e o menino responde:

O que eu sinto? Eu sinto dor e uma coisa aqui dentro [bota a mão fechada sobre o peito, na altura do coração], uma angústia, uma revolta, de por que eu ainda tenho que

---

<sup>86</sup> A biblioteca foi extinta devido ao aumento das operações policiais no território e suas consequências para os moradores. O espaço se situava numa das ruas principais da comunidade. A empresa responsável pela unidade avaliou que a “situação de risco” tornava inviável a continuidade do projeto. As funcionárias que trabalhavam na biblioteca, em sua grande maioria mulheres que eram responsáveis por sustentar suas famílias, foram demitidas. Um lugar fundamental de encontros, empregabilidade, lazer, estudo e formação foi fechado a partir de uma operação especial do BOPE. Situações como esta mostram como a violência de Estado produz inflexões específicas no território.

passar por isto, tia? Ainda mais na frente dos outros, esta humilhação que ela me faz passar. Quando ela faz isto eu tenho vontade de sair de casa, ir pra casa do meu padrinho, eu só não vou por causa da minha vó, minha vó é doente, ela tem ácido úrico sabe? Tem dias que as pernas dela ficam inchadas e ela não pode fazer nada. E eu ajudo ela. Só por causa dela, que eu tenho que ajudar minha avó, eu não vou.

Assim, em algumas situações, os castigos, xingamentos e as “cenas” vividas no interior das famílias se forjam como espaços de “produção da humilhação”, nas quais é vivida uma necessidade de controlar, rebaixar e educar. Esta “produção da humilhação” é feita em gestos ora episódicos, ora ritualizados, que podem invariavelmente se constituir em momentos de fruição da “raiva” e agressividade. Creio que tal como as atrizes do pornô evocadas no trabalho de Díaz-Benítez, as mulheres mães “sabem que certos atos causarão dor” (2015, p. 71). Desta forma, “saber bater” é uma condição fundamental para não produzir uma “fissura”, “aquele instante e espaço que nas práticas de humilhação se transpassa do consentimento ao abuso” (2015, p. 78). Embora não intentem causar danos maiores às crianças, como sequelas, cortes, perfurações ou coisas do tipo, as agressões podem produzir a “fissura” da qual nos fala Díaz-Benítez, situações abusivas ou violentas nas quais há uma “transformação” dos estados emocionais previamente esperados, nas quais se ultrapassa os “limites da encenação” (2015, p. 78). Nesse sentido, a autora permite um deslocamento precioso para esta análise, quando explica que a “fissura”

Não é exclusiva nem do repertório sexual, nem do universo comercial da sexualidade. É possível pensá-la em função de outras relações sociais (pais e filhos, por exemplo) e quanto aos afetos: crenças e atos sobre infringir dor e sofrimento entre os pares de um casal pelo fato de serem observadas como características inerentes ao amor (Díaz-Benítez, 2015, p. 79).

A situação vivida por Luan é uma das situações que falam da “fissura”. Podemos dizer que aqui há uma passagem do controle para o descontrole, da “palmadinha” para a “agressão” e “humilhação”.

#### 4.4 Entre o “bater”, a “loucura” e a “maldade”

Como dito anteriormente, o fato de que mulheres afirmem a necessidade de bater não significa que não problematizem esses gestos. É um consenso entre todas as mulheres que “bater é diferente de espancar”. Para elas, espancar é da ordem da “maldade”. Assim, mulheres contaram de situações limites, nas quais o “bater” se diferencia da “maldade” ou da “loucura”:

Sabe aquela minha amiga? Ela esses dias veio me contar uma coisa, dizendo que só tinha coragem de confessar pra mim, por causa dessas coisas do pai não ajudar em nada, ela está tão nervosa, tão estressada, que ela já pensou em se matar várias vezes, daí esses dias ela pensou em matar o filho, ela estava pensando em jogar o filho do terraço, o filho dela tem nove anos e ela estava desesperada contando isso pra mim.

Este fragmento registra uma das situações que podem deslizar para o que é percebido como “loucura”. Observamos que o fio das ausências ativas masculinas perpassa a narrativa da mulher, bem como está associado ao seu “nervoso”, junto a evocações de suicídio ou “matar o filho”. Por outro lado, não é por acaso que essa interlocutora tenha utilizado o termo “confessar” para falar sobre uma situação de exasperação e intensidade. A “confissão” remete à ordem do segredo e do tabu, trata-se de um termo utilizado para algo que não pode ser nomeado no registro público. A carga confessional desta passagem diz respeito ao sentimento de exasperação e desgosto em relação a uma criança, junto à falta de ajudas na criação da mesma. Desta maneira, se estes sentimentos só podem ser enunciados a partir da “confissão”, isto nos remete a determinadas convenções sociais que possivelmente não permitem a evocação de sentimentos enquadrados no eixo das maternidades “erradas”.

Outra passagem semelhante é evocada por Lady quando ela conta de sua irmã que “enlouqueceu” após o nascimento do terceiro filho. O motivo da loucura da sua irmã é explicado nos seguintes termos: “faltou apoio pra ela, pra ajudar a cuidar das crianças, ela teve o resguardo quebrado. Ela ficou louca depois de ter os filhos, não conseguia cuidar deles, tinha depressão, ela teve depressão porque teve um filho atrás do outro”. Assim, a “loucura” de uma mulher está associada à “falta de apoio” na criação dos filhos, junto ao “resguardo quebrado”, ou seja, à não suspensão de relações sexuais entre Tamara e seu parceiro Jorge, que “não entendia que a mulher tinha que ficar sem sexo por um tempo depois de ter filhos”. Foi desta maneira, inclusive, que Lady “pegou para criar” um dos filhos de sua irmã, após a rede de convívio à

qual as duas pertenciam estabelecer que Tamara “não tinha mais condições de cuidar de ninguém”. Os outros filhos de Tamara foram criados por outras pessoas dessa mesma rede de amizade e vizinhança. Tamara foi considerada pelos seus familiares e vizinhos como uma “mãe incapaz”. Veremos no próximo capítulo como a rotulação de incapacidade materna guarda um efeito de diferenciação em relação àquelas mulheres que “abandonam” sem um motivo “justo”.

Outro argumento apontado por Lady para explicar a “loucura” da sua irmã se refere à recusa da cirurgia de laqueadura de trompas por parte das administrações de Estado. Após o nascimento do segundo filho, sua irmã participou das reuniões de planejamento familiar na Clínica da Família, com o intuito de realizar a esterilização e não ter mais filhos. Entretanto, no momento em que ela estava preparada para realizar o procedimento, um médico profissional da equipe se recusou a dar continuidade à cirurgia e o procedimento foi cancelado<sup>87</sup>.

Lady enfatiza que se “o hospital” houvesse acolhido a vontade da sua irmã de realizar a laqueadura de trompas, uma nova gravidez teria sido evitada e, conseqüentemente, a mulher não teria “enlouquecido”. Assim sendo, o sexo não desejado e forçado dentro do casamento pelo seu parceiro e a recusa da laqueadura de trompas pelo serviço público foram dois acontecimentos que, uma vez associados, desencadearam a “loucura” de uma mulher e sua conseqüente “incapacidade” de cuidar.

Essas situações limites ocupam um lugar nada banal nessa “economia das intensidades”, como o caso de uma criança que, desde meus primeiros dias no São Carlos, é sempre recontado para lembrar até onde determinadas situações podem chegar e como se dá a variação de escala entre o que é “bater”, o que é a “loucura” e o que é a “maldade”.

A chamada exibida no programa televisivo “SBT RIO” anuncia que uma “babá”<sup>88</sup> foi presa por matar uma criança de sete meses no morro do São Carlos: “o motivo? Segundo ela, ele chorava muito”. Ao final do vídeo em que apresenta o caso, a repórter anuncia que vai deixar

---

<sup>87</sup> Relatos como estes são muito comuns. Médicos e profissionais de saúde podem se recusar a realizar o procedimento da laqueadura de trompas a partir do princípio de “objeção de consciência”. Nas entrevistas com profissionais da clínica da família, foi sinalizado que a laqueadura de trompas é um dos procedimentos mais requisitados pelas mulheres naquele espaço. Certo profissional contou que a “fila” para realizar o procedimento é de em torno de três meses, entretanto, ao final da conversa, ele ponderou e disse que “na verdade” a espera na fila pode demorar mais de seis meses. Os profissionais também contaram que entre os métodos contraceptivos oferecidos na clínica, a maior procura entre mulheres se dá pelos hormonais injetáveis. Para as controvérsias em torno do princípio de “objeção de consciência”, ver o debate feito por Diniz (2013).

<sup>88</sup> Chamo atenção para o termo “babá” utilizado pela imprensa. Entre os moradores da favela, a categoria “babá” não é utilizada para se referir ao trabalho de cuidado entre amigas, vizinhas e Casas que “tomam conta”. As mulheres moradoras que trabalham no cuidado de crianças se tornam “babás” quando trabalham em “casas de família” fora da favela. Portanto, o termo acionado pela imprensa carrega em si esse corte de classe, raça e gênero. Entre as moradoras, as pessoas que cuidam de crianças “tomam conta”, logo, “babá” é uma categoria matizada por outras hierarquias de poder.

o princípio de neutralidade do jornalismo de lado para falar como “mãe, mulher, cidadã e gente de bem”. Com o tom da revolta e indignação, ela ressalta a “capacidade monstruosa” da mulher, que teria farreado no dia anterior e que depois, sem paciência “com criança, que sente fome, sente frio, sente vontade de ficar acordado”, teria pisoteado o bebê. A jornalista ressalta que a mulher “entrou e saiu da delegacia de cabeça erguida”, demonstrando uma completa “falta de arrependimento”<sup>89</sup>.

Desde o início de meu trabalho de campo no morro do São Carlos, este acontecimento era constantemente lembrado e recontado para marcar o grau de importância que algumas casas de “tomar conta” ocupam no cuidado das crianças. Geralmente, em assuntos sobre o “nervoso” envolvido ou a “paciência” necessária para ficar com as crianças, eu ouvia frases do tipo “tem que confiar, né? Não viu a história da menina que matou a criança?”. Em todas as casas em que estive na realização da pesquisa, esta história era lembrada como parte do assunto “tomar conta” e, a cada vez que era retomada, novos elementos surgiam e adensavam “a história da mulher que matou a criança”.

Tales tinha sete meses e era filho de Melissa. No dia que conversamos, ela tinha o semblante esvaziado. Suas palavras eram mansas e frágeis, tomadas por uma profunda irreversibilidade dos fatos. Ela lembrou como todos os dias levava seu filho mais velho, Robson, para a creche. Robson também havia sido cuidado por Elisangela e nunca reclamou de quaisquer maus-tratos: “ela tratava ele super bem”. Melissa conta que quando foi buscar Tales na casa de Elisangela, pegou o menino dos braços da amiga e “ele estava todo mole. Aí eu falei pra ela, olha, meu filho tá morrendo, aí ela falou, tá morrendo nada, para de graça!”. Por considerar que a criança estava “estranha”, as duas mulheres decidiram ir juntas até a emergência do hospital público mais próximo. Melissa conta que durante o caminho percorrido jamais pensou em nenhuma “maldade”. Contudo, durante o atendimento, foi constatado o óbito da criança.

Em um primeiro momento, a médica achou que o bebê havia “morrido do coração”, mas suspeitou da causa da morte e encaminhou Elisangela e Melissa à delegacia. Lá, Elisangela foi ouvida e negou ter feito qualquer coisa contra o menino. O delegado decidiu chamar sua filha Tamires, de nove anos, para depor. Foi pela boca da menina que o acontecimento foi narrado: sua mãe havia se irritado e pisado na criança, no peito e no pescoço. A criança não suportou os golpes e faleceu no hospital.

---

<sup>89</sup> O vídeo da reportagem está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WasvHVSiqDU>>.

Em depoimento ao delegado, à luz do que a filha havia contado, Elisângela explicou que havia se irritado com o choro do bebê. A mulher foi indiciada por homicídio qualificado por “motivo fútil”, e posteriormente foi condenada. Ao voltar para casa, Melissa encontra moradores protestando, seus vizinhos cobram sobre a ida de Elisângela à delegacia. Em clima de revolta, o grupo estava prestes a realizar um linchamento: “iam espancar ela”, “resolver tudo aqui mesmo”. Breno, irmão de Melissa, quando soube do episódio saiu correndo, descalço, “pra ir lá, espancar ela”.

A causa do óbito foi diagnosticada como ruptura do pulmão. A criança também teve o fígado e o estômago perfurados, com hemorragia interna. Melissa conta que não consegue entender o que aconteceu: “um dia você tá com a criança, de um dia pro outro você não tem mais a rotina que você tinha, daí tudo que você olha, tu lembra dele, entendeu?”. Após a morte de seu filho, Melissa soube de “outras agressões” feitas em “outras casas” por mulheres, “uma menina aqui embaixo que batia, outra lá na Mineira também agredia”. Ela fala de um profundo “arrependimento” e diz que a única coisa que sente é a “culpa”, “porque eu fiquei pensando que se eu não tivesse deixado meu filho lá, [se tivesse] ficado em casa com ele, isso não ia acontecer”. Ao mesmo tempo, Melissa relembra o quanto a atitude de Elisângela foi “inesperada” e conta das inúmeras crianças que Elisângela havia cuidado sem qualquer suspeita de maus-tratos: “ela cuidava dos filhos do marido dela, dos filhos da cunhada e já tinha cuidado de outras crianças também. Muita gente ela já havia ficado pra dormir, pra olhar”. A cobertura na imprensa e os comentários locais contam que Elisângela havia saído para uma festa no dia anterior ao crime, “bebido todas”, “feito um monte de coisas”, e que “chegou quase de manhã em casa”. Na segunda-feira, Elisângela estaria cansada e de ressaca, motivo pelo qual seu esposo permaneceu com ela na assistência às crianças. Em suma, todos os comentários explicavam o ocorrido na chave da “mãe irresponsável” que “sai à noite, bebe todas e no outro dia não tem paciência pra ficar com criança”.

Ainda assim, Melissa conta que o crime aconteceu na terça-feira e que, no entanto, seu filho teria ficado com ela na segunda-feira, dia posterior à saída noturna de Elisângela, e que nada de mais havia acontecido então. Descrevo esses pormenores narrativos não para explicar o motivo do crime, mas apenas para dar atenção às maneiras através das quais os eventos são contados e recontados e produzem um encadeamento lógico da verdade, do motivo e da razão das coisas. A objetividade dos fatos pouco importa diante da fatalidade e da irreversibilidade da morte do pequeno Tales e da dor de sua família. O resíduo deste caso já estava sendo feito,

e viria assombrar e permanecer vivo nos quatro cantos da favela: “a mãe jovem, que faz festa, bebe, fica sem paciência e, nervosa, mata uma criança”.

Antes do ocorrido, Melissa trabalhava em uma loja de roupas de bebê na Central do Brasil. Depois do crime, pediu para sair do trabalho: “toda a roupa que ele tinha eu comprei lá e eu não aguentava ver as coisas da loja. Agora tô em casa até conseguir arrumar outra coisa pra eu fazer”. Ela explica que queria sair do trabalho há meses para cuidar de Tales em casa e que pedia constantemente o aviso prévio a sua gerente. Sua chefe, entretanto, recusava, enrolava, dizia que ia dar, mas não concedeu o seu direito, “aí depois que isso aconteceu ela me deu o aviso prévio”.

Cerca de quase um mês antes de conhecer Melissa, estava na companhia de uma das profissionais das creches que frequentei. Conversávamos acerca da pesquisa quando ela me perguntou: “você viu o que aconteceu com a moça que morava aqui em cima?”. Na época, respondi que não. Após um tempo, entendi que se tratava exatamente desta “história”. A filha de Elisângela frequentava a instituição onde eu me encontrava então. A diretora me contou que na sexta-feira anterior ao crime, a instituição havia realizado uma atividade com a participação voluntária de algumas mães, e que neste evento “ela [Elisângela] veio aqui, preparou bolinho de chuva, sentou, contou história, ela era muito carinhosa, e aí na terça-feira ela fez isso, como entender uma coisa dessas? Não tem explicação. Só pode ser maldade”.

Escrevo sobre esta passagem no intuito de demonstrar como os sujeitos qualificam a diferença entre “bater”, “loucura” e “maldade”, sendo esta última da ordem do incompreensível. Outras variáveis são excluídas do fio narrativo dos acontecimentos. Entretanto, em conversas posteriores com Melissa, ela comentou que seu filho estava na “lista de espera” da creche. O cuidado da criança por sua amiga e vizinha era uma estratégia provisória, tal qual vimos no primeiro capítulo desta tese, sobre as Casas. Ainda assim, é preciso dizer aquilo que os interlocutores lembraram de diferentes maneiras: se Tales tivesse conseguido uma vaga na creche da Prefeitura, tal situação não teria ocorrido. Desta maneira, a morte do menino está associada também à ausência ativa do Estado.

A situação vivida entre Melissa e Elisângela fala do território pantanoso do cuidado, uma zona que mescla a autoridade e a submissão, o poder e a vulnerabilidade. Matar o filho de uma amiga e vizinha fala sobre o impossível de compreender; assim, somos tragados imediatamente para o campo do ininteligível e da “monstruosidade”, um território devastado que não cabe na linguagem. Este acontecimento nos traz novamente à ideia de situações “sem saída”, nas quais ninguém pode ganhar, enquanto manifestações de emergência do fenômeno

do “duplo vínculo”, como cunhado por Bateson (1972). Ainda assim, podemos nos questionar sobre a dinâmica social que acomoda a atitude “incompreensível” de uma mulher sob a forma da “culpa” de outra.

#### 4.5 Um mergulho no “Reino das Mães”

Diante deste campo variado de sentimentos e suas expressões, podemos dizer que tais agressões podem marcar e se fazem, antes de qualquer coisa, na pele dos sujeitos que apanham. Podemos considerar que estes gestos fazem parte de uma superfície, de algo que é sentido na pele não apenas na forma do “nervoso” das mães, mas também na pele das crianças, a partir das batidas que recebem. Sendo a pele uma das camadas mais superficiais expostas à agressão, caberia pensar mais a fundo, embaixo da derme, sobre os motivos que levam às chamadas “explosões” e aos “ataques de raiva”. Estas dinâmicas não dizem respeito somente a “agressões” entre pessoas, mulheres e crianças, mas falam daquilo que Butler aponta como o “limite do corpo”, “o fato de que o corpo de uma pessoa nunca pertence somente a ela” (2016, p. 87). As considerações sobre a interdependência permitem focar sobre de que maneira os sujeitos são cuidados, mantidos e vividos na relação uns com os outros, sustentados a partir das socialidades que os atravessam e tornam possível sua sobrevivência. Conforme escreve Butler, o caráter social dos corpos e sua condição de vulnerabilidade é o que permite a abertura para o “encontro apaixonado”, bem como para a “violência indesejável” (2016, p. 87)

Pele, superfície, interior, profundidade, cabeça, explosão, raiva e um mundo de coisas que estão “tudo em cima” de uma só pessoa constituem uma fenomenologia dos corpos e das relações partícipe desta economia das intensidades<sup>90</sup>. Seja a partir da superfície ou da profundidade, a expressão destes sentimentos demanda uma análise além da materialidade dos corpos, da pele e sua cobertura. Esta espécie de autópsia nevrálgica nos convida a uma viagem neste caos maternal, naquilo que a psiquiatra Nise da Silveira, inspirada nas pinturas de Adelina Gomes e nos arquétipos de Carl Jung, chamou de “Reino das Mães”<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> Retomo novamente os achados de Duarte sobre o “afloramento ao nível da pele”: “no contexto de uma pergunta direta e genérica sobre o que são os *nervos*, uma recorrente reação é a de tocar nos braços ligeiramente, aflorando à pele, ao mesmo tempo em que se procura uma expressão indizível para acompanhar o movimento” (1988, p. 30).

<sup>91</sup> O “Reino das Mães” é uma metáfora cunhada por Nise da Silveira a partir das pinturas de Adelina Gomes, uma das pacientes do Centro Psiquiátrico Nacional do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Segundo as análises da psiquiatra, Adelina, uma moça pobre, viveu uma relação de intenso apego e repressão com sua mãe, com quem

É comum que as expressões destes sentimentos sejam compreendidas na grade da irracionalidade. “Mães nervosas” seriam, nesse sentido, algo da ordem do ininteligível e do intolerável. Fernanda Bittencourt Ribeiro (2013) mostra, a propósito das discussões sobre a “lei da palmada”, a força empenhada por uma “frente discursiva” composta por diferentes especialistas que comentam sobre uma cultura “mania de bater”, resquício de uma herança colonial que explicaria a violência encontrada na sociedade brasileira em geral. Na retórica da construção da lei, Ribeiro acompanha de que maneira se consolidou esta chave compreensiva, que postula que haveria uma relação de causalidade entre os castigos corporais empreendidos nas famílias e a “violência do mundo” (Ribeiro, 2013)<sup>92</sup>.

Em seu “ensaio sobre o ódio”, Kolnai (2013) explica que “o ódio não se dirige nem a uma essência, nem a um enlace causal, mas antes a uma função histórica”. Antropólogas como Maria Claudia Coelho e Claudia Rezende chamam a atenção para os fortes componentes morais da raiva, onde o que está em jogo não é somente a “pessoa que sente a raiva, mas também o conjunto de relações sociais ao seu redor” (2010, p. 39). Nesta chave relacional e moral da “raiva”, pretendo indicar “zonas de significação” (Vianna, 2014) nas quais outras “violências” se articulam em relação à “agressividade” feminina. Conforme formulado por Vianna, estas zonas dizem respeito a formas de organizar o conjunto de enunciados e categorias a que as pessoas se referem, que elas mobilizam e acionam no cotidiano das suas vidas.

---

morava no interior do Estado e que censurou a paixão e o envolvimento da filha com um rapaz. Após este episódio, Adelina se apresentava cada vez mais nervosa, até chegar ao ponto de estrangular sua gata. Este evento desencadeou sua internação no Centro, onde recebeu o diagnóstico de esquizofrenia e permaneceu internada até o fim da sua vida. As pinturas de Adelina são famosas por retratar imagens femininas, tais quais flores, plantas e mulheres. Ao analisar estas pinturas, Nise afirmou que estas seriam manifestações do inconsciente coletivo a partir de arquétipos. A comunicação através das pinturas e esculturas feitas por Adelina expressa o que é indizível na linguagem falada, remetendo, por sua vez, às informações arquetípicas, relacionadas muitas vezes a situações de trauma e transformação da subjetividade. Sobre este e outros aspectos da vida de Adelina Gomes e da trajetória de Nise da Silveira, ver trabalho de Felipe Magaldi (2015). Sobre suas pinturas, ver o documentário “No reino das mães”, de Leon Hirszman, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4ChaFsprUsI>>.

<sup>92</sup> Outros argumentos embasaram a construção da “lei da palmada”, como, por exemplo, a menção aos danos à “arquitetura cerebral”. A autora mostra como deputados e médicos, investidos de autoridade enquanto “cientistas”, insistiram nas consequências neurológicas negativas das palmadas: “O estresse prolongado é responsável pela produção de cortisol, que destrói neurônios e conexões neurais, sobretudo nos dois primeiros anos de vida, podendo formar uma pessoa agressiva, sem controle de impulsos” (Ribeiro, 2013, p. 300).

#### 4.6 A “violência” dos homens e as muitas formas de “abandono” paterno

Um dos aspectos associados ao campo das “mães nervosas” se refere às situações vividas com os “homens violentos”. Vejamos, por exemplo, a seguinte situação contada acerca de uma mãe que, segundo a vizinhança, deixava as crianças “largadas”.

Ela deixava as crianças largadas no morro, aí os policiais, um dia naquela época que ficou tendo muito tiroteio, eles iam lá pra cima, onde as crianças brincam perto, e davam tiro pra cima. O pessoal foi lá falar com o pai, que é bandido, que as crianças estavam lá, que podia acontecer alguma coisa e eles não gostam que as crianças ficam assim largadas, eles se preocupam. Se ainda fosse porque ela tá lavando uma roupa, fazendo uma comida e se distrai e as crianças vão brincar na rua, tudo bem, né? Mas ela nem fica fazendo nada. É que tem mãe que bota os filhos na rua pra dormir. Igual aquela minha amiga que você conheceu, eu acho injusto isso, isso que eu não concordo na creche, tem mãe que precisa da creche pra trabalhar e não tem vaga, enquanto essas menina nova bota o filho na creche e fica a tarde toda em casa, bebe cerveja, fuma maconha. Mas essa menina, ela estava em casa e os filhos na rua, o pai foi lá tirar satisfação com ela, cobrar dela e esfaqueou ela, ela levou dez pontos no braço. Ela ficou revoltada, chamou os policiais, que prenderam ele, ela botou ele na Maria da Penha. Ele é bandido, mas foi preso pela Maria da Penha e passou quatro meses preso.

Diante do comentário sobre a denúncia do companheiro, pergunto se a mulher sofreu represálias pelo fato do rapaz ser “bandido”: “sim, claro que sim, ela foi muito corajosa, os bandidos bateram nela, porque ele foi preso por causa dela, ela não precisava ter feito isso, ela tinha que ter resolvido aqui dentro. Bateram nela com os pontos e tudo”. Ainda assim, comento que nesse caso, os homens pais também eram responsáveis por deixar os “filhos soltos”, ao que minha interlocutora rebate: “ah, mas não pode! Elas têm que ficar com os filhos, eles se preocupam muito com isso aqui. Criança não pode ficar solta não”.

Em situações de confronto entre policiais e “bandidos”, as mulheres novamente figuram como “guardiãs da segurança” na favela. A ação policial no território torna as ruas da favela um lugar inseguro para a permanência das crianças. A presença ativa do Estado, nesse sentido, confere um clima de risco às famílias. Por outro lado, “os bandidos não gostam que as crianças fiquem largadas”, e se preocupam com a possibilidade de elas sofrerem consequências durante os tiroteios. De modo semelhante ao contexto analisado por Vianna e Farias, ao analisar “jogos de poder entrecruzados” (2011, p. 93) entre mulheres mães em oposição à “violência do Estado”, aqui estes “jogos de poder entrecruzados” envolvem duas ações principalmente masculinas, o poder armado policial e o poder armado local, que são linhas de ação que, uma vez associadas, confluem para responsabilizar as mães pela segurança da vida dos filhos.

Outra situação diz respeito a uma mulher que foi enterrada viva pelo companheiro. Ela estava grávida e fazia uso de crack. O rapaz era “bandido” e não aprovava o uso da substância. Como forma de repreensão, o homem organizou o seguinte castigo público: cavou um buraco no chão, obrigou a mulher a se deitar nele e cobriu-a com camadas de terra. A mulher permaneceu enterrada por mais de uma hora e só foi retirada porque os companheiros do rapaz pediram que o “castigo” terminasse.

Cenas semelhantes a estas, como as anteriormente descritas, trazem à tona a realidade de que muitas das vezes mulheres são “castigadas”, “espancadas” e “corrigidas” para “aprender a lição” justamente por terem praticado algum tipo de “desobediência” relativa a códigos de gênero e sexualidade. Aqui, este código está profundamente atrelado à condição da maternidade. O dever das crianças está colado diretamente ao comportamento feminino.

Reparamos, entretanto, que as técnicas para “endireitar” mulheres são por vezes controversas. O uso de crack por uma mulher grávida é recriminado por seu companheiro sob a justificativa de que a substância fará mal ao bebê, entretanto, o medo sentido pela mulher enterrada viva aparentemente não é considerado como algo que afetaria o bem-estar do feto. Outra mulher é castigada por deixar as crianças “largadas” e em especial porque a ausência materna não se dá por um motivo “justo”, “se ainda fosse porque ela tá lavando uma roupa, fazendo uma comida e se distrai e as crianças vão brincar na rua, tudo bem né? Mas ela nem fica fazendo nada”. Nesta perspectiva, o risco instaurado pela negligência da mulher é resolvido através do esfaqueamento da mesma. Assim, para resguardar o bem-estar de uma criança, esta não pode ser “largada” pela mãe, entretanto, seu bem-estar compreende o fato de saber que a mãe fora esfaqueada. Assim sendo, vemos que a tarefa de proteger os filhos é conferida às mulheres, a agência das crianças repercute sobre a agência das mulheres. A tarefa de proteção é feita sob a mediação de agentes externos; assim sendo, caso haja uma falha neste dispositivo de segurança, o bem-estar das mulheres guardiãs pode ser desestabilizado como forma de “correção”.

O estatuto de guardiã da integridade das crianças é controverso, uma vez que determinados “bens de cuidado” (Vianna, 2006, p. 206) para a manutenção das crianças devem ser negociados a partir da batalha ferrenha das mulheres. Neste aspecto, acompanhei diversos tipos de queixas e protestos que reivindicavam algum tipo de contribuição masculina no cuidado. Estas situações de “ter que batalhar” eram narradas como mais um aspecto que deixava as mulheres “nervosas”, além de serem qualificadas como uma forma de “humilhação”.

Certa vez, uma interlocutora literalmente implorou para que eu fingisse ser uma funcionária do governo e afirmasse para o seu companheiro a importância do registro de paternidade que ele ainda não havia providenciado para o filho de ambos. Ela havia pedido diversas vezes para que ele encaminhasse a situação, mas o rapaz se negava. Seu apelo constante à minha “ajuda” era uma forma de tentar fazer com o que pai assumisse suas obrigações morais de parentesco.

Na mesma linha, acompanhei situações intensas de protestos direcionados a homens que não pagam pensão alimentícia. Num dia qualquer, caminhava pelos becos quando presenciei uma cena na qual uma mulher “fez um barraco” no meio da rua. Ela apontava para um rapaz que estava na “boca de fumo” e gritava em alto e bom som que o pai da criança se negava a pagar 50 reais de pensão ao filho. Em outras ocasiões, era muito comum ouvir que elas eram “sozinhas” enquanto responsáveis pelo sustento material das crianças, em frases do tipo “o pai dele não dá nada, nada” ou “dá 200 reais e acha que tá fazendo muito, sabe?”.

Neste aspecto, mulheres que batalham por colaborações financeiras podem ser recriminadas por outras mulheres que afirmam a necessidade da mulher “ser guerreira”, o que reitera a dimensão da rivalidade intragênero. Muitas mulheres criticavam outras que, na perspectiva delas, “ficam correndo atrás do pai pra dar as coisas”. Em algumas situações, mulheres se vangloriavam e diziam: “eu sustentei meus filhos sozinha”. Acrescenta-se à dimensão financeira o fato de que as mulheres que acompanhei são as principais realizadoras de tarefas rotineiras como levar na escola, cuidar da alimentação, oferecer atenção a questões psicológicas e empregar o tempo do cuidado.

Estas diferentes formas de qualificar o descompromisso masculino compõem o registro das obrigações e expectativas participantes do “não assumir”. Nesse sentido, destaco o lugar que a “ausência ativa” dos descompromissos paternos exerce nas inúmeras obrigações de cuidados “não assumidas” na vida das mulheres e crianças. Nessa perspectiva, considero ainda as diferentes formas a partir das quais se faz menção ao homem que “não assumiu”, como nos casos de pais acusados de não dar atenção, carinho ou presença, que não quiseram registrar um filho e “dar o nome na certidão”, nas recusas sobre o pagamento de pensão alimentícia ou de colaboração financeira de qualquer natureza, ou em outras diversas modalidades do guarda-chuva “abandono paterno”. Neste aspecto, uma frase dita por uma interlocutora – “a mulher bate, o homem nem liga” – marca as formas de conexão e desconexão, de compromisso e descompromisso, de assunção e não assunção que se fazem a partir das relações de gênero e das expectativas morais frente às crianças.

Diante destas considerações, não pretendo incorrer na tautologia que seria afirmar que há “mulheres cuidadoras”, de um lado, e “homens ausentes”, do outro. Com esta descrição, busco apenas dar lugar às experiências que presenciei no campo e que estão associadas ao “nervoso” feminino<sup>93</sup>.

Neste quadro, como vimos anteriormente, a competição pelo acesso às vagas na creche e as decorrentes acusações entre mulheres, diferenciando quem fez filho no “tempo certo” e “na hora errada”, operam como intensificadores das situações de exaustão emocional. A força das filas femininas que presenciei nas vezes que estive em instituições do serviço público, tais como defensorias, hospitais ou mesmo nos mercados para alimentar as crianças, demonstra que estas não são meras paisagens decorativas deste estado generalizado de gestão feminina das responsabilidades do cuidado.

#### **4.7 Tiroteios, policiais e “invasões”**

Um outro intensificador do “nervoso” se refere à moradia, seja na estrutura e funcionamento das casas, seja no fato de não ter uma casa para viver. Neste aspecto, a falta de água é um dos elementos cruciais, que atravessa não apenas os conflitos descritos ao longo desta tese, mas também toda uma sorte de outras mobilizações e agenciamentos. Diversas situações de conflitos entre mulheres vizinhas se deram frente à gestão precária da água. A necessidade de estocar, planejar e dividir a água para lavar roupas, tomar banho, fazer comida ou limpar a casa era parte de muitas dificuldades que atingiam as mulheres. A situação física das casas, vinculada diretamente à situação econômica das famílias, era fonte de preocupação das mulheres donas de casa. Assim é que obras incompletas, pisos por fazer, telhados em fragilidade, encanamentos perfurados, entre outros itens pedindo reparos, se constituíam em motivos de verdadeiras batalhas para reparar o ambiente em que elas viviam. O lugar da casa no bem-estar das pessoas se revela como aspecto fundamental para se pensar as emoções das “mães nervosas”<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Outros trabalhos sobre homens e masculinidades trabalham o tema da ausência e da busca por reconhecimento de paternidade (Fonseca, 2004; Thurler, 2009; Finamori, 2012).

<sup>94</sup> A centralidade da casa no aspecto emocional das mulheres pode ser vista no trabalho de Anelise Gutterres (2016), que acompanha os rumores e a vivência do terror no processo de remoções vividos no morro da Providência e na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

Um terceiro aspecto se refere à violência armada no território. A realidade das operações policiais afeta de diferentes maneiras os moradores de favelas, que, por sua vez, organizam suas estratégias de resistência de inúmeras formas, conforme analisam Marcia Pereira Leite e Luiz Antonio Machado da Silva (2007). Diante de alguns males narrados pelos moradores, entendi que a letalidade não é o único marcador crítico privilegiado para significar as situações comumente entendidas como “violência institucional”. Situações de “tiroteio” ou quando “a polícia vem no morro”, ou mesmo os momentos provisórios nos quais “agora tá calmo”, influenciam o estado emocional dos moradores de maneira perturbadora. Nestas situações, os tiros, ameaças, rumores, interdições de mobilidade, alteração do funcionamento do comércio, dos serviços públicos da localidade, das aulas na escola ou na creche, instauram um clima altamente “nervoso”. Famílias vivem momentos de tensão que vão da rotina ao inesperado, entre “invasões” e operações policiais. Nestas dinâmicas, as pessoas procuram se organizar diante da sensação perene de insegurança que permeia a rotina comum.

Durante as “invasões” policiais ou de “inimigos”, muitas interlocutoras fazem uso de remédios controlados para dormir, uso que justificam argumentando que nestas noites é simplesmente impossível “pegar no sono”. Os remédios podem ser adquiridos com certos “contatos”, vendedores no mercado informal, ou mesmo solicitados na Clínica da Família. Um profissional de saúde certa vez disse que durante estes conflitos uma prática comum entre a equipe médica consiste na recomendação do ansiolítico “bromazepan”. Segundo ele, “a gente receita droga pra eles não terem que procurar droga”. Como explorado por muitos outros pesquisadores, este é mais um dos territórios nos quais existe uma política de extermínio flagrante<sup>95</sup>.

Esse universo da “violência”, do “nervoso” está presente nos mínimos detalhes, como é possível ver, por exemplo, a partir de uma vez em que estive na creche com uma criança durante uma atividade. Durante uma conversa qualquer, falávamos sobre nossas famílias e um menino quis saber onde estava meu pai. De maneira muito simples, respondi ao menino que meu pai havia morrido. Ele imediatamente perguntou: “mas quem matou ele?”. Eu naturalmente

---

<sup>95</sup> Longe de exaurir a literatura relacionada a violências em áreas de favela, destaco a coletânea organizada por Patricia Birman e Marcia Leite “Um mural para a dor: movimentos cívico religiosos por justiça e paz” (2014), o artigo de Marcia Pereira Leite e Luiz Antonio Machado da Silva (2007), a tese de doutorado “Governos de Morte” de Juliana Farias (2014), e a coletânea “Dispositivos urbanos e trama dos viventes” organizada por Patricia Birman, Marcia Pereira Leite, Carly Machado e Sandra de Sá Carneiro (2015). Destaco, em especial, o artigo de Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), que mostram de que maneira as mortes de familiares por ação de policiais militares penetram nas socialidades domésticas causando rupturas e resiliências, mas também agendas políticas em torno da “violência de Estado”.

continuei e expliquei que ninguém o havia matado, mas que simplesmente ele havia morrido. O menino parecia não ouvir o que eu dizia e indagou novamente, desta vez mais inquieto: “mas, tia, quem matou seu pai?”. Respondi que ele havia morrido de doença, que o coração havia parado de funcionar e o corpo foi descansar. Ele então parou por um minuto, olhou bem fundo nos meus olhos como se eu estivesse mentindo, e mais uma vez perguntou: “tia, como ele morreu? Quem matou seu pai?”. Neste momento, entendi que a insistência da criança não era saber sobre a forma como um parente havia morrido, ou mesmo sobre o inusitado da perda de um familiar, mas o que lhe afligia era saber quem havia matado meu pai. Esta passagem é reveladora de como a perspectiva de ser morto por mortes matadas faz parte da realidade dessas famílias.

Em outra ocasião na Creche, a turma assistia ao clássico desenho “Os três porquinhos” e eu os acompanhava com uma criança sentada em meu colo. Na cena em que o lobo assopra a casa feita de palha, comentei ao ouvido dela: “ih, olha lá, o lobo vai comer eles! Vai pegar os porquinhos!”. A menina não virou o rosto, nem piscava de tão atenta. Com muita naturalidade e sem tirar os olhos do televisor, me respondeu calmamente: “a polícia vai matar ele, o lobo”. A polícia surgir, na leitura da criança, como agente que vai matar o lobo no desenho animado não é um mero detalhe, mas é um dos indicadores que demonstram como a violência no território é vivida no ordinário. A consideração sobre estas diversas faces da “violência” nos leva a pensar em como se fabricam sujeitos e pessoas morais envolvidos em dinâmicas de exaustão e tensão emocional.

Em outra tarde na creche, durante mais uma temporada de “invasões” na Mineira, estávamos reunidos em torno da “rodinha” quando o som de um tiroteio irrompeu no local. O corte das rajadas ecoou em alto som pelas paredes da creche, “trá, trá, trá, trá, trá. Trá, trá, trá, trá, trá. Trá, trá, trá, trá, trá”. Cada criança se espicha em seu lugar, os corpos em alerta, olhos arregalados, bracinhos abraçando as pernas, um ou outro colega tampa a boca de outro, “shhhh!”, fazendo sinal para que os demais silenciem. E assim permanecemos durante alguns minutos. Após um momento, os tiros cessam, nos entreolhamos, e em um suspiro profundo todos se recompõem. De repente, Jamille, uma menina muito espreitada, explode uma risada alta. A partir da sua gargalhada, aos poucos todos começam a rir e gargalhar, o ambiente vai se restabelecendo, e uma sensação de alívio vai preenchendo pouco a pouco o local, até que este possa voltar ao seu habitual e os humores se tranquilizem. Este é um tipo de “riso de nervoso” que tem uma função catártica, ao permitir que situações como estas sejam encaradas e transformadas.

Outra ocasião vivida na Creche durante uma operação do BOPE no morro do São Carlos foi extremamente elucidativa sobre a rotina dos moradores frente às operações militarizadas no território. Durante a entrada dos policiais na favela, a Creche foi alvejada com bombas de gás lacrimogênio. A fumaça rapidamente tomou conta do espaço e se espalhou por toda a instituição. O ardor nos olhos provocou o choro das crianças, que não entendiam o que estava acontecendo e por isso entraram em desespero. O barulho estrondoso dos tiros lá fora, junto à correria das profissionais para acudir as crianças, foi uma das cenas mais atormentadoras que pude presenciar. No meio da confusão e na falta de materiais adequados para atender as crianças nesse tipo de situação, as professoras utilizaram “perfex” úmido para aliviar a sensação de ardência nos olhos das crianças<sup>96</sup>. Durante toda aquela semana, as crianças permaneceram em suas casas, faltaram às aulas, deixaram de se alimentar, tiveram pesadelos, entre outras manifestações de perturbação observadas no dia a dia da Creche.

Ainda nesta linha, acompanhei brigas e situações embaraçosas entre mães e filhos sobre as formas de se posicionar diante da presença das armas do tráfico ou das armas da polícia. As crianças indagam os familiares sobre as cápsulas de balas, ou mesmo papalotes de maconha e cocaína, que encontram no chão do morro. Muitos familiares não permitem que as crianças circulem na favela, pelo medo do que pode acontecer nestes trajetos. Uma ou outra vez ouvi reclamações de mães sobre possíveis propostas dos “meninos da boca” para que as crianças fossem pegar alguma encomenda, a exemplo de trazer “quentinhas” de comida. Nestas situações, as mulheres eram enérgicas com os filhos sobre a necessidade de negar os favores: “primeiro você tá levando quentinha, depois você vai chamar alguém, daqui a pouco você tá formando?”. Estas repreensões eram feitas na base dos “esporros”, e fazem parte de situações específicas aos modos de cuidado do território.

Ademais, o léxico utilizado no trato com as crianças, como em “vou te matar”, “vou te quebrar inteiro”, entre outras formulações, não é muito distinto das formas através das quais estas mulheres são tratadas, seja na interação com agentes policiais, que as ameaçam constantemente em seus simples deslocamentos pela favela, seja com o poder armado local, em suas formas de se relacionar com estas mulheres. Estes aspectos, presentes também em outras áreas da cidade, não constituem meras particularidades do território, mas são dinâmicas que igualmente fazem o “nervoso” e a “violência” feminina. Trata-se de contextos produtores da exaustão e da revolta, dos sentimentos que existem à “flor da pele” e explodem na superfície dos corpos.

---

<sup>96</sup> “Perfex” ou pano multiuso é um pano destinado à limpeza doméstica.

Estas situações nos remetem às discussões de Das (2007) sobre “a violência que desce ao ordinário”; entretanto, esta “descida ao ordinário”, ao mesmo tempo que permite localizar as diversas linhas de tensão que atravessam a ação de mulheres e crianças, não se refere tanto à forma como as pessoas convivem com situações de violência, mas se volta especialmente para a maneira pela qual as pessoas procuram habitar o cotidiano a partir da domesticação destes atos violentos. Na rotina do dia a dia, as mulheres buscam controlar aquilo que é inconcebível ou perturbador, em tentativas, práticas e gestos que buscam dar conta destas situações de violência.

Uma das passagens vividas na temporada final do trabalho de campo é reveladora quanto aos limites de determinados enquadramentos acerca da “violência familiar”. Neste período da pesquisa, dediquei um tempo para visitar algumas escolas que meus interlocutores ou haviam frequentado ou conheciam porque eram situadas no bairro.

Em uma destas escolas, durante as conversas iniciais com a diretora, esta me explicou que ao longo dos últimos anos a instituição recebeu diversas intervenções e incentivos da prefeitura. O motivo destas intervenções deve-se ao fato de que o colégio faz parte de um “território conflagrado”, considerado oficialmente como “área de risco”. Nas narrativas dos moradores, por várias vezes ouvi falar desta escola como “a mais violenta da cidade”, fato que indica a escola como portadora de uma fama reconhecida. Segundo os meus interlocutores, uma das explicações para esta reputação se deve ao fato da escola estar situada em uma zona considerada de fronteiras entre diferentes facções, o Comando Vermelho (Coroa, Fallet, Fogueteiro) e a A.D.A. (São Carlos, Mineira).

De volta à conversa, na ocasião da apresentação da minha pesquisa, a diretora logo contou sobre uma “história” que a equipe havia passado na semana anterior, que segundo ela foi “muito, muito triste”. O caso envolvia três irmãs que estudavam no colégio. Uma das meninas chegou na aula muito machucada, aparentando estar muito triste e preocupada. A menina contou para uma amiga que seu pai havia batido muito nela. A amiga contou a situação para a professora, que imediatamente chamou a menina para conversar. Na conversa, a diretora conta que a menina desandou a chorar e repetiu que o pai batia muito nela. A menina também estava muito preocupada ao contar o ocorrido pois, segundo a diretora, “ela não queria que a escola falasse nada com ninguém, pois tinha medo de seu pai ser preso”.

Nesse dia a menina estava toda marcada de apanhar, de fivela, marcas no braço, roxos na perna, a menina disse que apanhou porque estava na rua, o morro estava tendo tiroteio e o pai estava preocupado de elas ficarem na rua, o pai procurou as filhas com medo que elas fossem atingidas e ao que elas retornaram pra casa, apanharam.

Segundo a profissional contou, “a história do pai tem a ver com a mãe”, que vivia uma vida pacata “quando resolveu entrar para o tráfico”. Uma vez no “movimento”, a mãe teria começado a usar drogas. O pai, que até então não bebia, com a entrada da mãe para o tráfico, começou a beber. A mulher foi presa em uma das operações policiais no território, e depois do encarceramento dela, seu companheiro “se entregou ao álcool”. Com a mulher presa, o pai se tornou o único responsável pelas crianças: “existem parentes por perto, mas parece que não puderam assumir a criação das três meninas”. Na narrativa das profissionais, foi desta forma que o homem “começou a beber e ficar violento”, ou seja, a partir de um comportamento “desviante” da mãe.

Depois de refletir sobre a situação da menina, a diretora e outras profissionais da escola decidiram notificar o caso ao conselho tutelar. Avaliaram que a menina estava em sofrimento e que a situação não podia continuar daquela maneira. Assim é que, ao final de tarde, o carro do conselho tutelar chega na escola justamente no momento em que o pai vai buscar as filhas no horário de saída. O homem é algemado na frente de todos os alunos e profissionais que lá estão. As três crianças assistem à apreensão do pai, consternadas, e aos prantos pedem aos funcionários do conselho tutelar que não levem seu pai preso. Entretanto, não era possível voltar atrás.

Cerca de duas semanas após este acontecimento, numa tarde com os jovens em sala de aula, falávamos sobre as mães “nervosas”. Em geral, eles contavam das palmadas que levavam ou que já haviam levado, porém as menções eram quase sempre feitas no registro da piada e da “zoeira”. Após algumas falas, uma jovem chamada Nayara começa a falar, muito tímida: “meu pai me bate todo dia”. Com uma expressão constrangida e um esforço visível para não chorar, a jovem continuou enunciando sentenças como “eu não aguento mais apanhar” e outras no mesmo tom. Contou que sua mãe havia morrido alguns anos atrás e que, por isso, ela era responsável pelos afazeres domésticos em sua casa. No relato de Nayara, seu pai “chega do trabalho e não gosta de ver que a casa não está arrumada”. Nestas situações, ele bate nela e na sua irmã. Durante vários momentos de sua fala, seu rosto se contorcia passando do riso constrangido a sinais evidentes de tristeza e vergonha.

Naquele dia, voltei para casa muito afetada pelo que havia escutado. Passei a noite inteira pensando no que deveria fazer, afinal, uma criança havia revelado, a partir de um dispositivo de pesquisa, que não aguentava mais apanhar do pai. No outro dia, assim que cheguei na escola, tive a oportunidade de trocar algumas palavras com a diretora e contei o que

havia escutado, na intenção de partilhar o assunto e, quem sabe, encontrar alguma forma de mediar a situação.

A diretora quis logo saber quem era a criança, disse que ia averiguar. No dia posterior à nossa conversa, ao final de uma das oficinas que realizei, fui chamada na sala da diretora para conversar. Quando cheguei lá, a profissional foi muito direta e sem rodeios me disse que era melhor que a pesquisa terminasse. Eu escutei seu encaminhamento, algo que diante das bases da confiança de uma pesquisa eu não poderia contornar, apenas aceitar. Para minorar o impacto dessa decisão, ela autorizou que a pesquisa continuasse, desde que seu foco fosse “apenas sobre as novinhas” e que o tema das “mães nervosas” fosse cancelado. Diante da minha visível decepção, ela lança a seguinte indagação: “imagina se todo mundo resolve falar que apanha de mãe, de pai, que é espancado? A gente vai ter que acabar com a escola, porque não vai ter como atender todo mundo”.

Este evento acabou por fechar a temporada de pesquisa de campo na escola<sup>97</sup>. Penso que a forma como a pesquisa terminou é muito significativa do quadro geral desta discussão. Este fragmento fala sobre os usos possíveis e impossíveis de determinadas categorias e seus desdobramentos institucionais, bem como dos constrangimentos em que as profissionais do “Estado feminino” se veem enredadas. Ao lado de muitas leituras sobre este acontecimento, chamo a atenção para o seguinte aspecto: o fato de que, em meio a uma polifonia de apontamentos sobre o “nervoso” das mães ou o “descontrole” dos pais, existe uma incapacidade de acolher as denúncias quando estas de fato são verbalizadas pelos agentes. Este movimento se assemelha àquilo que Lugones chamou de “atuação fragmentada” (2009, p. 155), num contexto em que o abafamento sobre um tema reiterado nos discursos corriqueiros é sintomático da maneira como as ações de Estado se realizam na vida dos sujeitos. A incapacidade de atender outros possíveis casos fez com que a diretora cancelasse conversas explicitamente sobre este tema na instituição. A pergunta lançada por ela é uma pergunta aberta para todos os dispositivos que procuram entender e resolver as diversas formas de “violência”<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> De qualquer maneira, esclareço que a pesquisa de campo já estava chegando ao final, faltando cerca de dois meses para fechar o calendário que havia proposto. Este evento, de certa forma, adiantou a conclusão desta fase da pesquisa.

<sup>98</sup> Maria Gabriela Lugones mostra como a “fragmentação” e o “esquecimento” são modalidades de gestão dos dramas e dificuldades que chegam às funcionárias da Justiça responsáveis por decidir sobre a vida das crianças e seus familiares (2009). Estas formas de atuação dizem respeito à incapacidade das administrações em lidar com as questões que elas recebem, de maneira que a atuação profissional em seu interior por sua vez acabe se dando de maneira compartimentada e seletiva.

#### 4.8 “Bater para evitar o pior”. Uma ética do cuidado

De acordo com as situações descritas, sinalizo alguns fundamentos para delinear as ações pragmáticas, éticas e morais que orientam as práticas das mulheres no cuidado das crianças neste contexto<sup>99</sup>. Na primeira dimensão, existe uma lógica na qual é necessário “bater para evitar o pior”. Apesar das possíveis “fissuras” e “humilhações” provocadas, as mulheres dizem que sabem o que fazem e afirmam o caráter necessário e produtivo desta forma de tratamento. Asseveram a necessidade das agressões na chave do controle, da educação e especialmente da evitação do pior. Neste ínterim, é possível localizar o temor de uma ameaça, expresso em relação ao devir da criança, àquilo que ele pode se tornar caso não seja controlado. Este receio presente entre as mulheres carrega algo semelhante ao assombro do “mal que se advinha”, como descortinado por Adriana Vianna (1999). Portanto, podemos entender que muitas das ações feitas pelas mulheres mães se explicam a partir da necessidade de produzir um “sujeito forte”, uma criatura “preparada” para o mundo lá fora<sup>100</sup>.

As mensagens sobre evitar que o pior aconteça são reconhecíveis por diversas vias comunicadoras, os “vulgarizadores” aos quais Elizabeth Badinter (1985) chama atenção. Um muro situado logo na entrada da Mineira, por exemplo, estampa um grafite com a seguinte mensagem “eduquem as crianças de hoje, para que amanhã não tenhamos que puni-las!!!”

---

<sup>99</sup> Esta ação pode ser entendida a partir da ideia de “pensamento maternal” (Ruddick, 1989) retomada no trabalho de Nancy Scheper-Hugues (1997, p. 26), autora que trabalha com os efeitos da pobreza e da escassez de recursos nas práticas e moralidades das mulheres, e em especial com aquilo que ela denomina de “pensamento maternal”. Scheper-Hugues explica que esta expressão é tomada de empréstimo a partir das considerações de Sara Ruddick, filósofa que escreveu o livro “Maternal Thinking: Towards a Politics of Peace” (1989).

<sup>100</sup> A formação de “sujeitos fortes” parte das observações de Angela Davis acerca dos modos de vida na escravidão. A autora mostra como as violentas condições de humilhação e tortura vividas na escravidão, de uma maneira irônica, criaram bases igualitárias entre homens e mulheres. Este aspecto aparentemente paradoxal se forjou nas duras rotinas de trabalho, nos incontáveis atos de resistência diante dos castigos, punições, do abuso sexual e dos estupros aos quais mulheres eram submetidas. Em meio a esta realidade, mulheres combatiam as adversidades cotidianas em incontáveis atos de rebeldia, seja contra a violência sexual, seja contra a humilhação de seus companheiros homens. Submetidos a padrões duramente cruéis de exploração e violência, mulheres e homens escravizados desenvolveram uma resistência e buscavam oferecer exemplos fortes de masculinidade e feminilidade para seus filhos. Assim, Davis analisa que a produção de “exemplos fortes” foi fundamental para habitar o mundo da escravidão (Davis, 2016, p. 31).



Figura 2: Grafite localizado na entrada do morro da Mineira

Após um período de tempo na favela, soube que um dos dois homens que aparecem neste grafite seria um dos antigos “donos do morro”, que atualmente está preso. Em outra conversa com uma moradora sobre outro assunto, entendi o quanto o horizonte do “dar errado” é algo sedimentado no imaginário da favela. Mães contam com orgulho sobre os filhos que viraram trabalhadores e aqueles filhos que não são “bandidos”. Discorrem sobre a criação que elas ofereceram, listando obstáculos e conquistas. Finalizam muitas conversas dizendo que “no final deu certo”, já que os filhos “não deram pra bandido, nem pra traficante, nem pra prostituta”. Esta última dimensão do “dar errado” se relaciona diretamente com uma das sentenças que ouvi na escola frequentada na pesquisa, que diz “as novinhas são tudo aprendiz de prostituta” ou “mini puta”, explicitando a possível causalidade entre o enquadramento atual das jovens e uma vida posterior na prostituição. A partir destas associações, podemos entender que parte das brigas envolvendo mães e filhos está relacionada a este cenário, no qual é preciso evitar com todas as forças, custe o que custar, que a violência “de fora” chegue “dentro” de casa. Ao proceder desta maneira, as mulheres mães buscam evitar, em última instância, que um filho corra o risco de “dar errado”.

Em segundo lugar, entendemos que a criança figura como um canal para “descontar”. Este plano envolve uma dinâmica na qual crianças são vistas como “responsáveis” por uma série de danos, prejuízos e consequências ruins que as mães têm de gerenciar. Há, portanto, uma inversão estrutural dos adultos como “responsáveis”, paradigma fundamental estabelecido pelas administrações de Estado. É possível afirmar que as crianças são vistas por um lado como

dotadas de consciência para fazerem o que fazem, e, por outro, são consideradas “inocentes”, “sem culpa” e sem responsabilidade pelo que as mães passam. Acredito que este pensamento opera na tensão de uma consciência com um inconsciente, na qual o afeto, a pressão, a raiva, a tensão e a obrigação de atender o outro se encontram fortemente misturados. Daí que podemos compreender as vezes em que mães ficam “nervosas” com seus filhos, seja por falta de alguma comida em casa, seja porque não podem dar um presente frequentemente pedido, como numa vez em que uma mãe disse ter surrado o filho porque simplesmente não aguentava mais ter que enfrentar seu filho lhe pedindo coisas que ela não tinha condições de dar. O objeto em questão, insistentemente solicitado pelo menino, era um aparelho celular.

Na dinâmica do bater e o do apanhar, há algo sobre quem bate e sobre quem apanha. Para além das agressões nos corpos, quem apanha está recebendo algo que vai além da superfície da pele. De diversas maneiras, apanhar é, portanto, receber um conteúdo de alguém. A criança aglutina as diversas relações assimétricas descritas aqui: entre mulheres, entre mulheres e homens, e na relação das mulheres com as administrações de Estado. Assim, a criança opera como o significante que encapsula estas relações de desigualdade e diferença. Como tal significante, a criança se constitui como um dos meios mais disponíveis para “descontar”. É desta maneira que ela “apanha” uma carga externa a ela e se forja como um dos canais mais acessíveis para o escoamento de uma raiva, num universo no qual mulheres escutam constantemente que elas não podem ser “agressivas”, ainda que muitos descasos sejam permitidos, e mulheres mães em situação de exasperação e vulnerabilidade estejam em situações rotineiras de agressão.

Aqui, faço uma relação com o que Gregory Bateson (1972) denominou de *double-bind*. A partir de um estudo sobre a esquizofrenia, Bateson formulou que o “duplo-vínculo” diz respeito a um problema de comunicação, uma impossibilidade de interpretar e distinguir contextos dissonantes entre as mensagens ditas e a forma como elas são ditas. Existiriam, assim, dificuldades de distinguir os sentidos da comunicação, que por sua vez são processos de aprendizagem e cognição. O “duplo-vínculo” se trata de uma injunção de armadilhas lógicas e paradoxos insuperáveis, que trazem implicações para as interações. Em uma das definições dadas por Bateson, o “duplo-vínculo” diz respeito a “uma situação na qual não importa o que a pessoa faça, ela nunca pode ganhar”<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> Uma das grandes descobertas oriundas da teoria de Bateson é que o “duplo-vínculo” se realiza em grande parte em contextos nos quais existe uma forte relação afetiva entre as partes. Não é à toa que os exemplos dados pelo antropólogo, nos casos de esquizofrenia analisados, sejam relativos à relação entre mãe e filho. Nas situações de duplo-vínculo, o elemento do amor e do afeto aparecem como instrumentos de dominação dos indivíduos.

Assim, crianças recebem a carga de acusação de maneira semelhante àquela à qual as mulheres estão submetidas. A raiva compreende diversos campos de luta. Uma luta histórica de mulheres contra homens, pais “ausentes”, “violentos” e que “não assumem”, uma luta histórica de mulheres contra o Estado, entendido como um campo de dispositivos que operam a partir da acusação e da responsabilização de mulheres, e, finalmente, uma luta entre mulheres, acerca da distribuição desigual do ônus da maternidade e da reprodução. Entretanto, esta luta se dá no movimento urgente da vida cotidiana: ainda que esteja explicitamente presente, seus contornos não estão precisamente delimitados. Na ação do dia a dia, estes três vetores da luta acabam se amalgamando, se misturam uns aos outros, de modo que as batalhas em relação a tais forças são assimiladas no registro da responsabilidade feminina de cada mãe “nervosa” que fez determinada coisa “errada”. Assim, ao reabilitar outros tipos de “violências” ordinárias, visualizamos que a própria condição da maternidade se trata de uma injunção paradoxal insuperável, na qual o “nervoso” das mulheres é recriminado em pleno em contexto de crise, sofrimento e diversas “violências”.

#### **4.9 Um exercício de tradução da raiva**

Nas considerações de Gregori (1993) sobre as “cenas” de violência entre homens e mulheres, a antropóloga constata que “o paradigma moral baseado na virtude é fundamental na queixa” (1993, p. 169). Nas descrições sobre os conflitos e martírios vividos, as narrativas femininas tendem a se construir em torno de boas condutas, ao lado de atitudes masculinas tidas como principalmente transgressoras. Desta maneira, na exegese feita por Gregori, atos de violência são contrapostos a posturas perfeitas, num raciocínio que de maneira inversa acaba por fundamentar as posições cristalizadas de vítima/opressor: “são boas mães, esposas dedicadas, recatadas, responsáveis e generosas. Nesta narrativa, as ambiguidades da vivência cotidiana de seus papéis desaparecem” (1993, p. 169). A exibição da virtude das vítimas serve, entretanto, aos processos de reconhecimento das injustiças que sofreram.

Esta ideia desenvolvida por Gregori é fértil para pensarmos num possível contraponto complementar às narrativas das mulheres descritas aqui. Se por um lado a exibição da virtude é fundamental para algumas mulheres em situações de violência, na necessidade de se apresentarem como “boas mães, responsáveis”, as narrativas femininas esboçadas neste capítulo não necessariamente ostentam os sinais de virtude tal qual estes são possíveis de serem

reconhecidos publicamente. Creio que estamos diante de narrativas que contam sobre e a partir do lugar de “mulher errada”, quando ouvimos das mulheres inúmeras vezes sobre a importância do uso das palmadas, ou sobre a ausência de remorso, ou sobre a afirmação de que elas são, de fato, “mães nervosas”.

Estas considerações nos permitem dizer que, por um lado, as mulheres não ensejam legitimar um comportamento ideal, de acordo com o que é pontuado volta e meia nas instituições que frequentam. Por outro lado, o simples fato de se colocarem francamente como “nervosas” em certa medida já as desqualifica em muitos sentidos sobre as possíveis injustiças e violências que ainda assim possam sofrer. Assim sendo, se na narrativa das mulheres descritas por Gregori haveria um discurso que dispensa as ambiguidades a fim de obter o reconhecimento das suas queixas, na narrativa das mulheres com as quais estive de certa forma as ambiguidades estão expostas frontalmente nas cenas, de modo que isto permite entender aquilo que Gregori, como outras autoras, analisa em relação aos nexos e às continuidades entre a fruição do amor e da violência, do prazer e do perigo (Vance, 1984; Gregori, 2010; Díaz-Benítez, 2012). Se a ostentação da virtude traz a possibilidade da recompensa, do amparo, ou do acolhimento institucional, o que dizer de mulheres que não ostentam os sinais diacríticos desta virtude? Esta pode ser uma tentativa de compreensão frente aos profissionais das administrações e sua dificuldade em tecer uma empatia durável diante de mulheres que não performam uma narrativa virtuosa, nos termos esperados pelos agentes.

Por outro lado, creio que as considerações de Audre Lorde (1984) sobre a raiva produzida pelo racismo podem nos oferecer algumas proposições para pensar o “nervoso” das mulheres, quando ela afirma que:

A resposta das mulheres ao racismo passa por tornar explícita sua ira, a ira provocada pela exclusão, pelos privilégios estabelecidos, pelas distinções raciais, pelo silêncio, os maus-tratos, a estereotipação, as atitudes defensivas, a estigmatização, a traição e as imposições (1984, p. 44 tradução livre).

A autora fala sobre a importância de sair do registro da culpa, uma vez que este sentimento gera o imobilismo e a impotência, motivos para que seja necessário abandoná-lo (1984, p. 47). Em um contexto atravessado por situações muito semelhantes, a culpa muitas vezes pode operar como uma modalidade de arrefecimento fundamental para preservar situações de dominação, das quais as pessoas moradoras de favelas participam ativamente. Sair da culpa é também localizar a raiva como uma forma produtiva de ação no mundo, plena de energia, informação e capacidade de transformação. Em situações nas quais mulheres são

consideradas “agressivas”, a exemplo de estereótipos em torno das mulheres negras, Lorde alerta para a necessidade de se prestar atenção aos “contextos vitais” nos quais as mulheres vivem, e estabelece a possibilidade de deslocar provisoriamente a ideia de que a expressão da ira é, em muitos casos, contraproducente (1984, p. 45). Assim, ela fala sobre a necessidade de chegar à “raiz da ira”. Não é por acaso que minhas interlocutoras dizem frases como “aí eu não aguentei”, “aí eu explodi”. Reconhecer esta ira requer um exercício doloroso de tradução da raiva. Esse entendimento permite suspender momentaneamente um paradigma no qual a “violência familiar” é vista somente como uma prática injustificável, e que deve ser o quanto antes silenciada, quando não criminalizada.

Kolnai defende a distinção entre a raiva e o ódio. Como o autor desenvolve, "el odio sólo es posible ante un objeto al que se puede atribuir responsabilidad y conciencia ética" (2013: 148). Suas considerações nos ajudam a pensar sobre os alertas que as mulheres fazem acerca das diferenças entre bater e espancar. Podemos sugerir que “bater” é da ordem de uma raiva contida, enquanto os “espancamentos” são da ordem do ódio, o que certamente pode levar à destruição das crianças<sup>102</sup>. Nesse sentido, a raiva consiste numa “dor motivada por distorções que afetam as pessoas” (Kolnai, 2013), daí podemos entender por que muitas mulheres enunciaram formulações como “eu não posso bater, porque eu não sei bater, quando eu bato, eu passo da linha”. Talvez, o ódio se situe do outro lado desta “linha” tênue, alguns passos adiante do transbordamento da raiva contida. Em meio a este trabalho minucioso sobre as “linhas” e gradações emocionais, as formas de distinção entre “bater”, “apanhar” ou “dar uma surra” falam também sobre o trabalho feito pelas mulheres para evitar a difamação moral, bem como para legitimar socialmente as suas ações no trato com as crianças.

Em situações nas quais a “violência” é imediatamente criminalizada, sua expressão é capturada pela lógica da produção da culpa. A leitura social da raiva é geralmente feita através do desvio e da produção de estereótipos, e seu resultado final consiste em acusações sobre “essas mães nervosas”. Com base nestas considerações, podemos pensar que as diversas situações vividas pelas mulheres, acumuladas umas junto às outras através de muitas camadas, forjam um contexto de exaustão e exasperação, uma economia das intensidades, que ao mesmo tempo é domesticada a partir da ação que elas empreendem todos os dias para tornar o mundo habitável.

---

<sup>102</sup> De acordo com Audre Lorde, o ódio e a ira são muito distintos, uma vez que estes dois sentimentos não agregam os mesmos objetivos. A finalidade do ódio leva à destruição, e talvez este fato explique em parte o que aconteceu com o filho de Melissa. É por este motivo que Lorde pondera sobre a importância de amenizar a raiva para que esta não destrua a seu próprio portador.

Em relação à alusão as categorias da Psicologia evocadas na introdução deste capítulo, podemos pensar, com base em vertentes contemporâneas da disciplina, voltadas a uma abordagem sócio-histórica dos processos sociais, sobre de que maneira a subjetividade deixa de ser uma expressão única de um “atributo” ou características individuais, mas se apresenta como parte de uma produção social feita através dos atravessamentos e linhas de força que perpassam as experiências das pessoas. Nesta perspectiva, modos de subjetivação são feitos e produzidos através das dinâmicas e contextos sociais (Rauter; Passos; Benevides, 2002; Mourão; Jorge, 2009; Ambra, 2014). Ao compreender a subjetividade como processo social, podemos refletir sobre de que maneira a figura da “mãe nervosa” é uma das formas de atualizar a vulgata produzida sobre a histeria feminina. Nesta linha, considerando a “mãe suficientemente boa” de Winnicott, como podemos pensar, com base no contexto descrito, sobre quais são as condições concretas que tornam possível o exercício das maternidades ou de outras formas de parentalidade e cuidado? Esta perspectiva permite pensar em formas de agenciamento, resistência e ação em relação a pontos densos de poder. Em que medida a manifestação da raiva é uma das maneiras de se opor ou resistir a um *ethos* domesticado e ideal de feminilidade “recatada”? Estamos, talvez, diante dos agenciamentos de uma feminilidade ambivalente que, ao mesmo tempo que entra em tensão com as outras “violências” ordinárias, encontra na criança um canal para escoamento da raiva, o que pode atualizar vivências de constrangimento ou coerção para a parte mais vulnerável da relação. Entretanto, estas dinâmicas não necessariamente excluem as formas de acolhimento, os compromissos de cuidado, bem como os gestos de atenção, amor e carinho que essas mulheres experienciam com seus filhos e outras crianças.

## 5 Mães “abandonantes”. O amor nas fraturas da desigualdade

Um noticiário televisivo anuncia que uma criança foi encontrada no lixo em Itermares, na Paraíba. Na notícia, a jornalista diz que a criança foi registrada com o nome de Moisés, em alusão ao personagem bíblico que, segundo a repórter, “também foi abandonado pelos pais”. Bastou esta única frase para que uma polêmica agitasse os espectadores do programa, que reagiram com veemência nas redes sociais a propósito da afirmação do “abandono”. Para eles, Moisés não foi “abandonado”, mas protegido das ameaças do Faraó contra o povo hebreu. Neste pequeno fragmento da vida cotidiana, o embate de visões sobre o “abandono” de Moisés não é aleatório. Cenas como estas são extremamente propaladas no imaginário coletivo e, vira e mexe, alternam perspectivas conflitantes sobre o evento do “abandono”<sup>103</sup>.

Outra notável lenda de “abandono” fundamental para a constituição do pensamento individualista moderno se refere à história de Édipo Rei. Na tragédia escrita por Sofócles, Laio, o Rei de Tebas, é advertido pelo oráculo de Delfos de que seria assassinado por um filho seu, que acabaria por desposar a própria mãe. Laio inicialmente não acredita na previsão e acaba tendo um filho com Jocasta. Posteriormente, o rei tebano hesita acerca da profecia e, temendo sua verdade e como forma de proteger-se dela, resolve abandonar o bebê no Monte Citerão com os pés pregados, para que a morte da criança evitasse uma tragédia<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> O personagem de Moisés é uma das lideranças mais icônicas do plano religioso no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo. Sua história está conectada à escravidão que o povo judeu viveu sob o domínio do Egito. Para evitar a ameaça do crescimento das famílias judias, o faraó ordenou que matassem todos os filhos homens nascidos nelas. Nesse contexto, uma mulher chamada Joquebede dá à luz a um menino. Para proteger a criança, ela a esconde durante três meses, mas com o passar do tempo, na impossibilidade de guardar este segredo, confecciona um cesto no qual deposita a criança e o deixa às margens do Rio Nilo. Durante um banho no rio, a filha do Faraó encontra a criança à deriva. Orientada por Mirian, irmã do bebê que estava à espreita, aceita a sugestão de levar uma mulher com ela para o auxílio nos cuidados com a criança. Ela só não sabe que a criada escolhida é a mãe da criança encontrada. A filha do Faraó leva o menino ao palácio, confere a ele o nome de Moisés, “nascido das águas”, e o cria como seu filho. Posteriormente, em sua vida adulta, Moisés toma conhecimento de sua origem e se revolta com as perversidades do Faraó contra seu povo. Entre muitos acontecimentos e reviravoltas, Moisés é responsável pela libertação dos “filhos de Israel”.

<sup>104</sup> A criança é encontrada por um pastor que lhe dá o nome de Edipodos, “pés inchados”. Mais tarde, Édipo é adotado pelo Rei de Corinto, Políbio, que o cria como filho. Com o passar do tempo, Édipo recebe a notícia que seus pais não são seus “pais verdadeiros” e, angustiado, decide consultar o oráculo, que o avisa sobre uma maldição que determina que ele mataria seu próprio pai. Ele vai embora atordoado com a notícia. Em seu caminho para Tebas, Édipo entra em conflito com um homem que fazia o mesmo trajeto e acaba matando o homem, sem saber que aquele era Laio, seu pai, e que com este gesto ele havia acabado de realizar a profecia. Édipo retorna à cidade de Tebas, agora assolada pelos males da Esfinge, um monstro híbrido com cabeça de mulher e corpo de animal, que desafia os cidadãos com seus enigmas, devorando aqueles que não conseguem elucidá-los. Porém, Édipo consegue resolver o estratagema proposto pela Esfinge e, tendo livrado a cidade da tormenta, recebe a permissão

A partir destas histórias, vemos que não é de hoje que o tema do “abandono” constitui fonte intensa para a produção de narrativas épicas ou da conformação de destinos coletivos. Estas duas mitologias falam, de alguma maneira, sobre os dilemas que cenas de “abandono” de crianças suscitam. Para muitos, Moisés não foi “abandonado”, mas protegido dos ditames do Faraó, que havia ordenado a morte das crianças filhos dos hebreus. De modo semelhante, Édipo só foi “abandonado” devido ao objetivo de evitar uma tragédia anunciada: o incesto previsto pelo oráculo. Nas duas mitologias, localizamos alguns elementos em comum: a hesitação que paira em torno da doação de um filho e as preocupações sobre o devir da criança, bem como a ideia do “filho traidor”, que conformam algumas sombras que permeiam as histórias evocadas.

Estas fábulas também contam sobre de que maneira o fato do “abandono” está imerso num campo de incertezas e disputas, sendo portador de algumas fantasias peculiares, presente no medo do futuro, no conteúdo incógnito da descendência, na dúvida sobre a salvação e na ameaça de relações proibidas, a exemplo de incestos ou “miscigenações”. Todos estes aspectos são axiais aos temas da reprodução, da constituição dos comportamentos, famílias, territórios e nações.

Outras histórias também falam sobre dificuldades insolúveis sobre a continuidade de uma vida. No caso que narro a seguir, é a partir da modalidade do “infanticídio” que uma criança será salva de uma vida prometida para a escravidão. Esta é a história de Margaret Garner, uma mulher escrava que após o fim da guerra civil norte-americana foge de uma *plantation* do Estado do Kentucky. Acompanhada de outras famílias fugitivas, o grupo chega até Ohio e atravessa o Rio Cincinnatti, congelado. Porém, mais tarde, guardas norte-americanos encontram as famílias. Para evitar que sua filha de dois anos de idade retorne ao regime de vida na escravidão, Garner corta sua garganta. Certamente, este gesto é diferente do “abandono” propriamente dito, porém suas motivações são similares a muitas iniciativas que culminam numa espécie de “escolha em situações sem saída”.

Outro dispositivo extensamente documentado na historiografia brasileira e estrangeira que remete a incontáveis histórias de “abandono” se refere à chamada “Roda dos Expostos”. O mecanismo oriundo da Idade Média consistia numa espécie de caixa rotatória na qual as crianças “enjeitadas” eram depositadas com a promessa do anonimato. A instalação da Roda

---

para se casar com a rainha Jocasta, com quem tem filhos. Mais tarde, Édipo toma conhecimento de que Jocasta é sua mãe; ambos constatarem o elo do parentesco consanguíneo e a dimensão incestuosa da relação. Diante do horror da situação, Jocasta comete suicídio e Édipo arranca os próprios olhos de tanta infelicidade. A história de Édipo, que tem sua gênese a partir do gesto de um abandono, será fábula fundamental na constituição da Psicanálise de Sigmund Freud, na proposição da relação de afeição com seus genitores, “na teoria da sedução”, e na sua leitura da interdição do tabu do incesto, como indicado no capítulo anterior.

espalhou-se por cidades italianas e logo se expandiu pelo território europeu. Sobre as motivações para sua criação, a historiadora Maria Luiza Marcílio (2010) registra que um dos fundamentos iniciais para a emergência da Roda se deu em função da importância do batismo para a Igreja Católica, sem o qual as crianças “enfeitadas” não seriam salvas do Inferno nem chegariam ao “Reino de Deus”.

Claudia Fonseca, a propósito destas discussões, resgata que “a roda tinha sido originalmente concebida para o depósito de crianças bastardas, filhos concebidos de relações adúlteras e outras situações transgressoras, cuja revelação pública podia causar sérios abalos à honra familiar” (Fonseca, 2009, p. 35). Historiadores também afirmam que, no Brasil, muitas mulheres buscaram a Roda para evitar que seus filhos vivessem no regime da escravidão. “Abandonar” era, nesse sentido, um gesto para evitar que a criança sofresse futuras agruras decorrentes do sistema colonial<sup>105</sup>.

Em sua tese de doutorado, Adriana Vianna mostra as várias situações e contextos que compõem a “semântica do abandono”, estas enunciações que, além de explicarem seus motivos, geralmente associados a questões de pobreza e vulnerabilidade, falam também sobre uma “capacidade dos diferentes atores sociais articularem e manipularem, frente a diferentes situações, essas categorias classificatórias” (2002, p. 60). Na pesquisa de Vianna, a negociação da guarda das crianças entre famílias pode ser ora justificada, ora compreendida de inúmeras maneiras, a exemplo daqueles abandonos feitos “para salvar”, como nas “cenas de salvação” às quais me referi no primeiro capítulo desta tese, sobre as casas de “tomar conta”<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> A roda consistiu num “cilindro rotatório, instalado num dos muros do hospital para recolher discretamente a criança” (Marcílio, 2010, p. 23). No Brasil, as primeiras rodas foram introduzidas a partir das práticas coloniais portuguesas. O mecanismo funcionou durante o período colonial nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, sobrevivendo no decorrer dos oitocentos (Marcílio, 2010, p. 31). De acordo com o historiador Renato Pinto Venâncio, “as Santas Casas do Rio de Janeiro e Salvador acolheram 50 mil enjeitados durante os séculos XVIII e XIX” (2004, p. 190). Historiadores apontam para a normalidade do abandono, e arrolam inúmeros motivos para seu acontecimento, nomeado como abandono “selvagem”, “domiciliar” e “civilizado”. A “exposição” das crianças também foi percebida posteriormente como “um regulador demográfico dos filhos excedentes” (Silva, 2016, p. 157). Outras pesquisas afirmam que “os usuários da Roda eram basicamente filhos das escravas. Estas muitas vezes a utilizavam na tentativa de livrá-los da escravidão” (Civiletti, 1991, p. 34). Outros pesquisadores apontam para a utilização da roda por parte de mulheres e homens de camadas privilegiadas, que lá colocavam “filhos indesejados”, decorrentes de “relações que colocassem os projetos familiares em risco” (Faria, 2010, p. 95). A roda também foi um mecanismo que forneceu as bases para as primeiras formulações higienistas, na preocupação de acabar com as práticas das “amas de leite mercenárias” (Marcílio, 2010, p. 27). Com estes exemplos vemos que muitas são as pesquisas dedicadas ao abandono de crianças no período do século XVIII até o XX. Longe de dar conta destas discussões, meu intuito é apenas sinalizar a existência de farta literatura sobre o tema, a exemplo das contribuições dos historiadores Renato Pinto Venâncio, Maria Luiza Marcílio, José Carlos Cardozo, entre outros.

<sup>106</sup> Vianna oferece diversos exemplos para explicar as motivações do “abandono” e a futura negociação sobre a guarda das crianças que muitas vezes podem ser ou são institucionalizadas. Este é o caso, por exemplo, das situações que envolvem “relações patronais”, ou seja, das crianças filhas de mulheres empregadas domésticas que

Vianna mostra que, em todas as variações destas situações, o embate classificatório entre as acusações trocadas não se constitui de maneira hermética. Os significados do abandono são disputados ao longo do processo, a partir da intervenção e mediação de inúmeros atores participantes das relações. Assim é que é possível estabelecer e diferenciar um “abandono” para proteção, ou para oferecer uma vida melhor à criança, e o “abandono negligente”, ou “egoísta” de determinada mãe (Vianna, 2002, p. 101)<sup>107</sup>.

Assim sendo, a partir do exame destas mitologias, das ruínas de um passado não tão distante e dos embates entre visões sobre o gesto do “abandono”, eis que chegamos à terceira figura que compõe esta tese, encarnada nas afirmações sobre “a mãe que dá os filhos”. No desenrolar da pesquisa de campo, diferentes alusões a estas mulheres foram apresentadas: “ela dá todos os filhos que tem”, “ela deu a filha”, “assim é fácil, tem um filho atrás do outro e sai dando os filhos”. Estas falas levam a crer que algumas mulheres teriam “dado” seus filhos, gesto compreendido na linguagem popular nos termos do “abandono” das crianças. Entretanto, ressalto que, apesar dessa associação rápida entre categorias semelhantes, a “mãe que dá os filhos” não necessariamente se refere às situações comumente entendidas dentro do largo leque do “abandono de crianças”, justamente porque, apesar de similares, elas guardam variações significativas entre si.

Sobre a multiplicidade de situações condensadas em uma categoria, Claudia Fonseca (2009) mostra de que modo a rubrica do abandono abarca inúmeras modalidades de agenciamento de crianças. Adoção, “filhos de criação”, compadrio, apadrinhamento, “pegar para criar” fazem parte de um largo espectro de práticas de “circulação de crianças”, que eventualmente podem flertar com formas percebidas como “abandono”. Manter isto em mente é importante para entender que o campo do “abandono de crianças” é vasto, sendo a descrição a seguir uma das variantes diferenciais de sua expressão, que não se encerram na própria categoria que a engloba.

Esta marcação serve para detalhar o fato de que as situações descritas aqui não dizem respeito aos “abandonos” comumente reconhecidos, aqueles realizados em vias públicas,

---

foram trabalhar com outras famílias, que, por sua vez, pegaram estas crianças para criar e que representam, no tocante às relações raciais, “um quesito de significativa importância no mercado de adoções” (2002: p. 64).

<sup>107</sup> É nesse sentido que Vianna aponta que “o “abandono” que motiva o pedido de guarda apareça como parte de uma trajetória mais longa e complexa em que vários “abandonos” estão em jogo. Paternidades ausentes e descompromissadas, falta de moradia, situação financeira desfavorável, histórias familiares com “abandonos” progressivos, ocorrência de abusos sexuais envolvendo crianças são fatores que conformam este campo de possíveis nos quais o “abandono” é uma das modalidades de salvaguardar as crianças.

frequentemente propagados nos veículos midiáticos. Nestes casos, o tema geralmente se movimenta entre dois polos aparentemente antagônicos: um excesso de espetacularização, por um lado, e outro feito de silêncios e apagamentos. Como mostra a análise de Auricélia Lima, as reportagens sobre este tópico feitas por veículos jornalísticos “são eivadas de sensacionalismo e senso comum”, insistem sobre o fato de que tais mulheres não “desejaram” seus filhos e enquadram as narrativas sob a ótica da “monstruosidade”. As matérias da imprensa especulam sobre a “personalidade” dessas mulheres, retratadas numa linha retórica que vai do desespero à indiferença, contribuindo assim para a reificação “da figura da mãe má, encarnada naquela que abandona seu filho recém-nascido” (Lima, 2011, p. 91). Lima mostra que as reportagens carecem quase sempre de dados e informações sobre as motivações que culminaram no ato do “abandono”. Ademais, a figura do pai é praticamente ausentada de todas as matérias de jornais. Quem abandona a criança, segundo o repertório dos discursos midiáticos, é quase sempre “a mãe” (Lima, 2011, p. 34).

Sendo assim, se por um lado temos um tema debulhado com frequência e alarde na mídia, por outro lado encontramos “lacunas” e “silêncios”, que tecem esta “história fragmentada” e repleta de apagamentos (Fonseca, 2009; 2012; 2015). Em um de seus trabalhos a respeito das “mães abandonantes”, Claudia Fonseca afirma que estas “compõem uma das categorias mais esquecidas da história” (Fonseca, 2012, p. 29).

Fonseca fala de uma “lacuna na historiografia” (2012, p. 15), um “silêncio” que encobre as narrativas das mulheres que se apartaram de seus filhos, “mulheres que estavam negociando os difíceis termos de uma maternidade tida como fora de lugar” (2012, p. 15). No seu trabalho, através de inúmeras fontes de pesquisa, a autora resgata histórias suprimidas sobre estas mulheres e descobre, no entanto, que “não existem registros que permitam contar uma história linear” (2012, p. 14)<sup>108</sup>. Nesta mesma ocasião, Fonseca atenta para o “segredo de justiça”, o “chaveamento” de informações guardadas pelas administrações do Estado, que guarda elementos sobre a origem das condições de doação de uma criança (2012, p. 25). A interdição do acesso a informações como estas é nutrida tanto pelos funcionários da burocracia de Estado

---

<sup>108</sup> Para uma noção sobre a dificuldade de realizar pesquisas nesse sentido, reproduzo a descrição feita por Claudia Fonseca: “Tive que recompor as circunstâncias dessa época a partir de fragmentos garimpados na memória dos adotados, nas cartas no *site*, nos processos jurídicos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos relatórios da Santa Casa de Porto Alegre, nas informações sumárias fornecidas hoje por instituições que acolham gestantes décadas atrás, etc., além de apoiar-me nos achados de colegas que pesquisam sobre esse período” (Fonseca, 2012, pp. 14-15).

como por parte de muitas famílias adotivas que buscam proteger seus filhos, seja do estigma da adoção, seja da possível poluição com a história familiar de origem, entre outros motivos<sup>109</sup>.

Seguindo as contribuições descortinadas por Claudia Fonseca a respeito das suas interlocutoras que procuravam saber do destino das crianças que foram entregues através de doação, mulheres que procuravam apenas “entender” (2012, 14), tentei neste capítulo remexer em alguns destes escombros relacionados ao tema do “abandono”. Ao final desta análise, busco dar lugar a um ponto de vista geralmente obscurecido sobre a doação, aquele relativo à reflexividade das mulheres doadoras de crianças.

Para fins de explicação, apesar de a cena do “abandono” fazer parte de um pano de fundo nas narrativas que se seguem, os relatos descritos aqui parecem falar mais sobre formas de colocação das crianças em famílias com “mais condições” em detrimento de outras famílias com “menos condições” do que sobre o “abandono” entendido de modo vulgar (Fonseca, 2015). Os processos descritos trazem categorias nativas como “deixar com”, “entregar”, “dar”, “tomaram de mim”, entre os quais há uma diferenciação importante nas trajetórias narradas: ao mesmo tempo que eles se assemelham, deles escapa uma ou outra diversidade nos processos cotidianos. Como dito acima, há uma intimidade estreita entre o “abandono” e a “entrega”, de modo que estas duas faces se encontram amalgamadas nas trajetórias evocadas, o que desvela o fato de que estamos, pois, diante de um conjunto de situações evidentemente perspectivistas, nas quais um ponto de vista, inevitavelmente parcial, não anula o outro.

Para fins de descrição analítica, utilizarei os termos em suas variáveis situacionais – dar, entregar, deixar, tomaram de mim – enquanto categorias acionadas pelas mulheres doadoras de crianças e eventualmente pelas famílias receptoras (no caso dos três primeiros termos). Ainda assim, o termo “abandono” deve ser compreendido como uma espécie de significante flutuante que pode ser atribuído a esta miríade de situações<sup>110</sup>. Ao guardar a variação semântica destas situações, espero colaborar com a qualificação das diferentes modalidades de perceber, refletir, decidir, hesitar e encaminhar o deixar ou não deixar um filho.

---

<sup>109</sup> Dentre os motivos reunidos por Fonseca se encontram “abandono” do companheiro, coação a “abrir mão de um filho”, relações “fora do casamento” ou com homens que não queriam “assumir”, pressão para a realização de um aborto ou mesmo para a entrega de um filho “não desejado”, dos filhos de “adultério” considerados “ilegítimos”.

<sup>110</sup> Na constelação desta polissemia situacional, o termo “abandono” foi frequentemente utilizado em situações em que as crianças eram consideradas “largadas”, naquelas em que “a mãe não liga para os filhos”, considerados negligenciados pelas suas genitoras. Desta forma, ainda que culpável, o “abandono” de certa maneira implica algum vínculo com a criança, e está mais próximo ao não cumprimento de uma expectativa social, tal qual vimos no capítulo anterior. “Abandonar”, nesse sentido, é um termo que exprime a variação de um conjunto de situações, que podem se desvelar de mil e uma formas de acordo com cada contexto específico.

Digo isto para tentar qualificar as maneiras distintas através das quais as trajetórias sobre a “doação” dos filhos aparecem articuladas; ressalto, entretanto, que o termo “doação” não é uma categoria nativa, mas um termo escolhido para tentar dar conta do movimento que se apresenta no campo. Na perspectiva de minhas interlocutoras, “dar” um filho não significa que a criança foi “abandonada”. Quando colocadas frente a esta terminologia, as mulheres reagiram com bastante vigor, dizendo que não haviam “abandonado”, sequer “dado” seus filhos, mas que deixaram ou tiveram que deixar com outras pessoas. Esta enunciação marca uma postura política importante. Quando uma interlocutora ratifica tal terminologia, ela chama atenção para a forma como a maternidade não foi rejeitada, mas foi “cedida”<sup>111</sup> ou “desistiu-se” dela, mediante disputas acirradas de poder, diferença e desigualdade.

Estas variações do termo encobrem uma avaliação sobre as motivações do gesto, a saber, as condições da doação ou da recepção de uma criança naquele momento da vida. Isto requer que os agentes envolvidos se empenhem numa fina reflexão sobre como se acomodam e se estruturam o que seriam as duas pontas do cuidado: prováveis doadores e possíveis receptores. Este binômio, constituído entre alguém que fornece algo e outro alguém que recebe, exprime uma economia da “circulação de crianças”, como analisado por Claudia Fonseca em suas muitas análises sobre este tema e debates correlatos.

Na tentativa de organizar esta discussão, concentro-me primeiramente nas bases em que a entrega das crianças foi negociada, focando em narrativas sobre como e por que as crianças foram “dadas”. Apresento histórias narradas pelo ponto de vista dos receptores das crianças. Posteriormente, descrevo as histórias das doadoras de crianças, mulheres que “deixaram” seus filhos com outrem. Ao fazer isto, pretendo oferecer uma noção sobre as duas pontas do cuidado, demonstrando o vaivém desta balança assimétrica das condições de assunção de uma vida. Estas histórias são iluminadoras dos contextos nos quais uma maternidade é cedida, “transferida” e passada para outrem.

---

<sup>111</sup> Destaco aqui a riqueza dos termos evocados. De acordo com o dicionário Houaiss: *ceder* pode ser “transferir” (a alguém) posse ou “direito sobre” (algo), e pode significar também, “dar-se por vencido”, “sucumbir”. É importante destacar a variação semântica e proximidade de significância que estes termos em especial exprimem.

## 5.1 Os receptores: “por que ela deixa os homens fazer filho nela?”

Uma das primeiras pessoas com quem pude ter conversas mais longas durante o trabalho de campo foi Miguel, pai de Mateus, um menino de 3 anos de idade. Miguel vive há sete anos com seu companheiro José, em uma união homossexual. Anteriormente, Miguel viveu uma relação com uma mulher, com quem permaneceu casado por 13 anos. Nesta relação, ele teve outro filho, que hoje tem cerca de 17 anos.

Nossas conversas foram conduzidas no sentido de entender como ele havia se tornado pai de Mateus, seu segundo filho, fruto de uma “adoção à brasileira” (Fonseca, 2006)<sup>112</sup>. Para tanto, é importante delinear as relacionalidades que aproximam Miguel e Carla, mãe biológica de Mateus. Miguel tem uma irmã que é casada com um rapaz chamado Junior, de quem Carla é irmã. Este aspecto explica algumas situações que veremos adiante, pois, como Miguel explica, “as pessoas se conhecem”.

Miguel conta que Carla teve três filhos e que o pai das duas primeiras crianças morreu. Em relação ao terceiro, Miguel conta que “o pai não quis saber, ele disse pra ela, ‘esse filho é seu’. Não registrou, não assumiu, não fez nada”. Neste aspecto, Miguel logo adverte: “desculpa, mas pra mim a mulher é burra, porque elas sabem que ela que vai ter que assumir a criação de uma criança, então por que ela deixa os homens fazer filho nela?”.

Diante da situação exposta por Carla acerca do contexto atribulado da gravidez e após muitas conversas com Miguel, ambos decidiram que a criança ficaria com ele, assim que nascesse. Os motivos para a entrega da criança foram apontados da seguinte maneira: primeiramente, “a situação financeira”, que se traduz no fato concreto de que Carla “já tem dois filhos”, que criava com pouco dinheiro e “muita dificuldade”. Em segundo lugar, “o pai não quis o filho”. Como Miguel explica, “você tem que ver que a criação do filho fica pra mulher, eu sei disso, quando eu vou no posto de saúde pra levar o Mateus, sempre só sou eu de pai, o resto é tudo de mulher com criança doente!”. O processo de transição da criança foi feito num misto de ansiedade, medo e entusiasmo. Miguel conta que tinha muito medo de que Carla desistisse de “dar” a criança. Lembra que durante a gestação, por volta dos sete meses de gravidez, “ainda não tinha nada, porque eu tinha medo de comprar as coisas e ela desistir quando visse ele. Mas ela não desistiu não”.

---

<sup>112</sup> Sobre o tema da adoção, ver também o trabalho de Domingos Abreu (2002).

A certa altura das nossas conversas, quis entender um pouco mais sobre as motivações que levaram Miguel a querer ter um filho. Perguntei então: “porque você quis pegar ele pra criar?”, ao ponto que Miguel me corrige na mesma hora, “eu não peguei ele pra criar, eu peguei ele como meu filho”. Reproduzo esta passagem exatamente da forma como ocorreu, para chamar atenção tanto para a forma como fiz a pergunta como para a forma como Miguel respondeu, a fim de demarcar com veemência que se o “pegar para criar” implica na responsabilidade do cuidado de uma criança, pegar como um filho exprime um compromisso diferenciado. Miguel aponta para o sentimento de um parentesco “verdadeiro” na adoção, expresso na marcação da posição filial, diferente daquela que seria comumente entendida como um “apadrinhamento”.

Em seguida, Miguel discorre sobre sua motivação para ter um filho, explicando que tinha receio de que seu companheiro José quisesse “ter uma criança”,

É que no meu caso é assim, eu quis mais pelo meu companheiro. Porque eu ficava pensando assim, que ele poderia um dia vir a querer um filho. Ele podia pensar “ele já tem o filho dele, eu não tenho o meu”, então, pra evitar que ele fosse querer ter um filho com outra pessoa, eu peguei o Mateus. Foi por causa disso, senão acho que eu não teria outro filho não.

Miguel explica que, para “ter uma criança”, seu companheiro José poderia pensar em voltar a viver uma relação heterossexual, fato que lhe desagradaria: “Claro que isto podia acontecer! Igual assim, tem um primo dele que sempre foi gay, e agora inventou que não é e arrumou uma namorada, a gente sabe que é porque ele quer ter filho, entende? Mas ele pensa que é”. Indago se a adoção por vias formais não seria mais fácil, ao que Miguel responde que o processo é “muito demorado”, e que “arrumar uma mulher e ter um filho é mais simples”. Miguel explica que as pessoas envolvidas “se conhecem”, enfatiza que a criança “não perdeu contato com a mãe” e que, geralmente, o menino passa um final de semana por mês na casa de Carla. Este fato reforça um aspecto de “pluriparentalidade” ou de “maternidade compartilhada” que atravessa o arranjo desenvolvido (Fonseca, 2015). Porém, Miguel ressalta que quando Mateus fica na casa de Carla por mais tempo que o combinado, o menino pede logo para voltar, pois “não gosta de ficar muito tempo”. Nos termos de Miguel, “a gente não afastou ela, ele convive com a mãe dele e com a gente”, o que denota a coexistência do parentesco “dado” junto ao “feito” (Carsten, 2004). Para Miguel, este arranjo lhe permitiu criar uma criança “logo nos primeiros dias de nascimento”, o que, em sua perspectiva, favorece a construção dos novos vínculos.

Pelo agenciamento que desenvolveram, Miguel não teme o fato de ter burlado a adoção formal. Sobre o aspecto documental, a exemplo da certidão de nascimento, Miguel explica que Carla consta registrada como mãe e ele como pai. Em outro dia, pergunto a Miguel se diante de uma hipotética separação ele e seu companheiro iriam disputar a guarda da criança, e ele responde sem pestanejar: “Ah, eu ia brigar pra ficar com ele. Com certeza!”.

Por ora, podemos reter dois aspectos presentes na narrativa de Miguel. Em primeiro lugar, aquele indicado na indagação “por que ela deixa os homens fazer filho nela?”. O “ela” a que Miguel se refere nesta passagem é estendido à condição feminina como um todo, “as mulheres”, vistas enquanto grupo social e ao mesmo tempo como indivíduos que têm a responsabilidade de deixar ou não deixar uma gravidez acontecer. Esta passagem é reveladora dos discursos analisados sobre a responsabilidade das mulheres na reprodução, diferentes da lógica de compartilhamento da reprodução entre homens e mulheres reverberada por discursos biologizantes ou igualitários. De acordo com a pragmática do sexo que faz filhos, são as mulheres que “deixam” os homens “fazer filhos nelas”.

Outro aspecto correlato se refere a percepção de facilidade em “arrumar uma mulher e ter um filho”, em contraposição ao regime formal da adoção. Esta passagem remonta à ideia de uma “barriga de aluguel” ou à imagem das mulheres como portadoras de ventres reprodutivos, mais uma vez colocando a centralidade da feitura da vida humana nos corpos femininos. Porém, a passagem explicita um conteúdo mais pragmático que veremos ao longo do capítulo: como a “adoção à brasileira” permite uma “margem de manobra” entre doadores e receptores, seja em relação ao caráter burocrático e moroso das etapas de um processo de adoção formal, seja na explicitação das pessoas envolvidas na negociação, nas eventuais composições de coexistência dos parentescos fabricados com os “originais” (Fonseca, 2016, p. 30)

## 5.2 Os fantasmas do abandono

Ela apareceu aqui pedindo uma vaga na creche, com uma criança na mão, isso foi em maio e você sabe que não tem vaga aberta nesse mês e eu expliquei isso pra ela... E ela falou pra mim “então tá, então eu vou dar ela”. Eu perguntei: “como assim você vai dar?”. Ela disse que não tinha como criar e que sim, ia dar a criança (Ivani).

Em mais um dia comum na instituição, Ivani me recebeu com a seguinte frase: “que bom que você veio hoje, eu quero te contar uma história...”. Seu rosto estava faceiro, mas ao

mesmo tempo transmitia algum tipo de incógnita. Ivani contou então sobre como conheceu Suzana, uma mulher “mãe de três filhos” que, estando em uma nova gravidez, dizia que “não queria” a criança e que iria “dar o filho”, “ela dizia isso todo dia aqui na porta”. Fragmentos da vida de Suzana são contados aos poucos por Ivani: ela é uma mulher jovem, “pobre”, “sem casa”, que “mora de favor” na casa de parentes, que foi “viciada em cocaína” e já havia dado o primeiro filho.

Em outra perspectiva, encontramos Lívia, cunhada de Ivani e casada com seu irmão Rubens. Ivani conta que Lívia “estava louca para ter um segundo filho”. Seu primeiro garoto havia crescido, entrado na fase da adolescência, criado independência dos pais. O saudosismo da época em que tinha um bebê pequeno assaltava os pensamentos de Lívia diariamente. Mas ela não queria engravidar de novo, pois, dada sua idade, em torno dos 40 anos, temia por alguns problemas de saúde, que a desencorajavam. Ademais, o seu filho nasceu prematuro e “deu muito trabalho pra vingar”. Na conjunção destes motivos, Lívia queria adotar, “muito!”. Ouvia dizer por outras línguas que “a fila da adoção é grande, uma amiga está há três anos na espera”. Ademais, sabia que enfrentaria “muita burocracia”. Falava sempre sobre este assunto com Ivani. Todos os dias pedia por um filho ao seu marido. De tanto pedir, acabou convencendo-o.

Assim sendo, em sua casa, Ivani ouvia de modo reiterado sobre o desejo da cunhada em “ter uma criança”. Em sua rotina de trabalho, ouvia volta e meia as falas de Suzana que queria “dar” uma criança. Certo dia, comentou com Lívia que conhecia uma mulher que queria “dar o filho”. Na mesma hora, Lívia pediu, “traz a criança pra mim!”. Porém, Ivani conta que ponderou muito sobre a situação: “eu ia falando pra ela, você tem certeza? Mas, você tem certeza? Olha, é uma decisão pra vida inteira...”. Explica que seu irmão, apesar de querer um segundo filho, “tinha medo de pegar pra criar assim, desse jeito”. Por isto, hesitava diante do arranjo. Alguns meses se passam e no dia das mães a família se reúne em uma grande festa. Diante da oportunidade, Lívia aproveita o ensejo e abre a questão para a família inteira. Assim é que seu marido dá a palavra final, dizendo que ela pode trazer a criança. Dia mais simbólico para a tomada desta decisão não poderia haver.

Isto posto, Ivani se viu em uma situação na qual ela poderia fazer alguma diferença, e assim ela fez: mediou a entrega de um bebê entre uma mãe que queria “dar” um filho e outra que queria “receber”. A “adoção à brasileira” se concretizava contornando as regras do jogo formal, mediada por aqueles que conhecem as leis, mas que diante da “burocracia” acabam por flexibilizá-las. Retornando ao trabalho, Ivani encontra Suzana e anuncia o desejo de sua parente em ficar com a criança:

Eu falei, olha, pode trazer ela e as coisas dela. Na mesma hora ela foi pegar a menina. Você acredita que a menina veio só com a roupa do corpo? Ela não tinha nada, nem uma sacola. Ela era magrinha, magrinha, ela pesava 11 quilos. Estava bem no limite pra quem tinha três anos. Isso foi no ano passado.

Ivani conta que a adaptação da menina no novo lar foi fácil, mas não para sua cunhada. Neste momento, Ivani reflete: “em geral as mães idealizam os filhos, sobre como eles vão ser no futuro. Mas eles não saem do jeito que a gente quer, às vezes até pro filho que é da gente as coisas não saem como a gente esperava...”. Diante de sua fala, pergunto sobre o processo de adaptação entre a família e a filha, e assim Ivani narra os últimos acontecimentos, feitos de afetos e alguns estranhamentos. Conta que no primeiro ano em sua “casa nova”, a menina tinha muitos pesadelos. Nos seus sonhos, falava sempre da mãe biológica, “ela não falava da mãe durante o dia, você acredita que ela nunca perguntou pela mãe?”. Ivani diz que se surpreendeu muito com a lembrança da menina sobre sua vida anterior:

É impressionante como ela lembra das coisas de antes dela ir pra lá. Isso foi uma coisa que me impressionou muito, porque geralmente essa fase da criança, a criança não lembra muito as coisas, e quando vai crescendo, vai vivendo outras coisas e as memórias vão se sobrepondo. Mas ela lembra de tudo, apesar dela não falar. Quando passa as coisas na TV sobre invasão, morte, polícia, bandido, ela fala: “meu pai!”. Quando passa essas coisas, ela fala do pai dela. Porque o pai dela também se chama Carioca, e por algum motivo, quando ela ouve essa palavra, ela lembra.

Ivani diz que as lembranças, as memórias da criança sobre sua vida pregressa passaram a incomodar a sua cunhada. É a partir deste assunto que Ivani abre outro receio relativo ao comportamento da criança: “Ah! É difícil né? Ela tinha um comportamento muito sexualizado, ela fazia *strip tease* quando tomava banho, ficava se mostrando e falava ‘aqui, ó’ (faz movimento circular com as mãos em torno dos seios). Ela se roçava nas pernas do meu cunhado”.

Junto da “nova vida” em seu lar, a “vida antiga” da criança vinha à tona na forma destas ideias, em fantasmas sobre o passado e o porvir, sobre a ascendência da criança, nas férteis noções amalgamadas sobre parentesco, sexualidade, território e origem. O passado e o presente se encontravam misturados, os sonhos revelavam aquilo que durante o dia havia sido ocultado. O medo dos trejeitos da criança evocava alguns pavores associados à “vida antiga”, àquilo que Adriana Vianna identificou como o “medo da hereditariedade” (2002, p. 216) presente na economia de “circulação de crianças”.

O “comportamento sexualizado” diz respeito ao imaginário da novinha, associado ao comportamento geral das mulheres moradoras de favela, projetadas como portadoras do germe da lascívia e da provocação. Mas a despeito destes medos, Ivani insiste que o “problema” de sua cunhada está relacionado ao que ela descreve como uma idealização da maternidade:

Eu acho que isso vem de muitas coisas que impõem na nossa cabeça, que a mulher se realiza com a maternidade, mas quando você tem um filho, e vê que as coisas são difíceis, aquilo tudo que você esperava vai se desmoronando. E a gente não pode falar disso, né? Que o filho não é aquela coisa que a gente esperava, que as coisas vão saindo estranhas e a gente também vai desistindo. Isso eu acho que deve ter até a ver com a nossa educação cristã, sabe? Maria, mãe de cristo, aquela coisa abnegada, com sacrifício, que não pode falar nada. E a verdade é que nem sempre é assim. Os filhos crescem e viram aquela coisa... Então a minha cunhada é muito rígida. Ela é dona de casa, não trabalha, ela não tá assim, como a gente, no mundo. A gente sabe como são as crianças. O filho dela é todo quieto, super obediente, todo direitinho. E eu converso muito com ela, eu falo pra ela que isso não é o normal de uma criança, o normal de criança não é assim. Criança faz coisas que desafiam a gente! Ainda mais quando chega na adolescência, aí mesmo que entra a fase chatinha. Mas ela estava acostumada com esse padrão. E essas coisas que ela passa com a menina não tem nada a ver com ela ser adotada, poderia ser filha dela e ser a mesma coisa. Eu converso muito sobre isso com minha cunhada. Mas sei lá, acho que o brasileiro não sabe adotar.

A representação de uma idealização da maternidade é confrontada por Ivani com a concepção de que “os filhos crescem e viram aquela coisa”. Ivani considera as questões vivenciadas por sua cunhada, mas aponta sua expectativa acerca da maternidade como uma questão central, bem maior do que as possíveis “heranças” encapsuladas na vida da criança.

Diante dessa situação, procuro saber mais sobre o contexto de doação da criança, sobre mais elementos da vida de Suzana. Ivani explica que a vida da mãe da menina era “muito tumultuada, a mãe não parava em casa nenhuma, porque a mãe mora de favor na casa de um, na casa de outro”. Neste vaivém, a criança acompanhava a mãe e também não tinha uma moradia fixa. Ivani conta que as irmãs de Suzana já a ajudaram muito, acolheram outros filhos dela, mas com o tempo e dado o fato de que Suzana “sempre apronta e não se endireita”, as irmãs foram “desistindo” de ajudar. Ivani segue contando que Suzana teve uma vida muito difícil:

Sabe? A vida dela também não foi fácil, o pai dela era bandido e foi preso, a mãe dela tinha problema de cabeça, era doente mesmo, as irmãs falam, “minha mãe não era boa da cabeça, mas ela nunca deu a gente, ela passou todos os perrengues e era louca, mas não deu a gente”.

Neste momento de nossa conversa, reparo que o rosto de Ivani começa se alterar, observo seus olhos umedecidos. Pergunto se ela está emocionada, ao que ela confirma,

deixando uma lágrima cair e dizendo que “esta história mexe demais” com ela. Escrevo sobre este momento não apenas para transmitir a densidade das emoções que estão em jogo, mas para dizer que em todas as vezes que estive com Ivani, sua postura geral fora sempre muito rígida. Essa abertura e aparência de fragilidade não eram traços habituais seus, e essa foi a primeira vez que a vi chorar. Com breves lágrimas nos olhos, ela continua: “eu não sei te explicar por quê, mas essa história mexe muito comigo. Eu fico muito abalada com essa história”.

Ficamos em silêncio, respeitando a pausa feita por ela. Após alguns minutos, ela continua:

Eu acho que isso me lembra a história da minha mãe, sabe? Minha mãe veio do Ceará com sete anos, a mãe dela não podia mais criar ela. Meu avô botou ela no orfanato, ela saiu adolescente e não tinha mais com quem ficar. Ela veio pro Rio pra ficar na casa de conhecidos e ficou como empregada. A pessoa que criou ela criou os filhos dela de forma diferente da minha mãe. Ela trabalhava em troca de casa e comida. Apareceu uma pessoa e ela casou, sabe? Ela casou praticamente sem conhecer a pessoa. Porque quando meu avô morreu, não tinha mais espaço pra ela na casa. Ela nunca teve um lugar, sabe?

A “história” da menina cuja entrega Ivani mediou reverbera, portanto, na “história” da própria mãe de Ivani, em algo de sua própria “história” familiar, e por isso “mexe demais” com algo de difícil descrição. É por conta desta “sombra do abandono”, vivida na sua própria família, que Ivani faz muita questão de manter Suzana informada sobre a vida que a menina leva, de demonstrar que ela está sendo criada por uma família, “como filha mesmo”. Ivani teme que as pessoas pensem que a criança foi levada para servir a família, fazer serviços domésticos “em troca de casa e comida”, por isso faz questão de explicitar que a criança “não foi para a casa de ninguém para trabalhar”. Para isto, procura constantemente enviar notícias através das irmãs de Suzana ou para a própria quando a encontra, trazendo fotos, repassando detalhes da vida da menina, contando da boa escola que a criança frequenta, dos passeios e brinquedos que tem.

Aqui, é fundamental reter a ideia de um “mandato transgeracional”, ou seja, dos problemas que se repetem ao longo de trajetórias familiares (Duarte, 2011). Ao dialogar com uma literatura específica da chamada “Psicanálise Transgeracional”, Luiz Fernando Dias Duarte se dedica a entender o que ele chama de “mandato transgeracional”, uma “acidentada transmissão de projetos identitários através das gerações” (2011, p. 2). Esta ideia consiste num esforço para identificar processos de repetição, ainda que diferenciados, ao longo das gerações e de uma constelação familiar. Modos de subjetivação, carreiras, oportunidades e padrões de comportamento são tomados num plano diacrônico (Duarte, 2018). Nas histórias particulares das mulheres aqui aventadas, alguns elementos se encontram presentes tanto na geração

pregressa como na atual. Voltarei a este ponto mais tarde; por ora, quero apenas chamar a atenção para este aspecto que perpassa esta descrição como um todo, o modo como determinados eventos ocorridos em uma trajetória familiar formam pontos de tensão singulares, semelhantes a traumas e eventos críticos que volta e meia circulam na família e são atualizadores de elementos do passado no presente<sup>113</sup>.

Sobre os aspectos legais da “adoção à brasileira”, Ivani conta que a situação da menina está na informalidade, que ela tem muito medo de que a situação seja descoberta ou de que alguém venha “reclamar ela, porque o pai não assinou”. Para entender a situação, pergunto sobre os detalhes da transição da criança e ela explica:

Quando ela me passou a criança eu fiz ela assinar um termo em cartório. Eu peguei da internet, me baseei no ECA, escrevi, “fulana de tal está dando a criança para fulana de tal”, coloquei o nome da minha cunhada, dele também, CPF, “por motivos de não ter condições pra criar, de alimentação, de vestimenta, etc., declaro que estou dando a criança para x. Ela reconheceu firma em cartório e foi assinado, mas o pai não assinou, porque já tinha sumido.

Para resguardar as fronteiras entre afeto e interesse, das quais nos fala Zelizer (2011), Ivani explica que a doação da criança nunca envolveu dinheiro,

Pra não misturar as coisas, entende? Tipo, ela deu a criança e eu dou dinheiro pra ela. Não combina. O que as pessoas poderiam dizer? Tráfico de criança, trabalho infantil, ah, foi pra casa da pessoa pra trabalhar! São fantasmas que ficam rondando. Imagina, eu tenho uma carreira de profissional, imagina como isso ia recair?

Por conta da vivência na informalidade, Ivani explica que a criança não pode ser incluída em uma série de “bens de cuidados”, como por exemplo o plano de saúde privado de que seu esposo usufrui: “dá um trabalho quando fica doente. Porque a gente tem que levar no hospital público”. Conta que o processo de legalização da adoção é custoso:

A última vez que a gente viu o advogado, ele cobrou 5 mil reais. Poxa, olha quanto custa? A gente é pobre, a gente não tem dinheiro. Pra gastar esse dinheiro acaba que

---

<sup>113</sup> Conforme explica Duarte: “A expressão ‘Psicanálise Transgeracional’ não é aceita por todo o campo que se move em torno da questão da transmissão psíquica entre gerações. A fórmula ‘Psicanálise Intergeracional’ é preferida pelos que consideram a primeira excessivamente comprometida com a análise sistêmica (de família), ou é utilizada como referência a processos de transmissão elaborada ou simbolizada – em oposição aos processos ‘transgeracionais’, não elaborados. Para os fins deste artigo, é particularmente importante a noção de ‘mandato’: uma configuração imaginária projetiva que é transmitida aos descendentes (ou a alguns deles) de um modo não completamente explícito ou consciente (cf., por exemplo, ABRAHAM, 1987; KAËS et al., 1991; GOLSE, 1995; TISSERON, 1999)” (2011, p. 18).

a gente fica na informalidade. Porque ele, o pai, não declarou que deu a filha, se o pai resolve impedir, ele pode. Cada pedido de busca do pai (busca de declaração de paternidade) custa dinheiro, em ter que pedir a presença do pai, só na terceira vez que pode começar o processo de adoção. Por isso que a gente não pediu ainda. E só depois de três anos de criação que eles consideram vínculo afetivo, olha só, três anos! É muito tempo né? Pra poder adotar uma criança.

Finalmente, Ivani pondera sobre a opacidade dos mecanismos legais da adoção:

A Justiça valoriza muito esse pátrio poder, a criança às vezes tá passando a maior necessidade, maus-tratos, mas eles valorizam muito a família de origem. É muito lento o processo de adoção, e a criança que precisa não pode esperar o tempo da justiça. Quando uma mãe quer dar o filho, ela não vai esperar três anos, ela dá no mesmo dia!

Diante destes fragmentos, gostaria de reter alguns aspectos que surgem e continuam em evidência. Na descrição feita por Ivani, segundo o falatório geral, Suzana não consegue “se endireitar”, a ponto de as pessoas que a conhecem e mesmo os familiares acabarem “desistindo de ajudar”. Suzana é uma mulher “sem casa”, portanto não tem um lugar para viver, não apenas no sentido físico-material, mas também pessoal e moral, considerando a centralidade da casa na constituição da personalidade dos sujeitos, bem como seu lugar existencial na constituição cognitiva das pessoas. Suzana “vive de favor”, passagem reveladora de diferentes níveis de suas necessidades, tanto por precisar de ajudas para se manter, como por precisar de ajudas para morar.

Voltemos também às enunciações relativas ao fato de que “o pai não assinou”, o que indica a saída primária do homem do circuito de cuidado familiar. Mais uma vez, aparece o fio das ausências ativas masculinas e seu efeito prático na vida de outras pessoas, não apenas na mobilidade de crianças e mulheres, mas na de outros homens, como Rubens, o pai adotivo da menina. O fato de existir um “pedido de busca da paternidade”, ou a própria existência de um programa do governo chamado “Pai Presente”, são reveladores do estatuto da paternidade em nosso contexto. Como no caso de Miguel e Carla, o fio das ausências ativas masculinas aparece como forte motivador da entrega de crianças. Ressalto estes três elementos como motivadores da doação, uma vez que eles surgem novamente daqui em diante.

### 5.3 Um filho por uma ligadura de trompas

Em uma tarde de domingo, durante as partidas de futebol e um churrasco no Morro da Mineira, estava na companhia de alguns amigos em comum e conversava com um rapaz e um casal de homem e mulher. O rapaz comentou que sua vida “mudou muito de uns tempos para cá”, coisa de uns cinco anos. Quis saber quais eram as principais mudanças que haviam ocorrido nesse meio tempo. Entre muitas outras coisas, ele destacou que a principal delas era que “antes eu não acreditava que existia racismo, e hoje eu sei que existe”.

Durante a conversa, o homem e a mulher que estavam próximos de nós ouviam atentamente a fala do colega. Este jovem emendou o assunto comentando a importância das cotas raciais nas universidades, porém lembrando que nem sempre ele pensou desta forma. Na sua antiga percepção, “esse lance de racismo era bobagem”. Nascido e criado em Bangu, dizia que “lá, todo mundo era junto e misturado, branco com preto, todo mundo era pobre, não tinha esse negócio de racismo”. Por este motivo, quando ele via alguém afirmar sobre situações apreendidas como “racistas”, ele acreditava que isto era uma “reclamação boba”.

Com sua mudança de bairro, por conta de uma ascensão profissional, diz que começou a transitar em outras zonas da cidade, andar por Copacabana, ir ao “Shopping Leblon”. Nestes bairros e lugares, segundo o rapaz, ele foi percebendo que “era diferente... aquele lugar não era pra mim, eu andava em algumas lojas a passeio, e algumas vezes percebi que estava sendo vigiado”. Estas cenas descritas por ele, foram fundamentais para a alteração de sua percepção sobre as situações de racismo. Foi na Zona Sul da Cidade que ele percebeu que era “preto, sim”.

Foi neste momento que a mulher interveio na conversa: “minha filha é negra. Eu sei bem o que é isso. Porque ninguém acredita que ela é nossa filha. Ela é adotada, é minha filha de coração. Eu vou te contar como foi a história”. A partir deste gatilho sobre cor, raça e racismo, ela inicia o relato sobre de que maneira se tornou mãe.

Roberta não podia ter filhos, há anos fazia tratamento para engravidar, queria muito um filho. Diante de tantos esforços em vão, ela e seu companheiro resolveram que iriam adotar uma criança. Neste mesmo período, Roberta frequentava assiduamente um salão de beleza onde fazia as unhas com Emanuele, uma manicure que conhecia há muito tempo e que “já tinha oito filhos”,

Ela era muito pobre, muito humilde. A gente conversava muito. Ela falava das dificuldades dela, eu falava das minhas. Ela sabia que eu queria engravidar e não

podia. Eu sabia que ela tinha dificuldades pra criar os filhos. Um dia ela chegou dizendo que queria me contar uma coisa, ela disse que estava grávida, que tinha engravidado, que não podia criar esse filho, que não queria esse filho, e que iria dar, aí ela me perguntou, sabendo da minha situação, se eu não queria ficar com ele.

Roberta conta que na mesma hora sentiu “um puxão na barriga”, não acreditava no que havia escutado, estava completamente perturbada. Saiu correndo em direção à sua casa, ansiosa para encontrar seu esposo e contar tudo: “liguei pra ele e falei, amor, você não vai acreditar! Aconteceu isso e isso e isso. Aí a gente ficou com muito medo, e se ela não estivesse grávida? Se tudo não passava de um engano? Como ela tinha certeza que estava grávida?”.

Roberta mal dormiu durante aquela noite e, no dia seguinte, foi ao salão de beleza para encontrar Emanuele, que lhe garantiu que estava mesmo grávida e que nunca havia feito sequer um exame para comprovar a gestação de seus outros filhos, bastava a interrupção do fluxo menstrual, o sinal que lhe indicava uma gravidez. Roberta lembra as palavras de Emanuele:

“Menina, quando acontece isso é porque estou grávida, acredita? Dos outros eu nunca fiz um exame de sangue, de farmácia, nada, eu não preciso fazer exame, eu sei que estou grávida. Olha, eu não quero este filho, eu não sinto nada aqui dentro, eu só sei que tô grávida e não quero ficar com ele”.

Roberta voltou para casa e a partir destes encontros não parou de pensar no assunto. Decidiu procurar sua médica ginecologista para contar o que havia acontecido. Deste encontro, ela e sua médica resolveram que a profissional poderia acompanhar a gravidez de Emanuele. E assim Roberta propôs que sua médica acompanhasse todo o pré-natal, o parto e o pós-parto, com o que Emanuele consentiu. Assim teve início uma rotina em comum entre as duas, com o acompanhamento nas consultas, exames, sempre custeados por Roberta e seu esposo Danilo: “a gravidez dela era a minha gravidez, entende?”. Emanuele passou a controlar a alimentação e durante este período fez procedimentos que jamais havia realizado, uma vez que nunca teve condições financeiras para se oferecer esse tipo de autocuidado.

Enquanto a gravidez se desenvolvia, Roberta não deixou de ser perturbada por medos e receios. Inquietações tais como “[e] se ela desistir? Se ela quiser dinheiro? Se ela quiser se aproveitar? Se ela falar que nos aproveitamos dela?” eram algumas das indagações que sistematicamente vinham à sua cabeça. Ela resume este período na seguinte frase: “muita aflição, mistura de sentimentos, uma loucura”. Em meio a este turbilhão emocional, Roberta conta que a cada hora sentia uma emoção diferente, porém seguiu em frente acompanhando a gestação de Emanuele. Ela dizia a si mesma: “é a minha gravidez!”, como numa espécie de mantra para o autoconvencimento.

Restava acertar a negociação dos registros formais da criança. Nesse meio tempo, sua médica sugeriu uma alteração no documento de nascimento emitido no Hospital, uma “troca de mães”. A própria profissional de saúde se dispôs a realizar a transação, “coloco o seu nome e tiro o nome dela”. Roberta e seu esposo seriam registrados como pais biológicos. Emanuele, mãe biológica, seria apagada do registro. Ressalto que, ainda que hipotético, a simples possibilidade de um apagamento é muito significativo das histórias descritas aqui.

Porém, com o tempo e através de conversas com advogados conhecidos, Roberta chegou à conclusão de que este arranjo era muito arriscado. Assim sendo, chegaram ao seguinte ajuste: Emanuele e Danilo registrariam a criança. E assim foi feito. Danilo, esposo de Roberta, entrou como pai no registro. Emanuele permaneceu enquanto mãe biológica. Entretanto, logo após o parto, foi Roberta que saiu com a criança, sua filha, nos braços, direto para a sua casa.

Para o mundo afora, a criança era filha de Danilo com outra mulher. Roberta havia não apenas perdoado uma suposta traição do marido como assumido a maternidade diante de “uma mãe que abandonou” a criança. Esta foi a história que eles passaram a contar para pessoas conhecidas: “a filha era de Danilo, a mãe não quis, eu me tornei mãe”. Evidentemente, para os familiares e amigos próximos eles contavam “a verdade”.

Um passo atrás nos acontecimentos, regressemos de volta aos meses de gravidez. Durante a negociação da entrega da criança, Roberta conta que Emanuele tinha apenas um pedido para fazer: “eu não quero dinheiro, eu não quero ficar vendo a criança, eu não quero nada, eu só vou te pedir uma coisa: uma ligadura”. Roberta enfatiza que a mulher “nunca pediu nada em troca do filho”, mas que por nunca ter conseguido realizar a laqueadura nem no serviço público nem por suas próprias condições financeiras, este consistia no seu único desejo, que seria atendido por Roberta e Danilo: “a gente achou este combinado justo. E foi assim que combinei com minha médica. Que ela faria o parto e faria a laqueadura. Ela ficou muito feliz, já havia tentando pelo sistema público e não conseguia. Não tinha dinheiro pra fazer”.

Durante toda a narrativa do casal, a “mistura dos sentimentos” ficou muito marcada na história da doação da criança. Durante uma interação num salão de beleza, mulheres desenvolvem algumas afinidades e estimas mútuas, ainda que sobre bases assimétricas de classe e raça. A partir da partilha de semelhanças e diferenças, a transação de uma criança é negociada. Roberta marca com notoriedade as motivações que levaram Emanuele a “dar” a filha. Reconhece a vulnerabilidade da sua doadora: Emanuele trabalha, é uma batalhadora, “uma mulher humilde”. Evoca a categoria usual, a saber, que a mulher “não tem condições”, uma vez que é “mãe de oito filhos”. A alusão à prole numerosa não deixa de lembrar o imaginário de

uma sexualidade compulsória e desregrada, conferindo ênfase à quantidade de crianças e à insinuação sub-reptícia da constatação de que Emanuele “nunca havia tomado nada” como forma de ratificar o intangível da prevenção: como pode uma mulher, nestas condições, não se prevenir?

Ainda assim, percebemos que o imaginário sobre a “mãe abandonante” é oscilante, no sentido de que varia entre a posição da “trambiqueira”, “aproveitadora” e o lugar da “pobre coitada”, “que não tem condições”. Entre estas variações, que vão da empatia momentânea em relação à pobreza ao pavor da marginalidade encubada, o lugar de reflexividade das mulheres que doaram um filho em condições de vulnerabilidade se perde em meio a estas imagens contrastivas.

A desigualdade social, racial e econômica entre as duas mulheres faz o vaivém da balança nas duas pontas do cuidado. Em meio à angústia da situação de Emanuele, há também um movimento forte de tomada de decisão quando ela diz “não quero este filho, não sinto nada por ele, eu vou dar esta criança”. Como visto no capítulo anterior, podemos dizer que as situações de vulnerabilidade econômica influem na modulação do sentimento de amor e apego, sobre a qual recai uma cobrança social de que aconteça de maneira devota e desencarnada. Porém, o que estas histórias nos mostram é que ficar ou não ficar com um filho são processos decisórios imanentes à materialidade das condições de existência e dominação, diferente do que dita a perspectiva que associa amor, cuidado e afeto de maneira autoevidente e transcendental.

Com a história de Roberta e Emanuelle, vemos que a negociação entre doadores e receptores nunca é uma negociação apenas entre mulheres. Reparamos, tanto neste caso como no de Ivani, em algo já destacado em outros trabalhos que versam sobre o tema (Fonseca, 2015), a saber, a quantidade de especialistas, profissionais e conhecedores da lei em geral que auxiliam as transações entre doadoras e receptores<sup>114</sup>. Advogados, médicos, profissionais das administrações de Estado mediam as entregas e as circulações de crianças, operando nas margens entre o legal e o ilegal, tanto fissurando o aspecto extraordinário destas entregas quanto demonstrando, mais uma vez, em que medida podemos deslocar a centralidade da relação diádica mãe e filha para enxergar o caráter relacional do fenômeno da maternidade.

---

<sup>114</sup> “Em todo caso, o número de histórias que incluem enfermeiras ou médicos como intermediários do processo adotivo não deixa dúvidas: antes da década de 1980, os hospitais eram a maior fonte institucional de crianças adotadas (...) Em aproximadamente vinte histórias de pessoas nascidas entre 1955 e 1984, nós lemos que a mãe adotiva ou algum parente trabalhava no hospital, ou que os pais adotivos tinham de alguma forma uma ligação especial com o diretor do hospital, alguma enfermeira, ou médico” (Fonseca, 2015, p. 08).

#### 5.4 Entre dádivas agonísticas: as doadoras de crianças

Antes de adentrar nas descrições propriamente ditas, quero salientar que entre as mulheres que chegaram a cogitar a doação de um filho, porém não a efetivaram, encontrei certa “naturalidade” quando elas abordaram o assunto. Ao analisar retrospectivamente algumas histórias ouvidas na pesquisa, recorro de interlocutoras que, durante uma conversa ou outra, mencionaram a possível entrega de um filho a outra pessoa de sua rede de conhecimentos. Certa vez, durante um baile no morro, uma dona de um pequeno salão de beleza contava com alegria sobre a forma com que superou as adversidades de ter criado seus quatro filhos sozinha. Em meio ao seu contagiante bom humor, apontou para uma de suas filhas e disse: “essa aqui, ó, eu quase não fiquei com ela, porque estava muito apertada naquela época, ia deixar ela com outra pessoa, acabei desistindo e tá aqui a menina, ainda bem que aquela época passou”, enquanto sorria alegremente.

Outra interlocutora, durante uma conversa qualquer, recordou: “não lembra? Que eu te disse que quase dei Mariana, eu ia dar ela, já tinha visto a moça pra dar e tudo, mas aí desisti”. Outras mulheres sinalizaram um horizonte no qual, em contextos de dificuldade econômica, material, patrimonial ou afetivas, a entrega da criança para alguém foi considerada uma possibilidade. Se algumas mulheres haviam cogitado a entrega de uma criança, é porque este dado faz parte de uma realidade palpável. Algumas vezes lembrando a partir do alívio, noutras a partir de um ponto denso de inflexão, entendi que em algum momento de suas trajetórias essas mulheres haviam desistido de “dar” um filho. Por outro lado, neste aspecto, entendemos algumas das retóricas mencionadas na introdução da tese: “aqui tem muita gente pra cuidar” denota a existência de pessoas mais disponíveis ou com “mais condições”. À luz destas situações podemos entender também a ação dos receptores.

Nesse sentido, é compreensível que as mulheres que desistiram de deixar um filho com outrem lembrem destes momentos com o tom da descontração, da alegria e de um orgulho em não ter efetivamente realizado este plano. Ainda assim, talvez este sentimento seja enunciado desta forma por justamente se tratar de algo que não fora concretizado, ou seja, pelo fato de que a maternidade originária foi preservada. Com base nesta breve introdução, adentramos na perspectiva das mães doadoras de crianças, conhecidas vulgarmente como “a mãe que deu os filhos”.

## 5.5 “Porque você é mãe, você tem que fazer”

Eu não me considero uma grande mulher, eu só me acho... mulher. Agora, uma grande mulher... nem todo mundo se sente assim (Keyla).

Esi olhou então espantada para a mãe e foi como se a estivesse vendo pela primeira vez. Maame não era uma mulher inteira. Grandes pedaços do seu espírito estavam faltando. E por mais que ela amasse Esi, e por mais que Esi a amasse, naquele momento, as duas souberam que o amor jamais devolveria o que Maame tinha perdido. E Esi soube também que sua mãe ia preferir morrer a mais uma vez fugir correndo para dentro da floresta; morrer a ser capturada; morrer, mesmo que isso significasse que com sua morte, Esi herdaria aquela indescritível sensação de perda, descobriria o que era não ser inteira (*O Caminho de Casa* – Yaa Gyasi).

Keyla saiu da casa de sua mãe ainda jovem, com apenas doze anos de idade após uma grande discussão entre as duas sobre a permanência da menina na escola, a garota não queria mais estudar. Hoje, ao lembrar desse momento de sua vida, conta que esperava que sua mãe lhe desse uma surra, gritasse com ela, para que dessa maneira ela se mantivesse “no caminho certo”. Mas lembra que naquele momento, sua mãe, Elaine, abriu a porta de casa e disse: “vai”. E assim Keyla foi embora. Na sua cabeça, agora ela poderia viver sua própria vida, da forma como imaginava.

Mudou-se diretamente para casa da sogra, mãe de seu namorado da época. Lá, ela tinha seu canto; com o tempo, voltou a estudar em um colégio. Nesta escola ela permaneceu até a antiga “quarta série”, atualmente compreendida como quinto ano do ensino fundamental. Lembra que abandonou os estudos “por seguir a cabeça das amigas”. Sobre esta época, tem muitas recordações da sua tia, que sempre a aconselhava para não abandonar a escola. Diz que considera esta tia “mais mãe” do que a própria mãe dela.

Em outras vezes, contou de episódios de conflitos vividos com sua mãe, sempre lembrada por ela de forma muito intensa, como na ocasião da morte de seu companheiro, pai de seus filhos. Após a morte do rapaz, Keyla foi passar alguns dias na casa de sua mãe e conta que esta, “para resolver alguns trabalhos que tinha na umbanda, vendeu a casa comigo dentro”. Este episódio fez com que Keyla ficasse sem moradia: não tinha mais a casa de seu antigo companheiro para viver, nem a casa de sua mãe.

Keyla já passou fome e lembra de dias em que não tinha nada para comer. Foi por este motivo que começou a se prostituir, atividade que exerceu apenas por cerca de seis meses, porque viu que “aquilo” não era para ela. Keyla conta que na prostituição o corpo feminino tem uma tabela, onde cada parte tem um valor, sua boca, seus seios, sua bunda, cada qual tem seu preço. Keyla conta que não gostou de ter um preço para as partes de seu corpo, mas que faria

tudo novamente caso suas filhas precisassem de novo. É por conta das suas filhas que “eu me sujeito a certas coisas”, como se prostituir, pedir leite aos vizinhos, pedir ajudas.

Embora peça ajudas aqui e ali, Keyla não solicitou o auxílio do Programa “Bolsa Família”. Diz que por não viver com seus três filhos, não se sente digna de receber o benefício do governo. Assim, ela prefere “deixar pra quem precisa”. O autojulgamento relativo à entrega de seus filhos faz com que ela se exclua de um benefício que é de direito seu.

Durante as vezes que estive com Keyla, era comum vê-la manifestar variações de humor, ora tinha rompantes de alegria, brincava, gargalhava, zoava as pessoas em volta, ora estava de semblante fechado, reclusa e indisposta. Na instituição em que estive, os falatórios sobre Keyla dizem que ela não tem “responsabilidade para fazer filhos”, que é “mãe de quatro”, que “já deu três filhos”.

Keyla é jovem e trabalha como auxiliar de limpeza. Quando ela sentou comigo para contar a sua história, foi com esta frase que ela começou o seu relato: “eu não criei meus filhos, eu entreguei para os outros cuidar deles”. Keyla define sua situação como “muito estranha”. Era uma época em que ela passava “muitas dificuldades”. Dia após dia, tinha que dar conta das quatro crianças. Nesta situação, começou a refletir sobre a possibilidade de “entregar” seus filhos. Sobre este assunto, conversava muito com uma amiga, que lhe dizia que era melhor “dar para a família do que para outras pessoas desconhecidas, ou até coisa do governo vir e tirar”. Assim é que foram três crianças entregues, cada filho ficou com a respectiva família paterna, sendo dois para uma família e um para outra. Sobre a “entrega” de uma das crianças, Keyla explica:

Eu não entreguei assim, ah! Toma! Não aguento mais! Não foi assim, não. As pessoas viram que eu estava em uma situação ruim e falaram: Keyla, não é que você é uma mãe ruim, mas desse jeito você não acha melhor que ele fique com a gente? Aqui ele vai ter as coisas, vai ter como ficar bem, na família.

Diante desta situação, Keyla resolve deixar um filho na família. Entretanto, embora a entrega tenha se dado na rede familiar, Keyla diz que se sente “muito mal” com essa situação: “às vezes o povo me vê assim zoando, brincando, mas eu juro pra você que não sou feliz”. Atualmente, Keyla mora de favor com seu irmão Jeferson e sua cunhada Mariana. A casa é pequena, e o casal tem quatro filhos. Keyla, portanto, dorme na sala com sua filha, a criança que ficou com ela. Neste aspecto, é importante sublinhar um dos não ditos sobre mulheres que entregam seus filhos, o fato de que na maioria das vezes elas permanecem com algumas crianças. Todas as mulheres que conheci e que abriram mão de um filho guardaram outros

consigo. Esta indicação consta em outros trabalhos sobre o tema, o de que mulheres doadoras de crianças mantêm um ou mais filhos sob seus cuidados. Como demonstrado por Claudia Fonseca, “muitas mulheres que, quando jovens mães, colocaram sua criança numa família substituta, acabaram elas mesmas acolhendo uma criança” (Fonseca, 2006, p. 25). Por ora, vale a pena reter essa informação, a fim de posteriormente considerá-la no conjunto da análise.

A partilha de um espaço pequeno com outros familiares faz com que Keyla não se sinta “em casa”. Dormir na sala, colocar, arrumar e recolher o colchão todos os dias, ser interpelada pelo vaivém das pessoas na casa durante seu sono faz com que ela não tenha qualquer “liberdade”, já que “mora de favor”. Ela explica que esta situação se dá por “falta de escolha”, uma vez que os valores dos aluguéis de casas no morro estão muito caros. Para alugar uma casa, por exemplo, é necessário fazer um depósito adiantado em dinheiro, na quantia equivalente ao valor de três meses de aluguel. Dada sua condição financeira, ela não consegue “guardar dinheiro”, por isso não tem condições de pagar o depósito previamente e assegurar um aluguel e uma moradia própria.

Sobre a relação que tem com as crianças que foram entregues, Keyla conta, por exemplo, sobre o sentimento que vive diante do desejo de pegar os filhos em um sábado para passear. Dadas suas limitações, ela não se sente capacitada para tal iniciativa:

Eu mal consigo visitar meus filhos, porque eu tenho que cada final de semana marcar pra ver um, eu não posso pegar todos eles, porque eu quase nunca tenho dinheiro pra sair com os quatro. Aí você se pergunta, será que eu tenho dinheiro suficiente pra levar meus quatro filhos na rua? Aí eu falo, acho que não vai dar pra levar os quatro, só dá pra levar dois, mas aí se eu levar dois, os outros dois vai ficar triste, então eu pego e faço o quê? Então eu não vou levar ninguém, porque não tem dinheiro pra levar. Aí, quando você tem que comprar uma coisa pra um filho, você lembra de comprar pra outro filho, aí, quando é uma coisa sua que você lembra de comprar, você não compra, porque você lembra de comprar pro seu filho, independente que ele more com você ou não... Porque você é mãe, você tem que fazer.

Assim, Keyla conta que “o pior papel”, que consiste naquilo que ela “deveria fazer e não faz”, é o motivo que faz com ela não se considere uma “Mãe”. Quando Keyla pronuncia a palavra Mãe, ela enfatiza o “ãe” com sonoridade grave, acentuada e longa, transmitindo a ideia da enormidade do que, na percepção dela, seria uma “mãe de verdade”. Talvez este estado indicado por Keyla seja algo semelhante ao que Yaa Gyasi captou na figura de Maame, o sentimento de “não ser inteira”, expresso na epígrafe desta sessão.

Keyla conta que observa “várias mães que são loucas pelos filhos” e diz que gostaria muito de ser assim. Entretanto, para ela, as situações que passou ao longo da vida forjaram os motivos pelos quais ela se vê como incapaz, “eu não consigo ser assim”. Em frases que Keyla

solta, de cabeça baixa ou olhando para a parede, há a transmissão de evidente angústia e ressentimento. Durante todas as nossas conversas, Keyla repetiu diversas vezes o quanto era uma pessoa “muito triste”:

Por dentro ninguém sabe o que a gente passa, porque toda mãe quer ter os seus filhos perto da pessoa. Sei lá, é uma situação muito difícil, esquisita. Eu acho que eu dei eles mais pros meus filhos ter e não faltar as coisas, coisas que eu não posso dar, a família dá coisas que eu não posso dar.

Keyla lembra que, em toda sua vida, só gozou de uma noite com seus quatro filhos juntos, “o dia mais feliz da minha vida”. Era uma noite de Natal, em que não havia nada para comer na despensa de sua casa. Nesta época, ela frequentava os cultos de uma igreja evangélica da “Assembleia de Deus”. Durante a pregação do pastor, ele recebe uma “revelação”, na qual avista o armário da cozinha de Keyla vazio. O pastor declara a visão durante o culto. Keyla, por vergonha, nega que não haja comida em sua casa, mas o pastor insiste e ao final da pregação lhe dá dinheiro para que ela faça uma ceia de Natal.

Fui para o mercado, só comprei refrigerante e as coisas pra fazer a minha ceia. Eu fiquei muito feliz e falei pra ele [seu ex-marido], olha, você não vai beber hoje, porque você não vai estragar minha ceia! Foi o primeiro ano da minha vida que eu passei tranquila, porque estava com meus quatro filhos. Estava todo mundo junto, foi muito bom, que pena que eu não tirei foto, naquele dia ali, eu ganhei o dia.

Pergunto sobre os homens, pais das crianças. Keyla explica que dois deles morreram: “um foi rixa, outro baleado. Teve um tiroteio no morro, ele estava sentado no bar e a bala entrou aqui [mostra atrás da cabeça]”. Aqui, novamente vemos a perspectiva de morrer por mortes matadas, há de se pensar o quão significativo é que dois ex-companheiros de Keyla tenham tido mortes violentas. Atualmente, dentre estes homens, apenas um se encontra vivo. Keyla conta que os motivos para sua separação de Carlos envolveram o desejo do rapaz de manter duas esposas.

Ele achava que eu tinha que ficar com ele pra ele dar as coisas pra minha filha, e eu tinha que aturar ele e a outra que ele tinha. Ele queria ficar com duas mulheres. Eu me senti assim, ali eu achei ele um lixo de homem, por ele não ter a consideração por mim que tive duas filhas com ele. Então eu larguei ele de mão, na época até gostava dele, mas não valia a pena. E ele não dá nada pra essa minha filha de sete anos, eu também não peço nada.

Questiono Keyla sobre os deveres do pai em relação à Justiça, a exemplo da obrigação do pagamento de pensão alimentícia, porém ela explica que, em situações de separação, é a mulher quem tem a maior responsabilidade de prover o que os filhos necessitam:

Se for pequeno, você tem que pagar alguém pra olhar, conseguir escola; se conseguir escola, você tem que pagar alguém pra levar pra escola, porque você necessita trabalhar, então tudo chama dinheiro, e se não tiver, tem que dar um jeito. O homem, se for pela Justiça, quer dar só aquela merreca, pra dar aquele merreca pro meu filho, a mulher gasta muito mais que aquilo, porque não dá pra nada.

Assim sendo, Keyla problematiza o recurso ao pedido de pensão alimentícia. Ainda que colaborações possam ser garantidas via batalha judicial, elas não contemplam a maior parte das necessidades de cuidado de uma criança. Lembra também que o pai de sua filha poderia oferecer algum tipo de ajuda financeira voluntariamente, uma vez que o rapaz trabalha e recebe dois salários mínimos, “mas mesmo assim, ele não faz”. É por este motivo que Keyla se considera “orgulhosa” e diz que esta situação é uma “humilhação”. Para ela, pedir algo que deveria ser espontâneo e voluntário – a participação paterna na vida da filha que o próprio homem produziu – é uma situação humilhante, motivo pelo qual ela prefere “não pedir nada”, tampouco procurar a Justiça. Aqui, vemos que o “orgulho” feminino na desistência da cobrança de um dever de parentesco é uma forma de contrabalançar a “humilhação” sentida pelas mulheres, na realidade em que se encontram ao terem que arcar sozinhas com as consequências pragmáticas e morais do “abandono paterno”. Keyla resume a situação:

O dinheiro deve estar fazendo falta mais pra ele do que pras filhas dele. Mas é verdade! Porque eu acho assim, você que é mãe, bota a cabeça no travesseiro e sente que sua filha tá passando necessidade, você bota a cabeça no travesseiro, você sabe o que falta e o que não falta pra sua filha, você sabe o que ela come, você sabe que ela tem que se vestir, que ela é sua filha. Você acha que o pai tem a mesma consciência? Porque se faltar alguma coisa pra sua filha comer, e só tem um pouco, você vai preferir dar pra sua filha do que comer. Você vai botar a cabeça no travesseiro e vai pensar, ah, não, hoje ela se vira, amanhã come alguma coisa. Claro que não. O pai, ele já não pensa assim, não. Porque quando o pai pensa nos filhos, independente dele estar com a mulher ou não, ele faz. Tem homem que não cuida, que não faz, como muitos aqui na favela, só querem cobrar, falar que a menina tá largada... Eu acho que a mulher carrega uma responsabilidade muito grande. Eu sempre falo pra minha irmã caçula, não arruma filho cedo! Termina seus estudos! Não pensa em namorar agora não. Eu converso muito com ela, porque o que aconteceu comigo, eu não quero que você passe também um dia, ainda mais em favela, né? Que essas meninas não podem ver um rabo de saia. Ficam com fogo, entendeu? Eu não quero isso pras minhas filhas, não quero não”.

Nessa breve passagem da fala de Keyla, observamos alguns pontos que persistem em nossa análise. Suas falas sobre a doação das crianças retomam as lembranças do próprio cuidado que ela não recebeu, a mãe que não lhe deu uma surra, que abriu a porta de casa e disse “vai”. O ato de falar de si como mãe e de se reportar à sua própria mãe ou às outras “que são loucas pelos filhos” acontece num jogo de espelhamento, comparativo e reiterado em sua vicissitude.

O “abandono da escola”, a falta de casa, o “viver de favor” constituem elementos que não são exclusivos da sua trajetória em particular, mas aparecem como um dado em comum nas histórias das outras doadoras<sup>115</sup>.

Ao mesmo tempo, devemos nos perguntar: como é possível que o gesto de entrega da criança para a família paterna seja lido socialmente como uma maternidade desertora? Ora, Keyla deixou as crianças com a família paterna, que, por extensão das obrigações de parentesco, poderia estar em lugar similar ao presente nas configurações nas quais a criança permanece com a mãe ou a família materna. Entretanto, no nosso contexto, a centralidade do cuidado recai sobre o eixo de uma matricentralidade, a rigor, entre avós, mães e filhas. Os parentes paternos, apesar de serem “da família”, ocupam um cruzamento de fronteiras, obrigações e reputações entre grupos diferentes. Ao mesmo tempo, o trecho “até coisa do governo vir e tirar” expressa que entregar para a família, ainda que pertença a outra linha de obrigações, é considerado uma transação mais adequada do que encarar a ameaça da institucionalização da criança pelos órgãos de Estado.

Cerca de dois meses após as conversas que tivemos, começaram as inscrições nas Creches municipais. Keyla entrou pela porta dessa instituição acompanhada de uma garota cabisbaixa, com aparência de menina. Enquanto a garota aguardava no portão, Keyla foi conversar com alguém na sala da direção. Após alguns minutos, ela retornou, pegou os braços da garota e foi embora. Alguns dias depois, eu soube que esta menina era a irmã que Keyla menciona na passagem citada na página anterior. A menina tem 12 anos e estava grávida, risco acerca do qual sua irmã mais velha a havia advertido previamente. Nesta ocasião, Keyla havia procurado a creche para saber se podia fazer a inscrição do bebê de sua irmã que iria chegar.

Após este episódio, a gravidez da irmã de Keyla recebeu diversos comentários: “tá vendo! Olha aí o que acontece?”. Falatórios ferinos sobre esta concepção se espalharam durante dias na instituição. Estas situações produzem pontos de convergência que, por sua vez, alimentam a ideia de uma reprodução das carreiras morais desviantes entre mulheres. Na versão do discurso corriqueiro, Keyla, mulher reconhecida publicamente por “dar” os seus filhos, não havia conseguido impedir que sua irmã “novinha” repetisse uma espécie de roteiro perturbador associado às mulheres moradoras da favela.

---

<sup>115</sup> Estes mesmos aspectos foram assinalados no trabalho de Tânia Salem (1981) a propósito das “Figuras de amparo e as experiências de abandono”.

## 5.6 “Um vento gelado”

Durante a temporada na creche, conheci Betânia. Ela vivia para lá e para cá com duas crianças a tiracolo. Em um momento posterior, compreendi que as crianças são filhas de uma grande amiga sua e que ela as cria “desde pequenas”. Numa das nossas conversas, ela contou sobre outra criança, “um filho que não vive comigo”.

Ela conta que, quando engravidou, era “muito nova”: tinha dezesseis anos na época e seus pais “brigaram muito” com ela. Aos poucos, Betânia foi sendo “expulsa” da casa de seus pais, que não aprovaram a gravidez. Diante da situação de desgaste familiar, decidiu morar sozinha com a criança, “na cara e na coragem”. Lembra que teve muitas dificuldades, era mãe pela primeira vez, cuidar de criança dava trabalho. Nesta época, uma amiga sua havia se mudado de Alagoas para o Rio de Janeiro, mais especificamente para o Morro da Mineira, com a promessa de encontrar boas oportunidades de moradia e emprego. Essa amiga, que havia deixado sua filha aos cuidados de parentes “do interior” para batalhar por algo melhor, a incentivava.

Na escuta desse projeto, Betânia passou a cogitar uma mudança de Estado, incentivada por sua família, que dizia que ela fosse, “mas sem a criança”; e que, depois de “estruturada”, voltasse para pegar seu filho. Betânia acreditou no incentivo de sua família e, por isso, durante muito tempo, embora tenha vivido “com muitas saudades” da criança, procurava se apaziguar com a ideia de viver longe do filho. Nos elementos de sua narrativa, a modalidade de uma criação a distância está explícita na realidade de fluxos migratórios que não datam de hoje e que conformam uma estrutura de cuidado entre zonas mais pobres dos Estados do Norte e do Nordeste e os Estados do Sul e Sudeste do Brasil. Este itinerário de migração sedimentou as bases da mão de obra do trabalho doméstico nas grandes capitais do País, conformando o que Shellee Colen (1995) denominou “reprodução estratificada”, fenômeno expresso tanto em trânsitos transnacionais como nacionais (Brites, 2007; Fonseca, 2007; Silveira, 2011; Hirata; Guimarães, 2012).

Certa ocasião em que estivemos juntas, Betânia contou sobre a vez em que retornou à sua cidade para rever o filho que havia deixado sob os cuidados familiares. Fazia seis anos que ela não encontrava o menino, que hoje é um adolescente de 15 anos. Os dias anteriores à viagem eram pura emoção. Betânia disse que mal dormiu de tanta ansiedade. Além disso, escolheu suas melhores roupas para viajar e levou alguns presentes acumulados durante o ano para serem

ofertados ao rapaz. Queria que seu filho tivesse a melhor impressão dela e que talvez, quem sabe, decidisse conhecer a cidade do Rio de Janeiro e iniciar uma vida com a mãe no final da adolescência e despontar da vida adulta. Era o que Betânia havia planejado, voltar com seu filho. Entretanto, o encontro não correu da maneira prevista:

É diferente quando não é você que cria. Eu pensava que estava tudo bem, a gente se falava no telefone e pela internet. Eu pensava que era aquela coisa moderna, sabe? A gente falava que se amava. Ele me perguntava, quando você vem? Mas você vem mesmo? Eu sentia que ele estava se importando comigo. Mas, não... Quando chegou lá, assim, não foi aquela coisa... Foi uma coisa fria. Quando ele me abraçou, eu senti aquele vento gelado... Aquilo entrou no meu coração e me gelou inteira. A partir daí eu senti diferente, que não era a mesma coisa.

Neste reencontro, o projeto nutrido e calculado por Betânia ao longo dos anos de viver com seu filho simplesmente caiu por terra. A viagem feita após o acúmulo de economias foi para ela um divisor de águas. O relacionamento não era “moderno”, ou seja, não eliminava os constrangimentos da realidade do “abandono” materno. A imagem criada acerca da necessidade de “ter que trabalhar” havia sido maculada. De repente, Betânia sentiu o peso de ter escolhido a mobilidade social pessoal, sem a proximidade com a criança<sup>116</sup>.

Betânia caracteriza essa situação como trazendo um “vento gelado”, que adentra seu corpo e a gela “inteira”. A alusão ao “vento gelado” não é banal, surge quase como uma entidade, um elemento externo que materializa a sensação singular de sua situação, definida por meio da frieza enquanto estado que indica a temperatura da relação. Este “vento gelado” exprime a decepção feminina de um não reconhecimento a alguém que só “abandonou” porque “precisava”. A constatação de que o filho não a considerava com a devida moral se somou à percepção de que sua família teria obrado para a deslegitimar, rebaixar sua maternidade a distância, mais um elemento que confirma o caráter relacional da maternidade em detrimento da reificação de sua díade<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> No trabalho de Everton Rangel, o autor qualifica a categoria “precisar” no interior de um campo sempre instável de moralidade para falar sobre de que modo mulheres legitimam a necessidade das suas saídas para trabalhar “a distância”, deixando seus filhos sob cuidados de outros parentes da família. De acordo com o autor, “precisar é um verbo polissêmico a ponto de conformar uma cadeia de necessidades: o “precisar” de dinheiro produzia o “precisar” de reconhecimento frente à ameaça do descuido e do macular da maternidade” (2016, p. 151).

<sup>117</sup> A relação de apagamento e destaque na díade mãe e filho e o caráter relacional da maternidade são apontados nas considerações de Vianna e Farias sobre a leitura moralizante das mortes de pessoas nas favelas a partir do cuidado entre mãe e filho: “a maternidade comparece aqui como uma espécie de equivalente doméstico ao que seria o ‘centro exemplar’ do Estado, algo só possível de ser plenamente vivido no plano da representação teatralizada, como sugere a formulação de Geertz (1991) sobre o Negara. A díade mãe-filho oblitera, assim, as outras conexões familiares e não familiares presentes, de modo análogo ao que o “centro exemplar” do Estado

O invariante desta história é que se por um lado Betânia não criou seu filho, ficando à mercê do enquadramento de “mãe abandonante”, isto não quer dizer que ela não tenha dedicado cuidados a outras crianças. Para apoiar sua amiga e vizinha, Betânia cuida de Ramon e Ryan, crianças que são da sua responsabilidade. Este é um aspecto que, como já indicado, percebi como um padrão entre as mulheres que deixaram um filho ao encargo de outras pessoas. Assim sendo, em muitas destas “histórias”, veremos que uma mãe que não criou seus filhos exerceu o cuidado de outros. Todas as mulheres que conheci e que deixaram algum filho permaneceram com outro(s) ou se engajaram no cuidado de outros que não eram seus.

### **5.7 “Então qualquer coisa eu saio como errada”**

Conheci Agatha através da relação com Val, que naquele dia disse que iria me apresentar uma mulher conhecida por “dar os filhos”, a Carla. Assim que cheguei para conversar com Carla, ela me olhou sem interesse algum. Como de costume, expliquei a pesquisa e as minhas intenções. Na mesma hora, como se o que eu havia pronunciado tivesse em si mesmo a capacidade de ferir, ela me cortou com autoridade e, sem qualquer hesitação, falou como num protesto: “eu não dei meus filhos, tomaram de mim!”.

Carla não apenas se negou a falar comigo, como fechou o semblante e foi embora, visivelmente irritada. Fiquei num vazio desconcertante. Ao meu lado, Val ria com as mãos na cintura e os ombros arqueados, “ih, olha ela! Liga não menina, ela é assim mesmo, maluquinha...”. Agatha, que havia acompanhado toda a cena, se voltou e disse: “vem aqui outro dia, que eu te conto a minha história, é igual à dela”.

No dia em que nos revimos, Agatha me recebeu no pequeno quarto em que vive, num casarão no qual também moram outras famílias. Ali conversamos cerca de algumas horas, nas quais ela pôde me contar um pouco da sua trajetória. Ainda criança, sua mãe faleceu. O seu pai ficou sozinho com a responsabilidade de cuidar de cinco crianças. Lembra que, para trabalhar, seu pai deixava Agatha e seus irmãos trancados em casa, na qual havia uma corrente com a qual ele enroscava a fechadura. Porém, com o passar do tempo, o falatório da vizinhança local

---

encenado faz com as “periferias imperfeitas”, que seriam suas ações cotidianas e materiais” (Vianna; Farias, 2014, p. 94).

recriminava cada vez mais o gesto do pai; por este motivo, certa vez o conselho tutelar foi acionado e, naquele dia, levou três crianças do grupo de cinco irmãos. Agatha lembra que uma vizinha próxima, mulher que ela considerava como uma “tia”, conseguiu ficar apenas com duas meninas, após ter implorado muito aos “funcionários do governo”, dizendo que podia ficar com elas, que ia assegurar a situação.

Entretanto, Agatha e mais dois irmãos foram levados para um abrigo. A partir de então, se iniciam longos anos de sua vida em abrigos da cidade do Rio de Janeiro. Na época, uma das irmãs de Agatha era um bebê e por isso logo foi adotada, segundo ela, “por gente próxima”, mas que ela não conhece e nem sabe precisar quem eram. Já Agatha permaneceu na companhia de seu irmão durante alguns anos no abrigo.

Sobre suas irmãs que permaneceram com a tia, Agatha conta que ao longo da vida as duas “se viciaram em crack”. Diz que uma delas foi “pega pra trabalhar” e se tornou empregada doméstica em uma “casa de família”. A outra irmã teria permanecido na casa desta tia, mas Agatha lembra que lá “não era um ambiente bom, todo mundo usava crack, fumava. Lá que minha irmã aprendeu a roubar, se misturou com homem estranho e morreu”. Podemos ver a partir desta sucessão de acontecimentos de que modo a família de Agatha foi sendo partida ao longo dos anos. A morte da mãe, a vigilância sobre o pai que não conseguia cuidar “bem”, a chegada dos “funcionários de governo” e o desmembramento de uma unidade familiar vão sendo arrolados ao longo da sua exposição.

No abrigo, Agatha frequentava a escola; as caminhadas rumo a esta instituição se davam em grupos de meninas que eram sempre acompanhadas por uma freira. Na escola, de vez em quando, ela aproveitava alguma distração dos inspetores e pulava o muro, ia para o morro do Juramento. “Foi lá que me perdi, eu toda novinha, cheia de sonhos, ouvia aquela proposta de casar, morar junto, ter uma família. Ele só saiu comigo uma vez só”, ela conta, narrando a lembrança de sua primeira relação sexual.

Sobre sua infância no abrigo, Agatha conta que esta era “ao mesmo tempo boa e ruim”. Da parte ruim, menciona, por exemplo, que as crianças eram “muito maltratadas” e que castigos corporais, tais como apanhar de cinto e ficar no banheiro sem luz, eram comuns. No caso das crianças que faziam xixi na cama, estas eram obrigadas a ir à escola mijadas, “para aprender a se controlar”. Agatha destaca a surpresa de algumas pessoas frente ao fato de que estas formas de tratamento se dessem numa instituição religiosa:

Era em colégio de freira, quando a gente fala assim, as pessoas vê assim por fora e pensa, “ah! Freira é boazinha”. Não é nada, elas batiam na gente à beça. [Ela dá uma

risada forte.] Hoje eu lembro, eu começo a rir, entendeu? Mas eu posso falar que eu tive infância, mesmo com todas as dificuldades.

Conta que no abrigo havia um dormitório enorme, com cerca de sessenta meninas, “muita gente”. Na instituição, cada menina tinha sua obrigação, algumas varriam o quintal, outras trabalhavam na cozinha; às sete horas da noite, todas se recolhiam para o dormitório e por lá permaneciam até as sete da manhã do outro dia, horário em que deviam acordar. Um dos abrigos que viveu se situava no município de Paty do Alferes. Agatha conta que uma vez se mudou e permaneceu em outra instituição, localizada no bairro de Austin, em Nova Iguaçu.

Foi na vivência de uma rotina na escola que Agatha se deu conta da sua condição diferenciada. Através das “zoações” de outras crianças, começou a entender que era uma “criança de abrigo”. As crianças da escola apontavam ou pra ela e outras crianças do abrigo, zoavam, faziam chacota, diziam “você não tem mãe!”, rindo em grupo. A “falta de mãe” consistia assim em motivo para uma “zoação” significativa, a ponto de se constituir em uma forma de rebaixamento e humilhação. Outra fonte de “zoação” tinha a ver com a estética das crianças abrigadas, que deveriam manter uma aparência semelhante:

A gente não podia ter cabelo grande, então era todo mundo de cabelo curto, era horrível. Pior que eu perdi meu telefone, senão eu ia te mostrar a foto, todo mundo carequinha. E hoje eu tenho contato com muitas meninas, todo mundo crescida, tinha um grupo no *WhatsApp* que chama “Amigos de infância”, só das crianças do abrigo.

Neste momento, Agatha silencia. Após uma breve pausa, conta que não existe melhor pessoa para cuidar de alguém que não seja sua própria mãe:

Outra pessoa pode até preencher aquele espaço, mas não preenche totalmente, porque criança precisa de atenção e no abrigo é muita gente pra dar atenção e não tem como. E teve vários momentos que tipo assim, eu queria carinho, pedia carinho pras tias, aquelas pessoas muito rudes, pedia[m] pra se afastar, entendeu? Mas tá aí, aprendi com a vida, já vou fazer 30 anos.

Agatha lembra que não chegou a entrar na “fila da adoção” pelo fato de que ela tinha “o pai vivo”, o que na perspectiva do sistema do abrigo constava como a existência de um “vínculo familiar”. Explica que, de acordo com lógica do sistema da época, o abrigo priorizava para adoção crianças que não tinham qualquer “vínculo familiar”. Agatha problematiza essa concepção, pois conta que, apesar de ter um pai, ele nunca procurou ter contato com ela: “a minha tia disse que da última vez que encontrou com ele, [ela] disse, ‘vai lá tirar seus filhos do abrigo!’”. Ele estava com duas crianças no braço e falou: ‘meus filhos são esses aqui’”, em alusão

a outras crianças que seu pai teve posteriormente com outra mulher. Por esse motivo, Agatha demonstra que o fato de ter “um pai no registro” não significa que seja possível contar com ele na sua vida. Foi também motivada por este “abandono paterno” que ela não procurou o seu genitor após sair do abrigo. Disse que não desejava reencontrá-lo, e que não tem “essa preocupação”. Para Agatha, em assuntos de responsabilidade com crianças, “homem não é crucificado, a mulher que sofre mais”.

De lá para cá, após a saída do abrigo, Agatha perambulou na rua, entre esquinas, marquises e viadutos, conta que caminhou pela cidade por dias, sonhando em achar sua família. Diz que só recentemente teve notícia dos outros dois irmãos, filhos “da parte do pai”. A relação familiar “mais forte” que tem é com seu irmão.

A gente é unha e carne, muito unido. Ele cresceu comigo no abrigo, ele mora em Niterói. É a coluna pra mim, a hora que preciso conversar, não é só dinheiro, aquele apoio moral. E ele trabalha aqui perto. Ele conseguiu trabalhar, ele trabalha em dois empregos.

Quando Agatha fala de seu irmão que “conseguiu trabalhar”, entendemos como as chances de empregabilidade e inserção em uma perspectiva “produtiva” no mundo do trabalho são narradas como conquistas notórias e, em muitos casos, excepcionais, para as crianças que apresentam uma trajetória de institucionalização. Ser o único membro de uma geração que “conseguiu trabalhar” representa uma vitória singular dentro de um campo de possibilidades marcadas pelas dificuldades que a família de Agatha passou ao longo da vida.

Sobre a doação de uma das suas filhas, Agatha conta que o principal motivo para tal gesto se deve à sua separação de seu ex-marido, fato que exerceu um grande peso na decisão em “deixar sua filha com a família” paterna. Nessa época, ela morava em Paty do Alferes, havia se mudado para um “lugar pequeno” a fim de se “recuperar das drogas”. A vida na cidade do Rio de Janeiro era agitada e decidiu se mudar junto de uma filha que tinha de uma relação anterior. Em Paty do Alferes, conheceu Ricardo e teve uma filha com o rapaz. Ficaram juntos por dois anos. Lembra que Ricardo bebia e, quando estava bêbado, “era chato, tomava porre e ficava um porre”.

Em uma das brigas entre os dois, Agatha decidiu sair de casa. Na confusão, Ricardo segurou a criança no colo e chamou a polícia. Agatha tentou pegar a filha, mas Ricardo não largava a criança. Quando os policiais chegaram na residência, ao avaliar a situação, disseram para Agatha que se ela fosse embora de casa, ela estaria “errada”:

Disseram que eu estava abandonando o lar, mas eu expliquei pra ele, como eu posso ficar num lar apanhando e você ainda fala isso de mim? Aí, eu peguei e vim embora. Então, hoje eu não posso ir lá e arrumar confusão, porque hoje eu tenho ficha na polícia, então qualquer coisa eu saio como errada. Quando eles tomaram ela, ela estava com um ano e dez dias. Eu estava com o peito cheio de leite, foi bom que eu amamentei ela até um ano, né? Menos mal, né? Ela tinha um ano e dez dias.

Assim como visto no segundo capítulo com a “história” de Laura, que para sair de casa teve que deixar as crianças com o ex-companheiro, Agatha, durante uma briga com Ricardo, teve que deixar sua filha com a família paterna, buscando fugir da situação desgastante de agressões que havia se desenvolvido entre ela e seu ex-marido. Hoje em dia, a criança vive com a avó paterna.

Não foi a avó que tomou, hoje em dia até dá pra eu pegar ela e ficar comigo, mas eu não quero, porque a Vó criou ela, e minha filha já é apegada com a avó dela. Tanto é que é muito raro eu trazer ela aqui, mas às vezes ela vem, e dá uns três, quatro dias, ela pede pra ir ver a avó. Se eu tirar ela de lá, as duas vão sofrer, ela não tem culpa de nada, quem tem culpa é ele, é o filho dela. Ela só não se meteu por ser filho dela, ela é da igreja. Mas ela me trata muito bem.

Agatha deixou sua segunda filha com a família paterna, e permaneceu com sua primeira filha, cujo pai “também não ajuda em nada”. Ela conta que engravidou aos dezenove anos e que chegou a cogitar em dar a filha, porém desistiu.

Apesar de não ser nova, eu não tinha aquela cabeça familiar, eu gostava de ficar pela rua, pedindo dinheiro, vendendo bala, eu não tinha aquela coisa de ficar dentro de casa, eu não conseguia, como eu consigo ficar hoje. Aí eu não queria ela por isso. Mas aí, depois eu vi, assim, que cuidar dela seria o melhor caminho pra mim, talvez se eu deixasse ela com essa família [cogitada para doação], eu estaria no mesmo caminho que eu estava até hoje, aí foi que eu peguei e fiquei com minha filha. Eu fiquei com aquilo na cabeça, poxa, já não fui criada com a minha mãe, a minha mãe morreu, e eu tô viva, então vou criar minha filha, com dificuldade ou não, vou criar ela, eu vou dar tudo que eu não tive, e é o que acontece, crio ela até hoje, nunca o pai me ajudou, o pai, bem dizer, conheceu ela já grande, porque quando eu morava com ele, também usava muito crack e eu pedi pra ele escolher entre a droga e a gente, ele escolheu a droga. Hoje ele não usa mais não. Agora que ele conhece a filha dele, bem dizer, porque eu nunca tive aquele apoio moral, ela nunca teve aquela presença... E olha que ele não conviveu com ela, não criou ela, mas ela é apaixonada por ele. Só de falar no telefone, minha filha é muito carente, assim, sabe? Qualquer pessoa que trate ela bem ela gosta. Talvez isso até faça mal pra ela mais tarde.

Agatha, assim como Keyla, conta sobre a sua situação a partir de uma retomada do passado, na qual recompõe sua trajetória de vida. De maneira similar a Keyla, lembra-se de algo que não teve. Uma maternidade não recebida, o evento da morte de sua mãe, a criação no abrigo, a lembrança da falta exprimem um aprendizado e a formação de uma personalidade que se fez pela ausência, pela dor daquilo que não teve, o “apoio moral”, “aquela presença”. Por

outro lado, é justamente esta “falta” que se transforma num dos principais motivos para que ela desistisse de “dar” a sua filha. De alguma forma, Agatha não queria “repetir” um caminho que havia percorrido, ainda que sob ângulos e contextos diferenciados. Ao tomar esta importante decisão, Agatha se negava, a partir de muito esforço e reflexividade, a uma espécie de reprodução de um “mandato transgeracional” do abandono (Duarte, 2011).

Após algumas horas de conversa com Agatha, a conversa havia mudado para outros assuntos e pormenores. Enquanto eu comentava algum assunto aleatório, levantei da cadeira e fui beber água. Quando voltei ao meu assento e olhei para Agatha, ela estava deitada, com as costas repousadas na guarda da cama, seus cotovelos alinhados na altura do quadril, com os braços cruzados sobre seu ventre. Seus olhos estavam marejados e miravam a pequena janela, atravessada por um corte de luz. Agatha virou o rosto e olhou dentro dos meus olhos, mas suas lágrimas não chegaram a cair; ao invés disso, ela sorriu. Um sorriso que me pareceu cúmplice da força, mas revelador de adversidades tamanhas, que seriam impronunciáveis. Um sorriso que vem do encontro com a tristeza revivida em recontar sua “história”. A conversa havia terminado. Eu parei de falar, ao que Agatha disse: “é assim mesmo... É que passa um filme de tudo que eu vivi... Foi bom pra desabafar, é muita coisa aqui dentro”.

## **5.8 Sobre silêncio, apagamento e fratura: narrativas da contra história**

Vimos que o tema do “abandono” evoca um campo de sentidos variados. No entanto, as situações descritas apontam para algumas demarcações específicas. As experiências narradas neste capítulo, ao contrário do que acontece em outros contextos, envolvem crianças transacionadas em situação de proximidade social, muitas vezes alocadas dentro da rede familiar ou de “conhecidos”. As transações não se deram em contexto de diferença radical entre doadoras e receptores, a exemplo de adoções transnacionais, mas são próximas daquelas descritas por Claudia Fonseca a respeito de seus interlocutores, filhos adotivos que foram doados “em seu próprio quintal” e que hoje procuram saber sobre suas origens e histórias familiares (2015). Como alerta a autora,

A proximidade geográfica não parece facilitar a busca. Pelo contrário, evidencia dinâmicas de desigualdade social e política que, a despeito do avanço das reformas democráticas e da evolução dos valores familiares, parecem encorajar o segredo e firmar obstáculos no caminho da busca (Fonseca, 2015, p. 5).

Ao lado da colocação das crianças feitas na rede familiar, como no caso de Keyla, Betânia e Agatha, que deixaram com a família, outras crianças foram transacionadas por “adoções à brasileira”, modalidade que permite uma série de estratégias para os grupos, sobretudo os mais pobres, agenciarem as suas crianças dentro de uma rede de pessoas conhecidas (Fonseca, 2006). Este é o caso de Emanuele e Suzana, que encaminharam suas crianças a partir de diversos critérios em relação às famílias receptoras.

Ainda que as doações de crianças tenham sido feitas dentro de um regime de proximidade social, isto não elimina alguns constrangimentos que pairam sobre estes agenciamentos. Nas narrativas descritas, o segredo e o silêncio aparecem como elementos chave na história das “mães abandonantes”. Porém, estes dois elementos se desdobram de muitas maneiras e desvelam outras categorias correlatas que surgem no decorrer da análise.

Quando resolvi que iria ouvir as histórias sobre “a mãe que dá os filhos”, encontrei três barreiras de acesso à interlocução com estas mulheres. Descrevo estas barreiras de comunicação não por mero detalhe anedótico ou metodológico, mas porque elas são reveladoras da discussão que se apresenta. A primeira barreira diz respeito a falas, sempre vindas de outras pessoas, que me desencorajavam a escutar as mulheres que “deram” seus filhos. Nestas ocasiões, ouvia frases como “ela não vai querer falar com você”, “ela não gosta de falar sobre isso”, “não tem nada pra ouvir não, ela é maluca”. As mesmas pessoas que afirmavam a existência de mulheres que “davam” crianças desestimulavam a busca por qualquer detalhe ou elemento além de sua afirmação inicial. Posteriormente, entendi que estas são falas que colaboram para a mistificação do tema, que se torna cada vez mais envolto em mistérios, meias palavras e fabulações.

A segunda barreira diz respeito ao silêncio. Duas interlocutoras em particular, ao ouvir a apresentação de minhas intenções e entender do que se tratava a conversa, se calaram imediatamente. Este silêncio acompanhava uma linguagem corporal muito específica, olhar lancinante, boca contraída, corpo fugidio, como alguém que busca salvaguardar um segredo, que, por definição, se trata de uma informação que não se deseja partilhar.

A terceira barreira se desdobra num deslizamento sutil e não menos contundente do que a segunda, dizendo respeito à recusa explícita em falar. Em alguns casos, entendi em poucos gestos que qualquer abertura relacionada à história do “dar a criança” estaria vetada, sobretudo a estranhas. Uma interlocutora teve uma postura emblemática nesse sentido: disse com todas as letras que não falaria sobre “isto”, virou as costas e me deixou sozinha, verbalizando sua negativa com uma ausência de cena.

Um quarto momento consistiu no diálogo propriamente dito, estabelecido depois do desenvolvimento de uma relação de confiança com as mulheres. A descrição das trajetórias de vida constitui o “deixar com” como um processo feito de subidas e descidas, momentos de ascensão e precariedade, nos quais a entrega da criança se constitui como ponto de inflexão em meio a uma série de eventos concorrentes. O “dar” um filho se transforma em “entregar” ou em crianças que foram “tomadas” por terceiros, em situações que podemos pensar como uma maternidade que foi interrompida ou até mesmo negada, diante das duras condições que se impuseram às guardiãs das crianças.

Ao falar de silêncio, nos reportamos ao trabalho de Veena Das (2007). A autora contrapõe o excesso dos discursos públicos acerca do rapto de mulheres na Partição aos rumores produzidos sobre o destino das mesmas. Naquele contexto, uma proliferação de falas inflamadas circulava em vários dispositivos da retórica indiana, discorrendo sobre a necessidade de recuperar as mulheres violadas para, em última instância, restaurar a “honra da nação”.

Das afirma que as vozes das mulheres raptadas se revelaram a partir do mutismo, da ausência de palavras, de silêncios “difíceis de suportar”, uma vez que remetem a situações particularmente dramáticas de serem enunciadas (Das, 2007, p. 10). O evento traumático da partição das famílias só podia ser enunciado em muitos planos a partir do silêncio, tratado pela autora como uma estética feminina que permite comunicar algo, apenas alcançável no nível da experiência de vida dos próprios sujeitos. Uma linguagem prenhe de metáforas e alegorias, o que Das descreveu como um “conhecimento venenoso”. Em nosso caso, acredito que esta situação ajude a pensar no silêncio guardado por mulheres que viveram trajetórias de abandono e que convivem com a reprodução deste evento em suas vidas. O silêncio fala do impronunciável da violência simbólica de “ser mulher”, “ter um filho” e “não poder ser mãe”.

Como Das afirma, silêncio não é ausência de linguagem. Este elemento se desdobra, assim, de diversas maneiras. Na forma de um “vento gelado”, como diz Betânia, expressão que me espantou, dada a sua semelhança com o relato de Grace Cho (2008) sobre a figura da *Yanggongju*, ou “noiva de guerra”. Filha da diáspora decorrente da guerra dos Estados Unidos contra a Coreia, Cho escreve sobre o lugar das memórias e dos silêncios em torno das relações híbridas de violência e afeto que se forjaram naquele contexto. Para Cho, a história da diáspora coreana é uma narrativa feita sobretudo de silêncios. Em sua etnografia, lembra que, desde pequena, percebia que ela e seus vizinhos moradores de um bairro para migrantes eram “diferentes” dos outros. Cho queria entender esta diferença e perguntava à sua mãe sobre o seu

passado, sempre recebendo o silêncio como resposta. Sua mãe olhava para a parede e, com um olhar penetrante, se recusava a falar<sup>118</sup>.

Cho sugere, no entanto, que o silenciamento de sua mãe e sua recusa em contar são parte da memória traumática da guerra, vivida em muitos sentidos dentro de sua própria casa, a partir da união de sua mãe com um soldado americano. Em uma análise que leva em conta estes silêncios, não a partir de uma busca da verdade histórica, mas a partir das brechas, pontos nublados, das incertezas das narrativas, nas quais outras versões de uma história surgem e vêm à tona, posto que “o trauma nunca é linear”, encontramos uma figura construída “a partir de diversas fantasias e traumas coletivos”. A “noiva de guerra” é, portanto, a expressão de um tema não resolvido, que atravessa o tempo e o espaço a partir dos silêncios que lhe são próprios. De maneira similar, a figura imprecisa da “mãe que dá os filhos” nos convida a examinar a sua persistência enquanto realidade construída na longa duração histórica a partir de camadas de silêncio, bem como as fantasias que ela provoca na sua atualização permanente.

Nesta perspectiva, o relato de Betânia sobre o estado de acometimento por um “vento gelado” se assemelha à descrição feita por Cho acerca da assombração de determinados silêncios “que tomam a forma de um infeliz vento”. Esta metáfora utilizada por Cho serve para falar sobre a perspectiva de um “assombro transgeracional”, a saber, sobre de que maneira uma experiência traumática atravessa gerações familiares de maneira inconsciente<sup>119</sup>. Nessa linha, as cargas emocionais das histórias são pesadas não apenas pelos acontecimentos em si, mas pelo silêncio que exprimem, pela forma como são guardadas e escondidas, pois, como Cho questiona, “qual o melhor lugar para enterrar um trauma social do que no espaço bem guardado da família?” (Cho, 2008, p. 14, tradução livre).

Assim, o silêncio sobre um tipo de “maternidade ruim” encobre diversas outras situações tragadas para dentro do buraco do “abandono” e que alimentam os fantasmas em torno

---

<sup>118</sup> O silêncio tem a ver com o fato de que sua mãe é uma “noiva de guerra” assim como outras mulheres que durante a Guerra dos Estados Unidos na Coreia casaram-se com soldados norte-americanos. A figura da “noiva de guerra” carrega componentes ambivalentes: a violência do massacre, a realidade dos estupros, os casamentos feitos sobre bases assimétricas de poder e negociação da intimidade.

<sup>119</sup> Como escreve Cho, a ideia de um “assombro transgeracional” foi elaborada a partir do trabalho “The Shell and the Kernel: Renewals of Psychoanalysis”, de Nicolas Abraham e Maria Torok: “Abraham and Torok’s original theory of transgenerational haunting was based on work conducted in the 1960s with the adult children of Holocaust survivors, as well as others whose collective histories were traumatic. Their clients’ preoccupation with silences in their families, or their acting out of traumas with which they had no direct experience, provided evidence of their being haunted by the unconscious of others. What is important to note here is that the haunting effect is produced not so much by the original trauma as by the fact of its being kept hidden. It is precisely within the gap in conscious knowledge about one’s family history that secrets turn into phantoms” (2008, p. 12).

da “mãe abandonante”, vulto que serve para falar de processos políticos mais amplos, a saber, os traumas de diversos abandonos anteriores, as fantasias de hereditariedade e devir que decorrem das imaginações das famílias partidas, os filhos “legítimos” e “ilegítimos”, criados “de maneira diferente”, as violências de gênero que desencadearam os eventos, as vivências de pobreza e necessidade, as diferenças raciais e as percepções racializadas entre crianças e famílias de “cores” diferentes, todos esses atravessamentos espalhados em assimetrias cotidianas e naturalizadas no curso de uma vida.

A “mãe abandonante” é uma forma sintética que tenta dar conta da irresolução que decorre da coexistência do sistema de circulação de crianças e do convívio com as imaginações de uma família partida. A negociação com a figura do abandono é parte desta circulação, que fala da necessidade de fazer as pazes com o “monstro”, a rigor, uma mãe que “deu os filhos”.

As “histórias” de Keyla, Agatha e Betânia foram forjadas pelo “abandono”. Essas espécies de experiências traumáticas continuam ecoando, não pela mera reprodução de um comportamento, mas pela capacidade que o fantasma tem de se fazer vivo no presente, nas sensações exercidas sobre elas, ao não conseguirem ser mães, ao não serem inteiras. O fantasma é uma das várias formas da culpa, partilhada tanto entre as doadoras como entre as receptoras. A maternidade se realiza como um ordálio, que deve ser conquistado diariamente. Os “pais ausentes” são ressuscitados, se fazendo vivos e presentes na memória das famílias. Ainda assim, a “mãe abandonante” não necessariamente é uma figura trágica, pois as mulheres buscam refazer os sentidos destas linhas cortadas de inúmeras maneiras. Os elos são refeitos a partir de um trabalho de domesticação do gesto de ter deixado um filho em outra família.

No relato de Ivani, ela diz que esta história “mexe demais” com ela. O que está sendo mexido? Quais são os elementos soterrados que arranham as frágeis superfícies do presente? Quais escombros estão sendo deslocados nesta arqueologia do recontar? Para Ivani, significar a história da menina adotiva desencadeia um gatilho que ativa as lembranças de sua vida, como as da vida de sua mãe e da sua avó, amalgamadas a partir dos receios que pairam sobre a colocação da filha de Suzana na família adotiva. Ivani relembra uma experiência comum a outras interlocutoras, como Betânia, sobre a saída de sua mãe do interior para trabalhar “em casa de família”.

Ela fala de um processo no qual os “filhos dos outros” são acrescentados a redes familiares, mas “criados de forma diferente”. A impossibilidade de sua avó criar sua mãe, a peregrinação em busca de uma casa, o trabalho doméstico “em troca de casa e comida”. Suas imaginações abarcam também as vivências de Suzana, de suas irmãs e da mãe delas, “que passou todos os

perrengues e nunca deu a gente”. Nesta passagem, vemos que se por um lado “dar um filho” é algo provável em um contexto específico, por outro lado o ato se materializa como última fronteira do impensável feminino. A história de Suzana, doadora de uma criança, adensa as dores da mediadora da criança, ainda que a família desta tenha se favorecido com a vinda de uma menina. Também evoca, como Ivani menciona, as sombras que esta transação suscita, nos receios despertados na sua cunhada, pelo comportamento da criança e sua origem “desviante”.

A centralidade do eixo casa-cuidado-família-território é evocado por todas as interlocutoras. Suzana e Keyla não possuem uma casa, “moram de favor”. Agatha mora em uma ocupação cedida pelos “meninos do tráfico”. Quando engravidou, Betânia foi “expulsa de casa” pela sua família. No caso das famílias receptoras, a mãe de Ivani também não tinha casa, permanecendo, ao longo da vida, “na casa de um, na casa de outro”. O léxico da moradia que se dá pela falta nos remete ao primeiro capítulo, às histórias das crianças que foram pegadas para criar, como num ciclo que retorna, sem se fechar. Voltamos, assim, à importância das casas na vida das mulheres.

Ivani menciona um processo de desistência da própria condição da maternidade, quando conta que as irmãs de Suzana “foram desistindo” de ajudar. Diante destas situações, podemos nos perguntar: como é desistir de criar um filho? Quais são os motivos que levam a esta desistência? Como se dá o processo contínuo da desistência em ajudar uma mãe que precisa?

A evocação de Maria Mãe de Cristo, “abnegada”, surge como representante de uma maternidade silenciada, da qual “não se pode falar nada”. Agatha lembra que quando o assunto é o cuidado dos filhos, “homem não é crucificado, a mulher que sofre mais”, acionando os símbolos de uma metafísica religiosa (a cruz, a virgem) enquanto partes de um imaginário que se atualiza com força e vivacidade na existência das mulheres. Por outro lado, este algo do qual “não se pode falar nada”, é também um imaginário racializado, que nos remete à máscara da escrava Anastácia, figura examinada por Grada Kilomba (2010)<sup>120</sup>. A propósito da “máscara do silenciamento”, instrumento crucial para dominação da fala, da linguagem e seu poder de ação, Kilomba lembra de seus usos para emudecer a boca, órgão que é a um só tempo lócus da enunciação e “metáfora para a posse” (Kilomba, 2014, p. 172).

Nesse sentido, “mexer”, entre outras coisas, é um termo que se refere a mover algum tipo de conteúdo, um saber imaterial, mas concreto, que se remete a uma carga emocional, na

---

<sup>120</sup> O “trauma” se relaciona também ao esquecimento, que pode ser voluntário ou feito a partir de um mecanismo de defesa, para dar conta de um fenômeno ou de algo que fora suprimido a fim de evitar a confrontação com a angústia gerada por algo que fora ruim, desagradável ou mesmo devastador (Kilomba, 2014). O silêncio é uma das modalidades de linguagem para dar conta deste elemento suprimido, que, uma vez verbalizado, causa sofrimento ao reviver angústias.

qual os processos de ruptura familiar se instauram ao longo das gerações. O silenciamento se desdobra em seus vários corolários, o apagamento, o esquecimento, as lembranças, a partição familiar. Encontramos também as ideias de fantasma e pesadelos para falar sobre a experiência embaralhada entre passado e presente, entre memória, experiência e agência. Assim sendo, estamos diante de processos políticos, “histórias” que emergem de uma fratura de classe, de gênero, raça e geração.

Na fratura de classe, a base da doação e recepção se faz a partir de diferenças econômicas e de moradia, de vantagens e desvantagens, às vezes nem tão distantes nem tão assimétricas, que estão presentes na favela, onde podemos observar as nuances nas hierarquias de pobreza, vulnerabilidade e necessidade. Estas são aquelas diferenças que fazem toda diferença, que determinam quem pode ou não pode ter uma criança, quem tem ou não acesso à água, quem conseguiu manter uma casa, quem “vive de favor”, quem conseguiu uma vaga na creche, quem foi criado “largado”. Isto abre caminho para uma reflexão em torno da pobreza e para, quem sabe, repensarmos o lugar da categoria classe nos atuais estudos sobre este tema.

A fratura racial se exprime nas semelhanças destes processos com experiências próprias de sujeitos e grupos racializados. Não é aleatório que a história de Roberta e Emanuele seja contada a partir de um gatilho envolvendo cor e racismo. A fusão entre a mãe “morena clara”, o pai “branco” e a mãe original, uma mulher “negra”, é vivenciada tanto no desenvolvimento compartilhado da gravidez como no reconhecimento ambivalente da doação de Emanuele, ora vista como possível aproveitadora e mercenária, ora como parte vulnerável e incapaz.

Roberta busca se convencer da sua gravidez, a partir do reconhecimento das incapacidades materiais de Emanuele. Ao mesmo tempo, é este hiato assimétrico que possibilita a transação da criança. O “excesso” e a falta de uma mulher fazem com que outra “maternidade” e outra “família” sejam possíveis. A nível estrutural, estes são processos que dialogam de forma frontal com outras figuras “ocultas” presentes na constelação do nosso imaginário, a exemplo das figuras da “babá” ou da “mucama”, como analisadas por Rita Laura Segato: “o que se foraclui na babá é, ao mesmo tempo, o trabalho de reprodução e a negritude. Trata-se de uma foracclusão, de um desconhecimento simultâneo do materno e do racial, do negro e da mãe” (Segato, 2006, p. 13)<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> Rita Laura Segato examina os nexos entre uma versão romântica do mito de origem da sociedade brasileira, cunhado a partir da perspectiva de autores como Gilberto Freyre, para falar de uma dupla negação de gênero e raça, naquilo que ela chama de “Édipo Brasileiro”. O texto é denso de informações a este respeito, e reproduzo aqui uma passagem que evidencia a relação de “continuidade histórica” entre processos recentes de escravidão e as hierarquias atuais que entrecruzam gênero e raça: “Finalmente, percebemos o agravamento das dificuldades ao lembrar que a mãe substituta, escrava ou contratada, ainda quando se invista afetivamente no vínculo contraído

Esta semelhança de processos duplamente englobantes, tanto da negritude quanto da maternidade, está presente também na narrativa da criança de Ivani, originária de uma mulher moradora de favela, que tem a fama de “dar os filhos” e possui comportamento “sexualizado”. Ademais, podemos pensar na “máscara do silenciamento”, na partição familiar de diásporas presentes na história de Agatha (abrigos e migrações), como processos associados a outros indicadores, a exemplo das crianças negras que desde sempre são aquelas preteridas nos processos formais de adoção.

Neste esquema, ao mesmo tempo que as diferenças raciais são enunciadas ora com discrição, ora frontalmente, elas também fazem parte de muitos apagamentos. O que estes processos falam sobre um sistema que, se não remonta de maneira linear à escravidão, se atualiza com termos simbolicamente similares? “Pega pra trabalhar” é uma passagem singular que possui um peso forte, social e político profundamente ancorado numa história recente de escravidão, que, por sua vez, engendra processos étnicos, tais como as migrações de Betânia e da mãe de Ivani.

Na fratura de gênero, a dimensão do peso da deserção da maternidade está explícita. Ao escolher o termo doadoras de criança, meu intuito foi o de reabilitar uma relação que na maioria das vezes é lida de forma desqualificada socialmente, a fim de resgatar o caráter da dádiva eclipsado nos discursos ordinários. Estamos diante de uma dádiva agonística, para usar os termos de Marcel Mauss (2003), na qual o retorno de um bem não é retribuído para seu doador, mas para a criança, objeto da comoção e dos desvelos. Na dádiva agonística da mãe doadora, a fonte originária do humano em circulação é ora apagada, ora mencionada a partir da precariedade, em discursos provisórios de incapacidade, de “falta de condições” ou de “irresponsabilidade”. Em que medida podemos pensar que a recusa no reconhecimento do dom fala sobre um mal-estar, uma má consciência ou um sentimento de culpa por obter um benefício a partir do eixo vulnerável da relação? Em algumas situações, a circulação do ser transacionado só foi possível porque havia condições assimétricas, vividas dentro de regimes estreitos de proximidade. Isto posto, é importante destacar a ambivalência como elemento chave nestas histórias. Ao descrever a posição das receptoras, não pretendi projetar uma dualidade rígida entre mulheres e famílias, dado o caráter inventivo da circulação de crianças no conjunto das

---

com a criança, permanecerá dividida, ‘fendida’ (...) pela consciência de um passado – de escravidão ou pobreza – que não lhe deixou escolha. Por mais amor que sinta, sempre saberá que não chegou ao vínculo como consequência de suas próprias ações e, sim, coagida pela busca de sobrevivência” (2006).

configurações de criação e arranjos familiares, bem como o lugar de constrangimento e legitimidade moral daqueles que se dedicam a ficar com outras crianças.

O “assombro transgeracional” presente nestas “histórias” não somente revela a categoria expiatória da “mãe abandonante”, mas aponta para a existência de maternidades negadas (Venâncio, 2004). A violência simbólica contida no “acordo justo” da troca de uma laqueadura por uma criança, entre uma mulher que tem “filho de menos” e outra que “tem filhos demais”, nos encaminha para a seguinte questão: como lidar moralmente com o fato de se beneficiar de uma situação ancorada em inúmeras assimetrias? Os segredos de uma maternidade negada falam sobre processos de violência convertidos como “justos” em nossa socialidade<sup>122</sup>.

Na fratura geracional, nos remetemos à forma como algumas questões perpassam as vivências através de uma linha geracional entre avó, filha e neta. O material de campo nos convida a refletir sobre a ideia de uma reprodução de determinados padrões sociais, seja de reprodução sexual, seja de abandono, seja de luta por garantia de moradia, na qual encontramos os esforços reunidos ao longo de cada geração para evitar que alguns dramas similares se repitam. Ao examinar a trajetória de sua vida, Agatha lembra-se de uma série de fatores que convergiram para que ela desse sua filha, porém é justamente por conta dessa carga sociofamiliar que pesa sobre ela que ela reúne forças para romper com uma história de abandono. São processos como estes, nos quais as pessoas combinam altos esforços de diversas naturezas a uma profunda reflexividade sobre as condições de suas vidas, que tornam ainda mais gritante a gravidade destas experiências. Elas demonstram que romper com as dificuldades políticas e estruturais, aliadas a especificidades familiares, requer uma dose de investimento pessoal, psíquico, moral, material e social absurda, que não pertence ao campo das meras vontades pessoais, dos méritos de uma ideologia individualista, mas da convergência de circunstâncias que podem favorecer os sujeitos ou não (Duarte, 2011).

No início do capítulo, fiz uma alusão às histórias de Moisés e Édipo, histórias míticas, notórias, fundantes de cosmologias de mundo. São histórias masculinas, contadas sobre homens, que contrastam com as histórias contadas aqui, menos célebres ou fantásticas, imiscuídas no cotidiano, fundantes de relações reais. Sabemos que histórias míticas nos remetem a contratos sociais que, como Veena Das (2007) articula, falam sobre contratos sexuais ocultos. Assim sendo, o contrato sexual por trás das histórias de abandono visibiliza a ausência

---

<sup>122</sup> Nesse sentido, podemos entender os diversos apagamentos pragmáticos ao longo destas transações: a fabricação inventiva de documentos “ilegais”, o drible de certidão por Roberta e seu companheiro, as conjecturas de “troca de mães” propostas pela médica do casal; a exclusão do “pai verdadeiro” no caso de Miguel; o gesto de Ivani obrigando Suzana assinar um termo no cartório; ou seja, as diferentes elucubrações e estratégias utilizadas pelos agentes para dar conta das fronteiras do legal e do ilegal na transação de crianças.

ativa masculina, os processos raciais de apagamento e esquecimento, a diferença e as semelhanças entre mulheres e famílias próximas, em várias escalas de hierarquia, poder e diferença.

É, portanto, a partir de uma história do cotidiano que encerro este capítulo. Nos dias que transcorreram ao longo do trabalho de campo, entendi que Carla, a mulher que se negou a falar, era uma das mulheres que haviam perdido tudo no incêndio do casarão em que moravam. Quando a conheci, fazia somente uma semana que ela havia perdido todos os seus móveis, objetos, documentos – um inventário de pertences e lembranças tragados pelas chamas provocadas por um homem que, ao visitar sua ex-mulher, durante uma discussão, raptou a filha e ateou fogo no quarto onde as duas viviam. As labaredas se alastraram rapidamente pelos outros cômodos e espaços, consumindo boa parte das moradias.

Foi neste contexto que eu busquei estabelecer um primeiro contato, no momento em que uma mulher conhecida por “dar os filhos”, mas que guardou uma consigo, havia acabado de “perder tudo”. Seu silêncio é expressivo das suas perdas. Ao se negar a falar, Carla nos convida a experimentar seu “conhecimento venenoso”, ou a sentir o arrepio do “vento gelado” expresso por Betânia. É na tentativa de sustentar este incômodo, causado pela negação da sua voz, que encerro esse texto com o silêncio de Carla, ou melhor, com a sua recusa em narrar. Reabilitar o seu silêncio em linguagem talvez seja uma forma de comunicar sobre uma história mal contada, uma tentativa limitada de romper o pacto do silêncio e expor através da escrita algumas fraturas que se tecem a partir das semelhanças e diferenças entre mulheres, famílias e imaginações das mais variadas ordens e regimes de natureza.

## Conclusão

Neste trabalho, procurei analisar a veiculação de discursos sobre a sexualidade feminina, considerada em algumas de suas potencialidades desviantes. Acompanhamos as maneiras através das quais narrativas sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres pobres prescrevem um campo de expectativas sociais. Espera-se que estas não tenham “muitos filhos”, que sejam “boas mães”, que consigam “controlar” suas filhas mais novas e, assim, evitar uma “gravidez na adolescência”. Mulheres são avaliadas por serem “nervosas” e “violentas” com seus filhos e, em algumas situações, são acusadas de “abandono” de crianças. No plano institucional, são apontadas como elementos que desregulam a política pública. A afirmação sobre uma sexualidade vivida fora do “momento certo” se transforma em modalidade de justificação política e compõe a racionalidade burocrática na gestão dos recursos sociais.

As acusações corriqueiras conformam um processo dinâmico de atribuição de intenção, responsabilidade e culpa endereçado às mulheres. Este processo de julgamento moral é feito na convivência cotidiana, de maneira informal, considerado “natural” e pleno de verdades incontestáveis. Como disse na Introdução desta tese, valendo-me da bruxaria enquanto forma de explicação dos infortúnios, estamos diante de uma dinâmica social que atribui força à ação das mulheres, força esta que não apenas explica um conjunto de questões sociais, como possui a capacidade de performar, instaurar e negociar as adversidades do dia a dia, as relações de conflito, o universo dos prazeres e dos desejos, bem como a gestão das administrações públicas.

A construção de determinados territórios como lugares nos quais o poder estatal pode dispor das vidas de maneira “descartável” tem sido desenvolvida por diversos autores ao longo dos últimos anos (Machado da Silva, 2010; Leite, 2012, 2015; Farias, 2014). Por diversos caminhos e estratégias de denúncia, moradores, militantes e pesquisadores apontam para a existência de uma “política de extermínio” ou um “genocídio” dirigido a pessoas moradoras de favelas (Oliveira, 2016). Análises contemporâneas chamam a atenção para a brutalidade e a banalização destas mortes e para as dinâmicas de violência das execuções, desaparecimentos e assassinatos realizados nestes territórios. O “Caso Amarildo”, nomeado a partir do morador do morro da Rocinha que desapareceu após ser detido por policiais da UPP do local, ou o “Caso Claudia Ferreira”, como ficou conhecido o assassinato de uma moradora do Morro da Congonha cujo corpo foi arrastado pelas ruas após cair da viatura policial em que era carregado, falam sobre formas cotidianas de tratamento dirigido aos moradores de favelas durante ações policiais, estatais e militares conduzidas nestes territórios.

Neste aspecto, Farias (2014) chama atenção para ações policiais nas quais “deixar morrer”, “não acabar de matar”, “desaparecer”, entre outros expedientes de usurpação da vida e da prática da tortura, fazem parte de processos atrozos de desumanização. A partir do trabalho de Adriana Vianna e Juliana Farias sobre a mobilização social de mulheres que tiveram seus filhos assassinados durante operações policiais realizadas em favelas ou no interior das instituições de Estado, vemos de que maneira a construção da luta pelo reconhecimento destas mortes como resultado da “violência institucional” se faz a partir do antagonismo que opõe “mães que deram a vida e o ‘Estado’ que a tirou” (2011, p. 108).

Esta fresta aberta pelas autoras permite incorporar um elemento menos contemplado nos estudos sobre violência nas favelas, parte fundamental da dialética de vida e morte presente nestes territórios, que consiste “na centralidade da reprodução material e moral de pessoas como parte do governo de populações tomadas como potencialmente perigosas” (2011, p. 109). Diante destas indicações preciosas, procurei acompanhar de que maneira este elemento “oculto” da reprodução sexual feminina ocupa lugar de destaque nos discursos das administrações de Estado, em suas rotinas e burocracias, mas também no discurso popular, nas falas, conversas e apontamentos mais comezinhos da vida cotidiana. A partir destes discursos, vimos de que maneira a representação de alta fertilidade associada às classes populares, ancorada na ideia de uma sexualidade lasciva e “irresponsável”, se reproduz e instaura dinâmicas de interação social, performatividades, modos de justificação e atribuição de causas e responsabilidades entre os sujeitos.

Podemos pensar que se algumas vidas são “descartáveis”, esta ideia depende da construção de territórios como produtores de corpos em excesso. A partir do material apresentado, vimos como o raciocínio que equaciona reprodução feminina, intensidade e necessidade de contenção é possível mediante a elegibilidade da sexualidade feminina como eixo fundamental na produção destes territórios como lugares nos quais as mulheres “fazem filhos demais”. Estamos diante de territórios imaginados como altamente procriadores e esta representação, por sua vez, serve à produção das mortes e do “deixar morrer” como processos sem importância e significância social, uma vez que, de acordo com os discursos examinados, as mulheres moradoras da favela são consideradas “de sangue quente”, a fertilidade é alta e as crianças são feitas “sem planejamento”. As mortes vistas como desimportantes relacionam-se de alguma forma à representação sedimentada do gênero feminino como reprodutor de filhos em grande quantidade.

Nas retóricas de diversos profissionais de Estado, crianças são descritas como “responsáveis” por aspectos negativos do dia a dia, seja na figura do “menor”, seja nos impedimentos dos “rolezinhos” nas praias da Zona Sul, seja quando lidas como nascidas “fora de hora” e consideradas obstáculo para o funcionamento da política pública, a partir da batalha nas vagas na creche, entre outras mercadorias sociais que são disputadas. Vimos de que forma, na perspectiva dos policiais, crianças e adolescentes pobres podem se tornar “um bunda suja”, na alusão a trajetórias infantis com potencialidades para uma vida no crime. Esta suposta potencialidade é evocada para justificar a presença policial nas escolas e creches a fim de conter os “alunos rebeldes”. A inocência e o pânico que as crianças oriundas da favela evocam podem ser compreendidos a partir de uma tensão entre uma biopolítica (Foucault, 1977) e uma necropolítica (Mbembe, 2008) enquanto uma dialética de produção da vida e da morte. São, afinal, crianças nascidas das mulheres negras e de cores “misturadas” que moram na favela, o que justifica os “governos de morte” dirigido a tais vidas (Farias, 2014). Nesse imaginário, as narrativas sobre a procriação desenfreada de mulheres são complementares a uma política de extermínio dos moradores nestes territórios<sup>123</sup>, já que a imaginação sobre lugares nos quais supostamente se nasce muito é uma das razões que amparam a produção das mortes de forma compulsória.

Sobre este aspecto, trago as considerações de Frantz Fanon (2005), filósofo e médico psicanalista que atuou no movimento de libertação da Argélia, território colonizado pela França. Em sua obra “Os Condenados da Terra”, o autor reflete sobre a contribuição que a linguagem e os discursos têm na fabricação de posições cristalizadas tais quais as de “colonizador” e “colonizado”, categorias atuantes na produção da subjetividade e na forma como as pessoas se pensam a partir de situações de poder, desejo, dominação e autoridade. Ao refletir sobre a alteridade do processo colonial, Fanon lembra das representações do olhar estrangeiro sobre determinados territórios: “a cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe (...) ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê” (2005, p. 34). Podemos pensar que este olhar sobre um outro indomesticável e ininteligível partícipe do processo colonial é semelhante ao olhar de “fora” sobre a favela. Com base nesta digressão, podemos considerar que o imaginário de alta

---

<sup>123</sup> Ao falar em extermínio estou assumindo o termo não como uma categoria auto evidente, mas como fruto da disputa que emerge na luta de movimentos sociais de favela contra as mortes, execuções e outros tipos de violência voltada aos moradores. Considero que assumir o termo também em trabalhos acadêmicos faz parte desse processo de combate a tais políticas e práticas. Sobre estas disputas e batalhas classificatórias ver Farias (2014) e Oliveira (2016).

fertilidade associado às mulheres populares tem semelhança com um tipo de colonialismo que estabelece a coexistência entre os processos de viver, matar e morrer, junto à minimização e relativização destes eventos no plano cotidiano. As vidas oriundas da favela não fazem falta e são “descartáveis” porque, de acordo com a representação da hiper fertilidade atrelada a uma lascívia sexual estas vidas foram produzidas em alta escala e não seriam distinguíveis umas das outras, singularizadas e destacadas como de valor próprio. Ali, afinal, como no texto de Fanon, “nasce-se em qualquer lado” e “morre-se em qualquer parte”, expressões que em muito se aproximam às falas sobre “as crianças que ficam soltas por aí”, “as mulheres que largam os filhos” ou os mortos sem nome trazidos nas notícias sobre “confrontos” ocorridos nas favelas.

As situações apresentadas mostram também de que modo a reprodução das mulheres se transforma em motivo de justificação política para a distribuição desigual de recursos de Estado. Nesta conjuntura, a ideia de “gravidez planejada” ou de um “controle de natalidade” é evocada por profissionais de instituições estatais em oposição ao comportamento “irresponsável” e “ignorante” das mulheres. A valorização da “gravidez planejada” fala de uma racionalidade burocrática específica, em detrimento de outras lógicas sexuais e reprodutivas. Ao longo da análise, vimos de que maneira estes termos não são neutros e responsabilizam especialmente as mulheres moradoras de favelas.

Este discurso social se dá em níveis de poder entrelaçados: aparece no plano ordinário como o das relações familiares, de vizinhança, de amizade, nos assuntos corriqueiros, na fofoca, nos rumores e conflitos do dia a dia, mas também faz parte da falação institucional. A correspondência de discursos entre o regime cotidiano e o institucional fortalece as acusações e tensões em torno da reprodução sexual das mulheres, e cria uma vigilância social que “toma conta” dos comportamentos femininos. Na sua simples evocação, os apontamentos sobre as “novinhas”, a mãe “nervosa” ou a mulher conhecida por “dar os filhos” aglutinam expectativas sobre a postura das mulheres na interação social, sobre a legitimidade de seus comportamentos e atitudes, bem como organizam campos de desejo e atribuição de responsabilidades.

A partir de dois espaços relacionais, procurei analisar de que maneira os comportamentos femininos socialmente “errados” são evocados e se imiscuem no cotidiano. Nas Casas, conhecemos o trabalho de “tomar conta” realizado por mulheres moradoras da favela. Estas mulheres lidam com uma demanda de cuidado das crianças não resolvida pelas administrações de Estado. Este trabalho é regulado através de negociações flexíveis, feitas a partir de relações de confiança, que levam em conta a especificidade, as necessidades e as condições de cada família. A reputação das mulheres que “tomam conta” é construída ao longo

de anos de atuação, porém, ao mesmo tempo, esta atividade não está livre do sistema de acusações que pesam sobre as mulheres. Alguns rumores e fofocas são particularmente poderosos, como os que sustentam que “elas ganham muito dinheiro com criança”, o que alimenta a ideia de um trabalho “fácil” e mercenário, ou os que afirmam que as condições físicas das habitações são “ruins”, sendo a materialidade da casa escrutinada, o que resvala para as responsabilidades das mulheres em cuidar do seu espaço ou não oferecer um espaço “adequado” ao cuidado dos outros, nas possíveis ameaças de fiscalização do Estado, entidade “ausente” e ao mesmo tempo à espreita, que pode “bater à porta” caso alguma fofoca se transforme em denúncia de fato.

Nesse aspecto, o Estado se atualiza como ameaça, um fantasma que paira sobre a ação das mulheres que “tomam conta”. Desta forma, conhecemos uma das facetas das ações estatais, nas maneiras com que o Estado se faz presente na vida destas mulheres enquanto entidade desencarnada e intimidadora. Em uma das Casas que conhecemos, a convivência de crianças com rapazes mais velhos foi enunciada, na forma dos rumores sobre “abuso”, como elemento poluidor, evidenciando de que maneira o terreno do cuidado é uma ação de alto risco, passível de controle social e punição.

Ao mesmo tempo, as Casas revelam sua capacidade de lidar com situações limites de vulnerabilidade na apreciação caso a caso, na fina reflexão de quem pode dar conta de uma vida ou de quem não pode. Regimes variados de guarda e parentalidade são vivenciados, algumas crianças são incorporadas à família que “toma conta” e se tornam “filhos” destas famílias. Outras crianças são amparadas em situações de vulnerabilidade, a exemplo da morte de familiares que sofreram descasos públicos, ou de conflitos de gênero, como casais em situação de “briga” e “confusão”. Outras crianças permanecem “o tempo que a creche não cobre”, fato que permite a mobilidade dos trabalhadores em coexistência com o cuidado dos filhos. Crianças também podem dormir à noite na casa dessas mulheres, seja para o lazer de seus familiares, seja para as rotinas de trabalho noturno. Desta forma, as Casas revelam uma maleabilidade frente às situações e demandas que se apresentam, oferecendo alternativas para muitas situações.

Estas casas são atravessadas por “faltas” significativas, a exemplo da “falta de água” no morro, uma responsabilidade do poder estatal que não é cumprida. A “falta de água” é um agente especial na relação entre mulheres que partilham este recurso para suas casas. A divisão da água é um elemento que fala de outras adversidades vividas entre mulheres, da arte de compartilhar recursos em situações de escassez. O “ciúme” entre duas mulheres expõe os

processos de rivalidade que derivam das condições de disputa dos recursos, bem como evidencia as coalizões e solidariedades tecidas entre duas vizinhas. O sentimento de “ciúmes” em relação a uma das donas da casa é resultado da sua projeção pública enquanto pessoa “abastecida”, seja de crianças, seja de água. A água, como bem escasso na favela, se constitui em um elemento de privilégio, destinado a poucas pessoas que podem utilizá-la em suas residências. A disputa entre as pessoas que podem se abastecer e aquelas que não podem ilustra processos de descuido e descaso em relação aos moradores. Neste trabalho, não foi possível conferir maior atenção a este aspecto, contudo registro que compartilhar água para lavar roupas ou mesmo para tomar banho revela-se um dos fatores essenciais para pensar o “nervoso” feminino, a produção das reputações, bem como as diferenças sociais e econômicas entre os moradores e seus impactos na qualidade de vida.

As Casas atuam nas margens do Estado no sentido proposto por Das e Poole (2004), entendidas como espaço de produção da vulnerabilidade e precariedade fundamentais à reificação da ação estatal nestes territórios. Neste aspecto, evoco as lembranças de bell hooks sobre as vivências na casa da sua avó (1999), quando a autora menciona que lembrar desta história é um “gesto consciente”, uma forma de “honrar a luta”. A autora fala de uma luta vivida pelos seus antepassados no esforço contínuo de se manter vivo. Em um contexto em que a vida na favela é marcada pela escassez de recursos, oportunidades limitadas e violência institucional, a manutenção de *homeplaces* como lugares de resistência é uma forma de preservar os espaços nos quais as pessoas podem garantir a sua vida e recuperar a si mesmos. Para hooks, falar em resistência “significa mais do que resistência contra a guerra. É uma resistência contra todos os tipos de coisas que são como a guerra” (1999, p. 80). Registrar a ação coletiva das Casas é uma das formas de falar sobre o trabalho político que envolve a criação de gerações de batalhadores.

No contexto descrito, esta “guerra” se expressa de diferentes maneiras, como na perda de uma mãe que “morreu no SUS” e deixou crianças órfãs, posteriormente amparadas pelas Casas. No sustento de filhas adultas que ainda estão desempregadas. Na já destacada partilha da água, um bem vital e inacessível em algumas partes do morro. Em todas estas batalhas e adversidades cotidianas que são amortecidas a partir da ação coletiva destes *homeplaces* de resistência. Ao lado da ideia de que o cuidado profissional se faz nas instituições, estas mulheres seguem realizando outras formas de criar, permitindo assim que os valores institucionais sejam refratados e refeitos no cotidiano das socialidades populares, em meio a valores sobre criação, jeito, afeto e autoridade. Pensar os sentidos de fazer casa, família e parentalidade aponta para as formas de ação coletiva em face da exclusão dos serviços públicos e direitos sociais. Manter

estas Casas criadoras de crianças e adultos, por sua vez, desnuda a produção da precariedade nestes territórios, ao mesmo tempo em que evidencia o esforço cotidiano de mulheres em garantir lugares de cuidados e tornar seus mundos seguros e habitáveis.

Nas Creches, acompanhei de que maneira a veiculação de um discurso sobre a sexualidade feminina “irresponsável” viabiliza uma estratégia moral e administrativa poderosa para gerir os recursos sociais estatais, a exemplo das vagas de acesso à instituição. A acusação e escrutínio sobre a reprodução desregulada das mulheres permite a justificação da “falta de vagas”, bem como situa a sexualidade feminina como elemento que desregula o funcionamento estável da política pública. Esta retórica da acusação sobre a sexualidade “irresponsável” permite que o déficit das vagas seja compreendido a partir da “culpa” das mulheres moradoras da favela.

Como vimos, a prática administrativa engendra características aparentemente antagônicas, sendo a frieza no trato cotidiano exercida como forma de salvaguardar a distância em relação às “histórias tristes”; entretanto, essa frieza é feita de uma aquiescência que emerge do contato com esta “realidade”, na impossibilidade de “ajudar” ou ao deparar com situações que “não têm jeito” e que as interpelam moralmente. O calor e a frieza falam da mistura de temperaturas relacionais que dizem respeito aos modos burocráticos de proceder, na passagem da empatia momentânea frente à necessidade dos outros para a radicalização de um discurso sobre a “preguiça” e “irresponsabilidade” dos pobres.

A necessidade de impetrar negativas, a exemplo das cenas cotidianas de negação de um direito, engendra momentos incessantes de humilhação pública vividos no espaço institucional. A “pedagogia do constrangimento” fala sobre rituais ordinários de rebaixamento dos outros, nos quais a ação das profissionais deve desmontar, a partir de uma expertise singular, toda e qualquer retórica sobre os direitos e as necessidades. Este poder implacável de desarmar o discurso do direito e da necessidade é feito a partir da evocação de um Estado isento da responsabilidade de criar “os filhos dos outros”. Um Estado acionado enquanto entidade livre da obrigação de criar as crianças feitas “fora de hora”, filhos daqueles que “não se planejam”. Nesta chave, podemos descortinar a reversibilidade das acusações direcionadas às mulheres e aos pobres em geral, ou seja, o fato de que estamos diante de um Estado “irresponsável”, que se omite da função fundamental de apoio, sustentação e manutenção das vidas, bem como da criação das condições favoráveis ao exercício de parentalidade e dos laços de interdependência.

Desmontar as retóricas do direito e da necessidade é um procedimento feito a partir de uma estética feminina e que aciona elementos como o sexo, a reprodução, a culpa e a

responsabilidade das mulheres na administração dos recursos sociais. Esta destituição das necessidades dos outros é feita no cotidiano, no face-a-face, entre, de um lado, mulheres de origem popular que ascenderam profissionalmente ao alcançarem posições de trabalho ao mesmo tempo privilegiadas e desvalorizadas socialmente e, de outro, mulheres pobres e de origem popular que necessitam dos recursos estatais. Na trilha aberta por Lugones a respeito da figura do “matronazgo” (2012), encontramos um “Estado feminino”, uma prática empreendida pelas profissionais que aciona um discurso de gênero dotado de dinâmica coercitiva que, em alguns casos, incita dinâmicas de rivalidade, atualizando um poder que deve saber exercer o controle e limitar o desejo dos outros. Entre estes polos nada estáveis de posições sociais, visualizamos a proximidade das questões que unem essas mulheres dentro e fora da administração estatal e provocam a possibilidade de empatia, a “vontade de ajudar”, sem desfazer a distância social que decorre de ocuparem posições de poder assimétricas. Assim, para gerir a incapacidade de atender à demanda que chega à instituição, encontramos práticas que atualizam características comuns à feminilidade, como o acolhimento e o cuidado com as crianças que são atendidas nas instituições, ao lado de expedientes de humilhação, cobrança e responsabilização. A creche, como espaço institucional e supostamente neutro, reifica aspectos do mundo familiar articulando o cuidado e a coerção, o carinho e o castigo daqueles que dependem de sua ação. Estamos diante de um Estado amoroso que ao mesmo tempo que sabe amar, sabe punir.

Na Creche, conhecemos os ritmos absorventes que compõem o cotidiano da ação profissional. O barulho da creche revela um elemento especial na produção das performances, já que o som é um agente que modula as emoções, práticas e subjetividades deste estado emocional. No decorrer da análise, conhecemos as dores de cabeça, o arranha-ouvido dos choros, os gritos que devem ser dados de maneira enérgica para se obter a calma. Estes sentidos são vivenciados em suas ambivalências múltiplas, no afago dos abraços infantis, no encantamento proporcionado pelas crianças, nos sorrisos e magias que esse espaço pode proporcionar aos corpos que trabalham oferecendo sua atenção. A preocupação com os cabelos surge como elemento que adensa a rivalidade entre mães e profissionais, uma tensão reveladora das dimensões raciais, uma vez que a necessidade de arrumar o cabelo das crianças fala sobre estigmas que vinculam cabelo, estética, origem, negritude a qualidades negativas, tais como “bagunça” e desordem. A avaliação dos cabelos das crianças articula gênero e raça. Se por um lado, as “mães fazem questão [de] que o cabelo esteja arrumado”, é porque este atributo exhibe os sinais diacríticos do cuidado, da limpeza, do respeito e da pessoalidade. Por outro lado, as

profissionais criticam a preocupação materna “excessiva” com os cabelos infantis, indicando uma futilidade das mulheres na atenção a este elemento em contraposição ao cuidado que estas deveriam ofertar em suas casas, a exemplo das mochilas “sujas” e roupas íntimas “largadas”.

Na perspectiva das mães, a cobrança do cuidado com os cabelos constitui um veículo que permite exigir e avaliar o carinho, o zelo e o bom tratamento oferecido às crianças, porque são elementos de reconhecimento e dignidade. Na narrativa das profissionais, o cabelo adquire o status de contra-acusação, pois permite cobrar dessas mulheres algo que elas supostamente não fazem e que deveriam fazer: a responsabilidade materna e inalienável com as crianças. O cuidado com os cabelos na instituição é um elemento de fogo cruzado, um articulador que revela as diferenças raciais e de gênero que transbordam as paredes institucionais ao se referir às leituras raciais entre crianças “negras” e de cores “misturadas”. Uma leitura prenhe de qualidades morais e afetos distribuídos de maneira diferenciada, ao expor cabelos “difíceis” e “fáceis” de se pentear, em valorações raciais vividas na miudeza e na intimidade nem sempre enunciadas publicamente.

Na análise destes espaços relacionais, entramos em contato com três figuras da sexualidade feminina, formas conceituais que materializam as acusações e projeções sociais acerca das mulheres. Como vimos, estas figuras são constituídas a partir de ambivalências profundas. Todas elas falam sobre comportamentos que provocam admiração e também repúdio. As performances femininas aglutinam a mistura de elementos simultâneos, sendo por um lado figuras do desejo e por outro deslizando para as zonas de coerção, culpa, “castigos” e acusações.

Na perspectiva da produção do desejo, a “novinha” é uma personagem do prazer, celebrada em diversos repertórios públicos, mas cuja experiência em muitos planos não pode ser vivida plenamente, uma vez que fala dos limites e impossíveis da vivência sexual, feitos nos trânsitos dos prazeres, riscos e perigos da sexualidade (Vance, 1992; Gregori, 2004; 2008; Díaz-Benítez, 2009; 2015). Elas são enunciadas como agentes capazes de desregular a estabilidade de uma economia do sexo e do gênero, por supostamente poderem usurpar homens mais velhos, desprezar outros rapazes em faixa etária semelhante, desbancar mulheres de relações afetivas já existentes e trazer preocupações para as suas próprias famílias, a partir do “medo de engravidar” ou dos usos de roupas curtas, evocadas como despertadoras de desejos ilícitos, seja dos “homens da rua”, seja de homens familiares e próximos. Assim sendo, as “novinhas” são projetadas como entidades responsáveis pela competição intragênero e entre gêneros.

As “novinhas” convocam o campo da proibição e da difamação relacionado aos interditos de idade e aludem às zonas de “abuso” e “pedofilia”, categorias estas sempre disputadas à luz das moralidades e contextos locais. Porém, se elas são alvo da lascívia dos outros, elas também podem espalhar o terror, a partir da explicitação dos desejos masculinos sobre meninas mais novas. Este é o sentido da “novinha terrorista” na sua representação mais imediata. A “novinha terrorista” possui uma característica antropofágica, no sentido de que canibaliza a passividade e a inocência atribuída a Lolita, sua personagem predecessora. Enquanto uma categoria popular, a “novinha” encena esta radicalidade ao limite, ao mesmo tempo em que toma de empréstimo a provocação atribuída à imagem da “ninfeta”, podendo subverter esta imagem, na manobra hábil dos usos sociais de uma performance provocadora. A encenação de uma performance lida socialmente como “afronta” pode ser capturada por situações, gestos e práticas de “abuso”, “castigo” e “violência”, nos quais as meninas “calmas” parecem ser as mais passíveis de punição, uma vez que, na perspectiva do discurso masculino, estas macularam a imagem de uma feminilidade recatada.

Em outras situações, se as “novinhas” são projetadas como objeto de desejo de homens mais velhos, elas podem desmascarar as regras do jogo ao explicitar os tabus culturais em torno do sexo e da idade. A enunciação destes desejos pode devastar o campo de relações familiares, de vizinhança e das sociabilidades de grupo, por desencadear conflitos, rupturas e separações de diversas ordens. Ao revelar o desejo sexual dos homens próximos, daqueles que deveriam oferecer proteção, as “novinhas” tornam possível a exposição da ação masculina. Na possibilidade de nomear o tabu da sexualidade, este entendido na chave do desejo dos homens próximos, “conhecidos” ou de confiança, as “novinhas” conhecem um dilema perturbador, ao apontar o prazer e a intenção sexual de figuras masculinas do cuidado. Neste sentido, a “novinha” perturba a concepção que situa crianças ora como sujeitos inertes, ora como personagens da provocação sexual. Ao lançar luz nos desejos masculinos, a “novinha” reverte a objetivação sistemática através da qual a sexualidade feminina é assujeitada. O enquadramento se desloca e se reapresenta na forma do escrutínio da sexualidade, da culpa e da responsabilidade masculina no universo dos prazeres.

Em segundo lugar, a “mãe nervosa” fala sobre a impossibilidade de performar as características dóceis atribuídas ao campo dos afetos maternais, significados que compõem o cânone da boa maternidade. A “economia das intensidades” disserta sobre um trabalho relacional constante de avaliação moral das outras mulheres e de si próprias enquanto mães e “guardiãs” das crianças. Os sentidos da “violência” são manipulados na ação cotidiana:

“apanhar”, “bater”, “espancar”, são expressões que extrapolam a relação mãe e filho, e apontam para um campo atravessado por outros elementos, a saber, a “ausência ativa masculina” e a “ausência ativa de Estado”. Estas ausências não são vazias, mas, ao contrário, são campos de ações e forças que demandam uma postura enérgica das mulheres. Estes atravessamentos e interferências mobilizam uma ação sistemática e compulsória, que modula o tipo de maternidade, parentalidade e afetos que são exercidos. É nesse sentido que a maternidade emerge do plano imanente das relações, ao mesmo tempo que figura como entidade simbólica e transcendental na representação ideal dos discursos populares e institucionais. Podemos dizer que o campo influente destas “ausências ativas” desencadeia a presença de uma ação feminina ostensiva e sistemática. A presença intensa das mulheres nos jogos de manutenção da vida produz o “nervoso” que nelas é demarcado. Nesse sentido, ausências são termos que falam de presenças instauradoras de dinâmicas sociais.

No campo das “ausências ativas”, podemos afirmar que há uma afinidade de masculinidade entre as “ausências dos homens” e as “ausências de Estado”. No primeiro plano, os deveres sociais masculinos não cumpridos podem ser observados de diversas maneiras: nas formas de “não assumir” obrigações de cuidado e parentesco, nas “brigas”, “barracos” e tensões em torno do pagamento da “pensão alimentícia”, nas formas pelas quais mulheres batalham ou desistem de “correr atrás” dos deveres paternos, a exemplo dos cartazes sobre o reconhecimento de paternidade nas instituições, ou de mulheres que se viram na situação de ter que construir ou desistir do afeto masculino em relação ao filho.

Em segundo lugar, a “ausência ativa do Estado” constitui outra linha de força que intensifica o “nervoso” feminino. A presença das forças armadas policiais no território e a ação armada local na figura dos “meninos do tráfico”, são elementos que impulsionam as mulheres para a obrigação de proteger as crianças. Proteger crianças em situação iminente de risco desvela uma torção das ideias comuns que associam mulheres como figuras dóceis do cuidado. Proteger implica constranger, bem como produzir pessoas como “sujeitos fortes”.

As cenas de “batidas” falam sobre uma ética do cuidado, segundo a qual mulheres devem preparar seus filhos para outras “violências” vividas no cotidiano “fora” das casas. Nesse sentido, crianças podem se transfigurar em entidades de escoamento da raiva, o que, em alguns casos, leva a situações de “humilhação” das mesmas. Mulheres mães são elencadas como “guardiãs da segurança”, numa regulação vivida sob forte controle social. Na avaliação deste agir feminino, mulheres podem ser consideradas “irresponsáveis” e, nesse sentido, podem também sofrer “castigos” e humilhações públicas.

A afinidade masculina entre estas duas ausências aponta para uma continuidade entre poder, gênero e ação estatal (Vianna; Lowenkron, 2017). A estética masculina destas forças se revela sob a forma de um poder realizado a distância, uma entidade fantasmagórica que procede na base da ameaça, na possibilidade iminente do exercício da força. A agência destes poderes masculinos revela sua capacidade de penetração não tanto pela exposição dos aspectos mais evidentes de ostentação do poder ou dos castigos propriamente realizados, e mais na capacidade que seus atravessamentos possuem de se imiscuir nos processos mais mezinhos do cotidiano, trazendo uma série de interferências e perturbações reiteradas na vida dos outros.

Finalmente, a figura da mãe “abandonante” fala sobre uma fronteira limite que versa, por um lado, sobre a incapacidade de uma mãe guardar um filho e, por outro lado, sobre a enunciação pública feminina de não querer ou não poder ficar com um filho. O “abandono” opera como uma categoria expiatória, que acoberta outras ações impossíveis de enunciar totalmente, uma vez que falam de assimetrias vividas em relações de proximidade social, seja no campo da amizade, da vizinhança ou das relações institucionais. Estas assimetrias expõem algumas “fraturas” de gênero, raça, classe e geração que, ao serem desnudadas, permitem conhecer vivências de outros “abandonos”, “rejeições” e “violências” advindos de relações de hierarquia, poder e diferença entre mulheres, entre homens e mulheres, e entre mulheres e instituições estatais.

As situações de doação e recepção das crianças se dão no fio da navalha, e falam sobre a avaliação das pessoas em relação à decisão de ficar ou encaminhar um filho num determinado momento da vida. Estas decisões são plenas de hesitações e incertezas, feitas em contextos não favoráveis à retenção das crianças: a “falta de casa”, “o pai que não assumiu” ou a “situação financeira” levam mulheres a “deixar” as crianças com outras pessoas. Nestas situações, mulheres ainda assim exercem sua agência e poder de ação, ao decidir em que redes familiares ou de conhecidos vão alocar os filhos, considerando que a obrigação do cuidado recaiu, em última instância, sobre elas. Estes gestos permitem acessar os dilemas das decisões femininas em relação ao destino das suas proles e nos fazem pensar sobre de que maneira estas hesitações e decisões possuem uma “carga emocional” particularmente dramática, seja para as doadoras de crianças, seja para as receptoras.

Ao falar em “maternidades negadas”, não pretendi reificar o laço biológico, nem a obrigação do vínculo de cuidado entre mãe e criança, tampouco criar uma nova polaridade entre a mãe que “deu” e a outra que “pegou” uma criança. A “maternidade negada” não se refere à relação da díade mãe e filho em si, mas se dirige aos suportes, contextos e relações que tornam

possível o cuidado de uma criança. A negação remete às contracepções que foram interdidas pelas administrações públicas, a exemplo dos suplícios em torno da conquista da laqueadura de trompas. Ou à política de habitação para as mulheres, que seguem vivendo “de favor” e encontram dificuldades consideráveis na conquista de uma casa. À “falta de vagas” nas creches e o processo de acusação e “política da culpa” que responsabiliza a sexualidade feminina pela falta de recursos sociais. Aos processos raciais que continuam se atualizando, como a partição das famílias ou o apagamento do papel reprodutivo e de cuidado das mulheres negras. Aos processos étnicos e regionais de migração, que conformam fluxos de trabalho assentados em dinâmicas de desigualdade, distribuindo de maneira desigual a possibilidade de se fazer presente na vida de um filho. Estes processos também falam sobre o duplo vínculo presente na idealização da maternidade no registro simbólico, junto à desvalorização de sua condição na dimensão pragmática. A aglutinação destes fatores, entre outros, refere-se a uma dimensão holística de “negação da maternidade”, feita em um campo discursivo que reitera seu peso romântico, em face das suas duras condições de exercício. Em suma, as três figuras falam da produção do desejo em relação a construções de feminilidade, mas também sobre os castigos, coerções e acusações que pesam sobre estas imagens femininas. Esta ambivalência entre desejo e acusação permite estabelecer a sexualidade feminina como um campo cindido, repleto de fantasia e coerções vividas nos limites do amor e do martírio.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMS, Philip. 1988. "Notes on the Difficulty of Studying the State." *Journal of Historical Sociology* 1: 58–89.

ABREU, Domingos Sávio. *No bico cegonha: histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil*. Relume Dumará, 2002.

ABU-LUGHOD, Lila. *As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros*. *Estudos Feministas*, p. 451-470, 2012.

AGUIÃO, Silvia et al. *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. 2014.

ALVES, Andrea Moraes. *A trajetória do centro de pesquisas e atenção integrada à mulher e à criança (1975-1992)*. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.4, no 2, p.180-216, jul./dez. 2014

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. University of Chicago Press, 1972.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Zahar, 2008.

BIRMAN, Patrícia et al. (Ed.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. FGV editora, 2015.

BITTENCOURT RIBEIRO, Fernanda. *Governo dos adultos, governo das crianças Agentes, práticas e discursos a partir da "lei da palmada"*. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 2, 2013.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra*. Editora Vozes Limitada, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CENTRE D'ÉTUDES DE L'EMPLOI (PARIS). *PROGRAMME DE RECHERCHE ET D'OPÉRATIONNALISATION SUR LES TOPIQUES DE L'ÉQUITÉ ET DE L'ÉQUIVALENCE*; THÉVENOT, Laurent. *Les économies de la grandeur*. Presses universitaires de France, 1987.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; DA SILVA, C. Perdígão Gomes. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2008.

\_\_\_\_\_. *O senso prático [Practical reason: On the theory of action]*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 91-109, 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Record, 2003.

\_\_\_\_\_. Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAETANO, Mariana Gomes. *My pussy é o poder: Representação feminina através do funk: identidade, feminismo e indústria cultural*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de arte e comunicação social. Curso de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades.

CARSTEN, Janet. *After kinship*. Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_.; HUGH-JONES, Stephen (Ed.). *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge University Press, 1995.

CHO, Grace M. *Haunting the Korean diaspora: Shame, secrecy, and the forgotten war*. U of Minnesota Press, 2008.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. *Cadernos de Pesquisa*, n. 76, p. 31-40, 2013.

COLEN, Shellee. "Like a mother to them": Stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, Faye and RAPP, Rayna. 1995

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v.10, n.2, jun/dez. 2002.

COULOURIS, Daniella Georges. *A Desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro / Daniella Georges Coulouris ; orientador: Prof. Dr. Marcos César Alvarez*. 242 f. ; Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) - Universidade de São Paulo, 2010.

DA SILVA TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Argumentum, 2010.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, 1999.

\_\_\_\_\_. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Univ of California Press, 2007.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. 330 p., Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DEBERT, Guita. *Imigrantes, Estado e família: o cuidado do idoso e suas vicissitudes*. Em *Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care*, Helena Hirata y Nadya Araujo Guimarães (Ed.). Editora Atlas SA, São Pablo, p. 216-233, 2012.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos. *Prazeres dissidentes*. Garamond Universitaria, 2009.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. *O espetáculo da humilhação, fissuras e limites da sexualidade*. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 65-90, 2015.

DINIZ, Débora. *Estado laico, objeção de consciência e políticas de saúde*. 2013.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições, v. 70, 1991.

DUARTE, Luiz Fernando. *Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade em um grupo de trabalhadores urbanos*. *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Proed, 1987.

\_\_\_\_\_. *De bairros operários sobre cemitérios de escravos, um estudo de construção social de identidade*. *Cultura e identidade operária-aspectos da cultura da classe trabalhadora*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987b.

\_\_\_\_\_. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. *Geração, Fratria e Gênero: um estudo de mandato transgeracional e subjetivação diferencial*. *Trivium-Estudos Interdisciplinares*, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2011.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; DE CAMPOS GOMES, Edlaine. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. FGV Editora, 2008.

DURHAM, Meenakshi Gigi. *O efeito lolita: a sexualização das adolescentes pela mídia, e o que podemos fazer diante disso*. Trad. Luis Fragoso. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

ELIAS, Norbert; FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. *Introdução à sociologia*. 2005.

EVANS, PRITCHARD. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azandes*. 1978.

FACINA, Adriana. “Não me bate doutor”: funk e criminalização da pobreza. Rio de Janeiro: texto apresentado no V ENECULT, março de, 2009.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Trad. de Enilce Alberfaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

\_\_\_\_\_. DA SILVEIRA, Renato. Pele negra, máscaras brancas. SciELO-EDUFBA, 2008..

FARIA, Sheila de Castro. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: Uma história Social do Abandono de Crianças: de Portugal ao Brasil: Séculos XVIII-XX. Renato Pinto Venâncio (org). São Paulo: Alameda / Editora PUC Minas, 2010. 360p.

FARIAS, Juliana. Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro / Juliana Farias. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2014. xviii, 248f. il; 31cm.

FERNANDES, Camila. Ficar com: Parentesco, Criança e Gênero no cotidiano. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFF. Niterói.

\_\_\_\_\_. 2013. “Apego e Jeitos de Cuidar. Afetos, trabalho e gênero na experiência do cuidado de crianças”. In: VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho, São Paulo.

\_\_\_\_\_. “Tempos e território de gênero: uma batalha entre o ‘tempo para mim’ e o ‘tempo de correr atrás’”. In: M. E. Díaz-Benítez & E. Rangel, Governo, Desejo, Afeto: discutindo gramáticas de gênero. (No prelo). 2017

FERRANTE, Elena. A amiga genial. Trad. Maurício Santana Dias. -1ed. – São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. 336p.; 21 cm.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. Museo Nacional de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ), Río de Janeiro, 2011.

FINAMORI, Sabrina Deise. Os sentidos da paternidade: dos “pais desconhecidos” ao exame de DNA. 2012. 330 p. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FONSECA, Claudia. Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez editora, 1995.

\_\_\_\_\_. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

\_\_\_\_\_. Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. Psicologia usP, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.

\_\_\_\_\_. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, 2004.

\_\_\_\_\_. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*. Campinas. N. 26 (jan./jun. 2006), p. 11-43, 2006.

\_\_\_\_\_. Abandono, adoção e anonimato: questões de moralidade materna suscitadas pelas propostas legais de "parto anônimo". *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, n. 1, 2009.

\_\_\_\_\_. Mães "abandonantes": fragmentos de uma história silenciada. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, 2012.

\_\_\_\_\_. Pertencimento familiar e hierarquia de classe: Segredo, Ruptura e Desigualdade vistos pelas Narrativas de Adotados Brasileiros. *Áltera Revista de Antropologia*, v. 1, n. 1, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Leya, 2014.

FREIRE, Lucas. *Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos*. *Cad. Pagu* [online]. 2016, n.48, e164813. Epub Oct 20, 2016.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos: edição comemorativa de 100 anos*. Digitaliza Conteúdo, 2001.

GREGORI, Maria Filomena. (1993), *Cenas e Queixas. Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e Prática Feminista*, São Paulo, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. et al. *Relações de violência e erotismo*. *cadernos pagu*, 2003.

\_\_\_\_\_. *Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M*. *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia*, n. 4, 2004.

\_\_\_\_\_. *Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo*. *Revista de Antropologia*, p. 575-606, 2008.

\_\_\_\_\_. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. Editora Companhia das Letras, 2016.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1988.

\_\_\_\_\_. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Vozes, 2012.

GUTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana* vol.22 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2016

GYASI, Yaa, O caminho de casa / Yaa Gyasi: tradução de Waldéa Barcelos. -1ed.- Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

HEILBORN, Maria Luiza. O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Editora Garamond, 2006.

HEREDIA, Beatriz. A morada da vida. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 51-76, 1979.

HERZFELD, Michael. The social production of indifference: exploring the symbolic roots of western bureaucracy. Chicago: The University of Chicago Press, 1992

HILL COLLINS, Patricia. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. *Feminismos negros, una antología*, p. 99-134, 2012.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. Atlas, 2012.

hooks, Bell. Homeplace: A site of resistance. 1990.

JABARDO, Mercedes. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde / con el feminismo negro. *Feminismos negros. Una antología*. España: Editorial traficantes de sueños, 2012.

KOLNAI, Aurel. "Ensayo sobre el odio". In Kolnai, Aurel, Asco, soberbia, odio. *Fenomenología de los sentimientos hostiles*. Madrid: Editora Encuentro. 2013. pp. 143- 194.

LACERDA, Paula. O "caso dos meninos emasculados de Altamira": polícia, justiça e movimento social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

LANGDON, E. Jean. " O Dito e o Não-Dito": reflexões sobre narrativas que famílias não contam. *Estudos feministas*, v. 1, n. 1, p. 155, 1993.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARANGEIRA, Larissa Quillinan M. Mulheres Perigosas: Uma Análise da Construção da Categoria Piriguete. Dissertação de Mestrado. PPGSA/UFRJ. 2016

LEITE, Marcia; "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro", Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, n. 2. 2012

\_\_\_\_\_. Novos regimes territoriais em favelas cariocas. Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, Anpuh, 2015.

LIMA, Auricéa Xavier de Souza Lima. "MÃES MÁ": UM OLHAR SOBRE O ABANDONO. In: Revista Gênero 2011 Niterói, v.11, n.2, p. 29-44, 1. sem. 2011

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e cultura. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. A noção de casa. Minhas palavras. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LORDE, Audre. La hermana, la extranjera: artículos y conferencias. Madrid: Horas y Horas, 2003.

LOPES, Natânia. (2011), Os "Bandidos" da Cidade – Formas de Criminalidade da Pobreza e Processo de Criminalização dos Pobres. Dissertação de mestrado, ppcis/uerj.

LOPES, Paulo Victor. Homens autores de Violência Doméstica: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação do Estado. Tese (doutorado em Antropologia) – PPGAS Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016.

LORDE, Audre. Sister Outsider. 1984. Age, Race, Class, and Sex: Women Redefining Difference, 2007.

LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. EdUERJ, 2015.

LUGONES, María Gabriela. Obrando en autos, obrando en vidas. Editora E-papers, 2012.

\_\_\_\_\_. Matronato? Maneras maternas de gestión estatal de minoridades. IN: Dossiê gênero e estado: formas de gestão práticas e representações. Cadernos Pagu (51), 2017 (No prelo)

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, Estupro e Purificação. Série Antropologia (286). Sexo, Estupro e Purificação. Série Antropologia (286), 2000.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; PEREIRA LEITE, Márcia. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. Sociedade e Estado, v. 22, n. 3, 2007.

\_\_\_\_\_. "VIOLÊNCIA URBANA", SEGURANÇA PÚBLICA E FAVELAS-O CASO DO RIO DE JANEIRO ATUAL. Caderno CRH, v. 23, n. 59, 2010.

MACLINTOCK, Anne. 2010 Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp.

MAGALDI, Felipe. A transformação ontológica de Adelina Gomes: arte, loucura, mito e sexualidade na psiquiatria brasileira. Trabalho apresentado na I Jornada NuSex, PPGAS, Museu Nacional, 2015.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, 2006.

MARCEL, Mauss. Ensaio sobre a dádiva: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas.

\_\_\_\_\_. *As técnicas do corpo*. Sociologia e antropologia, São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

MARCELIN, Louis H. A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia. 1996. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: *Uma história Social do Abandono de Crianças: de Portugal ao Brasil: Séculos XVIII-XX*.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. In: *Foucault in an Age of Terror*. Palgrave Macmillan UK, 2008. p. 152-182.

MENDONÇA, Tássia. Batan: Tráfico, Milícia e “Pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (mestrado)—UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

MITCHELL, Timothy. Society, economy, and the state effect. *The anthropology of the state: A reader*, p. 169-186, 2006.

MOORE, Henrietta. *Compreendendo sexo e gênero*. Companion Encyclopedia of Anthropology. London: Routledge, 1997.

MOURÃO, Janne Calhau; JORGE, Marco Aurélio. In: *Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Abaquar, 2009.

MOUTINHO, Laura. Razão, "cor" e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul. Unesp, 2004.

NOGUEIRA, Carolina de Oliveira. *Lolita: literatura e transgressão*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia social (PPGAS- MN). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.

\_\_\_\_\_. “Dá licença, posso entrar?” Uma etnografia em uma “Clínica da Família”/ Carolina de Oliveira Nogueira. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2016.

OKIN, Susan Moller; BIROLI, Flávia. Gênero, o público e o privado. *Estudos feministas*, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA, Rachel Barros de. Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2016

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?.

PEDRO, Joana Maria. Práticas proibidas. Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século xx. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PETROSILLO, Isabela Rangel. Esse nu tem endereço: o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas / Isabela Rangel Petrosillo. – 2016. 133 f. ; il.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement. La Découverte, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu, n. 25, p. 7-23, 2005.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. Honra e vergonha, v. 2, p. 11-59, 1965.

POMBO DE BARROS, Carolina. A mãe e o tempo: Ensaio da maternidade transitória. 1 ed. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2013.

RANGEL, Everton. Circulando como filho: etnografando relações familiares através dos bastidores de uma empresa circense. In: Revista de @ntropologia da UFSCar, 8 (1), jan./jun. 2016

RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais/RJ-Editora TeCorá: Rio de Janeiro, 2002.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIZZINI, Irene; FONSECA, Claudia. As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais. Brasília: Sistema de Informação Regional sobre Trabajo Infantil, SIRTI-Organization Internacional de Trabalho, 2002.

ROHDEN, Fabíola. A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. In: Coleção história e saúde. Fiocruz, 2003.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise; BAMBERGER, Joan. Woman, culture, and society. Stanford University Press, 1974.

\_\_\_\_\_. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Revista Horizontes Antropológicos – Gênero, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, ano 1, no. 1, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia. Creches domiciliares: argumentos ou falácias. Cadernos de pesquisa, n. 56, p. 73-81, 2013.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. Nueva antropología, v. 8, n. 30, p. 95-145, 1986.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. Metáforas históricas e realidades míticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SALEM, Tania. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. Perspectivas antropológicas da mulher, v. 1, p. 49-99, 1981.

SEGATO, Rita Laura. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

SCHEPER-HUGUES, Nancy. La muerte sin llanto. Violencia y vida cotidiana en Brasil. Ariel. Barcelona.[Links], 1997.

SILVA, Jonathan Fachini da. A ascensão é a sobrevivência: o universo da exposição de crianças na freguesia Madre de Deus de Porto alegre (séc. XVIII e XIX). In: História da Família no Brasil Meridional / Organizadores José Carlos da Silva Cardozo et al. - São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016. 470 p.

SILVEIRA, Liane Maria Braga da. Como se fosse da família: a relação (in)tensa entre mães e babás/ Liane Maria Braga da Silveira – Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011. xii. 227 f.

SORJ Bila e FONTES Adriana, O care como regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. Atlas, 2012.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. Cadernos de pesquisa, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013.

\_\_\_\_\_. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 123-128, 2014.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Editora ufmg, 2012.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. 2002. Introdução: Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, A. C. (Ed.). Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 11-22.

\_\_\_\_\_. 2012. Apresentação Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. Revista de Antropologia, USP, v. 55 n° 2, 559-564.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla C. 2010. “A Antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou campo de dispersão?”. In Carlos B. Martins (coord. geral); Luís Fernando D. Duarte (coord. de área). Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia. São Paulo: ANPOCS, pp. 51-95

STOLER, Ann Laura. Affective states. A Companion to the Anthropology of Politics, p. 4-20, 2004.

STRATHERN, Marilyn; SANTARRITA, MARCOS; HEILBORN, MARIA LUIZA. Necessidade de pais, necessidade de mães. Estudos feministas, p. 303-329, 1995.

\_\_\_\_\_. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Editora da UNICAMP, 2006.

THURLER, Ana Liési. Em nome da mãe: o não-reconhecimento paterno no Brasil. Editora Mulheres, 2009.

TRILLAT, Etienne. História da histeria. São Paulo: Escuta. 1991

TRONTO, Joan C. Moral boundaries: A political argument for an ethic of care. Psychology Press, 1993.

VANCE, Carole. Pleasure and danger: toward a politics of sexuality. In: VANCE, Carole. (ed.). Pleasure and Danger: exploring female sexuality. London, Pandora Press, 1992[1984], pp.1-27

VALE DE ALMEIDA, Miguel. 1995. Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade. Lisboa: Fim de Século. 264 pp.

VELHO, Gilberto. Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Zahar, 1981.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. História das mulheres no Brasil, v. 3, p. 189-222, 2004.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002.

\_\_\_\_\_; FARIAS, Juliana. 2011. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, n. 37, pp. 79-116.

\_\_\_\_\_. 2013. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre políticas, administração e moralidades. Rio de Janeiro: e-papers.

\_\_\_\_\_. 2014. “Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados” In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GARCIA-ACOSTA, Virginia (orgs.), Margens da violência. Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros. Brasília: ABA pp. 209-237.

\_\_\_\_\_. 2015. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia et al. (Ed.). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. FGV editora, 2015.

\_\_\_\_\_. & FACUNDO, Ângela. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre “moradores de favela” e “refugiados”. Revista Ciência e Cultura. Vol. 67. Nº2. São Paulo. April-June. 2015.

\_\_\_\_\_. & LOWENKRON. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. IN: Dossiê gênero e estado: formas de gestão práticas e representações. Cadernos Pagu (51), 2017 (No prelo)

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Brasília: UnB, 1999.

YANAGISAKO, S. e Collier, J. “Toward a unified analysis of gender and kinship”. In: Yanagisako, S. and Collier, J. (eds) Gender and Kinship: essays toward an unified analysis. Stanford: Stanford University Press, 1987.

ZELIZER, Viviana. A negociação da intimidade. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. A econômica do care. In: Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. Atlas, 2012.

## **LEIS FEDERAIS**

DA CRIANÇA, Estatuto. do Adolescente (ECA)(1990). Lei Federal, n. 8069, 2010.

## **ARTIGOS DE INTERNET**

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma história única. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>

ANDRADE, Hanriksson de; AZEVEDO, Guilherme. Conheça as propostas dos candidatos à Prefeitura do Rio para sete temas. UOL Eleições 2016. Rio de Janeiro, UOL, 30/09/2016. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/09/30/cariocas-apontam-problemas-e-uol-lista-propostas-de-candidatos-a-prefeito.htm>>. Acesso em 30 out. 2017.

BÍBLIA. A. T. 2 Samuel. In: BÍBLIA. Português. Biblica: The International Bible Society. Disponível em: <https://www.biblica.com/bible/?osis=nvi-pt:2%20Samuel%2013>

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Número de filhos teve maior queda entre beneficiárias. Notícias, 27 mar. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/marco/numero-de-filhos-teve-maior-queda-entre-beneficiarias>>.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. O sexo sempre e culpável. Disponível em: <http://afolhadogragoata.blogspot.com.br/2014/06/o-sexo-sempre-e-culpavel-notas-sobre.html>

\_\_\_\_\_. e Gadelha, Kaciano. Ementa de curso disponível em: [http://www.ppgasmn-ufrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/ementa\\_final\\_humilha%C3%A7%C3%A3o\\_nojo\\_e\\_repudio\\_curso\\_ppgas\\_mn\\_diaz\\_benitez\\_e\\_gadelha\\_2017.pdf](http://www.ppgasmn-ufrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/ementa_final_humilha%C3%A7%C3%A3o_nojo_e_repudio_curso_ppgas_mn_diaz_benitez_e_gadelha_2017.pdf)

G1. Levantamento aponta que brasileiras estão tendo cada vez menos filhos. Bom Dia Brasil, 30 mai. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/03/levantamento-aponta-que-brasileiras-estao-tendo-cada-vez-menos-filhos.html>>.

HIRSZMAN, Leon. No reino das mães. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ChaFsprUsI>

PORTAL BRASIL. Portal Brasil esclarece dúvidas sobre matrículas em creches públicas. Portal Brasil, 13/09/2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/portal-brasil-esclarece-duvidas-sobre-matriculas-em-creches-publicas>>

SENRA, Ricardo. Ministério Público abre inquérito sobre 'sexualização' de MC Melody. G1. 24/04/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2015/04/ministerio-publico-abre-inquerito-sobre-sexualizacao-de-mc-melody.html>>

